

**Andre Franklin Palmeira**

**A Nova Face da “Cidade do Aço”:**

Crise do Capital, Trabalho e Hegemonia em  
Volta Redonda (1992-2008)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense, como requisito final à obtenção do título de Mestre em História Social.

Setor de História Contemporânea III

**Orientador: Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras**

**Niterói  
2012**

ANDRE FRANKLIN PALMEIRA

A Nova Face da *Cidade do Aço*:

Crise do Capital, Trabalho e Hegemonia em Volta Redonda (1992-2008)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense, como requisito final à obtenção do título de Mestre em História Social.

Setor de História Contemporânea III

Aprovada em            de 2012

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras (Orientador)

UFF

---

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

UFF

---

Prof. Dr. José Ricardo Garcia Pereira Ramalho

UFRJ

Niterói

2012

**P172 Palmeira, Andre Franklin.**

A nova face da “Cidade do Aço”: crise do capital, trabalho e hegemonia em Volta Redonda (1992-2008) / Andre Franklin Palmeira. – 2012.

244 f. ; il.

Orientador: Norberto Osvaldo Ferreras.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Bibliografia: f. 240-244.

1. Indústria siderúrgica; privatização; Brasil. 2. Volta Redonda (RJ).  
3. Hegemonia política. I. Ferreras, Norberto Osvaldo. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

*Dedico este trabalho à memória dos amigos Estevão,  
Marcelo Crazy, Antônio e Elton. Camaradas que  
preferiram seguir o caminho proposto por Vargas Villa:  
“é mil vezes mais nobre morrer por ódio da vida do que  
viver por medo da morte.”*

## Agradecimentos

Neste espaço gostaria de agradecer as pessoas e entidades que foram importantes para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado. Primeiramente gostaria de agradecer a direção de duas escolas que trabalhei no primeiro ano do mestrado: a direção do Colégio Estadual Roberto Montenegro, pela paciência e ajuda nos processos de remoção (de Angra dos Reis para Volta Redonda) e licença remunerada para estudo. Agradeço também direção do Colégio Estadual Nelson Gonçalves de Volta Redonda por conceder parecer favorável à licença. Vale deixar registrado que esses agradecimentos *não* se estendem de maneira nenhuma à direção do Colégio Estadual São Paulo.

Agradeço a Diretora de Informações do IPPU/VR Juliene de Paula pelo acesso irrestrito ao acervo da referida autarquia e a equipe da seção de arquivo da Câmara de Vereadores de Volta Redonda. Da mesma forma agradeço a equipe do Jornal Aqui que permitiu, durante duas semanas, minha presença na redação do jornal para fazer a pesquisa em seu acervo. Nossos agradecimentos também se estendem a Zezinho do MEP/VR e João Thomáz do SENGE/VR pela ajuda em relação às questões referentes ao edital de privatização da CSN e as terras de Volta Redonda.

Devo gratidão ainda a Dodora, pela cessão de seu vasto acervo pessoal, a Lurdinha, Nair Schocair e Jussara Reis, exemplos de vida, militância e vivacidade. Aos professores e colegas das disciplinas cursadas ao longo do ano de 2010, em especial Thiago Reis, Guilherme Babo, Guilherme Montenegro e Paulo Inácio.

Embora durante esses últimos dois anos e meio eu tenha ficado um pouco distante de muitos amigos, não poderia deixar de me referir a alguns deles: Fábio *MalDito* (meu “irmão” mais velho), meus amigos queridos e eternos dos tempos de graduação (Lauri, Lucas, Brá, Ney e Kleber) e minha segunda família, a *República Treme-treme* (desde 1995 estremecendo os alicerces da tradicional família mineira em Itajubá). Agradeço muito meu amigo Pablo pela ajuda nos primeiros meses de 2012, assim como meu amigo Luciano Alemão, pelo conjunto da obra. Vocês sabem por quê. Um “viva!” de agradecimento pela amizade e porres nos últimos tempos em Volta Redonda com os amigos Léo “Pexe” e Guilherme “Zapata”.

Agradeço meu orientador, Norberto Ferreras pela solicitude, liberdade e orientações reveladoras ao longo do trabalho, assim como aos professores José Ricardo Ramalho e Marcelo Badaró pelas observações e críticas pertinentes no exame de qualificação.

Agradeço de forma muito especial, meu grande amigo e “irmão” Gustavo Pinheiro. Não só pela amizade e aventuras vividas, mas pela participação direta nos cálculos e traduções deste trabalho, como também em conversas e conselhos aplacadores de desespero.

Não posso também deixar de reverenciar a existência dos álbuns: *...and justice for all* e *Death Magnetic* da banda *Metallica* e *Reiventing The Steel* da banda *Pantera* por ajudarem a manter minha saúde mental em níveis minimamente aceitáveis ao longo do trabalho.

Por fim, mesmo não conseguindo descrever à altura a sua importância, gostaria de agradecer a minha namorada e companheira Izabel Priscila Pimentel da Silva. Pela força em todos os momentos, pela correção do meu português píffio e macarrônico, pelos conselhos, pela ajuda, pela paciência de “monge” em me aturar... Bel, muito obrigado pelos últimos 5 anos ao seu lado e saiba que sem você (e você sabe disso!) não teria nem sido aprovado no mestrado. Minha eterna gratidão e eterno amor!

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações ocorridas na cidade de Volta Redonda no período de 1992 a 2008, tendo como base a análise da ofensiva neoliberal, entendida como reflexo da crise estrutural do capitalismo enfrentada desde a década de 1970, e enfocando o cenário pós-privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), marcado por significativas mudanças no cenário político, econômico, social e cultural. Analisar a trajetória da cidade neste novo contexto e, sobretudo, os rearranjos político-econômicos que possibilitaram a hegemonia política de uma fração de classe essencialmente comercial – em contraposição ao isolamento e à derrota do movimento popular organizado – são os principais objetivos da presente dissertação. Para isso, analisaremos os “rachas” das esquerdas no município e as disputas políticas que favoreceram a derrota dos movimentos populares na cidade e a ascensão política de Antônio Francisco Neto, que, após assumir a Prefeitura Municipal de Volta Redonda, aproximou de forma umbilical o Poder Público Municipal aos aparelhos privados de hegemonia dos setores comercial e de serviços, criando uma nova imagem para o município. Para entender esses processos de mudança e construção hegemônica, analisaremos as políticas públicas implementadas no período, que levaram Volta Redonda a se tornar o principal pólo de serviços do sul fluminense, assim como a relação conflituosa entre a cidade e a CSN, uma empresa conglomerizada e internacionalizada.

**Palavras-Chave:** Privatização, Volta Redonda, Hegemonia.

## Abstract

The present work aims to analyse the changes occurring in the city of Volta Redonda in the period 1992 to 2008, based on the analysis of neo-liberal offensive, understood as a reflection of the structural crisis of the capitalism faced since the 1970's, and focusing on the post-privatization scenario of the Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), characterized by significant changes in political, economic, social and cultural contexts. To analyse the trajectory of the city in this new context and, especially, the political-economic rearrangements that allowed the political hegemony of a portion of a class essentially commercial – in opposition to the isolation and to the defeat of the organized popular movement – are the main objectives of the present dissertation. For this, we will analyse the “splits” of the left parties in the city and the political disputes that favored the defeat of its popular movements and the political rise of Antônio Francisco Neto, who, after taking on the government of the city of Volta Redonda, brought the public municipal power to much closer to the apparatus of hegemony of the commercial and service sectors, creating a new image for the city. In order to understand these processes of change and hegemonic construction, we are going to analyze the public policies implemented during the period, which have led Volta Redonda to become the main center for services of the south of the state, as well as the conflicting relation between the city and the CSN, a conglomerated and internationalized company.

**Keywords:** Privatization, Volta Redonda, Hegemony

## Lista de Siglas

AAP/VR Associação dos Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda  
ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ACIAP Associação Comercial Industrial e Agropastoril  
ACO Ação Católica Operária  
AI – 5 Ato Institucional nº 5  
AIARSUFLU Associação dos Industriários Aposentados da Região Sul Fluminense  
ASIMEC Associação Sul Fluminense de Indústria Metal-Mecânica  
ATS Adicionais por Tempo de Serviço  
BNDE Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
BNDES Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social  
CEB Comunidades Eclesiais de Base  
CBS Caixa Beneficiadora dos Funcionários da CSN  
CDL Câmara de Dirigentes Lojistas  
CEP Centro Estadual dos Professores  
CEPAL Comissão Econômica para a América Latina  
CGT Central Geral dos Trabalhadores  
CIPA Comissão Interna de Prevenção de Acidentes  
CF Constituição Federal  
CLT Consolidação das Leis do Trabalho  
CMDU Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano  
CNI Confederação Nacional da Indústria  
CNTM Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos  
COMPERJ Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro  
CONAM Conselho das Associações de Moradores  
COSIPA Companhia Siderúrgica Paulista  
CPU Comissão de Posseiros Urbanos  
CSN Companhia Siderúrgica Nacional  
CUT Central Única dos Trabalhadores  
DOPS Departamento de Ordem Política e Social  
ETPC Escola Técnica Pandiá Calógeras  
FACERJ Federação das Associações Comerciais do Estado do Rio de Janeiro

FAM Federação das Associações de Moradores  
FEM Fábrica de Estruturas Metálicas  
FEEMA Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente  
FIESP Federação Indústrias do Estado São Paulo  
FIRJAN Federação das Indústrias do Rio de Janeiro  
FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FHC Fernando Henrique Cardoso  
FMI Fundo Monetário Internacional  
FOX Fábrica de Oxigênio  
FS Força Sindical  
FUNDEF Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério  
FUNDEB Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
FPM Fundo de participação dos municípios  
FURBAN Fundo Comunitário de Volta Redonda  
IADSL Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre  
IBAM Instituto Brasileiro de Administração Pública  
ICMS Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal  
INMETRO Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial  
*IISI Internacional Iron and Steel Institute*  
INEA Instituto Estadual do Ambiente  
INSS Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPPU Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano  
IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano  
IPVA Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores  
ISO International Organization for Standardization  
ISS Imposto sobre Serviços  
MDB Movimento Democrático Brasileiro  
MEP Movimento pela Ética na Política  
MNLM Movimento Nacional de Luta por Moradia  
OAB Ordem dos Advogados do Brasil  
OPEP Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PAC Passivo Ambiental Compensatório  
PAN Partido dos Aposentados da Nação  
PEDI/VR Plano Estrutural de Desenvolvimento Integrado de Volta Redonda  
PCB Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB Partido Comunista do Brasil  
PDT Partido Democrático Trabalhista  
PFL Partido da Frente Liberal  
PHS Partido Humanista Social  
PL Partido Liberal  
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMN Partido da Mobilização Nacional  
PND Plano Nacional de Desburocratização  
PND Plano Nacional de Desenvolvimento  
PND Plano Nacional de Desestatização  
PPS Partido Popular Socialista  
PTB Partido Trabalhista Brasileiro  
PT Partido dos Trabalhadores  
PR Partido Republicano  
PREVI Fundo de pensão do Banco do Brasil  
PRN Partido da Renovação Nacional  
PRONA Partido de Reedificação da Ordem Nacional  
PRTB Partido Renovador Trabalhista Brasileiro  
PSB Partido Socialista Brasileiro  
PSC Partido Social Cristão  
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira  
PSDC Partido Social Democrata Cristão  
PSL Partido Social Liberal  
PSOL Partido Socialismo e Liberdade  
PST Partido Social Trabalhista  
PSTU Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado  
PTdoB Partido Trabalhista do Brasil  
PTC Partido Trabalhista Cristão  
PTN Partido Trabalhista Nacional  
PV Partido Verde

SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
SEBRAE Serviço Nacional de Apoio a Micro e Pequenas Empresas  
SENAC Serviço Nacional de aprendizagem Comercial  
SENGE Sindicato dos Engenheiros  
SEPE Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação  
SESC Serviço Social do Comércio  
SEST Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais  
SICOMÉRCIO Sindicato do Comércio Varejista  
SMEL Secretária Municipal de Esporte e Lazer  
SMVR Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda  
SNI Serviço Nacional de Inteligência  
TAC Termo de Ajustamento de Conduta  
TST Tribunal Superior do Trabalho  
UJS União da Juventude Socialista  
UPV Usina Presidente Vargas  
URV Unidade Real de Valor  
USIMINAS Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais  
VR Volta Redonda

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	15
<b>Capítulo 1: Pressupostos Teóricos e Históricos: Rumo a uma Análise da História Recente de Volta Redonda</b> .....	21
1.1. Pressupostos Teóricos: Uma Análise das Características do Capitalismo e as suas Distinções Contemporâneas .....	21
1.2. Um Breve Histórico da “Cidade do Aço” (1930-1980).....	37
1.3. Sindicalismo e Movimentos Sociais em Volta Redonda (1946-1989) .....	49
<b>Capítulo 2: Um Cenário de Mudanças: Ofensiva do Capital, Derrota do Movimento Popular e a Formação de Novos Rearranjos Políticos em Volta Redonda</b> .....	64
2.1. O Processo de Privatização da CSN (1990-1993).....	64
2.2. O Rompimento da <i>Frente Popular</i> : O Governo Baltazar – Da Participação Popular ao Isolamento das Esquerdas.....	87
2.3. As Metamorfoses do Trabalho em Volta Redonda: Reestruturação produtiva e Sindicato de Parceria .....	102
<b>Capítulo 3: A Nova Face da <i>Cidade do Aço</i>: Sociedade Civil, Política, Economia e Hegemonia</b> .....	123
3.1 O Início da “Era Neto”: Sociedade Civil, Poder e Hegemonia em Volta Redonda .....	123
3.1.1. O Primeiro Governo Neto.....	123
3.1.2. Sociedade Civil e Sociedade Política em Volta Redonda no Primeiro Governo Neto: Em Busca de Um Caminho.....	131
3.1.2.1. O Caso “Cinturão” .....	133
3.1.2.2. O Caso “Vamos Repensar Volta Redonda” .....	135
3.1.2.3. Movimentos Sociais: A Resistência em Meio ao Refluxo.....	138
3.1.2.4. O Caso “Mercovale” .....	144
3.1.2.5. Associação dos Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda.....	146

3.1.3. Alianças, Política Estadual e Reeleição: Forjando a Hegemonia.....	149
3.2. Políticas Públicas na “Era Neto”: Cidade Espetáculo, Cidadão Figurante.....	157
3.2.1. Bases Teóricas de Análise das Mudanças no Perfil da Governança: O Desenvolvimento do Marketing Urbano e a Cidade Pensada Como Empresa.....	157
3.2.2. As Condições Objetivas Para a Realização das Políticas Públicas: Uma Breve Análise dos Dados Orçamentários do Período.....	161
3.2.3. Balanço das Políticas Públicas da “Era Neto”.....	171
3.3. A Consolidação de um Projeto Hegemônico em Volta Redonda.....	190
3.3.1. O Governo Gothardo Lopes Netto (2005/2008) e os Aprofundamentos das Políticas de Mesmo Perfil.....	190
3.3.2. Poder Público Municipal X CSN: da Parceria ao Rompimento.....	197
3.3.3. Consolidando a Grande Aliança Estadual: Grupo Neto e o Governo Estadual (pós 2004).....	203
3.3.4. Expressão da Hegemonia em Volta Redonda: o Plano Diretor (2008).....	205
3.4. A CSN Pós-Privatização: Conglomerização e Internacionalização.....	212
3.5. Tendências Para Volta Redonda: o Retorno de Antônio Francisco Neto em 2008 e o Panorama Político-Econômico Municipal.....	218
<b>Considerações Finais</b> .....	224
<b>Anexos</b> .....	230
<b>Fontes</b> .....	236
<b>Bibliografia</b> .....	240

## Introdução

Após o divórcio – que não foi consensual – de sua maior indústria e principal símbolo, a cidade sul-fluminense de Volta Redonda assistiu a significativas mudanças em seu cenário político, econômico, social e cultural. Analisar a trajetória da cidade no contexto pós-privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e, sobretudo, os rearranjos político-econômicos que possibilitaram a hegemonia política de uma fração de classe essencialmente comercial – em contraposição ao isolamento e a derrota do movimento popular organizado – são os principais objetivos da presente dissertação.

A origem do tema tem início durante a graduação em História, a partir de minhas inquietações acerca de minha cidade natal, Volta Redonda. Nasci no ano de 1982, filho de pais funcionários da CSN. Aliás, boa parte dos parentes, vizinhos e pais de meus amigos de escola também trabalhavam na siderúrgica. As primeiras lembranças da infância em Volta Redonda são justamente das grandes mobilizações operárias na cidade. Ao mesmo tempo em que eu crescia e as fases da vida se desenrolavam, trazendo mudanças físicas e mentais, Volta Redonda também se transformava a passos largos. Parentes perdiam o emprego, colegas de escola – quase que diariamente – chegavam à sala de aula com notícias não tão novas: seus pais tinham sido mandados embora da CSN. A incerteza e a insegurança de ser o próximo portador dessa notícia fez parte de todo meu período escolar, de 1988 a 2000. Ao mesmo tempo em que eu crescia, diminuíam o número de operários nas assembleias da Praça Juarez Antunes (caminho diário de casa para a escola), assim como as festividades promovidas pelas associações de moradores, que tanto adorava ir.

A cidade que, no meu imaginário infanto-juvenil, parecia com a União Soviética, por causa da fumaça, do aspecto cinza, do sindicato e dos macacões cinza-escuro dos operários da CSN, na adolescência estava cheia de desempregados, ao mesmo tempo em que os *outdoors* do município estampavam a notícia que Volta Redonda tinha a melhor qualidade de vida do interior do Estado do Rio de Janeiro. O sonho da juventude voltarredondense de estudar na “escola técnica da CSN” (Escola Técnica Pandiá Calógeras) e trabalhar na Companhia Siderúrgica Nacional pelo resto da vida, como seus pais e avós, deu lugar à busca insana de sair da cidade de “qualquer jeito”. E se, no restante do país, durante as décadas de 1980 e 1990, os “petistas” eram considerados “comunistas”, em Volta Redonda os “petistas” eram governistas e não tinham absolutamente nada de comunistas. Todo esse cenário sempre me inquietou.

No tão esperado ano 2000, me tornei maior de idade e votei pela primeira vez. Mas achei – na minha tenra ingenuidade *punk-juvenil* – a votação extremamente sem graça. O candidato franco favorito não fez campanha e na TV só apareciam candidatos de Barra Mansa e Resende. Votei nulo para prefeito e em um candidato a vereador de foto engraçada que só obteve 3 votos! Na hora de decidir qual vestibular prestar, o “grande lance” era “fazer faculdade de música”, mas tinha apenas um ano para aprender muita coisa em um instrumento musical que, para mim, bastava “tirar” meia dúzia de acordes e estava tudo resolvido. Então decidi cursar algo que tinha certeza que não me causaria grandes estresses e que mesmo sem estudar absolutamente nada era sempre minha melhor nota, História.

Logo nos primeiros meses na graduação em História já tinha certeza de uma coisa: a monografia vai ser sobre Volta Redonda! Abortadas as esperanças de ser um novo *Kurt Cobain* ou um novo *Jerry Cantrell*<sup>1</sup>, durante os saudosos anos de graduação em Itajubá, no alto da Serra da Mantiqueira no sul de Minas Gerais, as leituras acadêmicas ficavam por conta de meus questionamentos a cerca da problemática “Volta Redonda”. Mas devido à obrigatoriedade do tema da monografia ser a História Regional da dita região mineira, meu trabalho de conclusão de curso foi “A Reestruturação Produtiva e a ação do Sindicato dos Metalúrgicos de Itajubá e Região”. Ainda assim, meus estudos já visavam a “cidade do aço”.

Terminada a graduação, retorno para Volta Redonda, desempregado, e com a cidade governada pelo mesmo grupo político desde 1992. E sem nenhuma perspectiva de encontrar um emprego com salário minimamente digno na cidade. No período em que estive fora da cidade, os empregos da dita classe média municipal haviam sido praticamente extintos com a saída do escritório central da CSN, em 2002. E com essa saída, meu pai, que era analista de sistemas da CSN, também perdera seu emprego. O cenário municipal era ainda marcado pela crise financeira de todas as escolas particulares da cidade e a falta de concurso público para a área da educação (com salário pífio), que não ocorria desde 1995.

Nesse contexto, dei continuidade à minha militância política e aos estudos sobre Volta Redonda iniciados nos anos de graduação. No curso de especialização em “História do Brasil pós-1930” na Universidade Federal Fluminense estudei um pouco mais profundamente a reestruturação produtiva e a crise do *novo sindicalismo* em Volta Redonda. No ano de 2008, os compromissos de militância ficaram em 1º plano e não pude concorrer a uma vaga no mestrado em História. Após a eleição de 2008, com a manutenção do mesmo grupo político no poder municipal (em 1º turno), o tema para concorrer em 2009 ao mestrado em História na

---

<sup>1</sup> Respectivamente vocalista e guitarrista da banda *Nirvana* e guitarrista da banda *Alice In Chains*.

UFF surgiu quase que naturalmente: estudar a derrota do movimento popular na cidade e estudar a ascensão de um grupo político que transformou Volta Redonda em um pacato pólo regional de serviços.

Nosso recorte cronológico vai de 1992, ano que marca a ascensão deste novo grupo político-econômico à Prefeitura Municipal de Volta Redonda, até 2008, quando o resultado das eleições municipais realizadas naquele ano confirmou a hegemonia conquistada por essa fração de classe dominante no cenário político contemporâneo de Volta Redonda.

\* \* \*

A presente dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Pressupostos Teóricos e Históricos: Rumo a Uma Análise da História Recente de Volta Redonda*, apresentaremos as bases teóricas que orientaram este trabalho, ainda que sem esgotar as discussões teóricas que estarão presentes nos demais capítulos. Nesta primeira parte, iremos expor as principais características do capitalismo, especialmente em sua fase contemporânea, *mundializada*. E, a partir desta discussão acerca do capitalismo contemporâneo, elucidaremos – ao longo desta dissertação – a trajetória da cidade de Volta Redonda no final do século XX e início do século XXI, sobretudo relacionando a expansão das relações sociais capitalistas e seus impactos nos âmbitos mundial, nacional e municipal. Afinal, os novos rumos traçados por Volta Redonda estão intrinsecamente ligados *ao* e diretamente influenciados *por* esse desenrolar sócio-histórico do capital.

Ainda neste capítulo, apresentaremos também um breve histórico de Volta Redonda, com destaque para os movimentos sociais e sindicais que sacudiram a cidade na década de 1980 e que concederam ao município a alcunha de uma “cidade vermelha”. No entanto, como veremos, mais adiante, no contexto de crise estrutural do capitalismo e de uma forte reestruturação produtiva que visava solucionar esta crise, a “coloração” de Volta Redonda foi profundamente alterada e a “Cidade do Aço” se tornou palco de significativas transformações que repercutiram em todas as esferas da vida social e deram uma nova face ao município.

No segundo capítulo, *Um Cenário de Mudanças: Ofensiva do Capital, Derrota do Movimento Popular e a Formação de Novos Rearranjos Políticos em Volta Redonda*, descreveremos o processo de privatização no setor público brasileiro, com ênfase no caso da Companhia Siderúrgica Nacional e seu impacto no município de Volta Redonda. Este período também foi marcado por um complexo processo de disputas políticas – que perpassaram e afetaram o poder político – nesta cidade, envolvendo diversos setores da sociedade civil e,

concomitantemente, por uma brutal reestruturação produtiva que culminou na formação de um grupo político-econômico hegemônico, girando em torno da liderança do empresário-político Antônio Francisco Netto, e na fragmentação e desarticulação do até então sólido e combativo movimento social da cidade.

Descreveremos ainda as divisões no interior do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, que, além de ajudarem a enfraquecer a unidade de ação dos movimentos sociais, contribuíram decisivamente na privatização da CSN. Elucidaremos também a vitória e ruptura da chamada “Frente Popular”, formada por partidos políticos de esquerda e respaldados pelos movimentos sociais mais combativos da cidade, que, tão logo logrou êxito nas eleições municipais, isolou os quadros políticos mais à esquerda e atraiu os mais conservadores, descaracterizando as políticas públicas defendidas – e já aprovadas – de cunho popular, que, como veremos ao longo do capítulo, também expressavam reflexos de disputas político-econômicas em níveis estadual, nacional e internacional.

Ainda neste capítulo, daremos prosseguimento à análise do que se convencionou chamar de “sindicalismo de parceria” e a descrição do processo de reestruturação produtiva que foi implantada na CSN ao longo da década de 1990 e início do século XXI, bem como os conflitos e divisões dentro do movimento popular e alguns acontecimentos que propiciaram o aprofundamento de sua desarticulação no período.

Por fim, analisaremos as articulações políticas e econômicas estabelecidas ao longo da década de 1990, a fim de apontar os novos grupos políticos formados e suas visões, os arcos de aliança e os rearranjos desenvolvidos, que viabilizaram a formação de um novo cenário de poder político e econômico na cidade.

O terceiro e último capítulo desta dissertação, *A Nova Face da Cidade do Aço: Sociedade Civil, Política, Economia e Hegemonia*, objetiva descrever e analisar as consequências das mudanças e disputas gestadas ao longo da década de 1990 e virada do século, examinadas nos capítulos anteriores. Nossa hipótese é a de que, entre essas consequências, configura-se a consolidação de uma nova fração hegemônica na cidade com relação orgânica com aparelhos privados de hegemonia de predomínio do setor comercial e de serviços, e a internacionalização e conglomerização da Companhia Siderúrgica Nacional.

Para tanto, com base no arcabouço teórico *gramsciano*, vamos analisar o perfil dos agentes escalados para ocupar cargos dentro do aparelho de Estado em Volta Redonda, bem como as iniciativas políticas das principais entidades de classe da cidade – como a Associação Comercial, Industrial e Agro-pastoril (ACIAP), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Sindicato do Comércio Varejista (Sicomércio) e a Associação dos Aposentados e Pensionistas

de Volta Redonda (AAP-VR) – expressas em projetos como o *Repensar Volta Redonda*, *Mercovale*, *Cinturão do Aço*, entre outros.

Além disso, para entendermos como essa hegemonia foi exercida, faremos um balanço das políticas públicas dos governos Antonio Francisco Neto (1997-2004) e Gothardo Lopes Netto (2005-2008) através das obras públicas, das leis aprovadas na Câmara dos Vereadores, das disputas em relação ao plano diretor da cidade que levou 13 anos para ser aprovado, do pesado arrocho salarial imposto aos servidores, entre outros. Para compreendermos de forma mais ampla esse processo hegemônico, esboçaremos também um balanço do papel do movimento social organizado, nitidamente menos capilarizado na cidade, através do estudo dos movimentos *Grita Volta Redonda*, *fóruns contra demissões* e apresentaremos a resistência dos grupos contrários aos empreendimentos da Prefeitura, mas sobretudo, à CSN. Por fim, vamos descrever o processo de internacionalização e conglomerização da Companhia Siderúrgica Nacional após sua privatização, além de apontar possíveis tendências do desenvolvimento político-econômico da outrora *cidade do aço*.

Em relação às fontes utilizadas para nossa pesquisa, trabalhamos com uma bibliografia acerca da cidade de Volta Redonda, que inclui livros, dissertações e teses. Também pesquisamos fontes primárias em arquivos públicos como o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/UFRJ), Arquivo da Câmara Municipal de Volta Redonda e o Acervo Técnico do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda (IPPU/VR). Outro acervo importante pesquisado foi o arquivo do *Jornal Aqui* de Volta Redonda (com jornais e revistas do mesmo proprietário desde a década de 1970), que nos permitiu ter um amplo panorama do período estudado. Fontes disponíveis na internet também foram valiosas para o resultado final da dissertação, como a Secretaria do Tesouro Nacional. Além disso, foi de extrema importância o acesso ao acervo pessoal de Maria das Dores Mota (Dodora), militante política histórica da esquerda da cidade; além de meu próprio acervo pessoal construído ao longo de minha vida e militância. Ademais, realizamos algumas entrevistas e tivemos acesso a depoimentos concedidos a outros pesquisadores. Aliás, o uso da História Oral como metodologia tem contribuído muito para o historiador do tempo presente.

Porém, não podemos deixar de apontar as inúmeras dificuldades encontradas para produzir essa dissertação. Não conseguimos ter acesso a nenhum arquivo (ou mesmo acervo de revistas) de entidades patronais de Volta Redonda; muitas delas sequer responderam nossas solicitações, assim como as lideranças do grupo político estudado em nosso trabalho. O jornal *Diário do Vale* – principal jornal de Volta Redonda – protelou nosso acesso ao seu acervo, até o ponto de ignorar nossos apelos. Também antigos militantes da esquerda política

da cidade hesitaram em nos conceder entrevistas, talvez por preferirem apenas lembrar o passado de “renome” do movimento popular local e convir-lhes o silêncio no momento da autocrítica (necessária), no momento da derrota ou por pura e simples vaidade.

Aliás, a grande maioria dos trabalhos que contemplam a história de Volta Redonda, sobretudo os escritos por historiadores, dedicam-se a estudar o período auge do movimento operário e dos movimentos sociais da “cidade do aço”. Neste sentido, a relevância desta pesquisa está em priorizar um recorte cronológico distinto (1992-2008), que aprecia um *outro momento histórico* da cidade e analisa as profundas mudanças sociais e econômicas vivenciadas nas últimas décadas, *após* um passado marcado pela combatividade dos movimentos sociais voltarredondenses. E, como apresentaremos ao longo deste trabalho, essas mudanças foram tão significativas que, como sugere o título de nossa dissertação, foram responsáveis pela configuração de *uma nova face da cidade do aço*.

## Capítulo 1:

### “Pressupostos Teóricos e Históricos: Rumo a uma Análise da História Recente da Cidade de Volta Redonda”

#### 1.1. Pressupostos Teóricos: Uma Análise das Características do Capitalismo e as suas Distinções Contemporâneas

Nos dias atuais, embora as correntes historiográficas e as suas mais diversas metodologias propõem um estudo histórico amplo e complexo – e, em alguns casos, falando por si só, sem uma base teórica e sem um rigor com a realidade empírica –, elas expressam, na verdade, duas matrizes teóricas de concepção de Estado e Política: o Liberalismo e o Marxismo. Entretanto, algumas vezes essas concepções teóricas estão colocadas apenas de forma implícita.

A Escola Liberal<sup>2</sup> começa a tomar forma no século XVII, contrapondo à visão religiosa do direito à uma visão racional. O direito sai do plano astral – casuísta, baseado no direito canônico de acordo com os dogmas cristãos – para o plano dos homens, a partir de regras universais de conduta válidas para qualquer tempo e espaço. Com essa defesa da razão levada às últimas conseqüências, ela – a razão – transcende a história para se tornar universal, inspirada em leis matemáticas das ciências exatas.

Os liberais unificam as múltiplas realidades humanas, universalizando-as com a regra de que os homens e a sociedade vieram de um estado de natureza (não político e, por conseguinte, sem Estado, com indivíduos isolados vivendo sob suas paixões). Portanto, a doutrina liberal demonstra ser ahistórica e compreende o Estado de forma dicotômica: de um lado, o Estado ou Sociedade Civil – que é político, onde os homens se organizam racionalmente, através de um contrato social – e do outro, o Estado de Natureza. Esse Estado ou Sociedade Civil seria a soma de vontades individuais que firmaram um contrato com o governante, onde o poder precisa ser consentido pelo pacto de sociabilidade.

O Estado, para os jusnaturalistas, é o local onde o homem exerce harmoniosamente sua razão e a liberdade é obediente ao controle estatal, sendo regulada pelo contrato social. O exercício da propriedade privada se legitima a partir da propriedade privada do soberano. No

---

<sup>2</sup> Entre os principais expoentes dessa escola, com formas de pensamento um tanto elásticas, podemos citar Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, que constituem uma escola porque são racionais

liberalismo, o conflito é diluído com a naturalização da propriedade privada – como defendia John Locke<sup>3</sup> – e o que iguala os homens é o pacto firmado no contrato social. Para Locke os direitos naturais eram: 1) a tolerância política e religiosa; 2) direito de defesa contra o arbítrio; 3) o indivíduo nasce livre e racional. Na passagem do século XVIII para o século XIX, Adam Smith, junto com a Escola Utilitarista<sup>4</sup>, defendia que a natureza humana teria uma propensão natural à troca, onde o *laissez-faire* seria a conclusão lógica desse tipo de raciocínio.<sup>5</sup>

No século XIX, esses preceitos teóricos liberais começaram a ser questionados pelo historicismo alemão<sup>6</sup> e também pela corrente marxista. Após os levantes operários na Europa pós-1848, na primeira crise do capitalismo, ficou evidente os limites da teoria liberal. Para a matriz marxista, a sociedade de natureza nunca existiu; a sociabilidade humana sempre existiu no ato da produção da vida material, na qual uns se apropriam mais ou menos da riqueza produzida e assim já começam a se organizar como classe e não como indivíduos isolados. A desigualdade social precede o Estado<sup>7</sup> e uns acumulam meios de produção enquanto outros só possuem sua força de trabalho como forma de adquirir meios de sustento.

Por isso, Karl Marx não contrapõe o Estado aos indivíduos e sim aos grupos sociais. A dicotomia é a contraposição existente entre Sociedade Civil e Sociedade Política. O Estado é uma formação social de uns grupos proprietários para legitimar sua dominância. Portanto, a sociedade civil é o reino do conflito que vai se refletir no Estado. Na matriz marxista até Vladimir Lênin, a definição de concepção de Estado reside na coerção e, por sua vez, este Estado só é legitimado para as classes proprietárias dos meios de produção. O Estado existe para mediar os conflitos entre as classes sociais desiguais e reproduzir essa legitimação, principalmente em relação à propriedade privada.

Para Marx, a teoria liberal,

expressa uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, só aparece, no entanto, sob esta forma abstrata como verdade prática (...) em todas as formas de sociedade é uma produção determinada e

---

contrapondo a visão do direito canônico, possuem em comum o núcleo do método racional e ao invés de recorrer a Deus recorrem à razão.

<sup>3</sup> John Locke é um dos principais teóricos do contrato social. Na sua obra *Segundo tratado sobre o governo civil*, o autor demonstrou sua teoria do Estado Liberal e a defesa da propriedade privada.

<sup>4</sup> Ética como ciência quase geométrica. Princípios morais capazes de garantir a coesão e a ordem. Para saber mais PAULANI, Leda Maria. *Modernidade e Discurso Econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. p.117.

<sup>5</sup> PAULANI, Leda Maria. *op.cit.*

<sup>6</sup> O historicismo alemão, entre outros pressupostos, defende a história como principal fonte de conhecimento sobre as ações humanas, negando leis matemáticas como universais. Entre seus principais expoentes está, por exemplo, Max Weber.

<sup>7</sup> ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

as relações por elas produzidas que estabelecem a todas as outras produções e às relações a que elas dão origem a sua categoria e importância.<sup>8</sup>

Depois de criticar o método liberal, a naturalização das coisas e das relações sociais, Marx propôs um novo método de análise da economia política.<sup>9</sup> Esse método de produção de conhecimento se baseia no fato de que a realidade empírica existe independente do pensamento e para além da consciência humana num dado momento histórico (materialismo histórico). O homem enxerga através de seu pensamento a realidade, que são as *abstrações simples* (sem nexos), e tenta codificar essa realidade. Alguns indivíduos buscam nexos em maior número entre os vários *concretos pensados*. A prática desse método da reflexão sensorial segue neste movimento de ida ao concreto e volta ao mental, até apreender-se de *abstrações totais*, que são os conceitos e o modo de produção. Começa com o ato de pensar o concreto, que seria o *concreto figurado* (o que aconteceu de fato), depois passaríamos para as abstrações mentais para atingir *determinações simples*. O próximo passo é voltar para o *concreto pensado* que seria o teste, voltando à mente para abstrações mais gerais, um *concreto mais rico*, comum a todos, enfim, um conceito. Esse método é atingido com a prática até que se consiga uma análise totalizante. Essa ida e volta da mente entre pensar o concreto e fazer abstrações mentais demonstra que o pensar é dialético, recorrendo inúmeras vezes ao concreto para ir construindo um conhecimento. Entretanto, a realidade empírica existente não é perceptível ao homem, mas vai existir a tentativa de se propor sínteses de múltiplas determinações do real. Por isso, um objeto histórico, por exemplo, possui múltiplas análises. É aí que deriva, para nós a atualidade da crítica da economia política de Marx, seu acerto metodológico.<sup>10</sup> O erro do método liberal consiste no caso de os pensadores clássicos terem sido:

Iludidos pelo fato de que o concreto aparece para o pensamento como resultado, quando, em verdade, ele é o ponto de partida efetivo (...) É por terem esquecido de fazer a viagem de volta – do abstrato à realidade concreta –, afirma Marx, que eles não perceberam a especialidade e o caráter historicamente condicionado (...).<sup>11</sup>

E, ainda segundo Leda Paulani, a economia clássica “tende a tomar como ahistóricos e como atributos da natureza humana uma série de comportamentos e fenômenos que só se

<sup>8</sup> MARX, Karl. “O método de economia política”. In: FERNANDES, Florestan (org.). *Marx-Engels: História*. São Paulo: Ática, 1983, p. 233.

<sup>9</sup> Cf. Marx, Karl. *Op.cit.* 1983.

<sup>10</sup> PAULANI, Leda Maria. *op.cit.*

<sup>11</sup> *Idem.* p.196.

justificam e se explicam no contexto social que os produziu”.<sup>12</sup> Assim, o pensamento clássico reproduz a própria realidade social que a cerca, identificando o social como algo natural. Por isso não consegue identificar uma série de desdobramentos e de suas conseqüências.<sup>13</sup>

A fim de analisar o processo da dinâmica capitalista, duas questões se colocam de forma central: primeiro, de que forma o capitalismo conseguiu se expandir até o limiar do século XXI a ponto de expor a humanidade ao risco de extinção, numa crise não só econômica (e todas as tragédias sociais envolvidas) como civilizatória? ; e segundo, como a sociedade do capital expandiu formas de aceitação/coerção através da crescente divisão social do trabalho, transformando seres humanos em indivíduos histórico-mundiais voluntariamente necessitados de vender sua força de trabalho sob quaisquer condições?

E para começar a compreender esse complexo processo, a crítica da economia política<sup>14</sup>, em todas as suas dimensões (da economia às condições sociais de existência, ou seja, o modo de produção – totalizante da vida social), se faz necessária. Ao refutar o evolucionismo contínuo da economia como uma *lei natural*, inexorável, estática, como defendem os liberais, estamos defendendo o caráter *histórico e mutável* das relações sociais, entre elas, as relações econômicas. Não existe produção separada da condição social; a base da produção de meios de subsistência vem do trabalho e, com o desenrolar do capitalismo, a economia e as diversas formas de apropriação do trabalho foram sendo naturalizadas, como parte da *natureza humana*.

Para István Mészáros, o capital, enquanto *modo de controle do metabolismo social*, se apresenta como relação social que se tornou um sistema expansionista, incontrolável, incorrigível e insustentável, oriundo da *forma geral do capital* ou *forma de reprodução ampliada do capital D-M-D'*.<sup>15</sup> Antes do capitalismo, as mudanças sociais eram lentas, sendo o propósito social a permanência dos “costumes” (dinâmica tradicionalista, voltada para dentro). Com o capitalismo, a partir do predomínio da troca mercantil nas sociedades, as mudanças são expansivas e, ao produzir, mais o capitalismo se reproduz com novas bases e em novas escalas.

A fórmula D-M-D' expressa o caminho essencial da sociedade burguesa: o (D) – dinheiro – representa concentração de renda, a acumulação prévia (trabalho morto); (M) –

<sup>12</sup> *Idem*. p.196.

<sup>13</sup> *Idem*, *Ibidem*.

<sup>14</sup> Economia Política é o “modo como os homens procuram os bens necessários para viver. Nos Estados modernos capitalistas os homens procuram esses bens unicamente pela compra e venda de mercadorias”. MARX, Karl. *O Capital*. 7ª edição, resumida por Julian Borchardt. São Paulo: LTC, 1982.

<sup>15</sup> MÉZAROS, István *apud* ALVES, Giovanni. *A condição de proletariado: a precariedade do trabalho no capitalismo global*. Londrina: Editora Práxis, 2009. p. 13.

mercadoria – representa a compra de mercadorias, força de trabalho (trabalho vivo), meios de produção e matérias-primas (ambas também podendo advir de trabalho morto), e outra mercadoria transformada; por fim, (D') é resultado do processo que gerou mais dinheiro (mais-valor). Não é como os liberais defendem, M-D-M, em que o dinheiro é o meio de circulação simples, equivalente. O dinheiro é o princípio e o fim de todo o processo e o capital (K) é o próprio movimento de autovalorização. Na circulação capitalista em que já existe uma apropriação prévia<sup>16</sup>, quanto mais rápida for a rotação deste capital, mais ciclos de D-M-D' poderão ser realizados e mais lucro aferirá ao capitalista.

Apresentando o ciclo do capital-dinheiro, Reinaldo Carcanholo descreve com clareza esse movimento:

1. Em primeiro lugar destaca-se que CAPITAL é VALOR que, através de determinado processo de circulação chega a incrementar-se, a auto-valorizar-se, através da criação da mais-valia. CAPITAL é, na verdade, nome simplificado do VALORCAPITAL. 2. Esse processo de circulação do VALOR-CAPITAL consiste numa seqüência determinada de metamorfoses. O valor inicia o ciclo sob forma de dinheiro (D), isto é, sob forma de capital-dinheiro, transforma-se pela compra de mercadorias (M) no conjunto de meios de produção (MdP) e força de trabalho (FdT), isto é, adota a forma de capital-produtivo, alcança a forma de mercadoria produzida (valor sob forma de capital-mercadoria) e, finalmente, volta a transformar-se em dinheiro (agora incrementado). Dinheiro e mercadoria são, portanto, formas funcionais do capital. 3. Em resumo é valor que através de determinado processo de circulação se autovaloriza e apresenta as seguintes formas funcionais: capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria. 4. O valor-capital adota a forma funcional de capital-dinheiro, para cumprir as funções de dinheiro, isto é, meio geral de compra e meio de pagamento; para depois da compra, converter-se nos elementos materiais do capital-produtivo. A expressão D-M, indica a metamorfose (ou conversão) do capital da sua forma capital-dinheiro para capital-produtivo. 5. Sob a forma de meios de produção e força de trabalho o capital deve cumprir as funções produtivas, isto é a produção de mais-valia. Posteriormente o valor capital assume a forma funcional de capital-mercadoria (já impregnada de mais-valia) para cumprir as funções de mercadoria: os produtos que o constituem devem ser vendidos. A simples mercadoria converte-se em capital mercadoria no momento em que se torna forma funcional, através da qual tem existência o valor-capital.<sup>17</sup>

E como descreve a historiadora Virginia Fontes, existem duas faces sociais dessa tendência expansiva do capital: “a concentração de *recursos sociais* de produção e a recriação

<sup>16</sup> A colonização das Américas, o saque do continente africano e o fim da servidão ao longo de séculos na Europa são exemplos históricos dessa “acumulação prévia” de recursos que possibilitaram a revolução industrial e a predominância do capitalismo.

<sup>17</sup> CARCANHOLO, Reinaldo. *Roteiro para o ensino da economia marxista*. Disponível em: <www.carcanholo.cjb.net>. Acessado em 15/01/2011.

permanente de expropriações sociais”.<sup>18</sup> Isso demonstra o quanto é voraz e que “(...) traduz a *atividade* necessária para o capital (o exercício do trabalho sob o capital, ou a extração de mais-valor)”.<sup>19</sup>

Baseando-nos na teoria do valor, que é central no estudo de Karl Marx sobre o desenvolvimento do *Valor* e em toda a teoria econômica marxista, buscamos através de sua descrição demonstrar como no processo de valorização do capital acontece a *apropriação e transferência de valores* (mais-valor) que permitem – além de sua valorização – a concentração cada vez maior desse valor-capital. A teoria do valor é “uma teoria da produção, apropriação e transferência da riqueza (...) N’O Capital, Marx estuda teoricamente o processo de desenvolvimento do valor desde a sua gênese até a forma mais avançada: o capital”.<sup>20</sup>

E é criticando essa falsa comensurabilidade entre os valores, por exemplo, na compra e venda da força de trabalho, que Marx demonstra como essa diferença apropriada é o “pulo do gato” da acumulação de capital. Com a conversão da força de trabalho em mercadoria, os trabalhos díspares foram (durante o processo histórico) sendo comensurados. Como o valor da mercadoria (força de trabalho) é medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário (e variável), mais o valor social depositado naquele tipo de trabalho (também variável) nem sempre corresponde ao que foi produzido pelo trabalho, e esse excedente (mais valor) impulsiona a generalização de mercadorias. E as condições necessárias para que a força de trabalho seja negociada (para um valor mais alto ou mais baixo) são a produção social de trabalhadores livres (já expropriados dos meios de subsistir autonomamente) disponíveis para o mercado e a extração de sobretrabalho na forma de mais-valor.

Portanto, o capitalista ao ir progressivamente eliminando as diferenças entre tempo de trabalho e tempo livre, e assim acabando com a capacidade de identificar o tempo de trabalho (que nos dias atuais foi extrapolada), pode intensificar e não remunerar este tempo de trabalho, aumentando a exploração. Assim, na medida que o capitalismo foi se desenvolvendo e se generalizando, começaram a surgir mecanismos de autonomização do capital para se valorizar.

A reprodução do capital é sempre ampliada incorporando novas capacidades de acumulação. Na sua dinâmica, a autonomização do capital comercial<sup>21</sup>, capital-produtivo<sup>22</sup> e

<sup>18</sup> FONTES, Virgínia. *O capital-imperialismo: algumas considerações*. Comunicação do 3º Encontro Internacional de Serpa: “Civilização ou barbárie: os desafios do mundo contemporâneo”, p. 1. Disponível em: <www.diario.info>. Acessado em 15/01/2011.

<sup>19</sup> *Idem*.

<sup>20</sup> CARCANHOLO, Reinaldo e TEIXEIRA, Olívio. “Sobre a leitura ricardiana de Marx”. *Revista Ensaios – FEE*, ano 13, nº2. Porto Alegre, 1992. pp. 581-591. p.581

<sup>21</sup> Capital comercial: aparece historicamente antes, é o comércio.

capital-bancário<sup>23</sup>, um capital passa direta e indiretamente a ser estimulado por outro capital. O capital-bancário estimula o capital-industrial com créditos a juros para produzir – e extrair mais-valor – mais mercadorias, que serão vendidas pelo capital-comercial. Por sua vez, o capital-bancário é estimulado pelos outros capitais com o pagamento dos empréstimos com juros (valor acrescido com o mais-valor extraído na escala produtiva). Com a crescente acumulação de capitais na segunda metade do século XIX e a necessidade cada vez mais insana de valorizar montantes maiores de capital, Marx percebeu que o capital também teria se tornado *mercadoria*: “O valor de uso do capital convertido em mercadoria, ou o capital portador de juros, é o de ser utilizado como capital, impulsionando a produção de valor através da multiplicação de agentes voltados para a função de extrair mais-valor”.<sup>24</sup>

Assim sendo, um capital passa a depender organicamente um do outro, aumentando as condições sociais para esse movimento de valorização, e sua condição de existência é impulsionar a possibilidade de expansão deste processo. O que existe é uma massa concentrada de *trabalho morto* (em forma de dinheiro) que precisa ser valorizado para se tornar novamente capital e se dispõe no mercado para ser revalorizado por terceiros. Exemplo mais evidente do capital portador de juros são as reuniões de grandes montantes de capitais, fundos de pensão, bancos de investimentos.

Essa punção por expansão pressiona e modifica para cima as relações sociais capitalistas e, com essa generalização de uma relação social (do capital) cada vez mais complexa, reforçam-se as expropriações do trabalho e produção de necessidades (que também é uma construção social histórica e mutável). Na virada do século XIX para o século XX emerge o capital financeiro (uma fusão entre o capital industrial e o capital bancário, que marca o fim do capitalismo concorrencial).

Lênin identifica nos monopólios a expressão maior do grau de concentração de capitais existentes.<sup>25</sup> É a fase imperialista do capitalismo tendo como característica principal os monopólios (o que demonstra uma mudança substancial do capitalismo), o que, por sua vez, acaba alterando o conjunto de todas as relações dentro do capitalismo. O mundo é visto como totalidade e de alcance às “oportunidades” de valorização do capital ou simplesmente

---

<sup>22</sup> Capital produtivo: Marx chama de capital-industrial toda a totalidade de funções que extraem mais-valor, como a industrial, a de serviços, entre outros.

<sup>23</sup> Capital bancário: como o capital-comercial, aparece antes do capitalismo que se generalizou como resultado do crescimento do Estado-Nação com a cobrança de impostos e centralização monetária. Cumpre o papel bancário de fazer reserva de dinheiro que os capitalistas necessitam além de adiantar valores em capital-dinheiro, potencializando o crescimento do valor.

<sup>24</sup> Cf. FONTES, Virgínia. *op.cit.* p.2.

<sup>25</sup> LENINE, Vladimir I. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Obras Escolhidas. Lisboa: Editora ‘Avante!’, 1977.

rapina dos recursos naturais e matérias primas. Com a exportação de capitais para outros países, novos sistemas de participação surgem impulsionando mais concentração e um novo tipo de Estado vinculado a esses capitais. E o acirramento entre as nações imperialistas resultou em duas guerras mundiais.

Enquanto Lênin (nas primeiras décadas do século XX) enfatizou os monopólios econômicos, Antônio Gramsci (posteriormente) pensou nos monopólios do poder e na forma como as frações de classe burguesas dominam e conferem um sentido mais afável à lógica do capital. Gramsci observou que nos países do Oriente, os Estados eram fortes e a sociedade civil fraca e que o oposto ocorria no Ocidente, caracterizado por um Estado fraco com uma sociedade civil forte, na qual o poder não se limita à posse da ossatura material do Estado.<sup>26</sup> Em textos como *Americanismo e fordismo*<sup>27</sup>, Gramsci demonstra como as formas de consciência foram sendo formadas para a aceitação e consentimento dos trabalhadores. Concomitante a este processo, ocorreu um grande florescimento de associações e comitês da burguesia participando ativamente de discussões acerca do Estado, bem como formando quadros para atuar dentro deste Estado que privilegia o grande capital, mas transforma seus interesses em interesses universais, hegemônicos.

Para tanto, a visão de Gramsci sobre o Estado é ampliada. Além do Estado estar dentro do conjunto das relações sociais historicamente construídas, ele é aberto a canais de ação política por parte de *aparelhos privados de hegemonia* de todas as classes. Na ótica *gramsciana*, o Estado pode ser dividido em duas esferas. De um lado, a *sociedade política*, representada pelas agências burocráticas e aparelhos estatais; e de outro, a *sociedade civil*, que se materializa nos aparelhos privados de hegemonia, que objetivam desenvolver canais de interlocução com o restante da sociedade e também defendem os interesses políticos-

---

<sup>26</sup> A questão sobre a diferença entre o Ocidente e o Oriente em Gramsci advém dos conceitos de Guerra de Movimento (ou Manobra) e Guerra de Posição, dentro de sua Teoria de Hegemonia. Isso responderia às novas exigências da luta política após a Revolução Russa de 1917. No Ocidente, a sociedade seria mais complexa onde não bastava tomar de assalto o controle do Estado. Assim, a luta política se daria por meio de uma “Guerra de Posição” com o objetivo de se construir a hegemonia. Enquanto no Oriente, a sociedade menos complexa estaria ainda vulnerável a levantes populares e, uma vez assumindo o controle do Estado, a sociedade civil mais frágil teria dificuldades em reaver seu poder de outrora. “Parece-me que Ilitch [Lênin] havia compreendido — afirma Gramsci no caderno 7 — que havia ocorrido uma mudança da guerra manobra, vitoriosamente aplicada no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente. [...] No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia uma justa relação entre Estado e sociedade civil e, diante dos abalos do Estado, podia-se divisar imediatamente uma robusta estrutura de sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; isso se podia ver, mais ou menos, de Estado para Estado, mas esta observação exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional.” Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=643>>. Acessado em 17/04/2012.

<sup>27</sup> Esses textos podem ser encontrados em Gramsci, Antonio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

econômicos das frações de classe (difundindo certas visões de mundo, ideologias). O amálgama entre essas duas esferas – *sociedade política* e *sociedade civil* – originaria o *Estado ampliado*.

No pós-Segunda Guerra Mundial, assistimos a um aumento ainda maior de entidades e organismos internacionais de promoção de políticas públicas destinadas a formar quadros técnicos e assessorar reformas políticas e econômicas que sejam necessárias para facilitar a acumulação de capital pelo mundo. A partir destas organizações com alcance e poder de barganha global sob a tutela dos Estados Unidos – como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras – realizou-se um rearranjo entre as nações imperialistas com um intenso entrecruzamento de capitais de diversas origens e destinos, o que possibilitou um aumento da concentração de capitais com o incremento de multinacionais espalhadas por boa parte do mundo em associação com as burguesias locais subalternas, como a brasileira.

Com a tendência de acumular cada vez mais capital, surge a necessidade de ultrapassar as fronteiras nacionais para continuar valorizando esses capitais, propiciando a formação de mega conglomerados internacionais com forte atuação nos mercados de ações que se valorizam na proporção  $D-D'$ <sup>28</sup>, mas que mascara e impulsiona a tendência à necessidade de cada vez mais extrair mais-valor, em qualquer lugar do planeta e sob quaisquer condições. Com a proliferação de crédito para o desenvolvimento industrial dos países periféricos ao capitalismo e subalternos aos países centrais, os mercados de ações e de dívida pública ganharam uma importância vital para a reprodução do sistema já sob a hegemonia do capital portador de juros.

O Brasil, desde o início de seu processo de industrialização, do qual a construção de Volta Redonda é símbolo, favoreceu a grande indústria privada (com subsídios e monopólios), mas principalmente criou condições estruturais para que ela se expandisse. Inicialmente, através da criação das grandes estatais de base no setor de mineração, como a Vale do Rio Doce, no setor siderúrgico, com a Companhia Siderúrgica Nacional, e de motores aeronáuticos e posteriormente de caminhões e ônibus, com a Fábrica Nacional de Motores. Com a abertura para entrada de empresas estrangeiras no país, principalmente com as

---

<sup>28</sup> A expressão representa a fase em que o capital vira mercadoria. O capital-dinheiro é emprestado a juros. Enquanto na expressão aparece apenas  $D-D'$ , dinheiro que valoriza e se transforma em mais dinheiro, ela oculta o processo de extração de mais valor que ela impulsiona através de créditos no setor produtivo e mercado de ações de empresas.

montadoras de automóveis, a partir do governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), as estatais passaram a subsidiar seus preços para garantir a expansão do setor privado.<sup>29</sup>

O estabelecimento de grandes grupos empresariais foi sendo estimulado, através de concessão de monopólios ou proteção contra a concorrência estrangeira (reserva de mercado), como no caso das empreiteiras brasileiras.<sup>30</sup> Isso propiciou ao Brasil, a partir de 1970, exportar capitais, fenômeno que foi intensificado com o processo de privatização na década de 1990, o que, por sua vez, fomentou uma concentração de capitais ainda maior no país. Como consequência desse processo, foram gestados grandes grupos empresariais que, com apoio e suporte do governo brasileiro, tem expandido suas atividades além das fronteiras nacionais, numa expansão em nova escala, *capital-imperialista*.<sup>31</sup>

Partindo da análise profunda de Marx, Lênin e Gramsci, Virgínia Fontes analisa as transformações do capitalismo contemporâneo e mostra que este, no período atual, permitiu um acúmulo de capital que permite que empresas de países periféricos exportem capitais:

Falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas da produção local, impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência, ambiental e biológica. Por impor aceleradamente relações sociais fundamentais para a expansão do capital, favorece contraditoriamente o surgimento de burguesias e de novos Estados, ao mesmo tempo que reduz a diversidade de sua organização interna e os enclausura em múltiplas teias hierárquicas e desiguais.<sup>32</sup>

O período após a Segunda Guerra Mundial e até a primeira metade da década de 1970 foi marcado por um grande crescimento econômico e estabilidade política nos países centrais do capitalismo. O sistema capitalista se expandia para diversas regiões do planeta e se consolidava na Europa Central, que se reindustrializava com vultuosos empréstimos e

<sup>29</sup> MENDONÇA, Sônia R. & FONTES, Virgínia M. *História do Brasil Recente 1964-1992*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

<sup>30</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini”. *Contra a Corrente: revista marxista de teoria, política e história contemporânea*. Ano 2, nº3, 2010. p. 70-77.

<sup>31</sup> Para saber mais: FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História*. Rio de Janeiro: UFRJ/EPSJV – Fiocruz, 2010.

investimentos dos Estados Unidos. Assim, o capitalismo conseguia acumular capital distribuindo renda e afastando qualquer ameaça socialista de seus domínios hegemônicos.<sup>33</sup>

Esse processo ocorreu sob a liderança econômica dos Estados Unidos que, através de um plano de ajuda à Europa Central e ao Japão – o *Plano Marshall*<sup>34</sup> – viabilizou, para estas regiões, um grande fluxo de capital, desencadeando um desenvolvimento industrial marcado pela forte presença do Estado na economia: um Estado de tipo *Keynesiano*, baseado no pleno emprego, elevados gastos sociais em saúde, educação e seguridade social. Esse *Estado de Bem-Estar Social* (“Welfare State”) serviu ao processo de acumulação de capital no período, pois além de investir em setores da economia que não eram atraentes ao capital privado, atendeu também à classe trabalhadora via concessão de direitos sociais. Ou seja, o Estado garantiu a reprodução do modelo de acumulação e condições de sua manutenção. Porém, já no final da década de 1960, esse modelo apresentava sinais de esgotamento.

A crise mundial do capitalismo na década de 1970 colocou fim a um período de grande expansão do capitalismo pelo planeta (a “Era de Ouro”, na expressão de Hobsbawn) e levou a uma baixa produtividade e ao aumento considerável da inflação. Concomitante a esse processo de crise, o movimento operário – que já não era aquele que presenciara a miséria do pós-guerra e sim aquele, desenvolvido ao longo das décadas de 1960 e 1970, que viveu do consumo de bens duráveis e do pleno emprego – passou a criar tensões e lutar pela manutenção de seus direitos, que agora corroíam as bases de acumulação de capital.<sup>35</sup>

Como analisou Suely Maria Ribeiro Leal:

Nos meados da década de 70, o padrão Keynesiano de desenvolvimento dava sinais claros de esgotamento, o que vem à tona com o fim da conversibilidade do dólar em 71. As tradicionais políticas de corte econômico e financeiro mostravam-se incapazes de dar direcionamento ao crescimento da economia; períodos expansivos tornaram-se mais curtos, as recessões freqüentes, a aceleração inflacionária crescente, o desemprego apresenta altas taxas, demonstrando que o estável crescimento dos anos 50 e 60 havia sido interrompido. Baixo crescimento, aceleração inflacionária e

<sup>32</sup> FONTES, Virgínia. *O capital-imperialismo: algumas considerações*. Comunicação do 3º Encontro Internacional de Serpa: “Civilização ou barbárie: os desafios do mundo contemporâneo”, p. 1. Disponível em: <www.diario.info>. Acessado em 15/01/2011.

<sup>33</sup> Esse período, que vai do final do 2ª Guerra Mundial até o choque do petróleo em 1973, é chamado pelo historiador Eric Hobsbawm de “Era de Ouro do Capitalismo”. Cf. HOBBSAWM, Eric J.. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>34</sup> Plano de ajuda econômica dos Estados Unidos aos países da Europa Ocidental destruídos pela 2ª Guerra Mundial. Foi um aprofundamento da Doutrina Truman que também buscava afastar o Comunismo desses países. Para mais informações; HOBBSAWM, Eric. *Idem*.

<sup>35</sup> Cf. ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

desequilíbrios financeiros parecem ter gerado um conflito entre política econômica e política social, destruindo o círculo virtuoso do pós-guerra.<sup>36</sup>

Para o sociólogo do trabalho Ricardo Antunes, o pós-1970 possui como características: 1) a queda da taxa de lucro das empresas; 2) o esgotamento do padrão de produção fordista; 3) hipertrofia da esfera financeira e sua autonomia frente à produção; 4) maior concentração de capitais, com mega fusões; 5) crise do Estado de Bem-Estar Social (com retração dos gastos públicos e transferência de serviços para a iniciativa privada); 6) flexibilização e privatizações.<sup>37</sup> O modelo iniciado em Breton Wood, de controle do fluxo de capitais, vinculação das moedas nacionais ao padrão ouro-dólar, força de instituições globais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial com forte influência estadunidense, começa a ter dificuldade em valorizar capitais. E já na década de 1960, esses capitais começam a migrar para a esfera financeira. Para Antunes e István Mészáros,

(...) dos ciclos de expansão que conformaram o capitalismo ao longo de sua história, alternando períodos de expansão e crise, encontramos, desde fins dos anos 1960 e início dos 1970, mergulhados no que István Mészáros denomina como *depressed continuum* que exhibe as características de uma crise estrutural. (...) Dada a nova forma de ser da crise, ingressamos então numa nova fase, sem intervalos cíclicos entre expansão e recessão, mas presenciando a *eclosão de precipitações cada vez mais freqüentes e contínuas*. Tratando-se, portanto de uma crise na própria realização do valor, a lógica destrutiva que se acentua em nossos dias permitiu que Mészáros desenvolvesse outra tese, central em sua análise, de que o sistema de capital não pode mais se desenvolver sem recorrer à *taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias* como mecanismo que lhe é intrínseco. Isso porque o capital não considera *valor de uso* (que remete à esfera das necessidades) e *valor de troca* (esfera de valorização do valor) de forma separada, mas, ao contrário, subordinando radicalmente o primeiro ao segundo.<sup>38</sup>

Percebemos nessa análise de Antunes acerca da tese de Mészáros sobre a crise estrutural do capital que, no pós-1970, ocorreu uma busca pela agilização do ciclo produtivo como uma busca de alternativa para a saída da crise. O uso indiscriminado da tecnologia como forma de aumentar a capacidade produtiva, junto com a descartabilidade cada vez maior dos produtos consumidos (exemplos como computadores e automóveis cada vez mais “descartáveis” ou com período de vida útil cada vez menor), fez surgir gerações de

<sup>36</sup> LEAL, Suely Maria Ribeiro. “A outra face da crise do Bem Estar Social: neoliberalismo e os novos movimentos da sociedade do trabalho”. *Caderno de Pesquisa*, Campinas, UNICAMP, nº 13, 1990. p. 16-17.

<sup>37</sup> ANTUNES, Ricardo. *op.cit.* p.29.

<sup>38</sup> ANTUNES, Ricardo. “Introdução”. In: MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p.12.

consumidores compulsivos e formas de trabalho com o objetivo de gerar necessidades de consumo (como os publicitários), bem como uma valorização da esfera financeira, com a utilização das bolsas de valores para valorizar o capital. A resposta para a crise foi uma ofensiva do capital contra a classe trabalhadora no sentido de eliminar o máximo possível de trabalho improdutivo, suspendendo direitos, promovendo o desemprego estrutural como forma de pressionar para baixo as relações de trabalho e assim extrair ainda com mais ferocidade mais-valor. Com o predomínio do capital portador de juros houve ainda mais pressão por maximização do mais-valor e mundialização do capital e produção.

Ou seja, o enfrentamento da crise foi superficial e não transformou seus pilares, pelo contrário, aprofundou-os. Suas medidas foram no sentido de voltar com as taxas de lucro de outrora, a *Fase de Ouro* do capitalismo no pós-Segunda Grande Guerra. Não se mudou a forma de produção, mudou-se o padrão de acumulação<sup>39</sup>, que agora deveria ser flexibilizado.

O sistema produtivo dominante fordista foi substituído paulatinamente pelo método fordista japonês, conhecido como *toyotista*. Para Antunes, o *toyotismo* seria a “via japonesa de consolidação do capitalismo industrial” que possuía menos trabalhadores, mas garantia uma maior produtividade.<sup>40</sup> As diferenças entre o *Fordismo* e o *Toyotismo* são: 1) produção vinculada à demanda; 2) produção flexível; 3) trabalho em equipe; 4) *just in time*; 5) estoques mínimos; 6) produção descentralizada; 7) círculos de controle de qualidade, apropriando-se do intelecto do trabalhador; 8) emprego vitalício (muito pouco utilizado no ocidente).<sup>41</sup> Embora tenham sido adotadas em boa parte do mundo capitalista, essas medidas se adaptaram às singularidades e às particularidades de cada país ou região.

Isso mostra a intensificação da exploração da força de trabalho em escala global devido aos seguintes motivos: 1) pelo fato dos trabalhadores trabalharem, muitas vezes, em múltiplas máquinas com metas de produção; 2) aumento do ritmo e velocidade da cadeia produtiva; e 3) apropriação das atividades intelectuais do trabalho.<sup>42</sup> Para tanto, as técnicas de gestão de pessoal foram modificadas, para se enquadrar às formas de acumulação flexível. Essa forma de acumulação se fundamenta no padrão produtivo organizacional que se vale largamente de tecnologia de ponta, com produção mais flexível que se utiliza de terceirizações, “times de trabalho”, “envolvimento participativo”, “multifuncionalidade”, entre outras técnicas de gestão de pessoas. Isso representa a captura da subjetividade do

---

<sup>39</sup> ANTUNES, Ricardo. *op.cit.* p.35.

<sup>40</sup> *Idem.* p.52.

<sup>41</sup> *Idem.* p.54.

<sup>42</sup> *Idem.* p.56.

trabalhador que agora deve doar-se de corpo e alma ao trabalho. O capitalismo passou a exigir atitudes colaborativas, mesmo com humilhações impostas ao trabalhador.

No campo ideológico, o legitimador desse capitalismo duro foi Friedrich Hayek. Suas teses advinham da herança liberal, embora com novos e simplificados contornos e similaridades com a pós-modernidade. Para o historiador Perry Anderson, o Neoliberalismo surge em 1944, com o livro “*Caminho da Servidão*”, de Friedrich Hayek, que consistia num ataque apaixonado contra qualquer limitação do “mercado” pelo Estado, encarada como um ataque à “liberdade”. Economia de mercado e sociedade organizada materialmente pelo mercado são as heranças liberais de Hayek.<sup>43</sup> A sociedade organizada pelo mercado seria um resultado aceitável (e racional), porém não planejado. Para Hayek, os mecanismos de mercado regulatórios da sociedade se fazem necessários, pois, em sua ótica, essa é a única forma de compatibilizar as liberdades individuais, por mais duras e imorais que sejam.<sup>44</sup>

O ponto central de Hayek é a sua tentativa de demonstrar que o mercado pode atingir o equilíbrio, e quando isso acontece o mercado mostra ser a única instituição capaz de respeitar a primazia do indivíduo. A intromissão do Estado é irracional uma vez que o mercado busca o equilíbrio por meios racionais.<sup>45</sup> Durante 30 anos, as ideias de Hayek existiam apenas como discurso e ideário. Com a crise de 1970, as condições materiais surgiram para dar legitimidade às ideias de Hayek, como um discurso duro e apologético do capital. Em 1947, Hayek funda a sociedade de *Mont Pelerin*, com o claro propósito de atacar o *keynesianismo*. Ao longo dos anos, essas ideias permearam políticos conservadores e grandes universidades como a Universidade de Chicago, e, após 1970, bolsas de estudo oriundas dessas instituições cresceram enormemente, bem como o ingresso desses pós-graduados em altos postos governamentais de inúmeros países. Com a crise do Estado de Bem-Estar Social, lá estavam os *Chicago Boys* com as “soluções” para a crise.

As diferenças entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo são basicamente o fato de o neoliberalismo ser menos do que uma doutrina política, filosófica e moral. É uma receita econômica que despreza valores universais. Os princípios básicos do Neoliberalismo são: a redução do tamanho do Estado, através da privatização; rígido ajuste fiscal, livre comércio de bens e serviço, entre outros.

O Estado “inchado” e “oneroso”, que teria caracterizado o “Welfare State”, na concepção dos seguidores da doutrina neoliberal, deveria diminuir de tamanho, passando para

---

<sup>43</sup> PAULANI, Leda Maria. *op.cit.* p.118.

<sup>44</sup> *Idem.*

<sup>45</sup> *Idem.* p.123.

a iniciativa privada setores da economia até então controlados pelo poder público. Essas *privatizações* deveriam criar um ambiente favorável para a volta do crescimento econômico, uma vez que, como prega a ideologia neoliberal, o setor privado é muito mais dinâmico que o público. Outra diferença em relação ao liberalismo clássico é que, por suposta superioridade do mercado, o neoliberalismo “exige” fé total na “racionalidade” capitalista e no livre mercado.<sup>46</sup>

Assim sendo, percebemos que Hayek e seus signatários, como Milton Friedmann (conselheiro econômico do Partido Republicano dos Estados Unidos), não fundaram uma nova teoria. Antes, fundaram um discurso normativo, estático e ahistórico, assim como o pós-modernismo. O neoliberalismo não é científico como os neoclássicos, pois troca a ciência pela técnica financeira reduzindo o debate econômico.<sup>47</sup> No pós-modernismo não há distinção entre a verdade científica e as representações literárias, enaltecendo valores metafísicos e apresentando o mercado como possuidor de características libertadoras e autoritárias. Os pós-modernistas são radicais na postura (anti-universal e anti-totalizante) ao mesmo tempo que são conservadores, ratificando a incondicionalidade do capitalismo duro e intransigente que o neoliberalismo referendou.

Mas toda essa auto-suficiência verborizada pelos defensores do Neoliberalismo não conseguiu cumprir nessas quatro décadas de hegemonia neoliberal as promessas contidas em suas ideias. Nas últimas décadas, presenciamos uma crise estrutural do capital, onde os limites dos recursos naturais e da exploração da força de trabalho ultrapassam os níveis de sobrevivência do planeta e da saúde física e mental dos trabalhadores, somados ao avanço inesgotável do capital fictício nas bolsas de valores.

Crise da dívida dos países latino-americanos na década de 1980. Crise financeira mundial em 1987, que levou o Brasil, entre outros fatores, a decretar uma moratória ao FMI. O desmantelamento do “Socialismo Real” no Leste Europeu e a adoção dessa cartilha neoliberal, que resultou, em pouco mais de três anos, numa grave crise econômica na Rússia em 1994. Neste mesmo ano, também foi a vez do México enfrentar uma crise. Em 1997, foram os países conhecidos como “Tigres Asiáticos”. Entre 1998 e 1999, o Brasil. No final de 2001, a Argentina viveu a maior crise de sua história, e, por fim, a grande crise financeira de 2008, que atingiu o centro do capitalismo mundial e parece ser uma crise maior que a crise de 1929, conhecida como a “Grande Depressão”. Todas essas crises parecem ser, segundo a

---

<sup>46</sup> *Idem.*

<sup>47</sup> *Idem.* p.137.

formulação de István Mészáros, “a forma de uma *crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente*”.<sup>48</sup>

E em que medida essa perspectiva de crise estrutural do capitalismo tem a ver com nosso trabalho? Por volta da década de 1980, o capital (devido às inovações tecnológicas – sistemas de comunicações, transportes, financeirização e mundialização das empresas – estimuladas pela necessidade de acumulação de capital) passou a ter a opção de ir para onde o trabalho excedente estava. Algumas áreas industriais consolidadas entraram em decadência ou passaram por profundas reestruturações. Esse acesso a áreas caracterizadas pelo trabalho de baixo custo (sem legislação trabalhista e sindicatos atuantes, com remunerações e condições de trabalho paupérrimas) ainda teve o reforço do colapso do bloco soviético e a abertura da China acrescentando mais de dois bilhões de pessoas no mercado de trabalho global em poucos anos. Isso proporcionou ao mapa de atividade produtiva dos anos 80/90 profundas modificações – como reflexo da crise do capital a partir da década de 1970. No Brasil, a recessão dos anos 80/90, somada às medidas neoliberais implantadas, pressionaram ainda mais os salários, assim como as condições de trabalho e a própria legislação trabalhista para baixo (Plano Real, fim da indexação dos salários e reformas trabalhistas), bem como a correlação de forças entre o capital e o trabalho.<sup>49</sup>

Os impactos locais foram diferenciados. A cidade de Volta Redonda (objeto de estudo do presente trabalho) que, na década de 1940 e posteriormente, foi cenário de um agudo desenvolvimento industrial e de emprego no período, com a proximidade do final do século, observou seus empregos e a renda arrefecerem brutalmente com a crise brasileira e do próprio capitalismo. Estes fatos tencionaram para a privatização da CSN e isso gerou um forte impacto na população da cidade que experimentava uma singular experiência de mobilização popular. Enquanto isso, outras localidades do país ou até mesmo no próprio estado do Rio de Janeiro atraíam mão-de-obra com o desenvolvimento de novas atividades econômicas, como a região de Campos e Macaé, com o crescimento da indústria petrolífera. Acima de tudo, a circulação do fluxo de capital, assim como sua acumulação, mesmo em crise se modifica ao longo das décadas causando impactos regionais intensos.

---

<sup>48</sup> ANTUNES, Ricardo. *Idem*. 2010. p.12.

<sup>49</sup> Desenvolveremos mais profundamente essas questões no capítulo 2.

## 1.2. Um Breve Histórico da “Cidade do Aço” (1930-1980)

A industrialização no Brasil inaugurou uma nova fase do desenvolvimento capitalista no país. Se até 1930, o país era essencialmente agrário, o rearranjo de forças no pós-30 criou um consenso pró-industrialização, a partir do aumento da participação da nascente burguesia industrial de São Paulo – oriunda da acumulação de capital do café<sup>50</sup> – nos aparelhos de Estado, através de conselhos técnicos<sup>51</sup>, agências e demais corpos burocráticos.<sup>52</sup> Surge desses espaços, a ideologia de que só a partir da industrialização o Brasil sairia do atraso econômico e social. O Estado brasileiro manipulou o câmbio e juros para gerar fontes de capital, visando o investimento na industrialização, e espaço para importação de máquinas e tecnologia para a indústria. Além disso, barateou os produtos agrícolas através da expansão da fronteira agrícola no Mato Grosso, Goiás e Paraná, ou seja, a estrutura agrária não foi tocada e sim aumentada nesse processo.<sup>53</sup> Este período também marca um novo momento nas relações entre o Estado e a iniciativa privada no país, com o governo federal atuando como um agente produtivo do capitalismo brasileiro e facilitador das empresas privadas, um “instrumento fundamental para a garantia da reprodução do sistema capitalista no país”.<sup>54</sup>

Assim, podemos afirmar, que as reformas implantadas pelo Estado brasileiro – em conjunto com setores agrários e industriais no pós-30, marcam uma profunda mudança no sentido do desenvolvimento econômico brasileiro em direção à industrialização e à plena expansão do capitalismo no Brasil. Iniciativas e pressões de grupos empresariais já advinham desde o início do século XX no sentido de fomentar a implantação de pequenas e médias siderúrgicas. Exemplo desse esforço foi a implementação em 1917 da Companhia Siderúrgica Mineira<sup>55</sup>, conhecida como Companhia Belgo-Mineira. De fato, concordamos com a socióloga Regina Lúcia Morel, que constatou:

---

<sup>50</sup> Para saber mais sobre a influência do café no processo de industrialização do Brasil, ver: SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da industrialização no Brasil*. São Paulo: Alpha-Ômega, 1976.

<sup>51</sup> Um exemplo é a formação da Comissão Militar de Estudos Metalúrgicos criada em fevereiro de 1931 com o objetivo de estudar e avaliar a implantação de siderúrgicas no país. Essa comissão recomendava a criação de uma estatal para a extração de minério de ferro na região do vale do Rio Doce (e seu monopólio por parte do Estado brasileiro) e a criação de uma usina siderúrgica. Para saber mais MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *A ferro e fogo – construção e crise da “família siderúrgica”: o caso de Volta Redonda (1941 –1988)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), São Paulo, 1989.

<sup>52</sup> MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

<sup>53</sup> *Idem*.

<sup>54</sup> MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: ANPOCS, 1993. p.65.

Os anos 30 assinalam no Brasil a aceleração do processo de industrialização com a retomada de medidas de substituição das importações. Em decorrência da decadência do poder das oligarquias regionais e da redefinição dos grupos e alianças que detinham o poder do Estado, este tem ampliada a sua capacidade de intervenção sobre a sociedade, implementando medidas econômicas e de controle da força de trabalho que vão constituir a infraestrutura necessária à expansão do capitalismo de base urbano-industrial.<sup>56</sup>

Em sua tese de Doutorado, Regina Morel defende que só com a centralização ditatorial do Estado Novo foi possível viabilizar o início da industrialização do país com a criação da infraestrutura para a expansão industrial, interventores nos Estados para minar qualquer oposição, silenciar a classe operária e articular os setores privados com a burocracia estatal. Inserida neste processo de institucionalização e com a estrutura institucional moldada ao longo da década de 1930, bem como o pulso firme do poder centralizado no *Estado Novo*, uma comissão chefiada pelo Tenente-Coronel Edmundo Macedo Soares foi enviada, em 1939, à Europa e aos Estados Unidos para iniciar negociações sobre formas de financiamento e concessões de tecnologia para viabilizar a construção da usina siderúrgica no Brasil. A *United States Steel Corporation (U.S. Steel Corp.)*, então a maior siderúrgica do mundo, enviou ao Brasil engenheiros para elaborar os pareceres técnicos e determinou que a usina fosse construída em uma localidade próxima à cidade do Rio de Janeiro, então capital da república e que já vivenciava um processo de perda de potencial econômico frente a São Paulo.<sup>57</sup> Devido ao período turbulento que culminou com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os Estados Unidos chegaram a interromper as negociações acerca da construção da usina. Porém, com a retomada das negociações para a construção da usina com a Alemanha nazista, os Estados Unidos voltaram atrás e, a partir do financiamento do *Eximbank* no valor de 20 milhões de dólares, deu-se início às obras de construção da siderúrgica ainda no primeiro semestre de 1941. O local escolhido para a instalação da mais nova estatal brasileira foi *Volta Redonda*.

Além das razões de ordem técnica, econômica e de segurança militar, [havia] argumentos de ordem política, que certamente pesaram na escolha: a opção pelo Vale do Paraíba representava uma concessão ao Estado do Rio de Janeiro, onde o genro do Presidente Vargas, Comandante Ernani do Amaral Peixoto, era interventor federal. O Rio de Janeiro, cuja produção industrial encontrava-se em declínio, foi também o local escolhido, no mesmo período,

---

<sup>55</sup> Empresa formada por capitais belgas e luxemburgueses.

<sup>56</sup> MOREL, Regina. *op.cit.* p.11.

<sup>57</sup> MOREL, Regina. *op.cit.* p.42.

para outras duas estatais, a Companhia Nacional de Álcalis e a Fábrica Nacional de Motores.<sup>58</sup>

A cidade de Volta Redonda, situada na região do sul fluminense, às margens do rio Paraíba do Sul – que, devido a seu trajeto sinuoso dá nome à cidade –, era, até a década de 1930, apenas o 8º distrito do município de Barra Mansa (que já em 1937 possuía uma indústria metalúrgica, Cia Metalúrgica Bárbara e a Siderúrgica Barra Mansa), um povoado rodeado por antigas e decadentes fazendas de café. O distrito progrediu a partir de 1871 quando a linha férrea foi estendida até Barra Mansa, inaugurando-se uma estação em Santo Antonio da Volta Redonda (ao lado também foram inauguradas uma agência dos correios e duas escolas). Em 1874, o distrito passou a contar com uma linha de bonde de tração e alguns estabelecimentos comerciais (onde hoje é a Avenida Amaral Peixoto). No ano de 1890 o distrito foi elevado à categoria de Distrito de Paz (por contar com um Juiz de Paz – conciliador – e escrivão). Em 1910, Volta Redonda passou a contar com policiamento e água potável em 1921. Telefone e iluminação pública chegaram durante a década de 1930.<sup>59</sup> Porém, como correspondia aos pré-requisitos para a instalação de uma siderúrgica, a trajetória de Volta Redonda, até então com pouco mais de 2800 moradores, começou a sofrer significativas transformações.<sup>60</sup>

Assim, procuraremos demonstrar ao longo deste capítulo que, com o início da industrialização do Brasil, a história do capitalismo brasileiro e mundial se confundem também com a história do município de Volta Redonda, intrinsecamente imbricada e dependente de sua maior indústria, a Companhia Siderúrgica Nacional. Assim sendo, as etapas vividas pelo capitalismo brasileiro refletiram-se diretamente na cidade de Volta Redonda, ao longo das décadas na cidade.

Do início da construção do primeiro alto forno em 1941 até o início das atividades, em 1946, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), ocorreu um grande afluxo de pessoas que vieram trabalhar na construção da usina, o que demandou a construção literal de Volta Redonda. Essa construção seguiu o modelo *fordista* do *company town*<sup>61</sup>, que tinha como objetivo criar a infraestrutura necessária para ter circulação de bens e pessoas, mercado de trabalho local e, como todo modelo de produção fordista, possuía um rígido controle e

<sup>58</sup> *Idem*. p.44.

<sup>59</sup> Diagnóstico do Plano Diretor de Volta Redonda, 1998. Biblioteca e acervo técnico do IPPU/VR. p. 53.

<sup>60</sup> Entre outros pré-requisitos estavam: 1) suprimento de matéria-prima; 2) mercado nacional; 3) condições de obtenção de matérias-primas; 4) local propício para a construção de uma usina de coque. Cf. COSTA, Alkindar. *Volta Redonda ontem e hoje*. Cd-rom. Edição comemorativa dos 50 anos de Volta Redonda. Volta Redonda: Prefeitura Municipal, 2004. Além disso, de 1937 a 1945, o então interventor do Estado do Rio de Janeiro era Ernani do Amaral Peixoto, genro do Presidente-Ditador Getúlio Dorneles Vargas.

disciplinamento da mão-de-obra. Entendemos como modelo fordista o sistema produtivo que foi dominante até o penúltimo quarto do século XX que se baseava na produção homogeneizada em massa, em que o trabalhador era encarado como um apêndice da máquina. O operário fordista é marcado pela massificação e a racionalização da produção (taylorista), que prima pela extrema divisão do trabalho.<sup>62</sup>

Assim, nesse período, a cidade recebeu, em sua área central que circunda a usina – que a partir de 1958 passou a se chamar Usina Presidente Vargas –, saneamento básico, hospital, escolas, clubes recreativos e casas, seguindo o padrão estadunidense de bairros divididos por ocupação dentro da Companhia Siderúrgica Nacional. Desta forma, surgiram bairros para os engenheiros, bairros para os técnicos e bairros para os operários, sendo que a qualidade das moradias acompanhava o padrão hierárquico do mundo do trabalho.

Vale ressaltar que este também foi o período do nascimento da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e a propaganda da outorga da lei apresentava-se em seus tempos mais fortes. Assim sendo, a ideia de que as leis do trabalho (estabelecidas na CLT) foram simplesmente dadas aos trabalhadores por vontade de Getúlio Vargas e que não houve lutas e demandas sociais para que essas leis fossem finalmente promulgadas, marcou profundamente a cidade de Volta Redonda. A CSN era vista e propagandeada como a benfeitora da cidade, uma vez que os salários eram mais altos do que em outras indústrias, além do fornecimento de moradia, atendimento médico-hospitalar e escolas.

Além disso, a política sindical atrelada ao Ministério do Trabalho – marcada pelo sindicato único (corporativista) e pelo imposto sindical, o que gera renda para a União e dependência dos sindicatos em relação ao Estado – e o salário mínimo estipulado pelo governo, diluíram o conflito mais agudo entre o capital e trabalho por melhores condições de salário, limitando as pautas de reivindicação dos trabalhadores.

Mas essa imagem paternal de Vargas e da CSN conviveu com uma realidade bastante coercitiva, como mostra a socióloga Wilma Mangabeira: “a imagem ‘doadora’ da Companhia coexistiu com um controle severo e repressivo dos trabalhadores, exemplificado pelo poder quase ilimitado de disciplina dos encarregados e supervisores direto dentro das sessões”.<sup>63</sup>

Como a Siderúrgica foi construída num esforço de guerra, quem deixasse seu posto de trabalho era considerado desertor e, uma vez acabado o tempo de trabalho, o trabalhador ou ia embora de Volta Redonda ou ia morar em nascentes áreas de posse (formadas pelos que não

---

<sup>61</sup> MANGABEIRA, Wilma. *op.cit.* p.65.

<sup>62</sup> ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. p. 36-37.

trabalhavam para a CSN), fora do perímetro urbano construído pela Usina.<sup>64</sup> Contudo, a CSN e os presidentes da República até o fim do regime civil-militar, enalteciam a harmonia entre o capital e o trabalho, associando Volta Redonda à grandeza do Brasil e apresentando-a como a expressão maior da industrialização do país, tamanho o capital simbólico adquirido pela estatal.

Ainda assim, o número de moradias *sempre* foi aquém do número de empregados da siderúrgica, e como veremos adiante, a organização e luta por moradia foi uma das principais bandeiras dos movimentos sociais da cidade. No entanto, a *missão* apregoada pela CSN era modernizar e “civilizar” a classe trabalhadora (oriunda do meio agrário brasileiro) e formar um novo tipo de trabalhador (baseado na ideologia de Estado-Nação do Estado Novo). Não obstante a exploração e os conflitos entre o capital e o trabalho fossem a realidade do cotidiano fabril, a empresa enaltecia a construção da “família siderúrgica” com a “(...) tentativa de disciplinamento e domesticação da força de trabalho, que extrapolava o espaço fabril(...)”<sup>65</sup>. Além disso, as práticas paternalistas e gestão militarizada foram muito difundidas em Volta Redonda. Segundo Regina Morel, as principais características de paternalismo eram: 1) a presença física e visível do patrão; 2) relações de trabalho seguindo o modelo familiar; 3) adesão dos trabalhadores. Ainda de acordo com a autora, o paternalismo foi usado como “estratégia patronal para recrutar e estabilizar os trabalhadores qualificados”.<sup>66</sup> Esses pontos de *paternalismo industrial* se constatarem na estratégia da CSN em recrutar e estabilizar os trabalhadores qualificados, com os conflitos e constrangimentos sendo resolvidos pelos chefes imediatos na complexa rede hierárquica da empresa.<sup>67</sup> Era o modelo da CSN: laços corporativos e a imagem de outorga por parte do Estado brasileiro aos trabalhadores urbanos.

A missão da usina era “civilizar” famílias inteiras vindas do interior rural brasileiro, ensiná-las e discipliná-las de acordo com um modelo do Brasil grande, como aponta a tese de Regina Morel, um dos trabalhos pioneiros na análise de todo o processo de criação da Usina de Volta Redonda:

O projeto político que orientou a criação da CSN e a forma de gestão de sua força de trabalho refletiu os caminhos tomados pelo Estado brasileiro, sobretudo, depois de 37; enquanto princípio tutelar da sociedade e construtor

---

<sup>63</sup> MANGABEIRA, Wilma. *op.cit.* p.66.

<sup>64</sup> VEIGA, Sandra Mayrink & FONSECA, Isaque. “*Volta Redonda: Entre o aço e as armas*”. Petrópolis: Vozes, 1989.

<sup>65</sup> MOREL, Regina L. de Moraes. *op. cit.* p.79.

<sup>66</sup> MOREL, Regina. *op. cit.* p.118-119.

<sup>67</sup> MOREL, Regina. *op.cit.* p.121.

da nação. (...) o Estado Novo levou a sério a existência da luta de classes: ao lado das medidas do final da década e início da década seguinte, consolidando o caráter corporativista da legislação sindical, o Estado tentava controlar os movimentos e associações dos trabalhadores, convertendo reivindicações populares em doações e concessões outorgadas; ao mesmo tempo, consolidava-se um projeto de construção do cidadão-trabalhador (...).<sup>68</sup>

Portanto, podemos destacar que o modelo de desenvolvimento implementado foi literalmente imposto por agentes de fora da esfera do local (Volta Redonda) e os novos atores desse processo (os trabalhadores) tiveram sua participação na arena política tutelada pelo Estado, num claro sentido de rebaixamento de seu poder de pressão junto às instâncias políticas. Pelo fato da usina siderúrgica ter sido construída numa localidade “decadente” economicamente e por prestar os serviços públicos aos moradores (funcionários da empresa), a CSN teve, desde o início de sua construção, uma forte ligação com o território em que foi erguida, através de um enraizamento necessário para a conquista dos corações e mentes das famílias volta-redondenses, identificadas pela socióloga Regina Morel como a *família siderúrgica*.<sup>69</sup>

A cidade e a Usina Presidente Vargas continuaram a crescer nas décadas de 1950 e 1960. O comércio local começou a se consolidar e a equiparar-se com o de Barra Mansa. Assim, logo no início da década de 1950, começaram a surgir movimentos emancipatórios no até então distrito de Volta Redonda. Num dos momentos mais acirrados de disputa pela emancipação, os comerciantes de Volta Redonda passaram a apoiar estes movimentos emancipatórios, pois o estatuto da Associação Comercial de Barra Mansa previa que só os comerciantes do 1º distrito – no caso a própria cidade de Barra Mansa – poderiam presidir a Associação.<sup>70</sup>

Se o nosso comércio não podia influir no primeiro distrito de maneira eficiente, não poderia nunca pressionar o poder público para ser atendido naquelas reivindicações, tão essenciais, que condicionavam não só a sobrevivência do que já existia, mas também viriam possibilitar a expansão dos negócios, com um melhor atendimento da população de Volta Redonda, crescente à taxa de 12,5% ao ano.<sup>71</sup>

Mesmo após Volta Redonda ter se tornado um município, em 17 de julho de 1954, os serviços básicos continuaram nas mãos da CSN. A ossatura material da Prefeitura pouco

---

<sup>68</sup> *Idem.* p. 79.

<sup>69</sup> *Ibidem.*

<sup>70</sup> MARTINS, Jayme. “Discurso proferido no Rotary Club de Volta Redonda (sem data). In. COSTA, Alkindar. *op. cit.* p. 209-215.

<sup>71</sup> COSTA, Alkindar. *op. cit.* p.212.

existia e os prefeitos eram, em sua maioria, profissionais liberais que vieram para a cidade após a construção da siderúrgica.<sup>72</sup> Nesse contexto, continuava a intensa identificação da cidade com a produção do aço, tanto que a cidade ganhou o apelido – nacionalmente conhecido – de “*cidade do aço*” e os bairros residenciais que foram sendo criados até a década de 1980 (pela CBS<sup>73</sup>) também demonstravam essa identificação: Siderlândia, Siderópolis, Siderville, Metalúrgico, Jardim Cidade do Aço, entre outros. A principal avenida da cidade se chama “Avenida dos Trabalhadores” e já na década de 1970 – mesmo com o fim do modelo *company town* na cidade – foi construída uma rodovia para ligar o centro da cidade à via Dutra, que recebeu o nome de “Rodovia dos Metalúrgicos”. Até o time de futebol da cidade, o Volta Redonda, foi apelidado de *Voltaço*, assim como as gírias faladas na cidade, muitas vezes terminadas com o sufixo *aço* no final. Assim sendo, até o processo de privatização da CSN ser concluído em 1993, existia um forte sentimento de pertencimento de classe, em Volta Redonda que, até a década de 1970, era incentivado pela própria empresa. Até esse período, a cidade era apresentada ao restante do país como o exemplo do consenso entre o capital e o trabalho, localidade onde a classe operária era dócil, feliz e beneficiada pelas “benesses” da então estatal. Desta forma, a divisão de classes e seus conflitos eram diluídos por uma política de reconhecimento de classe, que também serviu para estabelecer separações (como dos bairros construídos pela CSN) e divisões mais visíveis no seio da sociedade.

No período pós-1945, o mundo ocidental capitalista passou a experimentar um círculo virtuoso de crescimento econômico e de gigantesca expansão industrial. Na década de 1950 ocorreu uma grande urbanização não só do Brasil, mas de diversas nações e, assim, a demanda por produtos de bens de consumo se avolumou e a necessidade de mão de obra seguiu o mesmo caminho. O resultado foi a acumulação de capital e expansão de empresas (cada vez maiores) multinacionais por boa parte do mundo capitalista durante a chamada Guerra Fria. O Brasil não ficou de fora dessa expansão de capitais estrangeiros nos países periféricos do sistema capitalista.

A CSN, que foi construída num projeto nacional-desenvolvimentista de substituição das importações e fomento de infraestrutura para estimular a burguesia nacional, viu sua autonomia cada vez mais reduzida e a concorrência de outras estatais siderúrgicas surgir. No

---

<sup>72</sup> *Idem.*

<sup>73</sup> Caixa Beneficiadora dos Funcionários da CSN. Basicamente é o fundo de pensão dos funcionários da CSN, criado em 1960. Entre seus empreendimentos visando a valorização de seus ativos estão a construção de vários bairros residenciais e grandes empreendimentos comerciais na cidade, como *shoppings*, hotéis, prédios comerciais e imóveis. Este assunto será mais profundamente explanado no capítulo 3.

final da década de 1950, o projeto *company-town* já demonstrava sinais de fissuras. No governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), a Companhia ficou a reboque do “Plano de Metas”<sup>74</sup> e começaram a apontar os primeiros sinais de conflito entre uma visão de lógica empresarial e outra que encarava as estatais como instrumentos de política econômica.<sup>75</sup>

No debate e nas formulações de políticas públicas de desenvolvimento (por parte do Estado) e na ação política empenhada por agentes empresariais havia cada vez mais sintonia entre seus interesses. No governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), ocorreu uma associação do Estado com os oligopólios privados nacionais e estrangeiros.<sup>76</sup> Os diagnósticos elaborados pelo grupo CEPAL – BNDE<sup>77</sup> (1952) definiram prioridades do desenvolvimento nacional, com uma estratégia de fortalecimento do Executivo, através da criação de órgãos e conselhos que esvaziaram ainda mais a participação de setores populares no processo de desenvolvimento do país. Redefinindo as prioridades de investimentos das estatais, o governo diminuiu a autonomia da CSN, que passou a ter concorrentes nacionais na produção de aço. Deste modo, a necessidade de integrar, muitas vezes de forma paternalista<sup>78</sup>, seus empregados, para garantir a permanência dos trabalhadores na cidade não exigia que a CSN continuasse a construir casas para seus funcionários (que sempre foram insuficientes em relação ao número de trabalhadores) e mantivesse os serviços públicos essenciais. Com o sempre crônico déficit de moradias, a solução encontrada pelos funcionários sem casas da CSN e outros moradores foi justamente ocupar áreas no entorno da “cidade nova” construída. Estes, sozinhos, foram desenvolvendo formas “autônomas” de organização, acumulando força organizativa.

Entre 1958 e 1962, foi construído na área central de Volta Redonda, mais especificamente em frente à principal entrada da Usina Presidente Vargas, o centro administrativo da siderúrgica, conhecido como *Escritório Central*. Este edifício, com dois blocos de 16 andares e uma cobertura para o presidente da empresa, é, ainda hoje, o maior da cidade. No final da década de 1960, o modelo *company town* começa a ruir em Volta Redonda, devido ao fim do monopólio no mercado de aço para outras estatais, como a USIMINAS e a COSIPA. Ademais, a CSN foi também usada como instrumento de políticas econômicas dos governos federais, que vendia aço subsidiado para favorecer as empresas

---

<sup>74</sup> Este Plano de Meta tinha como objetivos acelerar a acumulação de capital e elevar o nível econômico da população priorizando quatro setores: energia, transportes, alimentos e indústria de base. Cf. Mendonça, Sonia Regina. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Editora Graal, 1986, p.51.

<sup>75</sup> Cf. MOREL, Regina. *op. cit.* p.167.

<sup>76</sup> Cf. MENDONÇA, Sonia Regina. *op. cit.*

<sup>77</sup> CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

produtoras de bens duráveis, como automóveis e utensílios domésticos, mercado dominado por empresas estrangeiras<sup>79</sup>, proporcionando uma contínua sangria financeira da Companhia Siderúrgica Nacional.

Após o golpe civil-militar de 1964, a ideia de utilizar as estatais como instrumentos de políticas econômicas de combate à inflação e incentivo ao setor privado (muitas vezes internacional), foi levada ao extremo da subordinação à lógica de valorização do grande capital.<sup>80</sup> E, aos poucos, começou a ocorrer uma redefinição das relações do governo com as empresas estatais siderúrgicas, através da criação, em 1967, da *Siderbrás*, uma *holding*, que passou a dirigir o setor siderúrgico, gerenciando a produção e controlando o preço do aço.

Esse período foi marcado por uma mudança (inicial que seja) caracterizada pela busca de desvinculação da imagem da empresa CSN com a cidade de Volta Redonda e a desnecessidade de fixar mão de obra na cidade. No final da década de 1960 e durante a década de 1970, as casas da CSN foram sendo vendidas e um novo *regulamento de pessoal* foi instituído<sup>81</sup>, visando diminuir os custos com salários (maximizando mais-valor) e desmanchando a ideia de “família siderúrgica”.

Com o fim do *milagre econômico*<sup>82</sup> da ditadura civil-militar, começou a ocorrer um rearranjo no que diz respeito à política da CSN para com os funcionários, visando “a racionalização e o aumento de produtividade”.<sup>83</sup> No início da década de 1970, o governo federal e a empresa procuraram eliminar os direitos de seus trabalhadores, extinguindo a estabilidade e as vantagens salariais, embora mantivessem as vantagens e prêmios para os funcionários mais qualificados. A CSN começou a criar empresas subsidiárias ou empreiteiras contratadas para enxugar a folha de pagamento. Para agravar a situação, em março de 1973, a cidade foi considerada *área de segurança nacional* e até 1985 os prefeitos da cidade eram nomeados pelo governador do Estado, sempre alinhados com o regime autoritário.

---

<sup>78</sup> MOREL, Regina. *op. cit.*

<sup>79</sup> MENDONÇA, Sônia R. & FONTES, Virginia M. *História do Brasil Recente 1964-1992*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

<sup>80</sup> Para a expansão da década de 1960, foi comprado um terreno em Itaguaí para construção de uma segunda usina siderúrgica, cujo projeto, até os dias atuais, mesmo com todo alarde do atual grupo controlador, não saiu do papel.

<sup>81</sup> Criado em 1966, esse novo regulamento estipulou novos critérios para promoções, prêmios e gratificações (visando mais a produtividade do que a proximidade pessoal). Com ele nasceu também um sistema de avaliação e desempenho. Cf. MOREL, Regina. *op. cit.* p. 161.

<sup>82</sup> No final da década de 1960, o regime civil-militar, aproveitando a grande oferta de crédito externo – juros flutuantes – e o acúmulo de capital oriundo da formação dos fundos públicos como o FGTS (Fundo de Garantia por tempo de Serviço), investiu pesado em infraestrutura e atraiu empresas estrangeiras, propiciando um ciclo de forte crescimento econômico via aumento da dependência externa e arrocho salarial.

<sup>83</sup> Cf. MANGABEIRA, Wilma. *op. cit.* p.88

O reflexo das novas demandas do capitalismo brasileiro em seu contínuo processo de acumulação e expansão se aprofundou ainda mais no período posterior à crise do petróleo de 1974<sup>84</sup> e o choque dos juros<sup>85</sup>, que propiciou um acúmulo imenso de capital aos papéis da dívida pública estadunidense enquanto os países periféricos (como o Brasil) assistiram a uma fuga de capitais. Assim, dívidas feitas com crédito fácil até o início da década tiveram problemas para serem honradas. Os empréstimos estrangeiros e o arrocho salarial imposto pela ditadura militar – além da formação de grandes fundos financeiros extraídos dos salários como FGTS, fundos de pensão das estatais, entre outras formas de acumulação de capital – já não eram suficientes para garantir a reprodução do capital de forma acelerada. Com isso, as estatais começaram a buscar capitalização via financiamento externo, aumentando seu estrangulamento financeiro.

Essa crise se materializou sobre os trabalhadores da CSN e a cidade de Volta Redonda através da proliferação de empreiteiras e subsidiárias para reduzir custos com salários, o que aumentou o crescente descontentamento com a empresa, propiciando a eleição de direções combativas para o Sindicato dos Metalúrgicos local. No final da década de 1970 e início da década de 1980, no contexto de ascensão dos movimentos sociais, motivados, entre outras coisas, pela crise econômica e pela luta pela redemocratização do país, Volta Redonda experimentou um processo de lutas intenso, no qual a participação popular de diversos setores em unidade de ação com o Sindicato dos Metalúrgicos foi uma das tônicas sociais singulares ocorridas neste período na cidade.<sup>86</sup>

Os militares, embora enfraquecidos politicamente em meados da década de 1980, ainda contavam com apoio dos setores patronais para a transição para a democracia com os mesmos privilégios e concessões e, sobretudo, com as rédeas do poder político nas mãos. No governo de mínima legitimidade de José Sarney (1985-1989), notório corolário do regime ditatorial, havia uma grande crise hegemônica no país. De um lado, a crise econômica e, de outro, os movimentos sociais e sindicatos ativos.

Contudo, durante a ditadura civil-militar, o capitalismo brasileiro e mundial tinham mudado de patamar. As mudanças econômicas da década de 1970 permitiram uma

---

<sup>84</sup> Iniciada quando os países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), em represália ao apoio dos Estados Unidos a Israel na Guerra do Yom Kipur (1973), aumentaram o preço do petróleo em mais de 300%.

<sup>85</sup> Os Estados Unidos, em outubro de 1979, elevaram suas taxas de juros, o que levou a uma fuga de capitais do mundo inteiro para o mercado financeiro estadunidense. Isso foi preponderante para a crise da dívida externa no México e no Brasil, por exemplo.

<sup>86</sup> Para saber mais: GANDRA, Marco Aurélio. *“Cidade Vermelha” do Aço: greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009 e Graciolli, Edílson. *op.cit.*

acumulação sem precedentes de capital portador de juros. Sem ter meios de valorizar esse montante de capital na produção industrial, esse capital buscava sua valorização no próprio mercado de ações através de compra e venda de participações em ações da Bolsa. Essa extrapolação de capital-mercadoria precisando se valorizar pressiona ainda mais por medidas que maximizem a extração do mais-valor e que diluam as barreiras dos fluxos de capitais. Portanto, podemos afirmar que este período se caracteriza pelo início da hegemonia do capital portador de juros que possibilita uma concentração de recursos em potencial, com direito de apropriação ao que ainda não foi produzido, como as *commodities* agrícolas (agora exasperado sob a forma de capital fictício), estabelecendo esses meios como o eixo dominante na acumulação e reprodução expansiva do capital.

Os primeiros países a empreenderem as reformas propícias às novas necessidades do capitalismo foram o Chile, após o golpe militar perpetrado pelas Forças Armadas chilenas sob o comando do General Augusto Pinochet em 1973 (apoiado pelos Estados Unidos), a Inglaterra, com Margareth Thatcher (1979) do Partido Conservador, os Estados Unidos, com a vitória do republicano Ronald Reagan (1980) e a Alemanha com Helmut Kohl em 1982. Nestes países, a principal mudança em benefício do capital, além da pressão pelo fim das taxas de importação e exportação (pregando o livre-mercado puro), foi a reforma do Estado, diminuindo sua participação como agente econômico (passando a regulador do sistema). Com as privatizações, oriundas deste processo, esses capitais provenientes do mercado financeiro puderam se valorizar rapidamente, favorecidos pelas reformas trabalhistas que retiraram direitos dos trabalhadores.

No Brasil, a proposta de diminuição do tamanho do Estado e o avanço das ideias liberalizantes já eram discutidos desde a década de 1970 pelos empresários brasileiros. Aliás, desde a década anterior, os empresários já vinham liderando uma campanha contra a estatização.<sup>87</sup> Na década de 1980, estes setores, que possuíam uma postura ativa na alta burocracia ministerial e estatal e na Assembleia Nacional Constituinte<sup>88</sup>, se esforçaram para impedir a aprovação de temas de cunho popular.<sup>89</sup> Mais adiante, esquadriharemos esse avanço do capital em busca de uma solução para o que defendemos ser uma crise estrutural do capitalismo a partir da década de 1970.

---

<sup>87</sup> Cf. DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

<sup>88</sup> A Assembleia Nacional Constituinte foi instalada em fevereiro de 1987 e durou 18 meses. Embora na Constituição de 1988 tenham ocorrido avanços nas políticas sociais, como a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e aposentadoria para os trabalhadores do campo, esta representou a heterogeneidade da correlação de forças. A Constituição possui dispositivos que reforçam o antigo modelo da legislação trabalhista e sindical da “Era Vargas”.

O que auxiliou de forma cabal a introdução do ideário financista e de abertura econômica como via de superação da crise do capital no Brasil e a formação de seu consenso hegemônico foi o crescimento das entidades de classe reforçando os instrumentos de pressão junto aos poderes decisórios, facilitados por um considerável aumento na organização de publicações e seminários acadêmicos que influíram na formação de um arcabouço teórico e ideológico que possibilitasse consenso em torno dessas ideias no país.<sup>90</sup> Além disso, a crise econômica gestada desde a década de 1970 no Brasil, na qual as empresas estatais (entre elas a CSN) não conseguiriam manter as taxas de crescimento do país devido a seu endividamento e ao fato dos preços de seus produtos estarem abaixo do valor de mercado, favoreceu as empresas privadas (muitas delas multinacionais) levando a um quadro de sucateamento das estatais e à visão de que elas seriam ineficientes. Eram muito comuns no país durante a década de 1980 e início da década de 1990 programas humorísticos em que o serviço público e as políticas públicas eram ridicularizados e expostas como inchadas, burocratizadas e um estorvo ao desenvolvimento econômico. Assim, foi-se criando o clima para que o receituário neoliberal surgisse como a panaceia de todos os problemas brasileiros, sem levar em conta a dilapidação do patrimônio público desde a ditadura civil-militar implantada em 1964.<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> Cf. DINIZ, Eli. *op. cit.* 2000.

<sup>90</sup> A “denúncia” em relação ao tamanho do Estado e sua ineficiência eram as ideias mais repetidas. Cf. BATISTA, Paulo Nogueira. “O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos”. In: BATISTA, Paulo Nogueira et al. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

<sup>91</sup> ALMEIDA, Mônica Picollo. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

### 1.3. Sindicalismo e Movimentos Sociais em Volta Redonda (1946-1989)

O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Barra Mansa e Resende foi criado em 1946 com base no sindicalismo corporativista.<sup>92</sup> Nas décadas de 1940 e 1950, os sindicatos tinham uma forte presença dos trabalhistas, sobretudo, ligados ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que objetivavam formar uma base social sindicalista forte de apoio a Getúlio Vargas. Em Volta Redonda, o sindicato estava aliado aos interesses do governo federal e as principais bandeiras de luta possuíam um prisma assistencialista, como refeições e descanso nos fins de semana – o que revelava que, na prática, a CLT não funcionava tão bem. Até então, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) não disputava as eleições do sindicato, preferindo trabalhar nas bases.<sup>93</sup> Apenas em 1962, quando o PCB chegou à direção do sindicato (tendo à frente Lima Neto), no bojo das lutas pelas “reformas de base”<sup>94</sup> e associado a setores combativos da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), é que o sindicato passou a ter uma maior “independência” em relação à direção da CSN e ao governo federal.

Após o golpe civil-militar de 1964, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Barra Mansa e Resende tentou esboçar uma reação, integrando a rede que defendia o retorno à legalidade. Contudo, apesar da convocação de uma greve geral por parte da CGT, a CSN não aderiu à greve. E com a ditadura militar, e as intervenções diretas do regime no sindicato, qualquer forma de organização combativa era sumariamente aniquilada. Neste contexto, a repressão em Volta Redonda foi constante e intensa, principalmente em relação aos sindicalistas, familiares e estudantes. No 1º de abril, dia do golpe, os ônibus não circularam na cidade e os operários da Usina foram ao trabalho em veículos cedidos pela própria empresa. Neste mesmo dia ocorreu a troca da guarda da CSN: os civis deram lugar aos militares. Noventa e dois metalúrgicos foram demitidos e alguns sindicalistas que estavam na sede

---

<sup>92</sup> São características do Sindicato Corporativista: 1) Unicidade sindical (sindicato único) 2) representação de toda a categoria 3) todos devem contribuir com imposto sindical 4) reconhecimento e controle do sindicato pelo Estado (Ministério do Trabalho). As conseqüências disso são: 1) burocratização do sindicato 2) assistencialismo 3) atrelamento político 4) carreirismo 5) conciliação de classe. Para saber mais Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

<sup>93</sup> VEIGA, Sandra Mayrink & FONSECA, Isaque. *op.cit.* 49.

<sup>94</sup> As chamadas *reformas de base* eram uma bandeira empunhada pelas esquerdas e pelo próprio presidente João Goulart e desde o início de seu governo, ainda sob o regime parlamentarista, em 1961. A volta do presidencialismo – conquistado no plebiscito de 1963, sobretudo após as pressões de diversos setores da sociedade – trouxe um novo ímpeto à luta. Além das reformas agrária, urbana, universitária, bancária, fiscal, administrativa, também se defendia a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, o direito ao voto para os analfabetos e graduados das Forças Armadas (sargentos e subtenentes), a nacionalização de empresas estrangeiras em setores estratégicos da economia, o controle da remessa de lucros ao exterior e a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

foram presos, ao mesmo tempo em que o interventor Orlando Alvisse assumiu a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos.<sup>95</sup>

Em 1968, com a exacerbação da repressão, através do Ato Institucional nº 5 (AI-5)<sup>96</sup>, os dirigentes do sindicato foram presos e torturados<sup>97</sup>, sendo substituídos por segmentos amplamente respaldados pelo regime autoritário. Além disso, a proximidade da direção da CSN com os militares foi estreitada no pós-64, como revela uma carta enviada por um dos diretores da siderúrgica ao alto comando do Exército, ressaltando a importância do batalhão do Exército em Barra Mansa para o controle e segurança de Volta Redonda. Ainda consta um pedido por parte da direção da CSN para que os oficiais de alta patente se mudem de Barra Mansa para Volta Redonda, a fim de conhecerem melhor a cultura e o modo de vida da “*família siderúrgica*” e assim proceder melhor o controle e a segurança das instalações da Usina Presidente Vargas. O documento ainda acena com a possibilidade de doação de casas para esses militares no bairro “Vila Santa Cecília”, um bairro destinado aos engenheiros e técnicos da CSN.<sup>98</sup>

Em 1976, ocorreu em Volta Redonda a *Operação 29 de Abril* que culminou com a prisão de Rosalice Fernandes, militante política histórica de Volta Redonda, que, na época, era suplente de deputada federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e que foi muito atuante politicamente na década de 1980. Segundo o relatório do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) foram encontrados, em sua casa, 20 mil panfletos que seriam utilizados para fazer “agitação” política.<sup>99</sup> Rosalice foi presa e torturada durante dez dias no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e ficou presa 18 meses em Bangu. Ela alega que as “provas” contra ela foram forjadas.<sup>100</sup> Além desse caso em especial, também

<sup>95</sup> *Revista Primeira Página*, Ano 1, nº 7, mar/1996, p. 07

<sup>96</sup> Com o AI-5, oficializou-se o terrorismo de Estado. O Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais foram fechados e governo passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos. Simultaneamente, generalizavam-se as prisões de opositores, o uso da tortura e do assassinato – tudo em nome da “segurança nacional” e do “desenvolvimento econômico”.

<sup>97</sup> VEIGA, Sandra Mayrink & FONSECA, Isaque. *Op.cit.* Hilton Meira, que fora eleito presidente do sindicato em agosto de 1968, amigo de Jarbas Passarinho, anti-comunista, também chegou a ser preso e torturado com a decretação do AI-5. Em entrevista a uma revista de Volta Redonda em 1996, Meira afirmou que “eles [os militares] queriam que eu criticasse o pessoal da esquerda e elogiasse eles no programa de rádio que o sindicato tinha aos sábados.” *Revista Primeira Página* ANO1 nº7mar/1996, p.10, 11, 12.

<sup>98</sup> Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ). Coleção Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Caixa 1.

<sup>99</sup> *Revista Primeira Página*, Ano 2, nº50, 14/dez 1998, p. 09.

<sup>100</sup> *Idem.*, p.12.

existiam diversos espíões do SNI inseridos nas mais diversas categorias, desde o movimento estudantil até o operariado.<sup>101</sup>

Neste contexto, era notória a desmobilização do Sindicato dos Metalúrgicos em Volta Redonda em virtude, entre outras razões, da “gestão corporativo-paternalista da empresa [CSN]”,<sup>102</sup> e, como apontam diversos estudos sobre o sindicalismo brasileiro<sup>103</sup>, do período de vigência do Ato Institucional nº 5, que propiciou uma extensa burocratização e assistencialismo como características dos sindicatos brasileiros, assegurando a pacificação dos trabalhadores da Usina durante um duro período de arrocho salarial, marcado também pelo maior crescimento econômico e concentração de renda da história do país. Marcelo Badaró Mattos, em sua tese sobre os *Novos e Velhos Sindicalismos*, aponta que o período foi marcado pelo esvaziamento do número de filiados e aumento das máquinas sindicais (patrimônio e funcionários).<sup>104</sup>

(...) o atrelamento ao governo militar aparece, de forma evidente, quando se apresentam reivindicações econômicas como o controle do custo de vida ou resolução dos conflitos no campo via “Estatuto da Terra”. Os termos usados para apresentar essas reivindicações são inequívocos: “colaboração eficiente junto aos poderes governamentais” ou “apoio aos esforços do Sr. Presidente da República”. A vinculação desses dirigentes às entidades do sindicalismo internacional controladas pelos sindicatos norte-americanos fica também explícita nas resoluções que pregam a ação conforme os planos da Aliança para o Progresso e o assessoramento do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADSL).<sup>105</sup>

Com as resistências ao regime ditatorial suprimidas pelo aparato repressor e com a economia dando sinais de que o crescimento vultoso do início da década chegava ao fim, a ditadura iniciou uma fase de “abertura política”, apoiada pelos setores conservadores da economia e política nacionais.

Distensão: quando o governo militar não pretendia sair da cena política, mas buscava aliança com setores da sociedade civil; pretendia de certa forma controlar o segmento mais violento do aparelho militar, procurava criar uma ordem interna, um comando único, já que o regime militar percebia o risco de se dividir. Essa é a essência do governo Geisel e Golbery, que buscavam alianças com a sociedade civil que, por sua vez, ainda se encontrava num momento de fragilidade, onde a oposição política não tinha características de

<sup>101</sup> Entrevista de Marcio Domingues, ex-metalúrgico e dirigente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), na década de 1980 cedida a Andre Franklin e Erasmo Silva em 27/01/2010.

<sup>102</sup> GRACIOLLI, Edílson. *op.cit.* p. 47.

<sup>103</sup> Entre eles citamos: GRACIOLLI, Edílson. *op.cit.* p. 49. MATTOS, Marcelo Badaró *op.cit.* CARDOSO, Adalberto Moreira. *A Década Neoliberal e a crise dos Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. BOITO JR, Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

<sup>104</sup> Resolução da Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais Pela Defesa da Democracia e Bem-Estar do Trabalhador, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1964. MATTOS, Marcelo Badaró. *op.cit.* p.133-134.

<sup>105</sup> *Idem.* p.134.

intervenção social, embora sua importância já se manifestava em novembro de 74 nas eleições, onde o MDB venceu na maioria dos grandes centros urbanos do país – já era o voto de protesto. A luta nas comunidades de base da Igreja Católica iniciara; tivemos algumas operações tartaruga em fábricas; a seguir o movimento estudantil entra em cena. O movimento pela anistia e pelos direitos humanos se desenvolveria mais tarde, principalmente a partir de 76/77.<sup>106</sup>

É neste contexto histórico que os movimentos sociais começam a se reorganizar e a lutar, após a dizimação da resistência/ofensiva guerrilheira de 1968 a 1973.<sup>107</sup> Com a crise pós 1974, a recessão não conseguia esconder o avanço da desigualdade social e avanço da pobreza principalmente nas grandes cidades. Exemplo disso é o reaparecimento de doenças até então tidas como controladas, como a dengue, e um intenso processo de favelização das cidades industriais. Concomitante a esse processo, começaram a emergir no município organizações de posseiros em toda a área periférica que não fazia parte do plano urbanístico da época de construção da cidade. Ainda que boa parte desses posseiros trabalhasse como metalúrgicos da CSN ou subsidiárias, esses trabalhadores não foram contemplados pelas “benesses” da estatal.

Junto a este processo, em Volta Redonda, ocorrem dois importantes eventos que vão ser deveras importantes para as próximas décadas na cidade: a chegada do Bispo D. Waldyr Calheiros e a terceira expansão da Usina Presidente Vargas. Com a expansão, milhares de famílias do interior do país deslocam-se para Volta Redonda e, com o final das obras, essas famílias vão ocupar terras no entorno da cidade. Já o Bispo D, Waldyr, atuou como um importante defensor da população carente da cidade, sendo signatário da Teologia da Libertação.

Ao chegar na cidade operária, D. Waldyr se deparou com o fato dos principais líderes sindicais da região estarem presos ou refugiados. A partir daí ela dá início a um bispado com uma nova orientação, diferente da de seu antecessor. Cada vez mais alinhado às ideias propagadas no Concílio Vaticano II e animado pelas experiências progressistas que se disseminavam por todo o Brasil no interior da Igreja, o então bispo de Volta Redonda realiza como uma de suas primeiras medidas no novo cargo a descentralização das atividades da diocese e cria 105 pequenas comunidades onde incentivava a discussão de problemas de ordem cotidiana (moradia, escola etc.), embrião das Comunidades Eclesiais de Base. Segundo ele era a postura da nova forma de ser Igreja, a “fé aplicada à vida”, como se refere.<sup>108</sup>

<sup>106</sup> VEIGA, Sandra Mayrink & FONSECA, Isaque. *op. cit.* p. 43.

<sup>107</sup> Mais de quarenta organizações revolucionárias clandestinas atuaram no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970. Vale destacar que a opção pelas armas por boa parte das esquerdas brasileiras não começou apenas em 1968. Aliás, embora pouco expressivas e fracassadas, as tentativas de desencadear a luta armada no Brasil foram anteriores a 1964.

<sup>108</sup> ESTEVEZ, Alejandra. “Igreja Católica em Volta Redonda: Configurações e Enquadramentos”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011. p. 4. Ainda segundo a autora: “O Concílio do Vaticano II ocorre de 1962 a 1965. Ele foi inaugurado por João XXIII e finalizado por Paulo VI. Trata-se de uma atualização das práticas católicas às novas conjunturas e ao mesmo tempo uma reafirmação de

Não só em Volta Redonda como em outras partes do Brasil, em especial nas áreas mais industrializadas, como o ABC paulista<sup>109</sup>, começaram a surgir lideranças que buscavam se diferenciar do sindicalismo oficial atrelado ao Estado autoritário. As oposições vinham das universidades, da imprensa alternativa (como a *Voz Operária* do PCB e *O Pasquim*), que criticavam o sindicalismo cupulista, reformista e conciliatório existente até aquele momento.<sup>110</sup>

Na luta contra o arrocho salarial e a superexploração advinda de quase duas décadas de regime autoritário, as oposições sobre esse Sindicalismo de Estado aparecem com força no final da década de 1970. Para o sociólogo Ricardo Antunes, esse *novo sindicalismo* foi um lento processo de mudança e transformação desta mesma estrutura sindical atrelada ao Estado. Os períodos de 1978/1980 foram de crescimento e agitação; de 1980/1983 foi um momento de refluxo pelas derrotas e repressão impostas pela ditadura e o período de 1983/1989 foi novamente de crescimento<sup>111</sup>, marcado pelo movimento de massas das *Diretas Já*<sup>112</sup>, pela fundação e crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ambos de caráter combativo e de crítica à estrutura oficial. Para Edílson Gracioli, as principais características do chamado Novo Sindicalismo são:

(...) oposição à política governamental de reajustes anuais para os salários, negociação coletiva entre sindicatos e empresas, defesa do direito irrestrito de greve e do princípio de liberdade e autonomia sindicais, criação de organizações sindicais nos locais de trabalho, enfim um sindicalismo mobilizador, participativo e democrático.<sup>113</sup>

No caso de Volta Redonda, o grau de exploração era tamanho dentro de sua siderúrgica que a primeira greve ocorrida dentro da CSN em 1978, feita pelos trabalhadores da construção civil de empreiteiras contratadas, foi por melhoria na qualidade da alimentação!<sup>114</sup> E, nesse contexto, começou a surgir uma oposição dentro da CSN que passou a colocar em xeque o tipo de sindicalismo praticado no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta

---

certos dogmas católicos. Este Concílio foi importante para uma série de movimentos católicos, pois ele reconhece um papel ativo para o leigo no interior do espaço eclesial. Suas determinações desenvolvem a ideia de Igreja como *Povo de Deus*, mais próxima das camadas populares. Esses textos vão ter uma particular interpretação na América Latina”. *Idem*.

<sup>109</sup> Região metropolitana de São Paulo, bastante industrializada a partir da década de 1950, formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema.

<sup>110</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *op.cit.*

<sup>111</sup> *Idem*.

<sup>112</sup> “Diretas Já” foi um movimento popular pela eleição direta para Presidente da República já em 1985.

<sup>113</sup> GRACIOLI, Edílson. *op.cit.* p.50.

Redonda, o que, por sua vez, vai alterar os rumos dos movimentos sociais na cidade. Concomitantemente, no âmbito nacional, começaram a acontecer greves, como no ABC paulista, demonstrando que o modelo de desenvolvimento pós-milagre econômico mostrava evidentes sinais de fracasso.

Greves no ABC paulista, criação do Sindicato dos Professores, congressos da classe trabalhadora (CONCLAT), entre outros. Era o momento de luta por um outro tipo de sindicalismo enraizado nas comissões de fábrica, que batalhavam por autonomia junto ao Ministério do Trabalho. As primeiras críticas desses grupos mais combativos eram a falta de atuação “classista” e de organização pela base. Ainda criticavam a postura considerada apolítica dos dirigentes sindicais de então.<sup>115</sup> Em Volta Redonda, o perfil de *empresa-mãe*, responsável pelo “desenvolvimento nacional”, é apontado por Gracioli, Sandra Mayrik Veiga e Isaque Fonseca como um dos fatores que “atrasaram” o movimento combativo:

Em Volta Redonda esse processo começa um pouco mais tarde, talvez em função da sua própria história que sempre foi muito marcada pela repressão militar; esta deixou marcas profundas, enraizando o medo. Em 1978 – aglutinado setores da Igreja Católica, operários independentes e algumas lideranças antigas – nasce a oposição sindical. Esta começa a se reunir nas igrejas; mas de imediato não consegue empolgar a categoria.

O presidente do sindicato era Waldemar Lustoza, junto com Sabiá, José Israel, Odir etc. O sindicato estava nas mãos de uma “pelegada” há nove anos. Quem negociava pela empresa era o diretor industrial Hélio Haydt, e a presidência da CSN estava entregue a um militar, general Benjamim Batista. Foi uma época ruim para os trabalhadores, que não tinham para onde correr. Os acordos eram feitos a bel-prazer da empresa, mas de uma forma armada para não deixar o sindicato muito mal. Para se comunicar com o interior da usina o sindicato utilizava a figura do delegado sindical, que exercia o papel de correia de transmissão da política da direção sindical, distribuindo inclusive os cartões de consultas médico-odontológicas e convites para festas.<sup>116</sup>

No final da década de 1970, essa oposição sindical voltarredondense, formada por diversas correntes políticas, religiosas, de posseiros, entre outros, se encontrava na Igreja do bairro Conforto, com o apoio do então bispo da cidade Dom Waldyr Calheiros.

A oposição sindical agora é formada por ativistas metalúrgicos com origem na ACO (Ação Católica Operária), no departamento trabalhista do MDB e também em alguns setores da esquerda organizada e independente que

<sup>114</sup> DOMINGUES, Marcio. Entrevista do ex-metalúrgico e ex-dirigente nacional da Central Única dos Trabalhadores em Volta Redonda, concedida ao autor em 27 de janeiro de 2010. Vale destacar que esta greve de 1978 não foi uma greve dos funcionários da CSN, mas sim das empresas contratadas na área da construção civil.

<sup>115</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *op.cit.* p.61.

<sup>116</sup> VEIGA, Sandra Mayrink & FONSECA, Isaque. *op.cit.* p.47-48.

montam uma chapa e vão para eleição – quando Lustoza ganha mais um mandato à frente do sindicato – que era necessário aprofundar a política de ocupação e tomada de direção do sindicato. A oposição começa a ter uma participação mais efetiva nas campanhas salariais, começa a utilizar, de forma organizada, boletins e o trabalho de discussão no interior da fábrica, realizando denúncias de irregularidades, enfrentando direto com as chefias e fazendo sindicalizações. Com esse trabalho vai envolvendo uma grande parcela da categoria.<sup>117</sup>

E a Igreja Católica em Volta Redonda foi importante para aglutinar e formar politicamente não só os operários, mas toda uma gama de moradores pobres do município. A partir dos grupos de formação política desenvolvidos pela diocese, “não se conformar com a negação do direito [a moradia] era para a condição de ser cristão (...). Isso era alimentado espiritualmente, era muito místico, a gente tinha coragem de ir pra cima, a gente tinha coragem de arriscar a vida”.<sup>118</sup> Ainda na década de 1970, além da formação das Comunidades Eclesiais de Base, foram desenvolvidas a Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude e a Comissão de Direitos Humanos, que também atuou na luta pela anistia, e claro, também se vinculou à retomada de luta dos metalúrgicos.

Nas eleições sindicais de 1980, a oposição sindical saiu derrotada nas urnas, em que pese as denúncias – não comprovadas – de fraude eleitoral.<sup>119</sup> Porém, como aponta Graciolli, o saldo organizativo construído nesta eleição foi de grande valia para os embates futuros.<sup>120</sup> Neste período, a oposição sindical começou a se organizar na cidade e dentro da fábrica, ouvindo as demandas dos operários, que eram muitas, tendo em vista o período em que o sindicato foi dirigido por diretorias amplamente favoráveis aos interesses patronais. Mesmo com a fragmentação do movimento oposicionista nas eleições sindicais de 1983, a oposição sindical, encabeçada por Juarez Antunes, foi vitoriosa.

Cinco chapas se inscreveram para as eleições sindicais de 1983. A chapa 1, encabeçada por Jair Amorim, na verdade era a chapa de Lustosa, portanto apoiada pela empresa. Lustosa havia rompido com o grupo da chapa 3, de José Martins Bahia, que era presidente interino no Sindicato. A chapa 2 não tinha

<sup>117</sup> *Idem*, p.49.

<sup>118</sup> Entrevista de Maria de Lurdes Lopes Fonseca (Lurdinha) ao autor. 27/3/2012. Uma das principais lideranças dos movimentos populares em Volta Redonda na década de 1980 e início da década de 1990. Participou da Comissão de Direitos Humanos da Igreja Católica em Volta Redonda que deu origem ao CPU (Comissão de Posseiros Urbanos) e coordenou o CONAM (Conselho das Associações de Moradores). Participou também do conselho político da prefeitura de Volta Redonda e foi assessora no IPPU/VR nos primeiros meses do governo de Paulo César Baltazar. No final da década de 1990 foi chefe de gabinete no mandato de Hélio Luz como deputado estadual pelo PT. Atualmente é uma das coordenadoras do MNLM (Movimento Nacional de Luta por Moradia) e participa do Conselho Nacional de Cidades.

<sup>119</sup> Para saber mais: Cf. MANGABEIRA, Wilma. *op.cit.* GRACIOLLI, Edílson. *Op.cit.* E GRANDRA, Marco Aurélio. *op.cit.*

<sup>120</sup> GRACIOLLI, Edílson. *op.cit.* p.67.

expressão. A de número 4, liderada por José Emídio Barcelos, reunia os setores vinculados à Igreja e os grupos de esquerda. A chapa 5, encabeçada por Juarez, apesar da autodenominação de independentes, tinha muitos membros ligados ao PT.<sup>121</sup>

Durante as eleições, com a união da chapa 4 e chapa 5 (vencedora da eleição) o sindicato passou a ter uma grande mudança e uma nova articulação política na cidade. Através do jornal *A Verdade*, órgão do sindicato, percebemos com mais clareza essas mudanças: matérias conclamando a categoria metalúrgica a se filiar ao sindicato, demonstrando a importância da filiação e apresentando o sindicato como instrumento de luta e reivindicações; além de denúncias das péssimas condições de trabalho em alguns setores da Usina, como por exemplo a coqueria\*. E, sobretudo, este periódico refletia uma nova articulação entre o sindicato e os movimentos sociais da cidade, principalmente nos bairros.

Através do jornal, o sindicato trazia informes de outros sindicatos, como dos professores – na época ainda chamado de CEP (Centro Estadual dos Professores)<sup>122</sup> –, apontava para a necessidade dos metalúrgicos se articularem nos bairros através das associações de moradores, e ainda buscava articular o papel das mulheres (esposas dos trabalhadores) na construção da luta. Estes aspectos que a vitória da Oposição Sindical trouxe para a luta do movimento popular foi primordial para a construção de uma unidade de ação dentro do município de Volta Redonda que culminaria nas extraordinárias mobilizações poucos anos depois. Como aponta Graciolli:

As transformações decorrentes da vitória da proposta do Novo Sindicalismo, em Volta Redonda, não se restringiam àquela categoria específica de trabalhadores. Seu âmbito incluiu outros movimentos, como o de moradores, fornecendo novos contornos a uma peculiaridade de Volta Redonda, (...) ou seja, a de que o espaço urbano também se colocava como terreno para as reivindicações dos siderúrgicos da CSN.<sup>123</sup>

---

<sup>121</sup> GRANDRA, Marco Aurélio. *op.cit.* p.56; GRACIOLLI, Edílson. *op.cit.* p.70.

\* Coque é um produto derivado do carvão mineral. O carvão é aquecido em altas temperaturas para perder umidade, gases (muitos deles tóxicos) em local fechado (com passagem para os gases). O resíduo resultante é o coque. A coqueria seria a grande estrutura de fornos para a produção de coque, um produto utilizado para a fabricação de ferro gusa (que dará origem ao aço ou ferro) junto com a carga metálica em alto-fornos.

<sup>122</sup> Ainda durante a ditadura civil-militar, em 1977, foi criado SEP (Sociedade Estadual dos Professores), no âmbito de lutas do chamado *Novo Sindicalismo*. Depois de fundir com outras entidades em 1979, passou-se a denominar CEP (Centro Estadual dos Professores) e buscando ampliar as bases de representação nos moldes do sindicato único, em 1987, após seu III Congresso, passou a denominar-se Centro Estadual dos Profissionais de Educação. Após a Constituição de 1988, com a liberação da sindicalização dos servidores públicos a entidade passou a chamar-se SEPE, Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação.

<sup>123</sup> GRACIOLLI, Edílson. *op.cit.* p.73.

Já em 1983, a Oposição Sindical conseguiu uma mobilização necessária para a deflagração de uma greve na Siderúrgica Barbará em Barra Mansa, através de carros de som, das campanhas de sindicalização deflagradas pelos boletins (editados três vezes por semana pelo sindicato) e, claro, pelo jornal *A Verdade*, publicado uma vez por mês. Contudo, não podemos deixar de mencionar as péssimas condições de trabalho e renda desses trabalhadores que facilitaram e muito o sucesso da nova política empreendida pelo sindicato.<sup>124</sup> No mês seguinte à posse da nova diretoria sindical (setembro de 1983), o sindicato se filiou à Central Única dos Trabalhadores (CUT), “definindo seu o campo em que atuaria: no Novo Sindicalismo”.<sup>125</sup> Neste período, a CUT, bem como o PT, embora formados por diversas correntes políticas, tinham como horizonte comum o socialismo. Uma demonstração disso é caderno de teses para o 1º Congresso da CUT em agosto de 1984. Como comprova Marcelo Badaró, a CUT aprova, neste congresso, a democracia interna, seu caráter classista, a ação sindical contra a opressão, organização por ramo, eleições livres, abolição do imposto sindical, ampliação da sindicalização e prioridade na base.<sup>126</sup>

Em 1984, ocorreu a primeira greve da CSN em Volta Redonda, o que revelava o aumento da força da organização do movimento que crescia desde o final da década de 1970. Neste período e até pouco depois da privatização da empresa em 1993, a CSN era o principal gerador de empregos na cidade. A economia da cidade girava em torno da empresa; o comércio e as escolas particulares sobreviviam dos salários pagos pela empresa. Como a cidade nasceu em volta da Usina Presidente Vargas e, durante o início de suas atividades, os governos propagandeavam que a usina era dos trabalhadores, criou-se na cidade uma mentalidade de que a CSN era patrimônio da população.

O sindicato, aliado aos setores progressistas da Igreja Católica na cidade, conseguiu se organizar também nos bairros, através das associações de moradores e de Grupos de Posseiros. Ou seja, o sindicato logrou êxito em envolver todo o tecido social na causa das reivindicações operárias.

E é a partir desta greve de cinco dias entre 20 e 24 de junho de 1984 que o tabu de que não havia greve na CSN foi quebrado. Uma greve de ocupação com 22.000 operários dentro da fábrica que demonstrava que o período de passividade havia chegado ao fim. O exército se fez presente, mas o principal foi evidenciar para os operários que a CSN poderia ser mantida

---

<sup>124</sup> *Idem.* p.70-71.

<sup>125</sup> *Idem.* p.71.

<sup>126</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *op.cit.* p.68.

por eles. “O saldo positivo, antes de tudo, foi a introdução da greve como instrumento de luta”.<sup>127</sup>

A greve de ocupação pode evidenciar o que Dias chamou de desnecessidade histórica da figura do capitalista. A possibilidade dessa evidência acontecer decorre da dinâmica própria da greve de ocupação, onde, por tempo determinado, os operários detêm o controle da fábrica e, eventualmente, da produção. Mesmo se tratando, no caso da CSN, de uma empresa estatal, o sentimento de que a produção não depende, na sua processualidade, dos cargos de chefia e de direção, pode cumprir o papel de pôr em cheque, junto aos operários, um dos pilares do sistema produtor de mercadorias, ou seja, a separação entre os que decidem e os que executam tarefas no âmbito produtivo. A construção de uma nova hegemonia, do ponto de vista das classes subalternas, exige, precisamente, a superação desta divisão entre planejamento e execução.<sup>128</sup>

As greves da CSN até 1990 foram greves de ocupação. E para se fazer uma greve de ocupação o nível de organização precisa ser elevado, e foi o que demonstrou os metalúrgicos da CSN neste período de greves. O historiador Marco Aurélio Gandra aponta os motivos para a ocupação da Usina Presidente Vargas (UPV):

Diante destas prerrogativas técnicas, ficou clara para o movimento sindical a necessidade de ocupar a usina a fim de manter os equipamentos essenciais em funcionamento, em esquemas de revezamento controlado pelo comando de greve. Eliminava-se assim o risco da acusação ao movimento sindical de negligência.

Outro fator seria de ordem tática: devido ao gigantismo da instalação industrial, que corta a cidade quase de uma extremidade a outra, é muito difícil garantir a paralisação impedindo a entrada de operários, ou os tradicionais piquetes. Pois a ação da empresa, de buscar pessoas em casa ou utilizar o aparato repressivo, era facilitada em função das muitas entradas (chamadas de buracos) para além das quatro oficiais.<sup>129</sup>

O período de 1984 a 1986 foi muito conturbado no âmbito nacional, com o fracasso do movimento pela eleição direta para presidente da república, a morte prematura do presidente indiretamente eleito Tancredo Neves e o fracasso retumbante do plano cruzado. Em Volta Redonda, nas eleições municipais realizadas em 1985 – a primeira eleição direta desde 1972, quando a cidade passou a ser considerada área de segurança nacional –, o Partido dos Trabalhadores escolheu Edson Santana, então vereador da cidade e líder comunitário, para representar o partido no pleito. Diante disso, Juarez Antunes, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, deixou (junto com outras lideranças e militantes) o PT e filia-se ao Partido

<sup>127</sup> GRACIOLLI, Edílson. *op.cit.* p.78.

<sup>128</sup> *Idem.* p. 84.

<sup>129</sup> GANDRA, Marco Aurélio. *op.cit.* p.63.

Democrático Trabalhista (PDT), o que favoreceu a vitória do médico Marino Clinger Netto, candidato do PDT. Dessa forma, ficavam evidentes as divergências internas em torno da concepção sobre como deveria ser o trabalho do sindicato:

De um lado, um grupo defendia que a ênfase deveria se dar na organização e mobilização dos trabalhadores, priorizando-se a criação de comissões de fábrica; de outra parte, havia um grupo de diretores que se preocupava mais com a dimensão carismática em torno de Juarez, que, inegavelmente, gozava de expressivo apoio junto aos trabalhadores.<sup>130</sup>

Ainda em 1985, após as negociações entre o Sindicato dos Metalúrgicos e a direção da CSN, que culminaram com a criação da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), que foi muito útil para as mobilizações e organização dentro da Usina, já que seus membros possuíam estabilidade no emprego, houve uma paralisação de um dia em dezembro de 1985 com o objetivo de melhorar a cesta de natal dos operários.<sup>131</sup> Esse fato demonstra o acúmulo de forças obtido nessa primeira metade da década de 1980, não só pelo movimento sindical, a partir do florescimento do chamado *Novo Sindicalismo*, mas também pelas lutas populares como um todo, que enfrentavam o Estado Autoritário, com a emergência de novas formas de luta (ainda que, de certa forma, fragmentadas) – feministas, ecológicas, entre outras.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, surgiram em Volta Redonda cerca de 80 Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que formaram centenas de militantes populares. Junto a isso foram fundadas, somente na década de 1980, cerca de 40 associações de moradores na cidade.<sup>132</sup> Essa efervescência culminou com a formação da CPU (Comissão de Posseiros Urbanos), cuja maioria de seus membros era oriunda das associações de moradores. Como a cidade de Volta Redonda foi primeiramente construída apenas para atender as demandas da CSN e por possuir uma topografia extremamente acidentada, a urbanização foi dificultada ao longo de sua história. Como já apontamos anteriormente, isso abriu caminho para o surgimento de inúmeros núcleos de posse que foram na década de 1980 capitaneados primeiro pelo CPU e, posteriormente, deram origem, já no final da década, ao CONAM (Conselho das Associações de Moradores).<sup>133</sup> Todo esse movimento social girava em torno do PT e do PDT e contava com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos.

<sup>130</sup> GRACIOLLI, Edílson. *op.cit.* p.79. Os grupos que defendiam maior teor classista e mobilização na luta sindical na cidade eram os grupos ligados aos setores da esquerda partidária e sindical (como grupos *trotskyistas*).

<sup>131</sup> *Idem.* p.87.

<sup>132</sup> GANDRA, Marco Aurélio. *op.cit.*

<sup>133</sup> *Idem.* p.98.

O CPU foi formado em 1985, a partir da resistência ocorrida na região do bairro Santo Agostinho, em um terreno particular. Sua forte resistência liderada por irmãs católicas e Maria Copertino, deu origem ao nome da primeira ocupação que gerou titulação das terras, o *Morro da Conquista*. Benevenuto dos Santos (prefeito biônico) alegava que não poderia agir, pois a terra era particular e não havia lei que autorizasse a intervir nem em prol dos posseiros nem dos donos da terra.<sup>134</sup>

Então a partir dessa “provocação” nós começamos a nos organizar para fazer a primeira lei popular que desse para a prefeitura a prerrogativa de intervir numa situação em terreno particular. Lei 20/85 [mensagem 20/85 que deu origem a lei nº2086, chamada de lei do desfavelamento]. Chega a eleição [de 1985] e a gente ainda não tinha concretizado nada. Aí na eleição foi eleito o Marino Clinger. Quando o Clinger foi eleito, foi quando a gente imaginou que precisávamos aprimorar mais nossa intervenção porque a gente tinha acabado de ocupar o [morro chamado] Padre Jósimo [na época chamada de Divineia] na virada do governo Benevenuto para o governo Clinger e tinham outras áreas no Jardim Belmonte, na Água Limpa. Nós, que éramos ligados à Comissão de Direitos Humanos e pela articulação da Igreja, a gente achou que era hora de organizar melhor o sujeito da história – como a gente chamava os posseiros – então a gente conversou uma forma de organização. Me lembro que nessa época teve até a benção do próprio prefeito que era o Clinger. Porque nós dissemos a ele que ele não iria mais tratar com a Comissão de Direitos Humanos e sim com a Comissão de Posseiros urbanos [CPU]. Ele achou ótimo porque não iria ter que ver todo mundo. Assim ele sugeriu que fossem escolhidos 3 representantes de cada núcleo de posse, mas eram muitos, acho que uns 70 núcleos. Ele não imaginava que eram tantos assim. Então começamos a fazer a organização de cada comunidade para que elegeisse seus representantes para que fossem eleitos e que se reunissem na cúria diocesana e que essa assembleia tivesse uma comissão para fazer o dia-a-dia do debate. E nosso debate era a urbanização das favelas com posterior titulação. Aí começou a Comissão de Posseiros Urbanos.<sup>135</sup>

Ainda sob esse fluxo de mobilização popular e aumento da organização da população mais carente da cidade, as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos realizadas em setembro de 1986 contavam com 24 mil sindicalizados contra 12 mil em 1983, quando da eleição anterior.

A chapa 1 se formou basicamente pela diretoria em exercício; a Chapa 2 era formada pela dissidência que se deu no interior da diretoria eleita em 1983 e

<sup>134</sup> Lei 67/66. Lei do loteamento de 1966 determinava que quem deveria dispor a infraestrutura era o proprietário.

<sup>135</sup> Entrevista Lurdinha Lopes Fonseca concedida ao autor. Rio de Janeiro, 27/3/2012. Objetivo da Lei 2086: “a política municipal de desfavelamento e atuação em áreas públicas ocupadas tem como objetivo reconhecer o direito do acesso a terra ou a moradia, por parte das famílias carentes, observando as condições técnico-jurídicas de cada caso”. Esta foi a primeira lei de desfavelamento do país.

reunia militantes da Convergência Socialista, que se intitulava Novo Grupo de Oposição Sindical; por fim, a Chapa 3 agregou antigos operários que questionaram as eleições anteriores e que eram apontados por muitos como comprometidos com os interesses da CSN.<sup>136</sup>

A Chapa 1 teve acachapantes 86,3% dos votos e continuou seu processo de mobilização, com amplo respaldo nas bases. Em outubro de 1986, o Sindicato organizou uma greve dos operários da CSN contra o plano Cruzado. O Exército foi acionado e debelou a greve. No dia 12 de dezembro daquele ano, uma greve geral foi deflagrada no país. Em Volta Redonda, novamente o Exército ocupou a usina e obrigou os metalúrgicos a voltarem ao trabalho. Em agosto de 1987, nova greve geral no país, que, em Volta Redonda, só foi debelada pela força do Exército, enquanto no restante do Brasil teve pouca expressão. Gandra assim analisa esta greve:

Na greve geral de 20 de agosto de 1987, que fracassou no país, mas foi forte em Volta Redonda, a repressão foi extrema: escaramuças com soldados, na usina e na cidade, demissão de ativistas e até de “cipeiros”\* (que tinham estabilidade), proibição de diretores do sindicato entrarem na usina, desmantelamento da greve. Mas o que explicaria, apesar da quebra da organização imposta pela CSN, que um ano depois os trabalhadores fizessem uma greve que, informada pelos acontecimentos nacionais, também ajudou a determinar a conjuntura política brasileira? Lembramos que a demissão de ativistas, cipistas e diretores gerou um efeito colateral (na perspectiva da empresa), que foi a luta pela readmissão. Fortalecida pela determinação aprovada na nova Constituição, tornou-se um dos pontos nevrálgicos para a eclosão da greve de 1988, quando exército invadiu a cidade e a usina e matou três operários.<sup>137</sup>

Assim, podemos perceber que a greve de 1987 e a repressão desencadeada por ela, criaram um sentimento ainda mais forte para a contínua mobilização da categoria metalúrgica e da própria cidade como um todo contra a política oficial – com a agravante dos sucessivos planos econômicos fracassados do governo federal que impunham constantes perdas salariais. O ano de 1987 se seguiu com novas demissões com o intuito de quebrar a espinha dorsal do sindicato dentro da Usina. Em maio de 1988, uma nova paralisação de 100% dos funcionários da UPV é abafada pelo Exército, criando um clima insuportável entre os operários e o Exército.

---

<sup>136</sup> GRACIOLLI, Edílson. *op.cit.* p.80.

\* Cipeiro ou Cipista vem de CIPA, sigla da Comissão Interna Para Prevenção de Acidentes. Os membros dessa comissão eram eleitos pelos operários e muitos deles possuíam envolvimento sindical.

<sup>137</sup> GANDRA, Marco Aurélio. *op.cit.* p.66.

Com a promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988, que estabelecia, entre outras prerrogativas, o turno de 6 horas para trabalhadores, os operários da CSN passaram a lutar para a implementação da lei, além da já tradicional luta contra o arrocho salarial e perseguição das lideranças sindicais.<sup>138</sup> Como suas reivindicações não foram atendidas, a categoria decretou uma nova greve no dia 04 de novembro de 1988, iniciada efetivamente em 07 de novembro. Num primeiro momento, o Batalhão do Exército de Barra Mansa foi acionado, mas evitou invadir a usina – muitos soldados tinham parentes dentro da Usina. No dia 09 de novembro, um batalhão vindo de Petrópolis ocupou a cidade, aterrorizou a população, invadiu a UPV e assassinou três operários. O fato causou comoção mundial e influenciou diretamente as eleições para prefeito em todo Brasil, realizadas em 15 de novembro de 1988. Em Volta Redonda, Juarez Antunes (PDT) venceu as eleições por ampla maioria, assim como Luiza Erundina em São Paulo, Jacó Bittar em Campinas, Olívio Dutra em Porto Alegre, Telma de Souza em Santos, todos do PT.<sup>139</sup>

Mas a greve deixou também seqüelas negativas para o movimento social de Volta Redonda. Após a greve, setores conservadores passaram a defender abertamente, através da imprensa, a privatização da CSN ou mesmo seu fechamento.

Mesmo com a morte polêmica, em fevereiro de 1989, de seu principal líder e prefeito de Volta Redonda, Juarez Antunes<sup>140</sup>, o Sindicato dos Metalúrgicos deu prosseguimento, a partir de sua base, ao projeto de esquerda, como mostra Graciolli:

Marcelo Felício (presidente em exercício desde a vitória do Juarez para a prefeitura) liderava, ao lado de Bartolomeu Citeli, os dirigentes cutistas vinculados ao PDT e que pertenciam à articulação sindical, corrente da CUT. Luiz Antônio Vieira Albano (ou, simplesmente, Albano) e Luiz de Oliveira

<sup>138</sup> A pauta de reivindicações era: 1) pagamento de 17,68% relativos à URP de Julho/1988 2) pagamento dos 26,06% do Plano Bresser de junho/1987 3) implantação do Turno de seis horas 4) readmissão dos demitidos por motivo de greve 5) fim da repressão por parte da direção e das chefias da CSN. In graciolli 97,98.

<sup>139</sup> GRACIOLLI, Edílson. *op.cit.* p.153.

<sup>140</sup> Juarez Antunes foi presidente do SMVR de 1983 a 1989, eleito deputado constituinte em 1986. Liderou o movimento de oposição sindical em Volta Redonda, bem como as greves na CSN. Foi um dos fundadores do PT em Volta Redonda, mas nas eleições para deputado constituinte e prefeito foi candidato pelo PDT. Venceu as eleições para Prefeito de Volta Redonda pelo PDT logo após a greve de novembro de 1988 com 60% dos votos. Em fevereiro de 1989, quando voltava de Brasília (na altura de Felixlândia-MG), o carro (modelo Parati da Prefeitura de Volta Redonda) em que estava sofreu um acidente e Juarez faleceu. Sua morte está envolvida por polêmicas devido a diversas versões e suposições relativas ao caso. Uma delas foi o fato de Juarez ter sido ameaçado de morte meses antes, na greve de novembro de 1988, como afirmou o Bispo D. Waldyr Calheiros em algumas entrevistas. Também influenciou essa polêmica a implosão do *Memorial 09 de Novembro*, erigido em homenagem aos operários mortos na greve de novembro de 1988, no mesmo dia de sua inauguração (01 de maio 1989). Em 1997, uma Comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro apurou as denúncias de participação de membros do Exército no atentado, o que foi confirmado em depoimentos de alguns militares. Algumas versões fantasiosas, de alguns sindicalistas, era de que Juarez Antunes poderia estar vivo. A versão do motorista e a versão apontada no inquérito da polícia dão cabo de que a causa do acidente teria sido a sonolência do motorista. *Revista Primeira Página*, Ano 1, nº12, p. 4, 5 e 6.

Rodrigues (Luizinho) eram as principais expressões do grupo de diretores historicamente ligados ao Juarez Antunes, também naquele momento, majoritariamente filiados ao PDT. Vagner Barcelos, por fim, encabeçava um bloco que reunia, fundamentalmente, CUT pela base e convergência socialista.<sup>141</sup>

A vitória de Vagner Barcelos em 1989 para o Sindicato dos Metalúrgicos demonstrou que a base operária de Volta Redonda queria avançar mais nas reivindicações, na politização e conscientização de seus pares. Ao mesmo tempo, esta eleição sindical cristalizou as disputas políticas e pessoais presentes no interior do sindicato. Concomitantemente, no âmbito nacional, a vitória de Fernando Collor de Mello no final de 1989 nas eleições presidenciais – as primeiras eleições diretas realizadas desde o fim da ditadura civil-militar – colocou como prioritária a privatização das estatais e, em particular, da CSN, e conseqüentemente o aniquilamento do movimento social em Volta Redonda e a articulação de uma alternativa ao sindicalismo combativo. Como veremos no próximo capítulo, a chegada da década de 1990 trará mudanças significativas para a cidade de Volta Redonda, reflexo direto dos novos rumos tomados pelo capitalismo no país e no mundo.

\* \* \*

Tendo em vista o que foi apresentado no contexto teórico e histórico formulado neste capítulo, procuraremos nos próximos capítulos demonstrar como esse Estado (materializado na prefeitura municipal de Volta Redonda) utiliza as políticas públicas como forma de garantir a expansão interna de capital para setores empresariais do município, bem como suas práticas de convencimento e sua produção intelectual, sem deixar de lado seus vínculos regionais, nacionais e mundiais e como isso afeta e afetou a política, a economia, a cultura e a sociabilidade da cidade. Após abordar, neste primeiro capítulo, o contexto de intensas lutas sociais que marcaram a década de 1980 em Volta Redonda, analisaremos a seguir o advento das políticas liberalizantes (neoliberais), a partir da década de 1990, que propiciaram a privatização da maior indústria da cidade e sua razão de ser. Além disso, buscaremos elucidar o profundo rearranjo de forças políticas, econômicas e sociais que transformaram a face da antiga “cidade do aço”, almejando, no entanto, desnaturalizar essas mudanças, demonstrando que elas foram fruto das relações sociais e disputas presentes no seio da sociedade voltarredondense.

---

<sup>141</sup> GRACIOLLI, Edílson. *op. cit.* p.102.

## **Capítulo 2:**

### **“Um cenário de mudanças: Ofensiva do capital, derrota do movimento popular e a formação de novos rearranjos políticos em Volta Redonda”**

#### **2.1. O Processo de Privatização da CSN (1990-1993)**

Como apresentamos no primeiro capítulo, o processo que desencadeou as privatizações das empresas estatais brasileiras possui raízes históricas que antecedem décadas de sua efetiva realização. Ao lado do lento processo de sucateamento das estatais, de fortes campanhas publicitárias e das políticas econômicas que, ao longo da década de 1980, abriram caminho para as privatizações, um momento de forte crise econômica e de crise de legitimidade política, favoreceu o avanço e consolidação do viés neoliberal (defendido e imposto pelo grande capital) como “via de superação da crise”.

A historiadora Monica Almeida, em sua tese sobre o processo de privatização, analisa a reestruturação do setor público desde o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)<sup>142</sup>, lançado em meados da década de 1970. Como forma de sair da crise de endividamento proporcionado pela grande liquidez financeira do final da década de 1960 e início da década de 1970 (do primeiro choque do petróleo em 1974), o II PND reorientou o setor de bens duráveis para bens de produção.<sup>143</sup> A estratégia do II PND era expandir as indústrias de base (basicamente estatais) para aumentar a oferta à indústria privada nacional e multinacional impulsionado a exportação de produtos manufaturados.<sup>144</sup>

Assim, as empresas estatais tiveram um papel decisivo na tentativa de manter em crescimento a valorização de capital dos tempos do chamado *milagre brasileiro*. Isso teve como consequência a progressiva *estatização da dívida* brasileira devido: 1) “à crescente participação das entidades públicas na captação de recursos externos”; 2) “transferência da

---

<sup>142</sup> O II Plano Nacional de Desenvolvimento foi lançado no final de 1974 com o objetivo de manter o crescimento econômico brasileiro a qualquer custo. Para isso as estatais, via empréstimos internacionais, se expandiram para garantir os bens de produção necessários para manter a economia brasileira aquecida, após o “milagre econômico”.

<sup>143</sup> Bens duráveis significam mercadorias com tempo de uso relativamente longo – nos tempos atuais esse tempo diminui num ritmo cada vez mais forte – como automóveis e eletrodomésticos. Já os bens de produção são relativos à indústria de base – que fornece matérias-primas para outras empresas. São os setores siderúrgicos, metalúrgicos, petroquímicos, fertilizantes, cimento.

<sup>144</sup> ALMEIDA, Monica. “A Reestruturação do setor público estatal rumo às privatizações”. In: *Anais do I Congresso Fluminense de História Econômica*. Universidade Federal Fluminense. 2011. p. 11.

dívida externa” e 3) “à forma de negociação da dívida externa que transformou, a partir de 1983, o Banco Central em depositário de expressiva parcela de recursos externos”.<sup>145</sup> A consequência principal dessas medidas foi a sangria aberta dos recursos das estatais no médio e longo prazo.<sup>146</sup> Além desses empréstimos externos, ao longo da década de 1970, as estatais serviram (como já foi dito anteriormente) como instrumentos de combate à inflação, vendendo seus produtos subsidiados como forma de impedir altas de preços e “estimular” o setor privado, somado às crescentes restrições de crédito no próprio país.<sup>147</sup> Com o ajuste financeiro, o ônus da crise recaiu sobre o setor público e isso seria determinante para o seu sucateamento na década de 1980, que, por sua vez, serviu como principal argumento de defesa das políticas de abertura econômica e de acusação acerca do peso maléfico do Estado na economia.

Dessa forma a crise que as Empresas Estatais não financeiras apresentam no início dos anos oitenta pode ser explicada, fundamentalmente, pelos desdobramentos da política econômica dos governos brasileiros a partir da década de setenta. A redução da renda disponível do setor privado, ao lado do aumento das despesas financeiras, lançou as empresas estatais na profunda crise que explodiu nos anos oitenta.<sup>148</sup>

Inserido neste contexto de criação de condições para a expansão do grande capital privado e atendendo a pressão de setores empresariais pela desestatização<sup>149</sup>, foi instituído, em julho de 1979, outro PND. O Plano Nacional de Desburocratização<sup>150</sup> surge destinado a diminuir a ineficiência dos serviços públicos, criticando o “gigantismo” do Estado e defendendo a “necessidade” de transferir para a iniciativa privada setores que poderiam ser mais “dinâmicos”.<sup>151</sup> Os setores empresariais defendiam a transferência do controle de empresas para o setor privado favorecendo a grande empresa privada nacional.

Em julho de 1981, o governo editou um decreto-lei estabelecendo os critérios para as privatizações no Brasil.<sup>152</sup> As empresas passíveis de privatização seriam as que tivessem concorrência privada e nacional, mais as subsidiárias de empresas estatais. As primeiras

---

<sup>145</sup> *Idem.*

<sup>146</sup> Em 1972, a dívida externa do setor privado era de 75,1%, a dívida do setor público representava 24,9% do total da dívida externa. Passados 8 anos – 1980 – a dívida do setor privado foi reduzida para 23,4% e a dívida do setor público disparou para 76,6%. Exemplo claro de estatização da dívida brasileira. Cf. ALMEIDA, Monica *op.cit.* p. 12-13.

<sup>147</sup> ALMEIDA, Monica *op.cit.* p. 13.

<sup>148</sup> ALMEIDA, Monica *op.cit.* p. 7.

<sup>149</sup> Cf. DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

<sup>150</sup> Criado pelo Decreto nº 83.740/79, que também fundou a Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (SEST). Cf. ALMEIDA, Monica. *op. cit.* p. 1.

<sup>151</sup> Colocamos as aspas em *dinâmico*, pois esse termo, nos argumentos dos defensores do capital, sugere a necessidade de agilizar, expandir a produção, deixando implícito que essa agilidade e expansão são condições *sine qua non* para a existência e sobrevivência do capital, sob forma de aceleração da extração de mais-valor.

empresas privatizadas foram as dos setores de papel e celulose, têxtil, siderurgia, energético.<sup>153</sup> As empresas de setores estratégicos da economia e de relevância militar (como a energia nuclear) seriam mantidas as empresas estatais endividadas passariam ao controle do Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).<sup>154</sup>

Em 1985, um decreto-lei de José Sarney, então Presidente da República, aprofundou um pouco mais o processo de privatização, abrindo capital social (ações) e alienando participações acionárias de empresas direta ou indiretamente controladas pelo governo federal.<sup>155</sup>

No período da presidência de José Sarney (1985-1990), após um início de grande popularidade devido ao Plano Cruzado<sup>156</sup> – baseado no congelamento de preços durante um ano e reajuste dos salários, com indexação, caso a inflação ultrapassasse 20% –, o pacote econômico sucumbiu com o aumento de consumo, desabastecimento, e boicote de alguns setores empresariais. Após a moratória com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em janeiro de 1987<sup>157</sup>, apareceram os planos econômicos que misturavam ortodoxia com heterodoxia econômica na tentativa de estabilizar a economia, mas, para isso, impondo perdas salariais. O Plano Bresser<sup>158</sup>, logo em junho de 1987, retomou negociações com o FMI e estabeleceu a redução do déficit público e o fim dos aumentos dos salários.

Essa crise tornou o governo impopular e revelou sua frágil legitimidade, num momento em que os sindicatos e movimentos sociais vinham de lutas contra a ditadura, pelas eleições diretas para a Presidência da República e pela elaboração da Constituição na Assembleia Constituinte. Num quadro econômico de superinflação e num contexto de sindicatos classistas e combativos filiados à Central Única dos Trabalhadores, a estabilidade no bloco de poder mostrou-se fragilizada e sem consenso nas eleições presidenciais de 1989.

---

<sup>152</sup> Decreto lei nº 86.215, de 15 de julho de 1981.

<sup>153</sup> ALMEIDA, Monica. *op.cit.* p. 5.

<sup>154</sup> *Idem.* p. 8.

<sup>155</sup> Decreto lei 91.991, de 25 de novembro de 1985.

<sup>156</sup> Durante os poucos meses de sucesso do plano ocorreram às eleições para os governos estaduais. O PMDB de Sarney ganhou em 21 Estados da Federação. A equipe econômica que formulou o Plano Cruzado era composta pelos economistas André Lara Resende, João Sayad, Pêrsio Arida e Edmar Bacha. Além, claro, do Ministro da Fazenda Dílson Funaro.

<sup>157</sup> Após o fracasso do Plano Cruzado somado a escassez de crédito externo (devido ao aumento dos juros dos Estados Unidos – de 3,5% para 10% - e a moratória do México em 1982), o Brasil, não conseguiu honrar com o pagamento de 104 bilhões de dólares. Terminou de negociar o pagamento dessa dívida em 2006.

<sup>158</sup> O plano foi comandado pelo Ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, que tomou posse em abril de 1987, com o objetivo principal de conter a aceleração da inflação e diminuir o déficit público. O Plano congelou durante 3 meses os aluguéis e os salários com a inflação corrigida após seis meses (a partir de julho de 1987). No final de 1987, o Plano não conseguiu manter suas metas e fracassou fragorosamente.

Com candidatos, dos mais variados matizes político-ideológicos<sup>159</sup> evidenciou-se a fragmentação do quadro político.

O segundo turno das eleições de 1989 ratificou a instabilidade hegemônica, quando os candidatos que não eram tidos como os favoritos venceram o pleito do primeiro turno. De um lado, Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN), que surgiu no cenário nacional incorporando uma publicidade forte que enaltecia a juventude, a modernidade e a abertura econômica com tom moralista; de outro lado, o ex-metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores (PT), era o candidato assumidamente de esquerda, apoiado pelo movimento social organizado, pelo setor progressista da Igreja Católica, por partidos e correntes marxistas e sindicatos. Com o eleitorado dividido, os setores empresariais e agrários da sociedade civil (como a Ordem dos Advogados do Brasil, Federação Indústrias do Estado São Paulo, Confederação Nacional da Indústria), a grande imprensa e parte da classe média apoiaram Collor de Mello, que venceu o pleito presidencial por pequena diferença em relação ao candidato do PT.

No Brasil, em 15 de março de 1990, Fernando Collor de Mello tomou posse na Presidência da República e, tão logo é empossado, começou a baixar medidas provisórias no sentido de abrir a economia brasileira. Além de acabar com a *holding Siderbrás* (medida provisória nº151), anunciou o *Plano Brasil Novo*, com pacotes econômicos para combater a inflação de forma rápida, apelidado de *Plano Collor*, eliminando barreiras tarifárias e assumindo o programa de desestatização.<sup>160</sup> O Plano Nacional de Desestatização<sup>160</sup> almejava:

- I- Reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;
- II- Contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;
- III- Permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;
- IV- Contribuir para a modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;
- V- Permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;

<sup>159</sup> Eram candidatos: Fernando Collor de Mello (PRN), Luis Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Salim Maluf (PDS), Guilherme Afif Domingos (PL), Ulysses Guimarães (PMDB), Roberto Freire (PCB), Aureliano Chaves (PFL), Ronaldo Caiado (PSD), Affonso Camargo Neto (PTB), Enéias Carneiro (PRONA), José Alcides Marronzinho (PSP), Paulo Gontijo (PP), Zamir José Teixeira (PCN), Livia Maria de Abreu (PN), Eudes Oliveira Mattar (PLP), Fernando Gabeira (PV), Celso Brant (PMN), Antônio Pedreira (PPB), Manoel Horta (PCdoB) e Armando Corrêa da Silva (PMB).

<sup>160</sup> Medida Provisória 115 de 15 de março de 1990, que deu origem à Lei nº8.031 de 12 de abril de 1990.

- VI- Contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrarem o Programa.<sup>161</sup>

Neste contexto, a grande imprensa e as propagandas institucionais brasileiras buscavam o consenso da população. A propaganda do BNDES é emblemática:

Na difusão de um ideário de que o *Estado pesado incomoda muita gente*, como forma de legitimar sua redução como necessária ao desenvolvimento econômico e, principalmente, à justiça social. Em ambos os filmes, a metáfora do “elefante” afirmava a privatização com *passo natural da história*, uma verdade incontestável, tornando “pesado”, “lento” e “atrasado” perante a opinião pública todo aquele que se insurge contra a “modernidade” proposta pelo Programa Nacional de Desestatização, ou seja, a venda das empresas estatais.<sup>162</sup>

Difundindo dogmas e “verdades absolutas”, o governo brasileiro, embora tenha enfrentado muita resistência por parte de alguns setores sindicais, estudantes e outros movimentos sociais, contou com o apoio significativo dos setores empresariais, da grande imprensa, de boa parte da intelectualidade em relação às suas medidas desestatizantes.

Na grande imprensa, as reportagens demonstravam o mundo de possibilidades que apareceria com as privatizações e a abertura econômica. O editorial da *Revista Veja* de outubro de 1990<sup>163</sup>, sob o título *A Privatização sem recursos públicos*, procurou qualificar todo o setor público/estatal de forma negativa, como se o quadro caótico das estatais fosse fruto apenas de incompetência, patrimonialismo, nepotismo e corporativismo de seus funcionários e diretores, sem, contudo, identificar os antecedentes históricos e seus principais agentes políticos e privados que levaram àquela crise. “Nas estatais, há produtividade baixa, incompetência e um ideário corporativista que propicia privilégio de todo o tipo”, dizia o editorial.<sup>164</sup> Já em novembro de 1990, após a queda de Margareth Thatcher, a dama-de-ferro, como era conhecida, é chamada pela revista de “a Guerreira Indomável”, na mesma edição

<sup>161</sup> Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1990/8031.htm>>. Acessado em 23/09/2011.

<sup>162</sup> PEREIRA, Sérgio. *Sindicalismo e Privatização: O Caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. UFRJ. P.159. Em sua tese Sergio Martins também descreve uma dessas propagandas do BNDES que diz: “Desestatização. *Que bicho é esse?* [interrupção pelo elefante] *O Estado cresceu muito em áreas onde não devia mais atuar, ficou pesado. Desestatizar é reduzir o tamanho do Estado vendendo empresas para a iniciativa privada. Mais leve, o Estado pode oferecer a você saúde, educação, saneamento, habitação, segurança e justiça com mais qualidade. É...um Estado pesado incomoda muita gente.* [narrador] *Governo do Brasil, a prioridade é o cidadão*”. *Idem*. p.158 Outra peça publicitária “Anos 90, um momento de grandes mudanças na nossa história. A saída do Estado consolida as bases do Brasil competitivo que quer viver de novo aquelas emoções. A privatização é o passo natural da história”. Adiante mostraremos conseqüências.

<sup>163</sup> *Revista Veja*. Edição 1154, 31/10/1990, p. 27.

em que estampava na capa a manchete: “A queda da Guerreira: acaba o reinado de 11 anos que mudou a Inglaterra e mexeu com as ideias do mundo”.<sup>165</sup> Além disso, *Veja* também divulgava matérias enaltecendo o neoliberalismo no Chile<sup>166</sup> e entrevistas com notáveis intelectuais e políticos defensores dessa nova reorganização econômica, defendendo medidas como austeridade fiscal, com corte dos gastos públicos, diminuição do Estado na economia e outras propostas.

Ainda como forma de atrair o consenso por parte da população em relação a este projeto privatista era muito alardeado em propagandas e reportagens a possibilidade da participação dos funcionários na compra das ações. Em Volta Redonda, como veremos mais adiante, as promessas eram de riqueza para quem adquirisse as ações da empresa. O gestor do Plano Nacional de Desestatização foi o BNDES, com a função de emitir os editais de privatização, estabelecer o preço mínimo pela empresa a ser privatizada, entre outras funções.

O governo Collor atuou também no sentido de alcançar o apoio de um importante setor social, os trabalhadores – através da associação do governo federal e de um grupo de sindicalistas que se alinharam ao discurso pragmático dos novos tempos do capitalismo, com a visão de que os trabalhadores é que deveriam se adequar às novas formas de trabalho que garantiriam a retomada da acumulação de capital via diminuição dos direitos sociais, dos salários e de uma deteriorização das condições de trabalho e de vida.

No setor metalúrgico e elétrico, Luiz Antônio de Medeiros e Antônio Magri eram os presidentes, respectivamente, de seus sindicatos filiados ao Central Geral dos Trabalhadores, como aponta Sérgio Pereira.<sup>167</sup> Ambos ficaram conhecidos por negociar em separado com o chamado *Centrão*<sup>168</sup> durante a Assembleia Constituinte. Magri apoiou Collor durante a campanha presidencial e, após a sua vitória, o ex-eletricário chegou ao cargo de Ministro do Trabalho. Em março de 1991, foi criada uma nova Central Sindical, a *Força Sindical* (FS), com Luiz Antônio de Medeiros como presidente, que surgiu como contraposição aos setores mais críticos do meio sindical e com um novo projeto político sindical, de parceria com os patrões, privilegiando a negociação. Com predomínio de representação no setor privado, principalmente na indústria e no comércio<sup>169</sup>, e com seu apoio

---

<sup>164</sup> *Revista Veja*. Edição 1154. 31/10/1990, p. 27.

<sup>165</sup> *Revista Veja*. Edição 1155, 07/11/1990, Capa e p. 35.

<sup>166</sup> *Revista Veja*. Edição 1179, 24/4/1991, p. 41-45.

<sup>167</sup> Cf. PEREIRA, Sérgio. *op.cit.* p.162.

<sup>168</sup> Grupo de parlamentares constituintes que formaram bloco em defesa de setores empresariais, agrários e financeiros. Para saber mais: Cf. DREIFUSS, René. *O Jogo da direita*. Petrópolis: Vozes, 1989 e PEREIRA, Sérgio. *op. cit.* p.162.

<sup>169</sup> PEREIRA, Sérgio. *op. cit.* p.168.

incondicional ao PND, como veremos a seguir, esta nova central foi decisiva para o início das privatizações, especialmente em Volta Redonda.

Nesse período, enquanto a CUT via em Collor o inimigo a ser enfrentado, através de ações de massas e greves gerais, a Força Sindical adotou uma postura de co-participação nos governos.<sup>170</sup> Como demonstra Adalberto Cardoso, na obra *A década neoliberal*, a Força Sindical, através de uma aliança com o setor político, conseguiu fortalecer sua base de representação sindical.

Com a fundação da FS ele [Luis Antonio Medeiros – presidente da FS] aprofundaria esse padrão de utilização instrumental do sistema político como meio de legitimação de seu poder sindical entre os pares. A FS tornou-se um interlocutor próximo da Presidência da República, dos Parlamntos e da burocracia federal, e isso diferenciou intensamente sua estratégia daquela da CUT.<sup>171</sup>

Além de apoiar as privatizações, a FS ajudou a formar alguns grupos de investimento para a compra de lotes de ações de algumas estatais, como a CSN. E com a vitória de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, e a consolidação da política neoliberal, a central teve papel decisivo nas leis de desregulamentação do trabalho. A jornada de trabalho flexível, contratos temporários de trabalho, redução dos custos de contratação (menos direitos trabalhistas) e demissão temporária foram algumas das contribuições da Força Sindical na década de 1990.<sup>172</sup>

\* \* \*

Em 1990, o então Ministro das Comunicações Ozires Silva, durante uma partida de tênis, convidou o engenheiro Roberto Procópio Lima Neto<sup>173</sup> para ser presidente da CSN com a missão de ser “o Lee Iacocca<sup>174</sup> brasileiro” para “salvar a CSN”. Procópio Lima Neto tomou posse no dia 18 de abril de 1990. Logo após sua posse foi colocado na pauta do então presidente Collor um plano drástico de reestrutura da Usina, a fim de que ela fosse finalmente vendida.

*Etapa 1 (primeiros 30 dias) – Ações de impacto*  
- Demissão imediata de cerca de 4 mil empregados;

<sup>170</sup> CARDOSO, Adalberto. *A Década neoliberal e a crise dos sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 63.

<sup>171</sup> *Idem*, p. 64.

<sup>172</sup> *Idem*, p. 65.

<sup>173</sup> Formado em Engenharia, com dois mestrados e um doutorado na Universidade de Stanford, executivo de empresas como BNDES, Ibrasa, Cebrae, Monteiro Aranha entre outros. Cf. LIMA NETTO, Roberto Procópio. *Volta por cima*. Rio de Janeiro, Record, 1993.

<sup>174</sup> Executivo da empresa de automóveis Chrysler. Considerado por Procópio Lima Neto como o “homem que salvou a Chrysler”. Cf. LIMA NETTO, Roberto Procópio. *op.cit.* p.15.

- Suspensão dos contratos com firmas prestadoras de serviço, objetivando reduzir até 2 mil empregados;
- Desativação da mina de carvão e do lavador de Capivari para venda posterior;
- Desativação da FEM – Fábrica de Estruturas Metálicas;
- Avaliação da mina de minério de ferro de Casa de Pedra, visando à alienação;
- Revisão dos critérios para a contratação da distribuição e transporte de produtos siderúrgicos;

*Etapa 2 (30 a 60 dias) – Equacionamento financeiro*

Nessa etapa estavam previstas quatro medidas que resumirei a seguir:

- Obtenção de recursos no montante de 150 milhões de dólares, para cobrir os custos das indenizações trabalhistas e as suas primeiras folhas de pagamento;
- Viabilização da operação de *relending* de 600 milhões de dólares;
- Adequação do perfil da dívida, com sua renegociação;
- Negociação com o Sindicato visando transformar parte do passivo trabalhista em participação acionária, conseguir acordo para as maiores reduções de pessoal, além das anteriormente mencionadas e negociar futuras participações acionárias dos empregados com a capitalização de parte dos futuros aumentos de salário.

*Etapa 3 (médio prazo) – Plano de Recuperação*

Nessa etapa estava prevista a contratação de uma empresa de consultoria, para avaliar o trabalho realizado nos primeiros 90 dias. Estava também previsto o fechamento da empresa, caso as ações propostas não tivessem sucesso.

Este plano datado de 16 de abril de 90, só me foi entregue no dia da posse. Talvez tenham ficado temerosos de que, se eu tivesse tempo suficiente para estudá-lo, eu desistisse do cargo. Quando tomei conhecimento desse documento, disse ao Ministro que não me comprometeria com sua execução, mas que iria examinar cada proposição e fazer meu próprio julgamento sobre elas. Aquelas que julgasse adequadas, eu implementaria. De qualquer modo, o plano, no seu todo, já não era factível depois da conversa com a Ministra Zélia [Cardoso de Mello]. Pelo menos no que dizia respeito aos recursos, os prazos estipulados já eram totalmente inviáveis.<sup>175</sup>

Como Procópio Lima Neto afirmou acima, o Plano não pôde ser implementado, mas mostrou o tamanho da investida contra um sindicato com histórico de enfrentamento. Em sua ótica, a CSN não poderia ter mais greves e em caso de ocupação da Usina, o presidente da empresa iria para o Rio de Janeiro aguardar a desocupação.<sup>176</sup> Assim, Lima Neto procurou estabelecer um modo de interlocução com os funcionários da empresa. Com o objetivo de acabar com as greves e implantar o “sistema de qualidade total”, fazia reuniões esporádicas nos refeitórios e pátios da Usina com os operários e jornais informativos, buscando incutir na cabeça da população da cidade a inexorabilidade daquelas medidas que geravam desemprego

<sup>175</sup> LIMA NETO, Roberto P. *op. cit.* p. 35-36.

<sup>176</sup> *Idem.* p.41.

dos trabalhadores. Na tese de Graciolli sobre a privatização da CSN, o autor revela uma das cartas enviadas pela presidência da CSN às esposas dos funcionários:

É claro que a Sra. já ouviu esta palavra: privatização. Eu também posso imaginar as dúvidas que podem estar passando pela sua cabeça: - Vai ser bom ou ruim para a CSN? E os empregados, como ficam? E a cidade?... E por aí vai. (...) Uma boa coisa da privatização, no nosso caso, é a democratização do capital da Empresa. Nós propusemos ao BNDES um plano excelente para a CSN: por esse plano, os empregados podem adquirir 20% das ações. (...) As ações são financiadas pelo BNDES. Durante os primeiros 3 anos, o empregados não pagam nada. É o chamado prazo de carência. Após esses 3 anos, o empregado passa a pagar as ações em 7 anos, com financiamento do BNDES. Bom, até aí tudo bem. Mas ele vai pagar isso com o que? Vai pagar com os dividendos, ou rendimentos das ações. Do bolso mesmo, do salário, ele não tira NADA para pagar as suas ações.<sup>177</sup>

Com este exemplo fica evidenciado o discurso utilizado para produzir um certo consenso não só nos trabalhadores da CSN, mas em suas famílias e comunidades, com a promessa de prosperidade, novas fontes de trabalho e renda, com a expansão dos negócios e geração de impostos para beneficiar a prefeitura e desenvolver toda a cidade.

Nos meses seguintes à posse de Procópio Lima Neto à frente da direção da CSN ficou claro que não haveria acordo entre o sindicato e a empresa. Como apontamos no final do primeiro capítulo, a chapa vitoriosa na eleição sindical de 1989 tinha um perfil classista (Chapa 1: Força Socialista). E com a chegada de Lima Neto, que tinha o claro propósito de ajustar a CSN para a privatização, o mandato da Chapa 1 foi pautado justamente pela luta contra a privatização da CSN. Seu programa tinha 10 pontos:

1. Defender a CSN e a FEM (Fábrica de Estruturas Metálicas, subsidiária da CSN) da privatização e pela recuperação dos equipamentos;
2. Combater as repressões e perseguições nos locais de trabalho;
3. Fortalecer as Cípas; [Comissão Interna de Prevenção de Acidentes]
4. Estender a atuação do sindicato ao conjunto dos trabalhadores na região Sul Fluminense, quer junto aos seus sindicatos, quer aos movimentos de bairro;
5. Pelo fim das empreiteiras dentro da CSN e pelo aproveitamento dos seus trabalhadores nos quadros da empresa;
6. Estender o turno de 6 horas a todas as empresas da região;
7. Pelo pagamento imediato das perdas do Plano Bresser (26,6%) e reajuste mensal dos salários de acordo com o ICV do Dieese;
8. Manter 1º maio como data-base;
9. Fortalecer o crescimento da CUT;

<sup>177</sup>GRACIOLLI, Edílson José. *Privatização da CSN: da luta de classes à parceria*. São Paulo, Expressão Popular, 2007, p. 244.

10. Pela união e solidariedade internacional dos trabalhadores.<sup>178</sup>

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda junto com o Sindicato dos Engenheiros chegou a elaborar um dossiê sobre a situação da CSN, propondo algumas medidas como a demissão de 1,4 mil trabalhadores com alta remuneração, nomeados pelo Exército durante a ditadura – dentre os 3,8 mil empregados com altas remunerações, que representavam 60% do valor total da folha de pagamentos –, e também auditoria das dívidas, desburocratização da área de contratos e venda de 300 casas ainda pertencentes a CSN, com o valor, na época de 3 milhões de dólares.<sup>179</sup>

Num clima de animosidade, o mês de maio chegou e a CSN que havia enviado duas mil “cartinhas”<sup>180</sup> de licenciamento do trabalho. No dia 14 de maio de 1990 foi feita uma paralisação de 12 horas, com três mil operários ocupando o interior da Usina. Com a CSN ocupada, Procópio foi para seu escritório na então sede administrativa no Rio de Janeiro e reiterou que só iria conversar com o sindicato mediante o fim da ocupação. O sindicato defendia a readmissão de todos os trabalhadores enquanto a direção da empresa oferecia ao sindicato a alternativa de junto com a direção empresa rever alguns nomes da lista de possíveis demitidos. Na reunião entre o sindicato e a direção da CSN não ocorreu nenhum acordo. Assim, diante deste impasse, o sindicato promoveu um “Acampamento de Resistência” que durou 28 dias – de 23/5/90 a 19/6/90 – com os trabalhadores licenciados, sindicalistas e membros do movimento popular de Volta Redonda.

Por causa destes últimos acontecimentos, a data-base para a campanha salarial de 1990 tinha passado de 1º de maio para 30 de junho. Além de valores atrasados de acordos salariais de anos anteriores e do décimo terceiro e 1/3 de férias que estavam atrasados, as reivindicações dos trabalhadores incluíam a reposição de perdas salariais do período, exigindo um índice de reajuste de 166,9%.<sup>181</sup> Também estavam na pauta de reivindicações: readmissão dos demitidos, fim das “cartinhas” e 10% de produtividade.<sup>182</sup>

Na região Sul Fluminense, a Siderúrgica Barbará em Barra Mansa (na época controlada pelo Grupo Votorantim) deflagrou greve em junho de 1990 e obteve 50% de reajuste. Em outras empresas privadas também vinham sendo organizados movimentos

---

<sup>178</sup> Boletim da chapa 1 *apud* GRACIOLLI, Edílson J. *op.cit.* p. 108.

<sup>179</sup> GRACIOLLI, Edílson. *op.cit.* p. 122-123.

<sup>180</sup> Este episódio foi descrito no livro publicado por Procópio Lima Neto, *A Volta por Cima: A História de Salvação da CSN*, em que “precisando” demitir funcionários, mas sem dinheiro em caixa para pagar as indenizações trabalhistas, o Presidente da CSN enviou cartas de licenciamento temporário do trabalho, até a empresa ter dinheiro para indenizá-los, enquanto isso os trabalhadores ficariam em casa recebendo salários.

<sup>181</sup> GRACIOLLI, Edílson J. *op.cit.* p.130.

<sup>182</sup> PEREIRA, Sérgio. *op.cit.* p.180.

grevistas e em 10 de julho de 1990, o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro decretou a *greve geral*.<sup>183</sup> Como a direção da CSN não negociava, somado à instabilidade gerada pelas demissões em massa, a maioria dos trabalhadores da CSN queria a greve. Mas nem todos os diretores do sindicato defendiam a greve naquele momento.

Na reunião que decidiu a posição do sindicato pela greve, apesar do voto contrário do grupo ligado a Wagner [Barcelos, Presidente do Sindicato], prevaleceu a vontade da maioria dos diretores, entre estes Bartolomeu Citeli, então ligado a Articulação Sindical, e Luiz de Oliveira Rodrigues [Luizinho]. Votada e aprovada em uma assembleia que reuniu segundo o sindicato, mais de 10 mil trabalhadores, a greve teve início.<sup>184</sup>

A greve seria deflagrada em um período em que o governo federal acenava para uma reforma do aparelho estatal e que, para sua efetiva concretização, ações de enfrentamento com sindicatos combativos e fortes resistências grevistas seriam inevitáveis. Assim sendo, esta greve dos trabalhadores da CSN em 1990 representaria um medidor da correlação de forças para o aprofundamento ou derrota das políticas *neoliberais*. E, como veremos, essa foi a maior greve da história da CSN e também foi sua maior derrota, que abriu caminho para sua privatização, com o apoio entusiasta dos que viriam a ocupar a direção do Sindicato dos Metalúrgicos a partir de 1992.

O grupo que mais se empenhou na greve foi justamente o setor que começou a negociar com a direção da CSN em paralelo como interlocutores informais do sindicato. No decorrer do movimento grevista com fortes ações de massa, ficou evidente o isolamento no qual foi posto o presidente do sindicato, Wagner Barcelos. Num primeiro momento a direção da CSN buscou o Tribunal Superior do Trabalho (TST) para que pudesse negociar não com o sindicato de Volta Redonda e Região, vinculado à CUT, mas com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), na época presidida por Luis Antonio de Medeiros, então ligado à CGT. Não sendo possível transferir a representação da base metalúrgica para CNTM, Procópio usou a tática de desgastar a greve e sua direção, anunciando que possíveis prejuízos aos equipamentos poderiam fechar a Usina, bem como uma greve prolongada poderia ser o fim da CSN.<sup>185</sup>

No dia 17 de julho, o TST determinou que a CSN negociasse com o sindicato e que a Usina fosse desocupada. Com a greve mantida e a desocupação da Usina, começaram os atos

---

<sup>183</sup> Esta Greve Geral, no entanto, não obteve muito êxito. Apenas quatro empresas privadas pararam. GRACIOLLI, Edílson J. *op.cit.* p.133.

<sup>184</sup> PEREIRA, Edílson J. *op.cit.* p. 178.

<sup>185</sup> Cf. LIMA NETO, Roberto P. *op.cit.*

de protestos. Em 23 de julho, 15 mil pessoas fizeram uma manifestação contra a privatização da CSN. No dia 25 do mesmo mês, todo o comércio da cidade fechou as portas em solidariedade à greve, embora em muitos casos o receio de violência, ameaças e saques fossem mais fortes, até porque a Câmara de Dirigentes Lojistas e a Associação Comercial (ACIAP) divulgou nota não recomendando o fechamento do comércio.<sup>186</sup> No ato do dia 28 de julho, o apoio de lideranças nacionais como Lula, Brizola e até dirigentes da CUT não se confirmou, demonstrando o claro sinal de debilidade que o desenrolar da greve evidenciava. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, os diretores do sindicato Luizinho e Albano eram vistos em reuniões com dirigentes da CSN, num claro sinal de aproximação.

Depois de alguns adiamentos, finalmente no dia 08 de agosto de 1990, o TST, por sete votos a favor e dois contra, julgou a greve ilegal e abusiva. Foi a vitória para política de enxugamento da CSN visando a sua privatização. Foi concedido um aumento que variava entre 3,4%, e 105,5%, e os atrasados seriam pagos em até 12 meses.<sup>187</sup> No fim de agosto, cerca de 50 metalúrgicos, entre eles líderes sindicais e membros da CIPA foram demitidos por justa-causa tendo como motivo a greve.<sup>188</sup> Enquanto isso, no interior do sindicato, a direção “rachava”. Edilson Graciolli assim analisa a greve de 1990:

Evidentemente ela significou uma derrota para a proposta de sindicalismo combativo entre os metalúrgicos de Volta Redonda e região. Não apenas porque a CSN conseguiu o fim do movimento sem atender a qualquer reivindicação ou, ainda, porque a espinha dorsal da organização operária sofre sério comprometimento com as demissões de ativistas, cipistas e diretores do sindicato. A isso se semeou um abalo, junto à base, relativamente à eficácia do padrão combativo de ação sindical. Os desgastes decorrentes da longa paralisação e as perdas havidas por conta das punições (não pagamento dos dias parados, das férias, do décimo terceiro e da “girafa” [equivalente a 14° e 15° salários], por si só suficientes para corroer parcialmente a referência que a CUT possuía junto àqueles trabalhadores.<sup>189</sup>

Com aproximação de Luizinho e Albano com a direção da CSN, a divisão do sindicato tornou-se insustentável. No dia 14 de agosto de 1991, eles e mais 6 diretores foram expulsos.<sup>190</sup> Esses diretores após a expulsão formaram o grupo chamado de *Formigueiro* e

<sup>186</sup> *Revista Veja* Edição nº 1141, 01/8/1990, p. 32; GRACIOLLI, Edílson J. *op.cit.* p.149.

<sup>187</sup> PEREIRA, Sérgio. *op. cit.* p.186.

<sup>188</sup> PEREIRA, Sérgio. *op. cit.* p.190.

<sup>189</sup> GRACIOLLI, Edílson J. *op. cit.* p.161.

<sup>190</sup> PEREIRA, Sérgio. *op. cit.* p. 187. O estopim para a expulsão foi o flagrante dado por Wagner Barcelos ao grupo *Formigueiro* negociando com um diretor da CSN, durante a campanha salarial de 1991. GRACIOLLI, Edílson. *op.cit.* p.172.

passaram a ter uma estreita relação com a direção da CSN, encontrando na Força Sindical o espaço promissor para concorrer às eleições sindicais de 1992.<sup>191</sup>

A campanha salarial de 1991, durante a qual ocorreu a expulsão do grupo *Formigueiro*, levou a direção sindical *cutista* a uma nova derrota. Não sendo atendidas as reivindicações da pauta da campanha (188% de reajuste acima da inflação, enquanto a CSN propunha 24%), a direção convocou uma greve para o dia 07 de novembro de 1991. No entanto, os trabalhadores aceitaram a proposta da empresa. Na campanha de 1992, pouco antes da eleição para eleger uma nova direção para o Sindicato dos Metalúrgicos, a direção da CSN comunicou que havia negociado com o *Formigueiro* e a Força Sindical. Com a justificativa de que possuía várias unidades em outras cidades e Estados, nos quais a Força Sindical era a representante em nível nacional, a CNTM, em 1992, por conta da briga da CUT com o *Formigueiro*, ao invés de passar a procuração de representação sindical ao sindicato local, como de praxe, passou para o Luizinho do *Formigueiro*.<sup>192</sup>

A campanha pró-*Formigueiro* e pró-Força Sindical era favorecida pela proibição da direção do sindicato (ligado à CUT) entrar na CSN, enquanto o *Formigueiro* possuía livre acesso. Em suas reuniões e discursos aos funcionários, Procópio Lima Neto falava abertamente em apoio à liderança de Luizinho. A tática principal da direção da CSN era derrotar a CUT em Volta Redonda para assim acelerar o processo de venda da empresa. Durante o processo eleitoral do Sindicato dos Metalúrgicos, Procópio chegou a ser denunciado por estar elaborando os panfletos da Chapa 4 (Força Sindical) na CSN. O então delegado de polícia de Volta Redonda, Hélio Luz, enquadrou Lima Neto pelo crime de

---

<sup>191</sup> Em entrevista concedida ao sociólogo Sérgio Pereira, Luizinho explica os motivos que o levaram a mudar de posição política: “Foi em 90, exatamente em 90. Eu tinha isso na minha cabeça... que era a minha relação com a esquerda organizada, com o PT... o que é que eu via? Minha missão dentro do movimento social, eu nunca achei que tinha acabado. Mas aquela direção para mim... eu estava perdido, eu não estava concordando, não estava sentindo aquele negócio. (...) E vinha para dentro do sindicato. A empresa chama, as empresas chamam para... ‘processo, vamos negociar processo’. E qual era nosso lema? ‘Somos sindicato de massa e de conflito’, assim mesmo. A nossa pauta de reivindicação era entregue lá no 16º andar da CSN ou no 3º andar de qualquer empresa aí, ou escritorzinho, mas já estava em estado de greve. Aquilo era um conflito permanente. Era um sindicato de massa e de conflito. Eu falei: ‘Não é mais. Não é mais nesse sindicato. De massa ele tem que ser, mas de conflito não é mais’. Eu entendia outra coisa, não sabia o que era. Eu vinha prá: ‘Pessoal, nós temos que negociar processo. Os trabalhadores estão reclamando hora-extra, reclamando isso... tem que dar hora-extra para os caras e receber os atrasados e a gente bota na justiça todo mundo’. ‘Não, isso é peleguismo!’. ‘Pessoal...’, ‘Não, isso é peleguismo’. No duro era isso aí que a gente pensava. Eu não tinha lugar para cair duro e já estava no sindicato há um bom tempo, eu não via muito como sobreviver fora. Eu chegava ali mesmo e falava para eles: ‘Eu vou virar homem e vou sair do meio de vocês’. E o pessoal quase todo lá: ‘E a gente não é homem?’, ‘Não, sou eu que não sou homem’. Foi para sobreviver que eu tinha que fazer isso. Um dia eu cheguei e falei: ‘Eu acho que não tem lugar para ir não, mas eu vou voltar para a CSN, vou bater marreta lá dentro. Pessoal, não quero mais nada não. Não quero fundo de garantia, não quero nada, pode deixar tudo para vocês’. Cheguei na CSN, não deixaram entrar, entendeu? Eu falei puta merda hein? Não tem jeito.” Cf. PEREIRA, Edílson J. *op.cit.* p.223/224.

<sup>192</sup> GRACIOLLI, Edílson J. *op.cit.* p.178.

prevaricação, argumentando que a empresa ainda era pública e o presidente da mesma era um funcionário público.<sup>193</sup>

Nas eleições de 1992 para o Sindicato dos Metalúrgicos, as disposições das chapas foram: Chapa 1, ligada à CUT<sup>194</sup>, com Wagner Barcelos como cabeça de chapa; a Chapa 2, representada pelo ex-presidente Waldemar Lustosa; a Chapa 3 era representante da corrente *Causa Operária* ligada ao setor da CUT, “Luta Metalúrgica”, encabeçada pelo militante-metalúrgico Cerezo; e, por fim, a Chapa 4, encabeçada por Luizinho e outros membros do *Formigueiro*, representando a Força Sindical, com o lema “Sindicalismo Real, nem peleguismo, nem selvageria”, que, além do reforço da direção da CSN, também recebeu apoio do então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. Embora liderasse todas as pesquisas feitas antes da eleição realizada nos dias 21, 22 e 23 de julho 1992, a Chapa 1 perdeu fundamentalmente por causa dos votos na CSN. Recebeu 89,41% dos votos nas empresas privadas da região. No geral, a Chapa 1 obteve 40% dos votos válidos, a Chapa 2, 5,08%, Chapa 3, 5,23% e a Chapa 4, 48,82%.<sup>195</sup>

Meses depois, em outubro, ocorreu as eleições para o sindicato dos engenheiros, que também era filiado à CUT. A Chapa da CUT “Independência e Dignidade” perdeu por 45,13% dos votos contra 54,87%, conquistados pela Chapa “Participação”, liderada por João Thomaz, que apoiava a privatização. Assim sendo, em pouco mais de um ano à frente da presidência da CSN, Procópio Lima Neto conseguiu ampliar seu arco de alianças favoráveis à privatização (inclusive dentro do movimento operário e sindical), e aprofundou o enxugamento da empresa para a venda.

Concomitantemente, foi fundado o primeiro jornal impresso diário em Volta Redonda, o *Diário do Vale*. Este jornal foi um importante veículo para propagar o consenso em torno das medidas de reestruturação e privatização. Como apontam as pesquisas de Joaquim Lannes<sup>196</sup> e de Sérgio Pereira acerca da privatização da CSN<sup>197</sup>, Aurélio Chaves, um dos sócios do *Diário do Vale*, e o próprio Procópio Lima Neto, presidente da CSN, afirmam que a função inicial do jornal era defender a privatização da CSN, enaltecendo algumas

<sup>193</sup> BENJAMIN, Cid. *Helio Luz: um xerife de esquerda*. Rio Janeiro: Contraponto, Delume-Dumará, 1998, p. 44-45.

<sup>194</sup> A CUT saiu dividida das prévias eleitorais. A *Articulação* vetou a aliança com a corrente cutista *Pela Base*, de Wagner Barcelos, com a *Convergência Socialista* e com o *PCdoB*. Na convenção, o grupo liderado por Wagner Barcelos venceu na proporção 60% a 40%, cabendo a Wagner o direito de encabeçar a chapa. Cf. PEREIRA, Sérgio. *op.cit.* p. 190.

<sup>195</sup> GRACIOLLI, Edílson J. *op.cit.* p.207.

<sup>196</sup> LANNES, Joaquim Suceda *apud* PEREIRA, Sérgio. *op. cit.* p. 203.

<sup>197</sup> Cf. PEREIRA, Sérgio. *op.cit.* p. 202.

personalidades favoráveis à abertura da economia e criticando duramente o movimento social, sindical e alguns políticos e setores contrários às reformas econômicas liberalizantes.<sup>198</sup>

<b>Diário do Vale – Matérias Publicadas (outubro de 1992 a abril de 1993)</b>		
<b>Seções</b>	<b>Sobre a CSN</b>	<b>Sobre a Privatização</b>
Manchetes	81	64
Chamadas	135	88
Matérias Internas	427	305
Matérias Assinadas	72	49
Coluna Mosaico	526	304
Coluna Social	81	29
Editais e Publicidade	58	10
<b>Totais</b>	<b>1380</b>	<b>849</b>

Fonte: PEREIRA, Sérgio. *op.cit.* p. 203

Outro setor da sociedade civil afetado pelo processo de privatização foi o setor industrial e comercial da cidade. Embora a participação popular no período fosse mais pró-ativa e barulhenta, as entidades patronais como Associação Comercial Industrial e Agropastoril de Volta Redonda (ACIAP), a Câmara de Dirigentes Lojistas e o Sindicato do Comércio Varejista não ficaram neutros neste cenário de conflitos. Esses setores esperavam que a privatização poderia abrir caminho para a dinamização e diversificação da economia de Volta Redonda.<sup>199</sup> Duas reportagens de jornais da região exemplificam nossa afirmação, como, por exemplo, o fato da ACIAP organizar,

<sup>198</sup> O jornalista Aurélio Chaves revelou para Sérgio Pereira: “O Diário do Vale nasceu muito em função da privatização. Esses dois empresários [sócios do DV], por exemplo, eram empresários do ramo siderúrgico, esses que foram meus sócios iniciais. Era o pai do Luiz Alfredo [hoje dono do jornal semanal local *Aqui*], que se chama, Luiz Vieira, que foi um grande empresário [sic] setor de distribuição de aço e o irmão dele, Maurício Vieira, que foi um grande empresário do ramo de transporte de aço, que era a Transbrás, que era uma das maiores empresas de transporte de aço do Brasil”. Aurélio Caves reiterou: “Mudei o meu conceito sobre empresa estatal e passei a ser um ferrenho defensor do processo de privatização já que a CSN já estava ficando sem pagar o salário do funcionário em dia. (...) Diante dessa visão do que estava acontecendo na minha cidade, no país e no mundo, foi que eu, como ‘cristão novo’, conheci o Lima Neto, o “profeta do capitalismo”, e embora não totalmente convertido, eu cedi a alguns dogmas da “religião privatista” e passei a defender ela realmente em editoriais, defendendo o que a privatização tinha, e muito mesmo”. PEREIRA, Sérgio. *op.cit.* p. 205-206. Já segundo Procópio Lima Neto: “A gente ajudou muito o Aurélio pra pegar o Diário do Vale. Ajudou muito o Aurélio. Ele é dono, né. (...) na época era importante. Porque era importante para a CSN, Diário do Vale em mão de amigo. (...) Em 91... o principal jornal da cidade [*Jornal do Vale* – que foi à falência 6 meses depois da fundação do Diário do Vale, aquela época brava. (...)Ele, ele fazia coisas a favor...a favor da gente, mas fazia coisa contra também.” PEREIRA, Sérgio. *op.cit.* p. 205.

<sup>199</sup> Nessa época, em 1993, a receita da prefeitura municipal tinha 80% oriunda da CSN. E, como veremos com maior profundidade, foi essa busca de diversificação que norteou as ações desses grupos e seus aliados políticos na prefeitura de Volta Redonda no período pós-privatização.

(...) três assembleias para discutir o estado falimentar da estatal e para analisar a “caótica situação siderúrgica, calcular os prejuízos, questionar o poder do Sindicato dos Metalúrgicos e o clima bélico vivido pela cidade.”<sup>200</sup>

Muitos comerciantes se mantiveram otimistas quanto ao crescimento que a privatização poderia trazer para Volta Redonda e acreditavam na administração pela a iniciativa privada como forma de evitar que a empresa continuasse “a ser um cabide de empregos, contanto que seus compradores investissem na Companhia”.<sup>201</sup>

Em julho de 1992, o presidente da República Fernando Collor de Mello sofreu um processo de *impeachment*. Apesar do ritmo das privatizações ter passado a ser mais lento, com algumas modificações no PND após a posse de Itamar Franco na Presidência da República, em 03 de dezembro de 1992, o BNDES fixou o preço inicial para a venda da CSN (US\$ 1,588 bilhão), marcando o leilão para 22 de dezembro daquele ano. Com isso, a imprensa já especulava a formação de consórcios e, como os funcionários poderiam comprar até 20% das ações, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos, a direção do Sindicato dos Engenheiros, membros da CUT de Volta Redonda e em Fundos de Pensão em estatais começaram a fomentar a participação em Grupos de Compradores.<sup>202</sup> Surgiram ainda propostas como a do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, de estadualizar a CSN, que, no entanto, logo foi descartada.

Enquanto parecia que Roberto Procópio de Lima Neto conseguiria sobreviver no cargo de presidente da CSN durante todo período de saneamento da empresa, que envolveu derrotar o movimento sindical combativo da cidade, até sua iminente privatização, eis que surge uma denúncia de favorecimento a diretores em caso de venda da CSN, feita pelo então banqueiro (dono do Banco *Multiplic*) e político do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Ronaldo César Coelho, que logo tomou as manchetes dos jornais.<sup>203</sup> Diante disso, em 28 de dezembro de 1992, numa assembleia de acionistas da CSN, Procópio Lima Neto foi exonerado do cargo, dando lugar ao então diretor de Operações da CSN, o engenheiro Sebastião Faria dos Santos. No período em que Lima Neto foi presidente da CSN (abril de 1990 a dezembro de 1992), ele levou a cabo um projeto de preparação da empresa para a sua

<sup>200</sup> *Jornal do Brasil* 07/05/1989 apud LIMA, Raphael J.C. “A Reinvenção de cidade industrial: Volta Redonda e o pós-privatização da Companhia Siderúrgica Nacional” – Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. p.135.

<sup>201</sup> *Jornal O Estado de São Paulo* 02/04/93 apud LIMA, Raphael J.C. *op.cit.* p.135.

<sup>202</sup> GARCIA, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem* – Tese de Doutorado - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

<sup>203</sup> “Venda CSN beneficia Diretores”. *Jornal do Brasil*, 13/12/1992, Capa.

venda, com um custo total de 2,8 bilhões de dólares somado indenizações trabalhistas e investimentos de modernização do parque industrial.<sup>204</sup> No caso das demissões,

desde a chegada de Lima Neto, foram cerca de 6 mil demissões, 3.941 empregados da CSN e cerca de 2 mil trabalhadores de empreiteiras, representando cerca de 8% do total de chefes de família da cidade ou 6% da população economicamente ativa da cidade. O autor menciona ainda que “as demissões teriam atingido 12,4% do pessoal que trabalha em indústrias de transformação e 10,6% do pessoal empregado na construção civil e que, assim, Volta Redonda teria perdido, em pouco mais de um ano 9% de toda sua massa salarial.”<sup>205</sup>

Antes de falarmos sobre o leilão de privatização da CSN, vamos descrever e analisar a situação política de Volta Redonda no período, priorizando a relação da Prefeitura Municipal de Volta Redonda e conflitos com o movimento social organizado na cidade.

\* \* \*

Nas eleições municipais de 1988, quando a cidade elegeu o primeiro prefeito desde 1972<sup>206</sup>, a vitória coube a Frente Popular-Sindical, encabeçada pelo então líder sindical Juarez Antunes, composição política herdeira do acúmulo político das lutas empreendidas desde a primeira metade da década de 1980. Com a morte prematura de Juarez Antunes, que descrevemos no primeiro capítulo<sup>207</sup>, o vice-prefeito, o empresário do setor imobiliário Wanildo de Carvalho do PDT, assumiu o comando da prefeitura num dos momentos mais turbulentos da história da cidade. E desde o início de seu governo ocorreram atritos e conflitos de grande vulto com o movimento social, que apoiava o líder da composição política – Juarez Antunes – e não seu vice, Wanildo. A câmara municipal de Volta Redonda, foi composta por 7 vereadores do PDT, e na oposição ao governo eram 3 do PT e um do PSB, num total de 21 cadeiras.<sup>208</sup>

O movimento social organizado, no qual se destacavam principalmente o Movimento de Posseiros Urbanos e as Associações de Moradores, buscavam maior participação no planejamento e execução de políticas públicas, o que, no entanto, não ocorreu da maneira como o movimento popular gostaria.

<sup>204</sup> BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003. p. 66.

<sup>205</sup> FERREIRA, Denílson Queiroz *apud* LIMA, Raphael J.C. *op.cit.* p.137. Dos 220 mil habitantes de Volta Redonda em 1993, 100 mil estavam direta ou indiretamente envolvidos com a CSN. *Idem.* p.134.

<sup>206</sup> Até então, a cidade era considerada Área de Segurança Nacional, governada por interventores.

<sup>207</sup> Rever página 48 do primeiro capítulo.

Durante o governo de Wanildo de Carvalho (1989-1992), foi criado o programa de reforma urbana chamado de *Plano 2000*, que representava uma espécie de plano-diretor na perspectiva de pensar a cidade até o ano de 2010, através da reformulação da malha urbana, com a modernização de equipamentos urbanos e reforma de praças. Para executar o serviço de planejamento foi contratada a empresa *Hidroconsult*, o que gerou atritos com o movimento popular que não foi consultado.<sup>209</sup> Em 1989, o movimento social publicou um manifesto assinado por diversos setores e partidos de esquerda – o manifesto “Ameaça à Participação Popular”, de 14 de agosto, em que cobrava uma maior participação na elaboração do Plano Diretor e na Lei Orgânica do Município.<sup>210</sup>

A gestão de Wanildo de Carvalho à frente da prefeitura municipal de Volta Redonda coincidiu quase que totalmente ao período de reestruturação da Companhia Siderúrgica Nacional e, ao analisar os dados da violência urbana no mesmo período, salta aos olhos a notória explosão de homicídios praticados na cidade nesses anos. Era o auge das gangues de bairros, que praticavam furtos e roubos em bairros de rivais; brigas de galeras nas portas de escolas do município, envolvendo jovens das áreas periféricas e empobrecidas da cidade, como também jovens de classe média moradores de bairros abastados economicamente. Alguns homicídios chegaram a ter repercussão nacional, como o assassinato de 3 jovens e mais 4 baleados em uma escola do bairro Santa Cruz, na periferia da cidade, em março de 1996.<sup>211</sup>

Os grupos mais conhecidos e violentos da cidade eram a O.T.A. (Organização Terrorista do Aterrado – bairro central de Volta Redonda); O.T.C. (Organização Terrorista do Conforto – bairro localizado em frente à Usina Presidente Vargas, construído na década de 1940); O.T.E. (Organização Terrorista do Eucaliptal – bairro situado em um morro acima do Bairro Conforto, uns dos primeiros locais ocupados e habitados à margem da cidade planejada pela CSN); e a O.T.R. (Organização Terrorista do Retiro – maior bairro da cidade e próximo

---

<sup>208</sup> LIMA, Raphael J.C. *op.cit.* p. 89.

<sup>209</sup> *Idem.* p. 89-90.

<sup>210</sup> *Idem.*

<sup>211</sup> Os envolvidos na chacina seriam membros dessas “organizações terroristas”: “(...) foram mortos os estudantes Dijian Carlos Mendes Alves, Marcos Faria Barbosa e Rafael Severino de Andrade Neto, na saída do Ciep Walmir de Freitas. Outros quatro estudantes ficaram feridos durante o ataque. Fuscão Preto foi assassinado com quatro tiros à queima-roupa, na Rua Orlando Teles, na Santa Cruz, por volta das 22 horas”. Jornal *Diário do Vale*, Edição de 27/5/2000. O caso chegou a ser exibido no já extinto programa da TV Globo, *Linha Direta*, em 2005. Alguns acusados foram mortos durante o processo, como o caso de “Fuscão Preto”. E até a presente data, nem todos os acusados foram julgados.

de diversos bairros periféricos com os maiores índices de violência urbana).<sup>212</sup> Veja a tabela de mortes violentas da cidade de 1987-2007:

Ano	Acidente de trabalho	Mortes no Transito	Suicídios	Homicídios	Quedas	Afogamentos	Indet.
1987	-	-	-	057	-	-	-
1988	-	-	-	089	-	-	-
1989	-	-	-	303	-	-	Ação da Igreja
1990	-	-	-	165	-	-	-
1991	-	-	-	214	-	-	-
1992	-	-	-	212	-	-	93 menores
1993	-	-	-	212	-	-	-
1994	-	-	-	155	-	-	-
1995	-	-	-	119	-	-	-
1996	4	27	5	122	8	3	80
1997	3	28	6	120	9	4	75
1998	3	28	5	124	10	4	70
1999	3	46	6	124	11	9	71
2000	3	52	5	134	6	11	42
2001	6	58	2	129	8	12	49
2002	2	40	6	098	9	13	-
2003	2	28	6	078	12	13	12
2004	3	27	11	076	8	13	1
2005	0	38	14	079	15	13	-
2006	1	36	3	075	11	10	9
2007	2	23	3	057	15	5	27

Fonte: *Jornal Aqui*. Edição nº 556, 10/16 de novembro de 2007, p. 16.

Para além dessas mortes violentas, o mandato de Wanildo de Carvalho também foi marcado por graves denúncias de existência de grupos de extermínio na cidade, diretamente

<sup>212</sup> O perfil dos jovens integrantes destes grupos variava bastante. Dentro dos próprios grupos coexistiam jovens de classe média, jovens de classe baixa, estudantes de escolas particulares e públicas, jovens que trabalhavam ou que haviam abandonado os estudos. Alguns praticavam assaltos e furtos, enquanto outros pichavam muros. Mas o que homogeneizava esses grupos eram as brigas e “acertos de conta” praticados por todos. Muitas vezes apenas pelo fato de um adolescente ou jovem ser de um bairro “rival” já era motivo para sofrer represálias. O termo “terrorista” na inscrição de vários desses grupos possui uma origem ligada a violência e o vandalismo por eles praticado e não por motivos político-ideológicos de crítica aos sistema social vigente.

ligados à guardas-municipais, próximos ao prefeito da cidade. Pedidos de intervenção estadual foram feitos no ano de 1991, com base nas denúncias e reclamações de moradores.<sup>213</sup> Desde o final da década de 1980 até meados da década de 1990, a guarda municipal de Volta Redonda circulava pela cidade portando armas de fogo, o que era e é proibido por lei.<sup>214</sup>

Diante deste quadro contextual fica claro que, no período que antecedeu a privatização da CSN, como demonstramos acima, ocorreu um profundo rearranjo de forças político-econômico e sindical em Volta Redonda, no sentido de levar a cabo o projeto privatista e conquistar o mínimo de aceitação na cidade em torno deste projeto.<sup>215</sup> Em relação a este projeto de privatização da CSN, como descrevemos ao longo do capítulo, pode-se perceber a busca de consenso (por meio de propaganda, novas formas de convencimento, como cartas, jornais e informativos para convencer os trabalhadores e a população) e coerção (através de demissões em massa e aumento da violência urbana contra a população mais carente e combativa da cidade). O caminho para a privatização que parecia árduo no início de 1990, no final de 1992 já se mostrava amplamente favorável devido, entre outras causas, à progressiva desarticulação do movimento social organizado.

Mas as eleições municipais de 1992, de início, marcaram o que poderia ser a última trincheira oposicionista à privatização da CSN. Com a vitória da *Frente Popular*<sup>216</sup>, encabeçada pelo médico evangélico Paulo César Baltazar, a privatização da CSN foi duramente contestada em Volta Redonda. A ligação de Baltazar com os movimentos populares da cidade começou no seu mandato como vereador; a opção por seu nome para

---

<sup>213</sup> Um dos manifestos do chamado *Fórum de Resistência* alertava: “O momento é grave e de conhecimento público o envolvimento de políticos, secretários municipais, delegados, policiais civis e militares, juízes. A corrupção vai desde o legislativo até o executivo, passando pelo judiciário, forças policiais e o apoio de empresários”. Assinam este boletim diversas entidades como partidos políticos de esquerda, associações de moradores, sindicatos e vereadores de esquerda da cidade, demonstrando a amplitude de oposição e força da sociedade civil de cunho popular. Arquivo de Memória Operária (AMORJ-UFRJ), Caixa “Arquivos e Periódicos”. *Fórum de Resistência: Órgão Informativo dos Movimentos Populares e Sindicais de Volta Redonda*. Ano 1, nº1, Setembro de 1991.

<sup>214</sup> No governo Baltazar, posterior ao governo de Wanildo de Carvalho, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar irregularidades do governo Wanildo, onde secretários e o próprio Wanildo eram acusados de pertencer a grupos de extermínio e de envolvimento com tráfico de armas e tráfico de drogas, além de superfaturamento na compra de cestas-básicas pela prefeitura. Com o término da CPI, o relatório final pediu o indiciamento de guardas-municipais, secretários do governo Wanildo e o próprio ex-prefeito, mas o relatório foi arquivado pelo então prefeito Paulo César Baltazar, que, entre 1989 e 1992, foi principal vereador de oposição ao Executivo municipal. Como afirma uma representação judicial contra a Guarda Municipal datado de novembro de 1995, pelo Movimento Comunitário Contra a Violência de Volta Redonda. Fonte: Dossiê sobre o Governo de Paulo César Baltazar, produzidos por grupos da esquerda do PT durante o Governo Baltazar (1993-1996). Arquivo Pessoal de Maria das Dores Motta (Dodora).

<sup>215</sup> A busca pelo consenso em torno do projeto privatista advém concomitantemente de maneira externa interna através do governo federal, da sociedade civil, da imprensa, fragmentação e dispersão das esquerdas no Brasil e em Volta Redonda. A cidade foi reflexo e partícipe do florescimento da hegemonia de mercado no Brasil e no mundo.

compor a cabeça de chapa era a alegação dominante dentro do PT de que, mesmo com o grande acúmulo e força do movimento popular, não havia no partido nenhum nome de peso para ganhar a eleição, e já que o sindicato dos metalúrgicos havia passado do comando da CUT para a Força Sindical, “valia tudo” para ganhar esta eleição.<sup>217</sup>

Os candidatos deste pleito foram: Paulo César Baltazar do PSB, tendo como vice a petista Glória Amorim, indicada pela Articulação do PT, com forte ligação com o movimento de mulheres e de posseiros da cidade. Pelo PSDB, o candidato foi o médico Nelsinho Gonçalves (filho do ex-prefeito de Volta Redonda, Nelson Gonçalves), que então exercia um mandato de deputado estadual e era tido como o candidato dos empresários. Com apoio da direção da CSN, o candidato pelo PFL (Partido da Frente Liberal), foi o professor e funcionário da CSN, Jessé de Hollanda, com o slogan “Volta Redonda feliz”. Outro candidato foi Antônio Francisco Neto, então no Partido Liberal (PL), que também era deputado estadual e empresário do comércio, tendo dirigido o Clube Comercial e forte ligação com o Sindicato do Comércio Varejista da cidade (Sicomércio) a CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) e ACIAP (Associação Comercial Industrial e Agropastoril). Além desses, outro candidato, foi o ex-prefeito Marino Clinger Neto, parente de Antônio Francisco Neto, representando o PDT e o governo Wanildo de Carvalho.<sup>218</sup>

Candidato – Partido/Coligação	votos	%
Paulo César Baltazar: Frente Popular (PT/PSB/PCdoB/PV)	44.041	31,07
Nelson Gonçalves: (PSDB)	34.544	24,37
Marino Clinger Netto; (PDT)	18.006	12,7
Jessé de Hollanda: Frente Social Trabalhista (PST/PFL/PDS/PES)	17.615	12,43

Fonte: PEREIRA, Sérgio. *op.cit.* p. 200

<sup>216</sup> Formada pelos seguintes partidos: PSB, PT, PCB, PCdoB, PV, que contavam com o apoio dos mais variados movimentos sociais da cidade.

<sup>217</sup> A indicação de Baltazar do PSB não foi unanimidade dentro do PT. Lurdinha, uma das principais lideranças do movimento popular, expõe os motivos que levaram o PT a apoiar Paulo César Baltazar: “Nas épocas eleitorais os partidos é que falam e não o movimento [social], infelizmente. A gente não consegue até hoje – haja vista a cooptação do governo sobre os movimentos sociais – a gente até conseguia ter esse discernimento cotidiano na luta, mas não no momento eleitoral. A gente dividia. Um ia fazer a campanha para a Dodora e outro para o fulano do PDT. Então nessa ocasião da formação da Frente Popular já vinham da derrota na eleição do sindicato e aí valia tudo para ganhar a eleição. Entre o que valia era ter um candidato palatável a classe média; médico, doutor, que falava bem, não tinha um passado “perigoso” em sindicatos. Esse deslocamento comprometeu toda nossa proposta. Porque a gente entregou um pacote recheado num avião sem gasolina”. Entrevista de Lurdinha Lopes Fonseca concedida ao autor, 27/3/2012.

<sup>218</sup> PEREIRA, Sérgio. *Op.cit.* p.199-200.

Com a vitória da *Frente Popular* até o dia da privatização CSN, a oposição à venda da estatal foi intensa.<sup>219</sup> A princípio, a composição do governo atendeu, aos anseios das mais diversas correntes políticas e, como o foco principal do governo municipal que se iniciava era tentar barrar a privatização da CSN, as diferenças foram sendo colocadas em segundo plano até o leilão da empresa em abril de 1993.

\* \* \*

O ano de 1993 se iniciou e a batalha da privatização continuou. Nos meses que antecederam o leilão, nada menos que 26 ações judiciais foram impetradas com o objetivo de barrar a venda da Usina ao capital privado. A prefeitura, além de entrar com algumas ações na tentativa de barrar o leilão, também buscou ressarcimentos financeiros pelos prejuízos ambientais impostos à cidade, o PAC (Passivo Ambiental Compensatório).<sup>220</sup> Com a proximidade da venda da CSN, a proposta de estadualização da empresa voltou à tona no cenário político, mas não tendo como arcar com a engenharia financeira necessária para levar o projeto até o fim, coube ao governador Leonel Brizola buscar sensibilizar a sociedade civil e alguns empresários para tentar, sem sucesso, efetivar sua proposta.

Quando o leilão foi finalmente marcado para o final de março de 1993, a prefeitura de Volta Redonda promoveu uma passeata, no dia 22 de março, fechando as entradas da cidade por duas horas: na Rodovia Lúcio Meira (que liga Volta Redonda à Barra do Piraí, chegando até Três Rios), próximo ao Posto Borba Gato e no bairro Nove de Abril, próximo ao trevo da Via Dutra.<sup>221</sup> Durante o ato, membros de correntes mais à esquerda do PT (como a Força Socialista) criticaram a ausência do presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e de Jair Meneghelli, presidente nacional da CUT.<sup>222</sup>

A resistência foi perdendo mais força a cada dia. Apesar dos protestos e das idas e vindas de mandados de segurança, pró e contra a privatização, o leilão foi realizado na Bolsa do Rio de Janeiro no dia 02 de abril de 1993:

---

<sup>219</sup> Embora a Frente Popular tivesse vencido as eleições para o Executivo municipal de 1992, a formação da Câmara de Vereadores ficou com um número reduzido de representantes da Frente, que eram apenas três: 2 do PT e 1 do PSB. O restante dos vereadores foram 1 do PMDB, 1 do PSD, 1 do PTB, 2 do PDC, 2 do PDT, 2 do PFL, 2 do PMN, 1 do PST, 2 do PL, 3 do PSDB e 1 do PRP. *Resolução da Plenária Democrática PT/VR*, 12/06/1993, p. 2. Arquivo Pessoal de Maria das Dores Mota (Dodora).

<sup>220</sup> Mais adiante, aprofundaremos essa questão do PAC.

<sup>221</sup> *Jornal Nova Era*, abril de 1992, p.4.

<sup>222</sup> “A mobilização não está mais forte porque certos grupos da CUT ficaram mais preocupados em criar o clube de investimentos Independente, perdendo o fio da meada, que era a luta contra a privatização”, disse Dodora (então vereadora pelo PT em Volta Redonda). In: *Jornal Diário do Vale*, 03/04/1993.

(...) após uma longa disputa envolvendo críticos e defensores, a Companhia finalmente foi vendida, em abril de 1993, sem a reavaliação sugerida por Sebastião Faria [então Presidente da CSN], e por cerca de US\$ 1,68 bilhões de dólares, 95% do valor total pagos em “moeda podre”, isto é, títulos antigos da dívida pública emitidos pelo governo e possíveis de serem comprados por até 50% de seu valor. Sob esse cálculo, conclui-se que ela foi vendida por US\$ 800 milhões, com apenas US\$ 40 milhões pagos em moeda viva e tendo o governo jogado a favor, aumentando o preço do aço produzido pelas empresas que seriam privatizadas em até 300%.<sup>223</sup>

Após a privatização, a primeira configuração de acionistas<sup>224</sup> ficou assim estabelecida:

<b>Acionistas do capital ordinário</b>	<b>Anterior</b>	<b>posterior</b>
Siderbrás/Tesouro	90,8%	0,0%
Empregados	--	11,9%
Caixa Benef. Empregados CSN – CBS	9,2%	9,8%
Docenave (Vale do Rio Doce	--	9,4%
Grupo Vicunha	--	9,2%
Bamerindus	--	9,1%
Bradesco	--	7,7%
Privatinvest	--	6,3%
Outras Instituições Financeiras	--	12,5%
Outras Ent. Prev. Privada (26)	--	2,7%
Outros	--	11,1%

Fonte: BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado. Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003. p. 71

Passado o turbulento período que antecedeu a privatização, as mudanças que começaram a transformar a face da “cidade do aço” passaram a ser mais profundas e mais rápidas. Os anos que se aproximavam trariam consigo a intensificação sem precedentes na história do país de um dramático processo de reestruturação produtiva a uma escala cada vez maior e mais aberta e provocou o isolamento dos setores mais combativos da política municipal e dos movimentos sociais, favorecendo a emergência de uma nova fração dominante da política municipal que, até o final da década de 1990, empreenderia um novo rearranjo hegemônico na política, na economia e na sociedade volta-redondense.

<sup>223</sup> LIMA, Raphael J. C. *op.cit.* p. 140.

<sup>224</sup> As mudanças do controle acionário na CSN, bem como suas tentativas de internacionalização ao longo década de 1990 e dos primeiros anos do novo milênio serão melhor exploradas no capítulo 3 desta dissertação.

## 2.2. O Rompimento da *Frente Popular*: O Governo Baltazar – Da Participação Popular ao Isolamento das Esquerdas

A formação da *Frente Popular*, grupo formado por diversas correntes político-partidárias (PT – Articulação, Alternativa Socialista, Força Socialista, Democracia Socialista, PSB, PCB, PV) e por diferentes movimentos populares da cidade (Movimento de Posseiros, Associações de Moradores, CEB's, Grupo de Mulheres entre outros), originou-se num contexto de luta contra a política implementada por Procópio Lima Neto na CSN, o governo Wanildo de Carvalho e a luta pelo impeachment de Collor em 1992.

Tão logo a CSN foi privatizada em abril de 1993, setores mais à esquerda no PT e nos movimentos populares já apontavam a falta de unidade dentro do próprio Partido dos Trabalhadores e na *Frente Popular*. O grupo em torno da Corrente Força Socialista – de orientação *leninista*, ligado ao mandato da vereadora Dodora Mota – e a Democracia Socialista, conhecida como *Blocão*, começaram a fazer críticas ao governo municipal.<sup>225</sup> Esse quadro se agravou ainda mais quando, em abril de 1993, o prefeito Paulo César Baltazar promoveu uma reforma administrativa em seu secretariado alijando os secretários do *Blocão*.

Os secretários que eram de setores à esquerda no PT (*Blocão*) e que foram demitidos na reforma administrativa do governo municipal foram: Adel Olímpio (Secretária de Ação Comunitária)<sup>226</sup>, Solange Wehaid (Educação)<sup>227</sup> e José Lemos (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano)<sup>228</sup>. Em seguida, as animosidades e disputas internas dentro do PT se intensificaram entre o *Blocão* – que defendia a saída do PT do governo municipal – e os grupos da Articulação, liderados pelo secretário de Planejamento Emanuel Paiva de Andrade, e da corrente Alternativa Socialista, cujas lideranças mais expressivas eram Ernesto Braga e a então Secretária Municipal de Saúde, Cida Diogo<sup>229</sup> – que defendiam a permanência no governo.

<sup>225</sup> As principais críticas como veremos adiante são referentes ao descumprimento do programa defendido pela *Frente Popular* no período eleitoral.

<sup>226</sup> Metalúrgico, apurador de ponte na CSN até 1990, quando foi demitido após a greve daquele ano. Foi Diretor da FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro), Presidente do CONAM (Conselho das Associações de Moradores de Volta Redonda).

<sup>227</sup> Formada em Matemática e Pedagogia na Faculdade de Filosofia de Valença. Lecionou em escolas da FEVRE (Fundação Educacional de Volta Redonda). Foi também Inspetora Estadual de Ensino, diretora regional do SEPE. Exerceu também funções de orientadora pedagógica e diretora da Escola Estadual Santos Dumont.

<sup>228</sup> Nasceu em Guaratinguetá, SP. Trabalhou 16 anos na CSN. Foi professor em Guaratinguetá e trabalhou no Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Aeronáutica de São José dos Campos. Também foi diretor do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda.

<sup>229</sup> Jornal *Diário do Vale*. 24/01/1994. p.3. Maria Aparecida Diogo nasceu em Volta Redonda, foi médica do Sindicato dos Metalúrgicos e Professora do Curso de Pós-Graduação em Medicina do Trabalho e Enfermagem

O *Blocão*, desde o início do governo da Frente Popular, tinha como estratégia política ampliar a participação popular e, em alguns casos (como veremos adiante), monopolizar a participação em alguns conselhos municipais de caráter deliberativo. Por isso, em seus primeiros balanços sobre o governo municipal já defendiam uma “ação definida, dirigida e unificada”<sup>230</sup> do PT, como forma de hegemonizar “suas propostas na sociedade”<sup>231</sup> para não ficarem na dependência da Câmara Municipal e, assim, não terem o seu Programa de Governo implementado. Com a reforma administrativa, os ânimos se acirraram e o *Blocão* defendia que a saída de setores do PT (leia-se seu isolamento ante sua participação no governo municipal) dificultava ainda mais a implantação do projeto da Frente Popular e impedia que o acúmulo de discussões, propostas e experiências de participação popular fosse aproveitado. O *Blocão* defendia que a “máquina” pública deveria se adequar ao programa e não o programa se adequar a “máquina” pública.<sup>232</sup>

Enquanto isso, a Articulação e a Alternativa Socialista participavam ativamente do governo, mas de forma mais pragmática, conciliatória e ao lado de membros da equipe de governo que não tinham nenhuma proximidade com as propostas da Frente Popular. O importante para nós é observar a força e a profundidade das propostas e políticas defendidas pelo movimento popular, em concordância com anos de acúmulo de lutas populares, com alto teor transformador, *contra-hegemônico* e organizativo, mas aterrorizador para setores mais conservadores e defensores da economia capitalista. O transcorrer do ano de 1993 foi bastante instável politicamente e marcado pelo aumento das animosidades internas do PT e o racha de parte da legenda com o governo municipal.

---

da União Social Camiliana CEDAS - RJ . Militante do PT através das CEB's, Cida era ligada a Articulação do PT e ainda foi Deputada Estadual (por dois mandatos) e Deputada Federal (por um mandato).

<sup>230</sup> *Balanço do Governo Municipal e propostas de encaminhamento*. *Blocão*, 04/1993, p. 1. Arquivo Pessoal de Dadora Mota.

<sup>231</sup> *Idem*.

<sup>232</sup> *Resolução da Plenária Democrática PT/VR*. 12/06/1993. p.5. Esta resolução defendida pelo *Blocão* ainda crítica o que eles chamam de valorização do Legislativo (de maioria conservadora) ante o apoio popular. Acrescido do apoio do PDT após a eleição, a Frente Popular dispersou as lutas defendidas pelo movimento popular. Ainda crítica a falta de unidade do PT quanto a participação popular e que a reforma administrativa representava um rebaixamento do programa. O Programa da Frente Popular tinha como eixo central as resoluções do documento intitulado como *Modo Petista de Governar*. Suas bases eram Participação Popular com criação de diversos Conselhos Populares. Na *Educação* o foco era a democratização da gestão (eleições de diretores e conselhos comunitários escolares que participassem). Implantação do Fundo Comunitário para financiamento de casas populares e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (de caráter deliberativo e controlado pelo movimento social organizado, elaborado pelo movimento popular e garantido na Lei Orgânica Municipal de 1989, por força de um abaixo assinado 15 mil pessoas.) para a *Habitação*. *Valorização do Funcionalismo* (formação profissional, participação nas decisões administrativas, salários dignos e reciclagem profissional), *Transporte público* (abertura de concorrência pública e participação popular), “*Agilização da Máquina*” (com o fim do clientelismo, controle dos dados), *saúde* (transferência das decisões para o conjunto dos usuários do sistema), *Segurança e violência* (defendendo a desmilitarização e unificação das polícias). Tese do *Blocão* no 7º Encontro Nacional do PT, de 09/1993.

Em meados de julho de 1993, o *Blocão* começa a defender abertamente a saída do PT do governo.<sup>233</sup> Em um manifesto do *Blocão* intitulado “Em defesa do PT”, o grupo critica abertamente o governo Baltazar e a convivência dos grupos do PT que apóiam o governo. Eis algumas “exigências” do *Blocão*:

- Que o PT não fique a reboque do governo.
- Que o PT puna com rigor os “petistas” que querem submetê-lo à dominação da burguesia.
- Que se implante o CMDU, de acordo com a luta do movimento popular.
- Afastamento imediato de integrantes do governo que inviabilizaram até agora a implementação destas medidas.<sup>234</sup>

Em 29 de julho de 1993 foi marcada, para o dia 07 de agosto, a plenária para decidir qual caminho o PT/VR iria seguir. Com a maioria dos votos na plenária, a Articulação adiou a discussão para o dia 21 de agosto.<sup>235</sup> E a peleja entre os grupos rivais dentro do PT foi acirrada durante todo o mandato de Paulo César Baltazar. No dia 21, o *Blocão* boicotou a plenária.<sup>236</sup> No final de setembro, em uma outra reunião, foi a vez da Articulação não comparecer, receando não conseguir barrar uma possível deliberação de saída do partido da base do governo municipal.<sup>237</sup> Ainda em setembro, o *Blocão* pediu interferência da direção estadual para que se cumprissem as propostas da Frente Popular.<sup>238</sup> O final do ano de 1993 ainda seria palco do licenciamento de 25 filiados do PT “alegando não concordar com a atual política adotada pelo governo da Frente Popular”.<sup>239</sup> Desses militantes licenciados, três eram

<sup>233</sup> Em um editorial do *Jornal do Vale*, a editora Luciana Ribeiro expõe com clareza as diferenças internas do PT na época: “Definitivamente, o perfil de Baltazar não combina com a braveza da Lurdinha [na época assessora do mandato da Vereadora Dodora do PT, membro do Conselho Municipal de Direitos Humanos e uma das lideranças do Movimento Nacional de Luta por Moradia], porta-voz dos sem-terra, ou com a militância exacerbada da vereadora Maria das Dores [Dodora]... O PT da Dodora, do [José] Lemos [ex-presidente do IPPU], do Adel [Carlos Olímpio, ex-secretário de Ação Comunitária] e de todos os renegados pelo prefeito, não é o PT do Emamuel [Paiva, Secretário de Planejamento], da Glória Amorim [Vice- Prefeita] e da [Maria Aparecida] Paraíso [Presidente da Fundação Beatriz Gama]. *Jornal do Vale*. 12/6/1993.

<sup>234</sup> Manifesto “Em defesa do PT”. *Blocão*, 1993. Arquivo Pessoal de Dodora Mota.

<sup>235</sup> *Jornal do Vale*, 10/08/1993, p.5.

<sup>236</sup> O boicote foi feito com a justificativa de que membros do *Blocão* tinham uma reunião com grupos de posseiros.

<sup>237</sup> De acordo com o jornal *Diário do Vale*: “As tendências que apóiam o governo temiam aprovação de propostas de crítica ou até rompimento com Baltazar. Até porque, entre os temas a serem discutidos estão a reforma administrativa e as demissões da prefeitura.” *Diário do Vale*, 27/09/1993, p. 2.

<sup>238</sup> *Jornal Diário do Vale*, 20/9/1993, p. 3.

<sup>239</sup> *Jornal do Vale*, 30/11/1993, p.3. Em carta dirigida “às executivas municipal e estadual, aos diretórios municipal e estadual e aos filiados do Partido dos Trabalhadores: Nós, abaixo assinados, filiados ao Partido dos Trabalhadores de Volta Redonda, viemos através desta, solicitar licença partidária por prazo indeterminado. A licença que requeremos não significa nenhum rompimento com as orientações e princípios partidários, a nível estadual e nacional. Ao contrário disto, reafirmamos o PT como único partido capaz de consolidar um programa democrático popular e executá-lo através de uma ampla sustentação na organização e na mobilização das camadas populares. Em defesa destas convicções, não nos resta, hoje, outra alternativa a não ser nos desvincularmos da política empreendida pela administração municipal, onde, em nome do nosso partido, petistas

da executiva municipal: a vereadora Dodora Mota, sua assessora Lurdinha Lopes Fonseca e Vanderlei Barcelos (ex-sindicalista e ex-vereador); em relação ao restante da executiva, composta por mais 33 dirigentes, todos possuíam cargos comissionados ou de confiança dentro da prefeitura municipal.<sup>240</sup> A vice-prefeita Glória Amorim, a princípio integrante da corrente Articulação, e embora de forma mais moderada, também era crítica ao governo.

Neste clima político instável, as tensões oriundas por essas disputas cada vez mais tendiam para a medida do não retorno, ou seja, para a ruptura. Após alguns meses de convivência cada vez mais desgastada e crescente isolamento do bloco decisório, o grupo *Blocão* buscou o rompimento por completo com a Frente Popular.<sup>241</sup> Numa plenária tensa realizada no dia 29 de maio de 1994, a maioria dos cerca de 52 presentes decidiu pelo rompimento do PT com o governo municipal. Alguns membros das correntes Articulação e Alternativa chegaram a abandonar a plenária por discordar do rompimento.<sup>242</sup> E, finalmente, no dia 27 de junho, uma nova plenária ocorreu e o grupo que defendia o apoio ao governo Baltazar venceu por um placar de 116 a 109, mantendo o PT no governo e impondo uma nova derrota ao *Blocão*.<sup>243</sup> Ainda em junho, o diretório estadual interveio e passou a mediar o conflito do PT em Volta Redonda. Chegou-se a ser formada uma comissão formada por membros do PT (Articulação e Alternativa Socialista) e do PSB, para avaliar as críticas do *Blocão* em relação à administração municipal, mas o PT continuou rachado.<sup>244</sup>

A forte disputa interna que ocorria no interior do PT/VR também era reflexo de disputas e tensões nacionais que ocorriam dentro do Partido dos Trabalhadores, formado ao

abrem mão de qualquer coerência ideológica, se submetendo ou planejando ações que nos incompatibilizam com qualquer esperança de transformação vinda dos trabalhadores. Nossa sigla, a nível local, se encontra refém de uma política fisiológica, populista, irresponsável e de extrema incompetência administrativa, admitida e fortalecida por membros do PT. Continuar buscando a reversão deste quadro, internamente, por resoluções de maioria, significa impor ao PT local mais um ano de disputa interna, cada vez mais degradada, em detrimento da necessidade de fortalecimento do Partido dos Trabalhadores como alternativa democrático-popular. Não é novidade para as instâncias locais e regionais todo o desgaste que vem sofrendo o Partido dos Trabalhadores em nossa cidade, em virtude de alguns não enfrentarem um balanço crítico da postura governamental, até mesmo para preservarem políticas e projetos individuais ou de grupos. Não valos mais sustentar uma política da qual discordamos frontalmente. Em nome de nossa determinação, exigimos: POR UM PROGRAMA DEMOCRÁTICO POPULAR! PELO RESPEITO AS ORGANIZAÇÕES POPULARES! PELA COERÊNCIA PARTIDÁRIA! LULA – BRASIL. É PELA ESQUERDA QUE QUEREMOS O PARTIDO DOS TRABALHADORES”. “Carta de licenciamento”. In: *Ata da reunião do Diretório Regional*. 28/11/1993. Arquivo pessoal de Dodora Mota.

<sup>240</sup> *Jornal Diário do Vale*. 16/01/1996. p. 2.

<sup>241</sup> Em reportagem do jornal *Diário do Vale*, Glória Amorim afirmava ser “rejeitada dentro do governo” e que o PT não participava das principais decisões do governo. *Diário do Vale*, 03/4/1994.

<sup>242</sup> *Jornal Diário do Vale*, 30/05/1994.

<sup>243</sup> Ainda na plenária, um incidente para causar mais polêmica neste conflito interno do PT: ocorreu um problema com o credenciamento de 26 moradores do Núcleo de Posse Grota do Germano. A alegação foi o fato de não terem – segundo o grupo de apoio à Prefeitura – participado de um curso de formação do PT, o que foi negado pelo *Blocão*. *Jornal Diário do Vale*, 27/06/1994.

<sup>244</sup> *Jornal Diário do Vale*, 28/6/1994.

longo do final da década de 1970 por sindicalistas “autênticos”, setores mais progressistas da Igreja Católica e diversas tendências políticas remanescentes dos grupos revolucionários e guerrilheiros que atuaram contra a ditadura civil-militar no Brasil.<sup>245</sup> Ao longo da década de 1980, o PT ainda possuía um discurso crítico e de caráter classista dos grupos marxistas do partido.

A partir do 1º Congresso Nacional do PT em 1991, foi ficando clara a diferença entre as correntes de cunho revolucionário e os grupos mais pragmáticos e de perfil mais negociador, a Articulação, que militavam em torno da principal liderança do partido, o sindicalista Luís Inácio Lula da Silva. Além das claras diferenças internas, a centralização e o enrijecimento do partido também caminhavam próximas, bem como a institucionalização do partido, cada vez conquistando mais espaço nos aparelhos de Estado. A primeira corrente a ser expulsa do partido foi a *Causa Operária* em 1991 e, em 1992, a *Convergência Socialista*, ambas de orientação trotskista. Assim, a corrente Articulação foi abrindo caminho para reorientar e comandar o PT ao longo da década de 1990.

Politicamente moderada, alérgica a dogmas de qualquer natureza, vocacionada a exercer o poder interno, polarizada pelas personalidades de seus *chefes*, pouco afeitos a debates político-teóricos, sem princípios muito claros, salvo controlar o poder, mas adeptos de negociações, e com grande sintonia com as bases populares do partido, a Articulação cedo se impôs como centro dirigente.<sup>246</sup>

Na campanha para as eleições presidenciais de 1994, enquanto Lula estava na frente nas pesquisas no 1º semestre do ano, ele e sua corrente política (Articulação) buscaram afinar o discurso e evitar *radicalismos*, “com propostas para um programa de governo factível”.<sup>247</sup> Durante a campanha eleitoral, a Igreja Católica de Volta Redonda chegou a publicar uma cartilha de orientação política, elaborada pela Equipe de Formação Diocesana. Encarnando o discurso do PT, a cartilha causou enorme polêmica entre os candidatos, que a criticaram muito.<sup>248</sup> Com a vitória em 1º turno de Fernando Henrique Cardoso, em outubro de 1994,

<sup>245</sup> Entre estes se destacam: “Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (Ala-PCdoB), Ação Libertadora Nacional (ALN), Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP)”, além dos grupos trotskistas como a Convergência Socialista, Libelu e Causa Operária. REIS, Daniel Aarão. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 506 (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3)

<sup>246</sup> REIS, Daniel Aarão. *op. cit.* p. 518.

<sup>247</sup> Jornal *O Globo*, 26/04/1994.

<sup>248</sup> A cartilha dividia os candidatos em *Neoliberais*, *Nacionalista-desenvolvimentista* e *Democrático Popular*. Jornal *Diário do Vale* 22/8/1994, p. 3 e 23/8/1994.

impulsionado pelos primeiros meses de euforia do *Plano Real*<sup>249</sup>, o PT passou um processo de mudança, buscando maior diálogo com a classe média e a opinião pública, claramente mais moderada. Após a segunda derrota consecutiva, as principais lideranças petistas já falavam abertamente em abertura do partido, acabando “com o sectarismo e [visando] atrair para o PT segmentos que hoje [na época] ainda alimentam fortes preconceitos contra a legenda, como os empresários”.<sup>250</sup> Lula ainda era mais incisivo defendendo a abertura do partido para empresários, a melhora na organização interna do PT, “mais moderna e aberta do país”<sup>251</sup>, e a ampliação das alianças com outros partidos.<sup>252</sup>

Ainda na ressaca da derrota eleitoral, o partido se viu bombardeado por reportagens que mostravam a aproximação dos principais quadros políticos do PT com o grande capital nacional. Na campanha de Lula, o Banco Itaú e a Empreiteira OAS fizeram doações, assim como ofereceram caronas em táxi-aéreo.<sup>253</sup> A empreiteira Odebrecht também ajudou a financiar a campanha de José Dirceu para o governo de São Paulo, com cerca de 100 mil Reais<sup>254</sup>, além das campanhas de outros petistas como Cristovão Buarque, Eduardo Suplicy e José Genoíno.<sup>255</sup> Esse cenário demonstrava a fragmentação pela qual o Partido dos Trabalhadores enfrentava em nível nacional e, como vimos, de forma não menos intensa em Volta Redonda.

A relação entre a Prefeitura da Volta Redonda e os movimentos sociais se deteriorou na medida em que as disputas políticas se intensificavam na Frente Popular e as políticas públicas ansiadas pelo movimento eram implantadas muito aquém do esperado. A criação do Fundo Comunitário de Volta Redonda (FURBAN) em 1988, através da Lei nº 2.366/88, advindo da luta e organização dos movimentos de posseiros de Volta Redonda, tinha o “objetivo oficial de atuar na urbanização e regularização das áreas de posse do município”<sup>256</sup>, mas só foi regulamentado em 1993.

---

<sup>249</sup> Plano ortodoxo de estabilização da economia que instituiu a “Unidade Real de Valor” (URV), estabeleceu regras de conversão e uso de valores monetários, iniciou a desindexação da economia e determinou o lançamento de uma nova moeda, o *Real*. Num primeiro momento, o plano baseou-se na sobrevalorização do *Real*, favorecendo as importações (o que fez impulsionar o consumo da classe média e classe média baixa e foi determinante para a vitória de Fernando Henrique Cardoso para presidência da república em 1994), com forte alta dos juros para conter a inflação, mas que fez as dívidas internas e externas aumentarem muito. O plano privilegiava o ajuste fiscal do Estado e desindexava a inflação dos salários.

<sup>250</sup> *Jornal Gazeta Mercantil*, 24/10/1994.

<sup>251</sup> *Jornal O Globo* 25/10/1994.

<sup>252</sup> *Jornal do Brasil*. 10/10/1994.

<sup>253</sup> *Jornal O Globo*. 01/12/1994.

<sup>254</sup> *Idem*.

<sup>255</sup> *Jornal O Globo*. 28/11/1994.

O FURBAN é constituído de um Conselho Comunitário, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. O Conselho Comunitário é composto por nove membros, eleitos pelos próprios posseiros. Para a gestão desta política, a cidade foi dividida em nove setores, sediados nos núcleos de posse, que teve como base a proximidade geográfica, abrangendo 20 bairros com uma população de, aproximadamente, 36 mil moradores.<sup>257</sup>

Para os setores mais à esquerda, o FURBAN representou um “processo de cooptação das associações de moradores que muito mais que servir de instrumentos de discussão da situação (...) a prefeitura passa a utilizar as associações de moradores como veículos de informações”.<sup>258</sup> Já os partidários da medida viram na institucionalização o caminho para estreitar a proximidade das demandas dos posseiros com o aparelho de Estado. Sem dúvida houve um estreitamento da relação Estado X movimento social, mas com isolamento dos setores mais radicais e a aproximação de outros setores, como os evangélicos.<sup>259</sup>

Um dos momentos mais tensos na Frente Popular foi a aprovação, em agosto de 1993, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), após muita disputa política em torno da questão. O movimento social – no qual estavam inseridos o CONAM (Conselho das Associações de Moradores) e o MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), entre outros – defendia o controle total do conselho pelo próprio movimento, enquanto a maioria dos representantes do governo municipal defendia o caráter consultivo do CMDU.<sup>260</sup> Mas a versão da lei aprovada foi a do movimento social, que definia o conselho com caráter “deliberativo que congrega representantes da população, identificados com as lutas pela melhoria da qualidade de vida dos habitantes do município de Volta Redonda”, com eleição de delegados nas plenárias de bairros e núcleos de posse, e eleição de direção executiva.<sup>261</sup> Com a norma o conselho passou a ter como uma das funções principais, “criar comissões de trabalho com o objetivo de estudar e apresentar propostas” nas áreas de “habitação, saneamento/infraestrutura, meio ambiente, educação e cultura, saúde, segurança, esporte e lazer, abastecimento, mercado de trabalho e geração de renda, transporte e destinação orçamentária específica”.<sup>262</sup>

É inegável o aumento da proximidade do Estado (Prefeitura de Volta Redonda) com os setores populares de Volta Redonda, ainda que essa proximidade tenha sido tensa e muitas

---

<sup>256</sup> BAPTISTA, Letícia Barroso. *Agenda 21, uma experiência em Volta Redonda*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Gestão do Espaço Urbano – GEU, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 104.

<sup>257</sup> *Idem.* p. 89

<sup>258</sup> BARCELOS, Vanderlei *apud* LIMA, Raphael. *op.cit.* p. 103.

<sup>259</sup> *Idem.* p. 104.

<sup>260</sup> *Idem.* p.108.

<sup>261</sup> Lei 2.936/1993. Cria o CMDU. Arquivo da Câmara Municipal de Volta Redonda.

vezes explosiva. Mas, com a criação dos conselhos municipais (como o CMDU, o de saúde, transporte e outros), os conflitos por espaço foi bem intenso, com vitória considerável de partidários do governo municipal e conseqüente diminuição e isolamento de setores mais combativos, o que causou o esvaziamento da mobilização do CMDU ao longo dos anos.<sup>263</sup>

Dentre os exemplos desse esvaziamento podemos citar o caso do CONAM (Conselho das Associações de Moradores). O conselho, criado na década de 1980 tendo como origem o CPU (Comissão dos Posseiros Urbanos), possuía sede própria, equipamentos para impressão de materiais para todas as associações de moradores e realizava reuniões semanais com os representantes das associações de moradores. A criação da FAM (Federação das Associações de Moradores), ainda no governo de Wanildo de Carvalho (1989/1992), com estreitas relações com a Prefeitura de Volta Redonda, passou a ter mais atenção junto ao poder público (inclusive com atendimento de suas reivindicações), isolando o CONAM. No final do governo Baltazar, o CONAM encerrava suas atividades.<sup>264</sup>

Na opinião de Lurdinha Lopes Fonseca, o FAM surgiu para “matar” ideologicamente o CONAM e assim destruir tudo que simbolicamente representava a luta do movimento popular na cidade de Volta Redonda. O CONAM representaria a discussão político-ideológica enquanto o FAM seria o “verdadeiro” representante das associações de moradores.

A força da FAM foi no governo Baltazar, pois no governo Wanildo as associações de moradores tinham vergonha de se reconhecerem como associadas a FAM, ainda que elas tivessem vida dupla, elas vinham na luta com a gente, assinavam com a gente e iam disputar as coisinhas deles junto

<sup>262</sup> *Idem* p.2-3.

<sup>263</sup> Para Lurdinha Lopes Fonseca, o principal motivo para a desmobilização do CMDU foi o orçamento participativo, onde o movimento organizado só decidiria por 7,5% do investimento; o restante já vinha decidido de cima. Para ela, o modelo desenvolvido pelo PT (ressaltado por ela, o “PT sindical que não entendia de participação popular, luta urbana”) pouco tinha a ver com participação popular. E o movimento social combativo de Volta Redonda entendia que o orçamento era a última peça, antes tinha o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. “Eles misturaram o CMDU com o conselho de orçamento e como as associações não entendiam bem o que era o CMDU, eles [o governo] começaram a restringir o CMDU a um grupo que ia receber as informações que estavam sendo elaboradas para fazer o plano diretor. Na verdade o CMDU ia acompanhar a execução de quase uma peça fantasiosa, fictícia. Tiraram o conteúdo da questão do CMDU para tirar conteúdo do plano diretor”. Ainda segundo Lurdinha, o movimento popular não poderia recuar: “Você fazer isso em um país que estava discutindo mecanismos de planejamento urbano, conselhos populares, a gente tinha inserido várias questões na constituição federal [como a Lei de Iniciativa Popular e o Turno de 6 horas], tinha municípios muito adiantados na proposta de gestão pública, de submeter a gestão pública a outras diretrizes e não à lógica do capital. A gente tinha avançado tanto nisso! Como reduzir? E dizer que isso era modo petista de governar. Isso para nós de Volta Redonda era uma catástrofe. Nós discutíamos o todo, tivemos que congelar [nossas propostas] para ir para a disputa de 7,5%. A gente tinha uma agenda e essa agenda teve que ser congelada e ir para o confronto, que foi perverso, pois nós fomos ficando cada vez mais dizimados, pois se ficassem do nosso lado eles iam perder o pedacinho de asfalto, aí o CONAM ficou num mato sem cachorro.” Entrevista de Lurdinha Lopes Fonseca concedida ao autor. 27/3/2012.

<sup>264</sup> Entrevista de Nair Silva Schocair, professora aposentada, dirigente do SEPE e ex-conselheira do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, concedida ao autor. Volta Redonda, 13/9/2011.

ao governo Wanildo, mas tinham vergonha. No governo Baltazar não, no governo Baltazar carimbaram a sacanagem.<sup>265</sup>

A relação entre o governo municipal e os movimentos sociais ligados aos setores mais combativos do PT e do próprio movimento também foi se acirrando através de um aumento de ocupações de terra no município e o proporcional crescimento da repressão. A denúncia mais comum era a repressão empreendida pela guarda municipal nas ocupações.<sup>266</sup> Isso refletia o fato de que a política habitacional, mesmo com a pressão de 35 mil sem-tetos na cidade de Volta Redonda<sup>267</sup>, não vinha atendendo a população carente e empobrecida por conta da política de reestruturação produtiva empreendida na CSN.

Ainda no tocante às políticas públicas do governo Baltazar, com a implantação de algumas medidas existentes no Programa do PT “A Gestão Local no Limiar do Novo Milênio: o modo petista de governar” – desenvolvido nos municípios de Santo André (SP), com o prefeito Celso Daniel PT/SP, e em Porto Alegre (RS) com Olívio Dutra – o governo produziu um Programa de Requalificação Urbana intitulada “Volta Redonda: Cidade Bonita”, buscando dissociar a imagem da cidade ao clima “pesado” de uma cidade industrial.<sup>268</sup> A Prefeitura de Volta Redonda teve como assessor o próprio Celso Daniel que tinha montado uma empresa de consultoria, tendo como base o orçamento participativo. Porém, o plano só foi plenamente desenvolvido no governo posterior, com algumas diferenças, e o novo nome de “*Eu acredito em Volta Redonda, acredite você também na sua cidade*”.<sup>269</sup>

Outro ponto polêmico do governo Baltazar, e que causou bastante conflito no interior da arena política da cidade, foi o projeto do Passivo Ambiental Compensatório. Como foi dito anteriormente, durante o processo de privatização da CSN, a prefeitura entrou com uma Ação Civil Pública (processo nº 40.037) em que pedia indenizações ao município pelas décadas de

<sup>265</sup> Entrevista de Lurdinha Lopes Fonseca, concedida ao autor, 27/3/2012.

<sup>266</sup> Em maio de 1996, a Conferência Nacional de Habitação enviou uma moção de repúdio ao governo Baltazar baseada nas denúncias da Comissão de Direitos Humanos/VR, liderados por Lurdinha Lopes Fonseca e Denise Nonato [do *Blocão*]. Entre essas denúncias, estava a retirada de ribeirinhos do rio Paraíba do Sul e a repressão violenta aos posseiros no bairros Rústico e Vila Rica. Jornal *Diário do Vale*, edições de 30/04/1996, p.3 e 14/05/1996, p.4; e jornal *Opção*, 05/01/1996, p.5.

<sup>267</sup> Revista *Primeira Página*. Ano 1, nº 11, 11/07/1996, Capa.

<sup>268</sup> LIMA, Raphael. *op.cit.* p.110. “A consultoria dele [Celso Daniel], a empresa dele foi contratada sem licitação para fazer todo o estudo, diagnóstico da cidade. Sem conhecer a cidade, chegou copiando e colando as coisas. Fazendo levantamento da estrutura interna do SAAE, nunca apresentou absolutamente nada para o movimento popular, nada para quem estava construindo o conselho. O CMDU teve uma comissão para sua implantação – o conselho pró-CMDU – e nunca apresentaram nada pra gente (...) a gente questionou o contrato com a empresa do Celso Daniel e da *hidroconsult* – que era outra consultoria – e o Emanuel [de Paiva Andrade, então secretário de planejamento] dizia: “você não entende *notório saber*”. O Celso Daniel, *notório saber*?” Entrevista de Lurdinha Lopes Fonseca, concedida ao autor, 27/3/2012.

<sup>269</sup> BARROSO, Letícia. *op.cit.* p. 154.

exposição à poluição provocada pela CSN.<sup>270</sup> Assim, o edital de privatização da empresa, que teve como base o Relatório de Pesquisa da COPPE/UFRJ, reconheceu o Passivo Ambiental e determinou que os futuros compradores assumissem o custo de projetos que viabilizassem o estancamento da poluição oriunda da fabricação do aço. Para avaliar financeiramente a compensação foi contratada a empresa *Tecnosolo*, e o valor estipulado para os programas ambientais compensatórios era de 58 milhões de Reais:

Programas Ambientais Compensatórios				
Nº	Programa	Objetivo	Custo Estimado US\$ milhões	Prazo estimado em anos
1	Enquadramento Institucional de Áreas Protegidas	Promover o enquadramento Institucional das áreas Protegidas para fins de preservação do Patrimônio Natural e elaborar os respectivos planos diretores de manejos.	290	1,5
2	Proteção da Floresta da Cicuta e seu entorno;	Proteção da floresta da Cicuta, de forma a garantir a preservação da biodiversidade, em como incorporar o seu entorno com a delimitação de uma zona tampão de fixação de regras de usos.	1900	3
3	Implantação do Parque Ecológico-Educacional Santa Cecília do Ingá;	Atender às atividades de Educação ambiental, a pesquisa botânica-silvicultural aplicada e contribuir para a arborização e paisagismo da cidade, além da recuperação da cobertura florestal nativa do município.	3900	3
4	Urbanização das áreas lindeiras do Rio Paraíba do Sul	Recuperar e preservar a faixa marginal do rio Paraíba do Sul na maior extensão possível, considerando tratar-se de área de preservação permanente consagrada em lei.	5900	2,5
5	Urbanização da Ilha São João	Implantação de um projeto de urbanização da Ilha São João de forma a dotá-la de equipamentos destinados a recreação, esporte e lazer, respeitando os critérios de preservação ambiental.	3500	2
6	Recuperação da bacia do Rio	Promover a recuperação do Rio Brandão de forma a possibilitar a reativação dos mecanismos naturais de funcionalidade da bacia e de sua calha.	240	2

<sup>270</sup> O *Passivo Ambiental Compensatório* (PAC) foi assinado pela Comissão de Direitos Humanos, Comissão dos Posseiros Urbanos, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Grupo de Mulheres dos Bairros Santa Cruz e Santa Rita, CONAM, SEPE, Vereadora Dodora, Vice Prefeita Glória Amorim, Grupo Alternativo de Saúde, Sindicato dos Servidores Públicos Municipal, Movimento Comunitário Contra a Violência. Este documento ainda alerta que o relatório ambiental do BNDES apontava graves problemas ambientais não só na cidade de Volta Redonda como nas demais cidades do entorno. O Rio Paraíba do Sul, que abastece 90% da população do Estado, recebia da CSN “metais, fenóis, cianetos, hidrocarbonetos, aromáticos polinucleares (benzeno, tolueno, xileno, benzeno-apireno, antraceno) e óleos”. Alguns bairros foram construídos sobre antigos depósitos de resíduos tóxicos da empresa – Bairros Volta Grande I, II, III e IV e outros – e grande concentração de gás benzeno na cidade. *Passivo Ambiental Compensatório* (PAC), p.4. Arquivo pessoal de Dodora Mota.

	Brandão			
7	Recuperação da bacia do Ribeirão do Inferno	Promover a recuperação da bacia do Ribeirão do Inferno, de forma a possibilitar a reativação dos mecanismos naturais de funcionalidade da bacia e de sua calha.	210	2
8	Reflorestamento de áreas degradadas	Promover reflorestamento de áreas degradadas, não contempladas em outros Programas de forma a recuperar a cobertura florestal em áreas de comprovada relevância para os ecossistemas envolvidos.	950	4,5
9	Revitalização do Zoológico Municipal	Revitalizar o Zoológico Municipal criando condições adequadas para atividades modernas de um Zôo como Manejo e reprodução de animais silvestres pesquisa e educação ambiental, geração de empregos e receita para o Município.	85	4
10	Implantação do Parque de Volta Redonda	Transformar a área onde, atualmente, encontra-se localizado o Aero Clube de Volta Redonda num complexo cultural e esportivo, através da relocação do Aero Clube e implantação da infra-estrutura Necessária.	4600	3
11	Tratamento Paisagístico Urbano	Implementar no Município um tratamento paisagístico compatível com seu porte e importância de forma a garantir um resgate da vegetação na paisagem urbana da cidade.	480	2,5
12	Assistência de Saúde Primária e Secundária	Promover a assistência da saúde, em nível primário e secundário, à população do Município através de obras de reforma e ampliação dos postos de saúde e aquisição de equipamentos necessários.	530	3,5
13	Suporte aos Serviços Médicos De Emergência	Dotar o Município de Mecanismos que possibilitem dar suporte aos serviços médicos de emergência através da ampliação dos postos de urgência existentes e aquisição de equipamentos necessários.	270	3,5
14	Assistência à Saúde do Trabalhador	Dotar o Município de mecanismos que possibilitem promover à assistência à saúde do trabalhador, através da construção de um Centro de Assistência da Saúde do Trabalhador e aquisição de equipamentos necessários	350	3,5
15	Ampliação do sistema de Abastecimento de água potável do Município	Ampliar o sistema de água potável no Município, através da ampliação da Estação de Tratamento (ETA) Belmonte e complementar o conjunto Operacional.	8400	4,5
16	Ampliação do Sistema de esgotamento sanitário do Município	Contribuir para a redução do volume de esgoto lançado "in Natura" no rio Paraíba através de várias medidas que incluem a reativação da ETE de Santa Cruz, a execução de ETE Sul e a construção de um emissário.	5200	4,5
17	Urbanização de	Promover a urbanização de favelas de forma a dotar as populações de condições mínimas de segurança,	1500	2,5

	Favelas	saneamento, infra-estrutura e legalização da posse da terra.		
18	Implantação de loteamentos populares	Promover a implantação de loteamentos populares ao oferecer áreas urbanizadas, à população que atualmente não dispõe de habitação, aqueles que se encontra em áreas de risco e as famílias que serão removidas.	10300	4,5
19	Fomento da geração de atividades econômicas	Capacitar e criar postos de trabalho para os segmentos da população que atualmente encontram-se excluídos do mercado de trabalho, além de forma criar alternativas de atividades que dependam de um meio ambiente saudável.	470	3,5
20	Controle de Cargas tóxicas e pesadas na área urbana	Promover o controle de cargas tóxicas e pesadas na área urbana, de forma a minimizar os riscos ambientais e melhorar o trânsito, através da construção de uma rodovia do contorno a cidade e outras providências.	2000	2
21	Utilização de combustível alternativo	Proporcionar a melhoria da qualidade do ar na área urbana, através do incentivo e substituição do óleo combustível da frota de veículos de circulação urbana e de equipamentos industriais.	470	3
22	Instrumentalização e capacitação do órgão ambiental municipal	Dotar o Município de instrumentos operacionais, de infra-estrutura básica e de recursos humanos de forma a garantir a capacitação do órgão ambiental municipal para que possa exercer suas funções legais	350	3,5
23	Implantação do Sistema Integrado de Planejamento Municipal	Dotar a Prefeitura de instrumento técnico-gerencial, de modo a dar suporte as atividades de planejamento territorial, bem como permitir o controle do território municipal e da rede de serviços públicos além de garantir a qualidade e a democratização das informações.	340	2
24	Educação Ambiental	Promover a Educação Ambiental junto aos diversos segmentos da população, de forma a conscientizá-la acerca dos problemas ambientais, com conseqüente integralização no processo de reversão do quadro adverso do Município.	1100	4,5
25	Comunicação Social	Promover a divulgação em nível local, regional e nacional do planejamento, implantação e operação das atividades a serem desenvolvidas de forma a contribuir para a reversão da imagem do Município como área altamente poluída.	3100	4,5
26	Incorporação do Patrimônio Imobiliário Urbano e rural da CSN	Integrar o Patrimônio do governo do Município de Volta Redonda às terras urbanas e rurais de propriedade da CSN, de forma a possibilitar o cumprimento das diretrizes do Plano Diretor do Município e a viabilizar a implantação do Programas Compensatórios formulados	40	1
Valor Global do Programa: US\$ 58.200.000				

Fonte: BARROSO, Letícia. *op.cit.* p. 71-73.

No entanto, em fevereiro de 1995, foi assinado um acordo extrajudicial “firmado entre a CSN e o município de Volta Redonda, pondo fim ao litígio entre as partes” em relação à Ação Civil Pública impetrada pela Prefeitura em 1993 que instituiu o PAC. Ao invés do investimento de R\$ 58 milhões para a execução das 26 medidas acima descritas, foi acordado entre a CSN e a Prefeitura o cumprimento de apenas 20 medidas, com um investimento de 16 milhões de Reais. A realizadora das obras seria a CSN e, no caso de ações na Justiça que obrigassem a CSN a indenizar algum morador da cidade ou grupo de moradores pelos danos provocados ao meio ambiente e à saúde, o dinheiro seria descontado dos R\$ 16 milhões.<sup>271</sup>

O movimento social organizado da cidade (através da Associação Macaense de Defesa Ambiental), assim como o Ministério Público, entraram com ações judiciais contestando o acordo que havia sido homologado na 3ª Vara Cível de Volta Redonda. Argumentavam que o acordo não contemplava a compensação pretérita dos danos causados, que as medidas eram irrisórias e pediam o cancelamento do acordo.<sup>272</sup>

Em 1997, o município ganhou em 2ª instância e a CSN tenta uma nova negociação. Além dessa, outras quatro ações civis públicas contestaram o PAC (duas do Ministério Público Estadual, uma do Ministério Público Federal e uma da Associação Macaense de Defesa Ambiental. (...) Em julho de 2007, o processo do Programa Ambiental Compensatório foi encaminhado pelo Superior Tribunal de Justiça para o Município, que mantém a homologação do acordo efetivado em 1995.<sup>273</sup>

Assim, neste panorama de conflito aberto entre a esquerda combativa e as forças de centro-esquerda (PSB, PDT, Articulação e Alternativa Socialista) abriu-se o caminho político de atração de outros atores para este bloco de alianças em torno do governo municipal. Nos

---

<sup>271</sup> O próprio movimento social já vinha contestando a forma como o acordo estava sendo costurado. Em maio de 1994, em audiência pública para a discussão do PAC, questionaram os seguintes pontos: “1) falta de participação popular na elaboração do PAC e identificação dos danos causados pela CSN; 2) a contratação da *Tecnosolo* sem licitação; 3) a administração da indenização pela própria CSN; 4) urbanização das áreas lindeiras do Rio Paraíba do Sul, de grande impacto na população, sem discutir o remanejamento adequado; 5) comprometimento da Prefeitura Municipal de Volta Redonda com a retirada de outras ações contra a CSN. Cf. *Passivo Ambiental Compensatório* (PAC), p. 7. Arquivo pessoal de Dodora Mota. Os itens que saíram do acordo foram: “urbanização da Ilha São João, revitalização do Zoológico Municipal, Implantação de um Centro Cultural, fornecimento de Instrumento de mão de obra capacitada ao órgão ambiental Municipal, programas de Sistema de Planejamento Municipal e o Programa de Comunicação Social”. BARROSO, Letícia. *op.cit.* p. 76.

<sup>272</sup> Processo 7.624/88. 3ª Comarca Cível da Comarca de Volta Redonda. Petição impetrada pelo escritório Francisco J. M. Sampaio – Advogados. p. 7, 16, 23. Arquivo pessoal de Dodora Mota.

<sup>273</sup> BARROSO, Letícia. *op.cit.* p. 76. A partir desse impasse jurídico, a FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente) – hoje INEA (Instituto Estadual do Ambiente) – determinou que fosse feita uma auditoria na Usina Presidente Vargas, com o objetivo de medir os graus de emissão de poluentes e servir de base para o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), que, a princípio, listou 130 obras, no valor de 180 milhões de Reais no câmbio da época, para a CSN se adequar à legislação ambiental. BARROSO, Letícia. *Op.cit.* p. 77. Este termo venceu em 2008 e, ainda hoje, a CSN não assinou a prorrogação que, entre outras coisas, licencia o funcionamento da Usina Presidente Vargas. *Jornal Aqui*. Edição 702, 2010.

meses finais do ano de 1995, Antônio Francisco Neto (então Deputado Estadual) se aliou ao prefeito Paulo César Baltazar e se filiou ao PSB, deixando o PL (Partido Liberal). Concomitantemente, a plenária do *Blocão*, realizada em 26 de outubro de 1995, já descartava qualquer aliança com os partidos da Frente Popular (PCdoB, PCB, PV e PSB), demonstrando um racha completo dentro do PT/VR.<sup>274</sup> O ano de 1996 começou com o *Blocão* apresentando a pré-candidatura da vereadora Dodora Mota à prefeitura pelo PT. A principal crítica dos grupos mais à esquerda no PT era a de que Antônio Francisco Neto possuía muito mais laços políticos e históricos ao lado dos setores empresariais da cidade, mais especificamente o setor comercial.<sup>275</sup>

Com o desenrolar do 1º semestre de 1996, Neto, Cida Diogo do PT<sup>276</sup> e o prefeito Baltazar afinaram o discurso para consolidar a aliança e a repetição da Frente Popular. No dia 31 de março, na convenção do PT, os grupos que apoiavam o governo municipal venceram a convenção do partido<sup>277</sup>, garantindo a “dobradinha” PT/PSB, com o apoio informal do PL<sup>278</sup> (ex-partido de Neto) e do Presidente do Sindicato do Comércio Varejista, amigo e aliado histórico de Neto, Antonio Cardoso. Outro quadro político importante da cidade, o deputado estadual Nelson Gonçalves (PSDB), coligou-se com Jessé Cordeiro (PFL), repetindo a aliança dos partidos em nível nacional e estadual. O PDT, como não conseguiu indicar o nome do vice-Prefeito na chapa encabeçada por Neto, decidiu lançar candidatura própria: o ex-prefeito Marino Clinger foi novamente o nome escolhido pelo partido de Brizola. Já o PSTU<sup>279</sup>, integrado por membros da antiga Convergência Socialista, lançou como candidato o ex-metalúrgico Tarcisio Xavier.

---

<sup>274</sup> Jornal *Diário do Vale*, 26/10/1996.

<sup>275</sup> Jornal *O Dia*, 28/3/1996, p. 4. Dentre as polêmicas à época destacam-se as declarações do padre canadense Normando Cayouett, que “disse que a possível aliança do PT com o PSB, do deputado Neto, ameaça a existência do PT no município”. Baltazar chamou-o de “padre do Blocão”. Jornal *Diário do Vale*, 27/03/1996, p. 3. Em outra entrevista, o padre afirmou que “Neto é do PL” e de direita. Revista *Primeira Página*, 04/1996. Já Glória Amorim afirmou: “Neto tem raízes profundas no PL e não se identifica com a proposta do partido”. Jornal *Diário do Vale*, 20/3/1996.

<sup>276</sup> Cida Diogo seria a vice-prefeita na chapa de Neto nas eleições municipais de 1996.

<sup>277</sup> Jornal *Diário do Vale*, 01/4/1996, p. 2.

<sup>278</sup> Em convenção realizada no dia 03 de junho de 1996, o PL decidiu se coligar com a Frente Popular, mas, diante da proibição da Direção Nacional do PT, o apoio foi apenas informal. Jornal *Diário do Vale*, 04/6/1996, p. 5.

<sup>279</sup> Sobre a expulsão da Convergência Socialista e a formação do PSTU, a ex-militante da Convergência Socialista, Jussara Reis, descreve o processo: “A convergência foi contra o PT aprovar a constituição de 1988. A divergência mais contundente era em relação às alianças. A Convergência passou a se comportar como fração pública e então foi expulsa do PT. A expulsão não ocorreu de maneira isolada em Volta Redonda (VR), foi a nível nacional. Em VR, havia setores do PT que eram contrários a sua expulsão e participaram de ato no RJ. Começou então um movimento pela construção de um novo partido.” Entrevista de Jussara Reis concedida ao autor. Volta Redonda, 12/9/2011.

Com apoio expressivo do prefeito Baltazar, e já possuindo uma boa popularidade como deputado estadual por três mandatos, presidente da Associação Atlética Comercial (Clube Comercial) e presidente do Volta Redonda Futebol Clube, Antônio Francisco venceu as eleições municipais com folga.<sup>280</sup> O mais importante da eleição é que ela marca um período de aproximação do poder público municipal com as entidades patronais da sociedade civil (Câmara de Dirigentes Lojistas, Associação Comercial e Industrial, Sindicato do Comércio Varejista) de forma explícita, ao mesmo tempo em que setores do PT que apoiavam o governo Baltazar também perdem espaço no aparelho de Estado. A eleição também indicou claramente a perda de representatividade da esquerda combativa (*Blocão*), com derrota de todos os seus candidatos.

Antes de adentrarmos a análise da ascensão do novo grupo político, liderado por Antônio Francisco Neto, no cenário político da cidade, vamos elucidar as mudanças do mundo do trabalho que avançaram e se consolidaram no Brasil dos anos 1990 e que, especialmente em Volta Redonda, marcaram um capítulo deveras importante e decisivo na história do município.

---

<sup>280</sup> O resultado nas urnas da disputa eleitoral para a Prefeitura de Volta Redonda foi: Antonio Francisco Neto (PT-PSL-PSB-PSD-PV), 82.898 votos (55,21%); Nelson dos Santos Gonçalves (PPB-PTB-PSC-PPS-PFL-PRP-PSDB), 38.480 votos (25,63%); Marino Clinger Toledo Netto (PDT), 9.011 votos (6,0%); Tarcisio Xavier Pereira (PSTU), 1.317 votos (0,88%); Etelvina Glória Silva Guedes (PSDC-PV), 1.012 votos (0,67%); Antonio Carlos Cordeiro de Carvalho (PMN/PRONA), 772 votos (0,51%); Alexandre Márcio Stoduto (PT do B e PC do B), 604 votos (0,40%). COSTA, Alkindar. *Volta Redonda ontem e hoje*. Cd-rom. Edição comemorativa dos 50 anos de Volta Redonda. Volta Redonda: Prefeitura Municipal, 2004, p. 300.

### 2.3. As Metamorfoses do Trabalho em Volta Redonda: Reestruturação Produtiva e Sindicato de Parceria

Como já apontamos nesta dissertação, a década de 1990 no Brasil marcou uma nova fase histórica do capitalismo. Com o predomínio do capital financeiro, essa nova fase tem como uma das suas principais características a *ofensiva do capital sobre os direitos trabalhistas*. Como forma de superar a crise do modelo *fordista* de produção, o capitalismo procura de todas as formas dinamizar a produção, diminuindo o ciclo de rotação do capital – usando a tecnologia em larga escala – e, principalmente (como no caso de Volta Redonda), rebaixando as condições de salário e emprego.

O capital quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as consequências da deteriorização da taxa de lucro.(...) Expõe-se, assim, a natureza real das relações capitalistas de produção: a implacável dominação pelo capital evidenciando-se cada vez mais como um fenômeno *global*.<sup>281</sup>

Na “cidade do aço”, cuja história foi marcada pela dependência, quase exclusiva, da Usina Presidente Vargas, as mudanças das relações de trabalho foram intensamente sentidas. Assim sendo, a cidade de Volta Redonda, ao longo da década de 1990 e da primeira década dos anos 2000, experimentou um dos casos mais profundos de reestruturação produtiva de que se tem conhecimento. Na segunda metade dos anos 90 do século XX essa reestruturação produtiva viveu seu auge com demissões em massa e contínuas perdas salariais. Mas o limiar do século XXI também presenciou fatos como a saída do Escritório Central da CSN de Volta Redonda para São Paulo em 2002 e um processo de cercamento dos terrenos da CSN na cidade (a CSN possui 36% da área urbana do município), estrangulando ainda mais a economia do município. Colocando em prática diferentes modelos de *Gestão Empresarial*, a CSN impôs um novo ritmo de produção, com baixo custo e extrema produtividade, o que acabou transformando a empresa, em poucos anos, de uma estatal “falida” em um “conglomerado internacionalizado”. Ou seja, a CSN teve espaço para diminuir custos – cortando direitos e salários (aumentando a taxa de exploração da força de trabalho) – e

---

<sup>281</sup> MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Boitempo, 2002, p.1006.

expandir-se, adquirindo novas empresas e, assim, sobrevivendo aos imperativos da concorrência intercapitalista de fase histórica mundializada.<sup>282</sup>

Contribuiu para este quadro, além do processo de fragmentação do movimento social organizado, o contexto sindical brasileiro. Constrangido pela ofensiva do capital sobre os empregos e direitos, em meio às demissões em massa, este período foi de profunda crise do sindicalismo nacional, sobretudo para os sindicatos oriundos das práticas sindicais caracterizadas de “novo sindicalismo”.<sup>283</sup>

Entre as principais Centrais Sindicais do período destacam-se a Força Sindical e a Central Única dos Trabalhadores. A Força Sindical, como também já apontamos no início deste capítulo, na impossibilidade de buscar pautas reivindicativas mais amplas, buscou transformar e associar essa debilidade do trabalho na relação de forças com o capital em uma virtude. Sob o nome de “Sindicalismo de Parceria” ou “Sindicalismo de Resultados”, a Força Sindical conquistou espaço dentro e fora da esfera sindical, estando bem próxima e atrelada ao poder hegemônico do governo Fernando Henrique Cardoso.

Já a CUT, embora viesse de um passado com mobilizações de massa e uma tática política de enfrentamento, classista, na década de 1990 oscilou entre negociações tripartites, oposição sistemática e formação de grupos de investimentos para a aquisição de estatais. Sua heterogeneidade interna possibilitou esse amplo leque de ações, unidos “como movimento de oposição a qualquer partido ou coalizão partidária no poder desde o seu aparecimento em 1983”<sup>284</sup>, exceto o PT. Como aponta Adalberto Cardoso, em sua obra *A Década Neoliberal*, as ações da CUT até 1992 tinham como base “a tática de pressionar a partir de fora: demonstrações públicas, greves gerais, ocupação de terras improdutivas”.<sup>285</sup> Com a queda de Collor em 1992, após sofrer o *impeachment*, a CUT (também comandada pela corrente Articulação, de cunho mais social-democrata, que exercia uma hegemonia via controle das estratégias de ação) participou de Câmaras Setoriais no governo de Itamar Franco, discutindo as políticas públicas relativas ao trabalho e sua desregulamentação de forma intra-estatal.

Exemplo dessa política dúbia da CUT foi a própria privatização da CSN, na qual o setor classista da CUT – a maioria em Volta Redonda – foi contra a privatização até o seu

---

<sup>282</sup> Para Mészáros, “é completamente impossível compreender os múltiplos e agudos problemas do trabalho nacionalmente diferenciado e socialmente estratificado, sem que se tenha sempre presente o quadro analítico apropriado: a saber, o irreconciliável antagonismo entre o capital social *total* e a *totalidade* do trabalho. Esse antagonismo fundamental, desnecessário dizer, é inevitavelmente modificado em função: a) de circunstâncias socioeconômicas locais; b) da posição relativa de cada país na estrutura global da produção do capital; c) da maturidade relativa do desenvolvimento sócio-histórico global”. MÉSZÁROS, István. *op.cit.* p.1006.

<sup>283</sup> Páginas 60/64 do Capítulo 1.

<sup>284</sup> CARDOSO, Adalberto Moreira. *op. cit.* p. 62.

<sup>285</sup> *Idem.*

último momento, enquanto as principais lideranças nacionais – ligadas à Articulação Sindical – não apoiaram com tanto entusiasmo os movimentos de massa contrários à venda da estatal e, ainda, aceitaram a participação de grupos cutistas – como engenheiros da CSN ligados à CUT – entre os compradores, de forma individual (cotas pra funcionários) ou fazendo parte de Conselhos Administrativos em Fundos de Pensões das Estatais.

Após o fim das Câmaras Setoriais em 1995 e o aprofundamento das políticas de flexibilização – precarização – do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a CUT voltou à tática de pressão externa aos governos, organizando marchas a Brasília, promovendo grandes atos de massa pelo Brasil, já contando, neste período, com a participação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), movimentos estudantis e outros movimentos populares.<sup>286</sup> Com a vitória do PT e de Lula nas eleições de 2002, o processo de aproximação da CUT com a estrutura estatal deixou seqüelas. A polarização entre setores que apoiavam o governo e setores de total oposição ao governo tencionou o rompimento de grupos ligados ao PSTU e ao PSOL em março de 2004 (que formaram as Centrais Sindicais *Conlutas* e *Intersindical*, respectivamente, as quais, atualmente, vivem um conturbado processo de unificação).<sup>287</sup> A partir daí, a CUT continuou nesse processo de aproximação com as políticas do governo federal.<sup>288</sup>

Foi neste contexto sindical que a reestruturação produtiva em Volta Redonda se desenrolou, com a Força Sindical à frente do Sindicato dos Metalúrgicos (com sua política de parceria) e a CUT fazendo contraponto oposicionista, cobrando uma ação mais pró-ativa da direção da Força Sindical.

Os primeiros 3 anos de privatização da CSN foram de muita turbulência nos bastidores protagonizada pelos seus acionistas. Diferentes visões sobre como deveria ser o modelo de *modernização* de seu parque industrial e o fim dos laços institucionais com o Estado foram dominantes. Após 1996, com a chegada da economista Maria Silvia Bastos Marques no grupo diretivo da CSN (exercendo diversas funções até seu desligamento da empresa em 2002), o

---

<sup>286</sup> Cf. CARDOSO, Adalberto. *op.cit.*

<sup>287</sup> Ainda dentro da *Conlutas* ainda existem Federações Anarquistas e setores do próprio PSOL. No caso da *Intersindical* há ainda militantes do PCB Mas especificamente em Volta Redonda os militantes do PSOL do setor sindical integram a *Intersindical* e os militantes do PSTU a *Conlutas*.

<sup>288</sup> Para saber mais: TEIXEIRA, Rodrigo. “*Para onde foi a CUT: do classismo ao sindicalismo social-liberal*”. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. E CARUSO, Danilo S. *Reestruturação produtiva e o movimento operário em Volta Redonda*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

processo de reestruturação produtiva ganhou forma, profundidade e continuidade ao longo dos anos.

No campo sindical o início foi de “Parceria”, celebrada entre o Sindicato dos Metalúrgicos e a empresa. Mas com as crescentes demissões, perdas salariais e perda de direitos, o sindicato passou a ter uma postura mais crítica em relação a CSN. Entretanto, essa crítica existiu apenas no campo do discurso, pois a prática foi de sucumbência aos desígnios e vontades da Siderúrgica e forte oposição aos setores da CUT. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos durante o período de 1992 a 2007 foi hegemonizada pelo mesmo grupo, herdeiro do *Formigueiro*. Entre os anos de 2003 a 2005, o sindicato viveu sua maior crise, com graves denúncias de desvio de recursos, o que gerou, entre outras coisas, a desfiliação do sindicato da Força Sindical e sua filiação à CUT (por um breve período) e o consequente desgaste com a vitória, em 2007, nas eleições sindicais de uma nova chapa, ligada ao PCdoB, que contava com amplo apoio da sociedade civil e política de Volta Redonda.

O primeiro Presidente da CSN, escolhido pelo Conselho de Administração da empresa, foi o representante do Clube de Investimento dos Funcionários da CSN, Roberto Procópio Lima Neto. Procópio, embora tenha demitido em 1993 pouco mais de mil funcionários, procurou manter o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos. Na campanha salarial de 1993, o sindicato tinha como pauta de reivindicação um aumento salarial na ordem de 80%, enquanto a empresa possuía como contraproposta de reposição da inflação e reajuste real de 7%, o que no final girava em torno de 66,5%. Em menos de uma semana – 10 de maio de 1993 – foi acordada a reposição da inflação, mais 8% de reajuste e antecipação de mais 8% da inflação futura, totalizando os 80% pretendidos inicialmente pelo sindicato.<sup>289</sup>

É nesse clima de parceria entre empresa e sindicato que o período imediatamente posterior à privatização da CSN foi de aliança entre a direção da empresa e a direção do sindicato. O Sindicato também mudou sua forma de ação, passando a construir ambulatórios médicos e odontológicos para seus associados<sup>290</sup> e se afastando dos movimentos sociais da cidade. Mas com a queda de Lima Neto no primeiro trimestre de 1994 e a saída do Banco Bamerindus do grupo de acionistas, o Grupo Vicunha tornou-se o maior comprador individual das ações do banco em 1995 e os caminhos a serem seguidos pela CSN foram mais

---

<sup>289</sup>FERREIRA, Denílson Queiroz. *Privatização da CSN: Resistência e Adaptação do Sindicato dos Metalúrgicos sob a Perspectiva de Dependência de Recursos*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005, p. 282-283.

<sup>290</sup>Em maio de 1994, foi construído o primeiro centro médico-odontológico em Volta Redonda. O segundo foi construído em Barra Mansa em janeiro de 1995 e o terceiro e quarto em julho de 1995, em Volta Redonda e Barra Mansa. Ainda foi anunciado um projeto habitacional de 900 casas financiadas para os metalúrgicos, no bairro Volta Grande. Cf. FERREIRA, Denílson Queiroz. *op. cit.* p. 287, 288, 291 e 292.

claramente se delineando.<sup>291</sup> Ainda que nas eleições sindicais de 1995, o peso da CSN a favor da chapa encabeçada por Luizinho e a Força Sindical, tenha se mostrado forte, outros motivos podem ser apontados para a vitória desta chapa: as divisões no interior da unidade das esquerdas no período, o isolamento imposto aos membros da CUT (que, demitidos das empresas metalúrgicas da região, passavam a ser impedidos de participar do pleito e de ter acesso aos metalúrgicos) e o triunfo do discurso neoliberal que tomava conta do Brasil e vivia o seu ápice com a vitória de Fernando Henrique Cardoso (1994).

Além das disputas enfrentadas pelo movimento popular de Volta Redonda, a situação interna da CUT também não era de unidade. Em 1995, duas chapas da CUT concorreram na disputa eleitoral de julho. A chapa ligada à direção estadual da CUT – Articulação – teve Jadir Batista como candidato e obteve 38% dos votos. Já a outra chapa da CUT, ligada à corrente Luta Metalúrgica, com alguns militantes do PSTU, encabeçada por Alexandre Cerezo, obteve “irrisórios” 1,9%. Já Luizinho, cabeça de chapa da Força Sindical alcançou 60% dos votos.<sup>292</sup> Essa vitória da Força Sindical garantiu para a CSN mais 3 anos de sindicalismo atrelado e comprometido com a implementação das políticas de livre mercado. Para tanto, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luizinho, possuía uma cadeira como representante do Clube de Investimento da CSN no Conselho Administrativo da empresa. No ano de 1995, Fernando Henrique Cardoso nomeou Luizinho para o Conselho do BNDES e, em 1997, para mais um cargo: presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), substituindo Luiz Antonio de Medeiros.<sup>293</sup>

Logo após a vitória de Luizinho para o mandato de 1995 a 1998, o discurso sobre a necessidade de aumentar a “competitividade” reduzindo “custos” de produção foi intensificado. No primeiro semestre de 1995, a empresa de consultoria *McKinsey* apresentou um estudo para a reestruturação da Companhia Siderúrgica Nacional. Após um período de conversas, e principalmente após o rearranjo no controle acionário, aos poucos a CSN foi anunciando as mudanças e fazendo as demissões. Ainda na década de 1980 cerca de 60% das siderúrgicas eram estatais. Com a privatização da produção de aço na Europa Ocidental e depois no Leste Europeu a década de 1990 foi de intenso movimento de fusões e internacionalização de diversas empresas do ramo siderúrgico. A Europa, Estados Unidos e Japão que juntos eram os maiores produtores de aço do planeta foram perdendo espaço para o

---

<sup>291</sup> Benjamin Steinbruch, do grupo Vicunha, tornou-se o Presidente do Conselho Administrativo, transformando a CSN em uma  *Holding*. Essa questão será analisada mais adiante, em nosso terceiro capítulo.

<sup>292</sup> Dados disponíveis em: FERREIRA, Denílson Queiroz. *op. cit.* p. 292.

crescente aumento da produção na Coreia do Sul e China. Os países centrais focaram sua produção no enobrecimento do aço através das chapas galvanizadas e meios menos poluentes de produção (a frio com baixo teor de carbono). Enquanto os países asiáticos – exceto Japão – e a América Latina produzem aços laminados a quente com auto teor carbono e mais poluentes.<sup>294</sup> Assim, a mundialização da produção de aço, a concentração da produção por Companhias cada vez maiores com custos de produção menores e o fim das barreiras comerciais ao aço estrangeiro, impôs às siderúrgicas brasileiras – recém-privatizadas – a necessidade de reestruturar sua produção em patamares similares de produtividade, custo de produção e internacionalização das empresas estrangeiras.

Em entrevista a uma revista local, o então presidente escolhido para substituir Lima Neto na CSN, José Carlos Martins, ilustra bem o que afirmamos:

Esse negócio de transferir, de fechar, de abrir uma linha de operação, tudo é consequência maior que é a competitividade. A empresa tem que ser competitiva, que é sinônimo de garantia de sobrevivência. (...) A globalização da economia é uma realidade e só vão sobreviver aqueles que forem os mais competitivos.<sup>295</sup>

Ou seja, é o discurso da inevitabilidade do processo histórico rumo a um capitalismo mais pragmático e duro que traz implicitamente uma característica fundamental, experimentada em doses mais fortes na atual fase histórica, que é a necessidade crescente e incontrolável do capitalismo em buscar meios e condições para a contínua acumulação e reprodução do capital. O Brasil vivia na década de 1990 um período importante, no momento em que o Estado abria a economia em direção ao livre-mercado, privilegiando e incentivando a formação de grandes conglomerados industriais nacionais e, assim, redefinindo a inserção do país no cenário econômico internacional. A necessidade de cortar gastos com a mão-de-obra e aumentar a produtividade por funcionário era condição *sine qua non* para a competição agora travada entre grandes empresas internacionalizadas, que conseguem deslocar sua

---

<sup>293</sup> Luizinho assumiu a vaga no Conselho de Administração do BNDES como representante dos trabalhadores. Indicado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nesse momento, Luizinho passou o cargo de Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos para seu vice, Luis Carlos Perrut.

<sup>294</sup> Dados do *International Iron and Steel Institute* (IISI) – dados de 1996 a 2002 - apontam como os maiores produtores de aço do mundo a China, Japão, Estados Unidos, Rússia e Coreia do Sul. O Brasil é o oitavo maior produtor. Após o período mais agudo de fusões entre as siderúrgicas, em 1999, as empresas do setor eram: Posco (Coreia do Sul) com 26,54 milhões de toneladas; Nippon Steel (Japão) com 24,33 milhões de toneladas. A CSN e a terceira maior produtora de aço do país e a 36ª do mundo com 4,85 milhões de toneladas. Um recorde para a empresa, mas pouco comparado as maiores siderúrgicas do mundo. Os dados e informações In: Relatório BNDES. *Impactos da Privatização no Setor Siderúrgico*. 01/2001. p.7. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br). Acessado em 14/10/2011. Dados da IISI estão disponíveis em: <http://www.worldsteel.org/statistics/statistics-archive.html>. Acessado em 14/10/2011.

produção (ou parte dela) para rincões do planeta sem qualquer regulamentação do trabalho, tendo o caminho livre para conseguir superlucros. No Brasil, o Estado garantiria esse processo através de inúmeras isenções fiscais e reformas trabalhistas, ainda que pontuais e tardias.<sup>296</sup>

Na campanha salarial de 1996, o Sindicato dos Metalúrgicos reivindicava 31,98% de reajuste. Em contraproposta, a CSN afirmava só poder pagar 10% de reajuste. O *slogan* da campanha salarial era “Parceira é: toma lá e dá cá”. Em assembleia – realizada em abril de 1996 – a categoria acabou aceitando a proposição do sindicato de acatar a proposta da empresa.<sup>297</sup> Este fato foi o primeiro de muitos que levaram ao lento desgaste da relação do Sindicato com a empresa, sendo amplamente favorável à CSN. Um motivo relevante para os operários acatarem o acordo entre a CSN e o sindicato era a presença ostensiva de supervisores, chefes de seção e engenheiros espalhados estrategicamente nas assembleias. Vigiavam de perto seus subordinados, e a votação era feita por aclamação os operários eram claramente “constrangidos” a aceitar a proposta defendida pela CSN e o Sindicato.<sup>298</sup> Em julho de 1996, o Conselho de Administração da CSN contratou a economista Maria Silvia Bastos Marques para cuidar do caixa da empresa e dar o primeiro passo rumo à reestruturação

<sup>295</sup> Revista *Primeira Página*, Ano 1, nº 2, outubro/1995, p.11.

<sup>296</sup> “No que se refere à desregulamentação das relações de trabalho, apesar da sintonia entre o governo FHC e o discurso neoliberal, nos três primeiros anos de governo pouco foi feito para implementar novas formas de contratação. A lentidão com que o governo encaminhou a reforma trabalhista se deve a diversos fatores: em primeiro lugar, devido à prioridade dada às reformas administrativa e previdenciária; em segundo lugar, devido às facilidades existentes para demitir trabalhadores e à possibilidade de desrespeitar as leis trabalhistas, o que reduz a urgência de medidas legais nessa matéria”. GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Coedição Revan e FAPESP, 2007, p.210. As principais medidas para reformar as relações de trabalho do governo FHC vieram no bojo do empréstimo concedido pelo Fundo Monetário Internacional, em 1998, que tinha como contrapartida as reformas de 2ª geração: justamente a medidas que reformulam a legislação do trabalho. Embora a política econômica do governo privilegiasse os bancos e instituições financeiras, a reforma também veio como forma de aplacar a pressão feita pelos setores industriais para cortar custos (terceirizando a mão-de-obra), aumentando a produtividade do funcionário e flexibilizando as relações de trabalho, como forma de incentivar a contratação – o desemprego de 16% em 1997 e 18,2% em 1998. GALVÃO, Andréia. *op. cit.* p. 212. As principais mudanças foram: a Lei 9.601/98 “que estende o contrato de trabalho por prazo determinado para qualquer setor ou ramo de atividade e institui o banco de horas”, mudando diversos artigos da CLT referentes à contratação temporária de trabalho; a Lei 4.302/98 que, “dentre outras medidas, estende a atuação da empresa de trabalho temporário ao campo, aumenta a duração e o prazo de prorrogação do trabalho temporário e amplia as possibilidades de terceirização”; a diminuição do depósito do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) de 8% para 2% do salário do empregado; a Lei 9.881/99, “que permite a exoneração de servidores estáveis para reduzir despesas”; a Lei 9.962/2000, “que estabelece que os admitidos no setor público sejam contratados segundo normas da CLT”; e a Lei 10.331/2001, “que condiciona a revisão salarial dos servidores à previsão de despesa em lei orçamentária e à comprovação de disponibilidade financeira”. GALVÃO, Andréia. *op. cit.* p. 215,217, 224.

<sup>297</sup> FERREIRA, Denílson. *op.cit.* p. 293-294.

<sup>298</sup> Até o ano de 1998 as propostas salariais eram decididas por aclamação, porém o SENGE/VR acionou a Justiça para que as assembleias fossem decididas via voto secreto, alegando justamente coerção imposta pela presença de superiores da empresa nas assembleias dos metalúrgicos. Para tanto, no processo, foram anexadas dezenas de fotografias que comprovavam a alegação do Sindicato dos Engenheiros, tendo obtido ganho de causa no ano acima citado. Acervo do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda.

produtiva.<sup>299</sup> Dois meses depois foi anunciado que estavam sendo feitos os últimos cálculos para por em prática as terceirizações dentro da Usina Presidente Vargas. Mas já se anunciava que o Hospital Siderúrgica Nacional (HSN), o Colégio Macedo Soares<sup>300</sup> e o Hotel *Bela Vista* seriam terceirizados. Também foram transferidos para São Paulo os setores de vendas de aço.<sup>301</sup>

O ano de 1996 terminaria ainda com o anúncio do resultado final do trabalho da empresa *McKinsey*, dividindo o Setor Aço em quatro Unidades de Negócios e anunciando que a CSN poderia trabalhar com 9400 funcionários.<sup>302</sup> E ainda com o pedido de demissão de Silvio Coutinho da Direção do Setor CSN (ligada diretamente a Volta Redonda), devido, principalmente, às divergências quanto ao ritmo de demissões e participações em privatizações de estatais. O substituto de Coutinho foi Sérgio Martins, economista, tido no “mercado” como um “especialista em redução de custos”.<sup>303</sup> Assim, finalizado o processo de reestruturação da direção da CSN, era a vez de voltar a implementar a reestruturação produtiva na usina.

Terminado o processo de reestruturação da diretoria da CSN, o organograma da empresa ficou assim estabelecido:

---

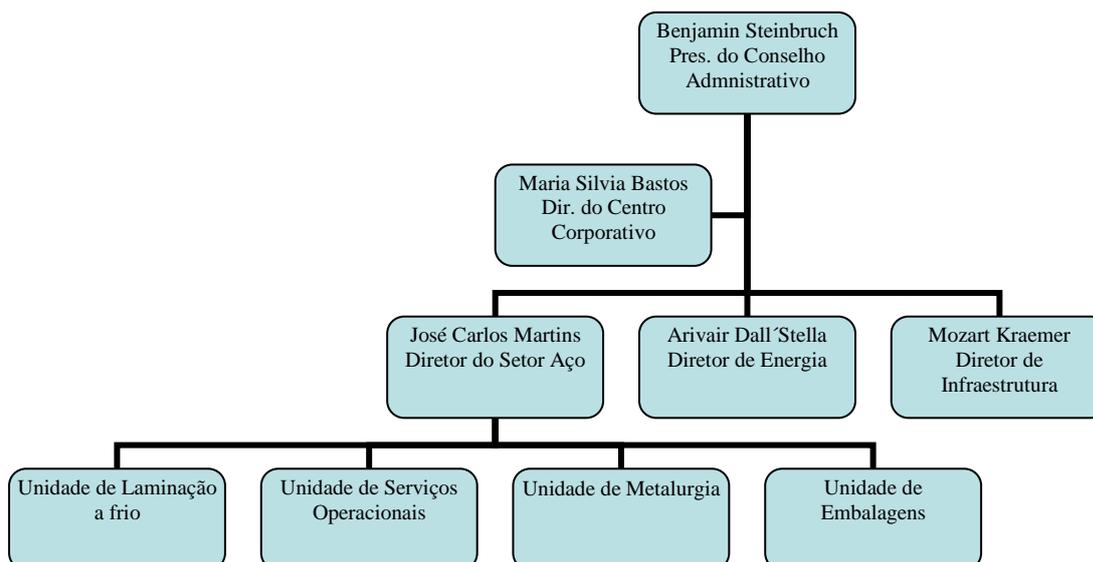
<sup>299</sup> Revista *Primeira Página*. Ano 1, nº9 maio/1996, p.20.

<sup>300</sup> Colégio construído pela CSN na década de 1950 e concedido à uma ordem religiosa católica. No processo de privatização da CSN, a ordem religiosa não teve meios financeiros de arcar com a compra do colégio, que, posteriormente, acabou sendo vendido pela CSN ao grupo MV1.

<sup>301</sup> Revista *Primeira Página*. Ano, nº15 setembro/1996, p. 8.

<sup>302</sup> Revista *Primeira Página*. Ano, nº15 setembro/1996, p.10. De 1989 até 1996, quase 12 mil funcionários foram demitidos da CSN: uma redução de 23.200 trabalhadores diretos para 12.532, antes da implementação do processo de terceirizações. Cf. *O Peso da Realidade*. Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda. 1997, p.11. Acervo pessoal do Autor.

<sup>303</sup> José Carlos Martins nasceu Sorocaba e atuou por 11 anos como presidente da empresa *Aços Villares*. Antes, também tinha trabalhado na *Elevadores Atlas* (subsidiária da Aços Villares). Revista *Primeira Página*. Ano 2, nº25. Janeiro/1997, p. 6.



Os anos de 1997 a 2000 foram de intensificação – por parte da CSN – da pressão sobre os trabalhadores. Acordos salariais abaixo do esperado, retirada de benefícios indiretos e demissões foram a tônica do período. Em 1997, o acordo salarial firmado entre o sindicato e a empresa estabelecia em suas cláusulas 7% de aumento salarial, empréstimo de R\$ 500,00, sem juros, financiados pela CSN (para começar a pagar em 1998), participação nos lucros, entre outros pontos.<sup>304</sup> O ano ainda terminou com 1.700 demissões de 10.550 funcionários diretos<sup>305</sup> e recorde de lucro e produção na CSN.<sup>306</sup> No ano seguinte, agora com Luis Carlos Perrut à frente do sindicato (já que Luizinho passou a presidir a CNTM), a campanha salarial defendida pela entidade sindical foi: 4% de reajuste, estabilidade no emprego, perdão do empréstimo de 500 Reais e participação nos lucros. Não se falava mais em reajuste real do salário, avanço nos direitos, o que revelava um momento de extrema fragilidade dos trabalhadores brasileiros. A prioridade dos sindicatos (inclusive os seus setores mais radicalizados) era a manutenção do emprego.

Assim, os trabalhadores da CSN amargavam depois dos primeiros 5 anos de privatização da empresa a perda da *Girafa* (equivalente aos 14º e 15º salários), adicionais por tempo de serviço (ATS), gratuidade médica, entre outros benefícios.<sup>307</sup> A cidade enfrentava

<sup>304</sup> Revista *Primeira Página*. Ano 2, nº29, p. 15.

<sup>305</sup> Quando iniciou-se o processo para a privatização da CSN ele possuía 23.200 funcionários. Estudo *Peso da Realidade*, Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Julho/1997. p.23. Acervo pessoal. Revista *Primeira Página*. Ano 2, nº40, p.5 e *Jornal Aqui*. Ano 1, nº11, p.6.

<sup>306</sup> *Jornal Aqui*. Ano 1, nº 12, março/1998, p. 12. Neste ano, a CSN comemorou a produção de 100 milhões de toneladas de aço e um lucro de 450 milhões de Reais. Os funcionários receberam como presente comemorativo uma camisa e uma lata de aço customizada com a marca da empresa. Já os diretores, além da lata e a camisa, receberam um veículo sedan de luxo como presente pelos recordes.

<sup>307</sup> *Jornal Aqui*. Ano 1, nº7, fevereiro/1998, p. 3.

uma grave crise, pois as demissões atingiam boa parte das famílias volta-redondenses, pois, além dos funcionários da CSN, o comércio era deveras atingido pela diminuição das vendas.<sup>308</sup> As perdas salariais só dos operários da CSN atingiram 33% em 1994, 46% em 1995, 7,5% em 1996 e 2,6% em 1997.<sup>309</sup> Para agravar a situação, a CSN passou a dar prioridade a empresas fornecedoras de São Paulo<sup>310</sup>, enquanto as empresas da região Sul Fluminense haviam demitido, só entre 1997 e 1998, 1700 funcionários.<sup>311</sup>

A CSN terceirizou a Fábrica de Oxigênio (FOX) para a White Martins, o serviço de treinamento, a Escola Técnica Pandiá Calógeras, a Guarda Patrimonial (em parte), serviço de embalagem, transporte, sistema refratário da CSN, manutenção civil, serviço de escoamento da escória (resíduo da produção de aço), o setor de telefonia, fundição, alimentação, manobreiro e topografia. Ainda foram desativados ou sucateados o lingotamento convencional, sistema de compras (em parte), bateria de coque, sinterização, trilhos, entre outros.<sup>312</sup>

Para tanto, a CSN lançava mão de uma propaganda na procura de legitimar suas medidas e ao mesmo tempo associá-las à ideia de modernidade e progresso.

Tivemos que fazer um ajuste no quadro de funcionários, de colaboradores. Esse é um ajuste contínuo porque cada vez mais você vai ter que ser competitivo. (...) Eu acredito que temos que ser sempre competitivos. Mas alguns tem que aceitar o desafio e crescer e fazer o país crescer.<sup>313</sup>

E, durante esse período, a empresa procurou associar seu crescimento com o desenvolvimento da cidade e da população. Nos anúncios publicitários aparecem os argumentos da nova cara e gestão da CSN. O desemprego, claro, não era abordado, até porque não era entendido pela empresa como sua responsabilidade.

Pagar impostos é uma obrigação de qualquer empresa, é verdade. Mas quando essa empresa é forte, está permanentemente em crescimento, declara

<sup>308</sup> Em 1997, mais de 11 mil pessoas foram demitidas em Volta Redonda. Em todos os setores da economia, o desemprego com mais de 6 meses atingia 13,37% população. Cf. *Jornal Aqui*. Ano 1, nº8, fevereiro/1998, p.12.

<sup>309</sup> Dados coletados em: *Estudo Peso da Realidade*, Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Julho/1997. p.23. Acervo pessoal. No terceiro capítulo vamos analisar como foram as lutas de resistência contra as demissões em Volta Redonda.

<sup>310</sup> A alegação principal da CSN era que a alíquota de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) cobrada no Estado de São Paulo era de 12%, enquanto no Estado do Rio de Janeiro a alíquota era de 20%.

<sup>311</sup> Dados coletados em: *Peso da Realidade*, Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Julho/1997. p.31. Acervo pessoal. Trataremos com mais detalhes do caso das empresas fornecedoras da CSN na região Sul Fluminense – chamada de *Cinturão do Aço* – em nosso terceiro capítulo.

<sup>312</sup> Dados da Central Única dos Trabalhadores, Sindicato dos Metalúrgicos e Sindicatos dos Engenheiros In: *Jornal Aqui*. Ano 2, nº48. 30/11/1998, p.7.

<sup>313</sup> STEINBRUCH, Benjamin *apud* *Jornal Aqui*. Ano 1, nº6, janeiro/1998, p. 12.

corretamente os impostos devidos e os paga em dia, isto é mais importante ainda, porque são recursos que se convertem em benefícios para a comunidade – seja em modernização de escolas, ampliação dos serviços hospitalares, segurança ou em outros melhoramentos públicos que representem expressiva contribuição para a melhoria da qualidade de vida da população. Este é o caso da CSN em Volta Redonda. Uma empresa que sempre faz questão de estar integrada à região e atenta aos seus compromissos com o município, e que recolhe os impostos devidos, sabendo da importância de sua destinação final. Os bons resultados da CSN em 1997 trouxeram um importante reforço para o orçamento municipal. Dos R\$ 75 milhões de ICMS repassados pelo Estado ao município, a CSN contribuiu com 80% desse valor, ou seja, R\$ 60 milhões, isto sem considerar a contribuição indireta nas compras efetuadas no município de Volta Redonda, sem aproveitamento de crédito de ICMS. Além disto, a CSN pagou R\$ 7 milhões em IPTU, R\$ 3 milhões em ISS e aproximadamente R\$ 2 milhões em taxa de lixo. Crescer, melhorar sua produtividade e contribuir para o bem estar da comunidade, no âmbito de nossas responsabilidades sociais é um grande papel que a CSN vem desempenhando, como agente econômico. Com isto, a empresa dá o necessário respaldo às autoridades públicas para o cumprimento da missão que receberam da sociedade. O crescimento da CSN é importante para o crescimento de Volta Redonda.<sup>314</sup>

Outra medida podia agravar ainda mais o quadro de desemprego. A CSN divulgou em março de 1998 a vontade real de acabar com o turno de 6 horas e voltar com os três turnos de 8 horas, demitindo 2.500 funcionários. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos chegou a aceitar a proposta, desde que a CSN investisse na cidade e trouxesse para Volta Redonda a sua empresa de galvanização de chapas de aço, sendo que nela o turno seria de 8 horas.<sup>315</sup> Acabou que a decisão final viria através de um plebiscito entre os operários. Antes, porém, do plebiscito seriam realizadas as eleições para diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos para o período 1999-2002.

A chapa da CUT<sup>316</sup> era encabeçada por Romeu Souza de Oliveira; a Força Sindical manteve o nome de Carlos Henrique Perrut e, um novato no meio sindical, o metalúrgico do setor de Laminação, Geraldo Ferreira, era o candidato da chapa “Alternativa”. Temendo a vitória de uma chapa mais combativa contra a forte reestruturação produtiva implementada

<sup>314</sup> Propaganda “CSN presente na Comunidade”. In: *Jornal Aqui*. Ano 1, nº10. 09/3/1998, p.10.

<sup>315</sup> As principais propostas da CSN para a volta do turno de 8 horas foram: 1) *Três turnos*: em troca oferece 20% de aumento do salário-base; 2) *Aumento salarial*: zero; 3) *Adicional noturno*: 40% ao invés dos 60% pagos na época; 4) *Horas extras*: 50% de aumento para as duas primeiras horas; 5) *Plano de saúde*: Gratuidade do tratamento básico odontológico e atendimento de maternidade e infância; 6) *Férias*: Bonificação de 52% do salário; 7) Novas formas de empréstimos e adiantamentos salariais. In: *Jornal Aqui*. Ano 1, nº13. 31/03/1998, p.3.

<sup>316</sup> Importante destacar que durante os anos de 1998 a 2004, a Regional da CUT no Sul Fluminense, buscando disputar espaço dentro da Hegemonia da Força Sindical na região, criou o *Sindicato dos Siderúrgicos*. Durante esses 7 anos foram inúmeras liminares reconhecendo e suspendendo a legalidade deste sindicato. Até que em 2004 a justiça determinou a ilegalidade do sindicato não havendo mais como recorrer. *Jornal Aqui*. Ano 1, nº15. 13/4/1998, p.12; FERREIRA, Denílson. op.cit. p.324.

pela empresa, novamente a direção da CSN agiu de forma a não permitir que a estabilidade de suas reformas fosse abalada. “Não acreditem nos inimigos da CSN” era um dos avisos vindos de Steinbruch; “CSN sofreu muito no passado e deve evitar conflitos” dizia José Carlos Martins.<sup>317</sup> O resultado das eleições sindicais não surpreenderam: Perrut teve 54,61% dos votos enquanto o candidato da CUT teve 32,55% e Geraldo Ferreira alcançou 12,84% dos votos.<sup>318</sup> Neste mesmo ano, Luizinho, embora não mais exercendo nenhum cargo dentro do sindicato, mas com bastante influência no interior deste, foi candidato pelo PSDB a deputado estadual, mas não conseguiu se eleger.<sup>319</sup>

O ano de 1999 começou com o anúncio do diretor do setor de aço, José Carlos Martins, de que a CSN poderia adotar a meta de ter 6.500 funcionários diretos em turnos de 12 horas. Martins argumentava que a empresa ainda precisa cortar custos na ordem de 100 milhões de Reais: “No dia em que o Brasil for grande, o turno de 12 horas será uma realidade. Primeiro se faz um país depois se reduz a jornada”.<sup>320</sup> Martins certamente se apoiou no exemplo histórico dos países centrais do capitalismo, que, após um período inicial (que durou mais de cem anos) de super exploração da força de trabalho, passou a ceder ganhos e vantagens para os trabalhadores, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial. Martins se esqueceu de notar que a melhora de vida da população desses países “desenvolvidos” veio através da expansão das fronteiras do capitalismo para outras regiões do planeta, possibilitando que nessas localidades a exploração da força de trabalho fosse maximizada. E a exportação dos lucros exorbitantes da periferia do sistema para o centro possibilitou o Estado de Bem Estar Social na Europa e Estados Unidos. Além disso, o aumento da jornada de trabalho no final da década de 1990 não era sinal de desenvolvimento e acumulação de riqueza que logo poderia ser dividida, e sim um reflexo da *crise estrutural do sistema*, que em seu atual estágio de desenvolvimento histórico, precisa a todo custo aumentar a taxa de exploração da força de trabalho (com aumento da jornada de trabalho e retirada de direitos) para continuar a reproduzir e sustentar a voracidade incontrolável do capital em se expandir – sua única forma de sobrevivência.

Nos meses seguintes ao anúncio de Martins, ocorreram mudanças na diretoria da CSN. Maria Sílvia se tornou presidente executiva da CSN e logo anunciou o fim do pagamento do adicional de insalubridade para alguns setores da Usina, que era de 20% sobre o salário

<sup>317</sup> *Jornal Aqui*. Edições Ano 1, nº 19, 11/5/1998, p.3 e nº 18, 04/5/1998. p.13.

<sup>318</sup> *Jornal Aqui*. Ano 1, nº 20, 18/5/1998, Capa.

<sup>319</sup> Luizinho obteve um total de 5.914 votos. In: *Jornal Aqui*. Ano 1, nº41. 12/10/1998. p.3.

<sup>320</sup> *Jornal Aqui*. Ano 2, nº 57. 08/02/1999. p.15.

mínimo, sendo pago a 5 mil operários na época.<sup>321</sup> O argumento em defesa do corte era que o sistema de *qualidade total* da Usina (chamado de *Poka-Yoke*)<sup>322</sup> reduziria os ruídos dentro do ambiente de produção e implementaria um novo sistema de gerenciamento. Esse novo sistema, desenvolvido pela empresa alemã SAP<sup>323</sup>, que fabricava softwares de gestão empresarial, entre outras coisas, tinha como objetivo

otimizar recursos, simplificar e integrar dados e processos, disciplinando a operação da empresa. As principais vantagens são a eliminação de rotinas manuais e desperdícios administrativos, a democratização da informação funcional em todos os setores da empresa.<sup>324</sup>

Neste contexto, a campanha salarial de 1999 se aproximava e o clima era dos mais tensos entre a empresa e o sindicato. Enquanto Perrut falava em greve, a CSN pedia cautela aos operários ao mesmo tempo em que afirmava que iria continuar os cortes de pessoal e não abriria mão do turno de 8 horas. Na campanha salarial o sindicato reivindicava: a manutenção do turno de 6 horas, 16,8% de reajuste, manutenção do plano de saúde, entre outras propostas.<sup>325</sup> A CSN não propunha nenhum reajuste salarial. Durante a campanha salarial, o diretor do Setor Aço, José Carlos Martins, foi substituído pelo engenheiro Albano Vieira<sup>326</sup>, que manteve a mesma linha de atuação de seu antecessor e, assim, o ano de 1999 terminava apenas com R\$ 1,7 mil de participação nos lucros e a manutenção do turno de 6 horas através do plebiscito feito pelos operários.<sup>327</sup> Mesmo com a derrota, a CSN impôs o turno de 8 horas para outros os setores (como os bombeiros e terceirizados).

<sup>321</sup> *Jornal Aqui*. Ano 2, nº58. 22/02/1999, p. 1 e 16.

<sup>322</sup> *Jornal Aqui*. Ano 1, nº15. 08/4/1998, p. 10. O sistema *Poke-Yoke* foi desenvolvido primeiramente em 1961 na Fábrica da Toyota no Japão. “Os *Poka Yoke* são mecanismos usados para colocar um processo completo à prova de erro. Idealmente, *Poka Yoke* assegura que as condições apropriadas existam antes de executar um passo do processo, impedindo que defeitos ocorram em primeiro lugar. Quando isto não é possível, *Poka Yoke* executa uma função de detecção, eliminando defeitos no processo o mais cedo possível. O termo inicial era *baka-yoke*, que significa “fool-proofing” (à prova de tolos). Em 1963 uma trabalhadora na Arakawa Body Company recusou-se a usar mecanismos *baka-yoke* na sua área de trabalho, devido ao termo ter uma conotação ofensiva e desonrosa. Assim o termo foi alterado para *Poka Yoke*, que significa “mistake-proofing” (à prova de erros).” Disponível em: <<http://melhoriacontinua.blogs.sapo.pt/arquivo/258825.html>>. Acessado em 15/10/2011.

<sup>323</sup> O novo software desenvolvido pela SAP se chamava R/3. Segundo o *Jornal Aqui*: “O R/3 é um projeto top de linha mundial desenvolvido pela multinacional alemã, SAP. No Brasil já foi implantado em cerca de 500 grandes empresas e tem substituído o sistema adversário, o Triton, que era o que a CSN tinha comprado poucos anos atrás. (...) Insatisfeita, a empresa decidiu trocar de sistema, adotando o pacote completo da SAP, com cerca de 20 módulos, entre eles a FI-AA (ativo imobilizado); SD (venda e distribuição); MM (administração de materiais); CO (controladoria); FI (finanças e contabilidade); TR (tesouraria); Offshore”. *Jornal Aqui*. Ano 2, nº70. 17/05/1999, p.16.

<sup>324</sup> *Jornal Aqui*. Ano 2, nº 70, 17/05/1999, p.16.

<sup>325</sup> *Jornal Aqui*. Ano 2, nº 64, 05/4/1999, p.16.

<sup>326</sup> Albano Vieira é engenheiro, nascido em Campos-RJ. *Jornal Aqui*. Ano 2, nº 66, 19/4/1999, p.8.

<sup>327</sup> No dia 21 de maio, o operários votaram da seguinte forma: 2.061 votos contra a volta do turno de 8 horas e 1.809 a favor do turno de 8 horas. In: *Jornal Aqui*. Ano 2, nº 71. 24/5/1999, p.16.

Em 2000, o sindicato propôs 35,64% de reajuste, já a CSN propôs apenas 8% e a volta do turno de 8 horas, com o adicional de R\$ 2,5 mil.<sup>328</sup> O sindicato acabou aceitando os 8% e em nova votação os operários da CSN decidiram aceitar a volta do turno de 8 horas (revezado), pelo placar de 2.134 votos a favor e 1.797 contra.<sup>329</sup> Em 2001, Perrut novamente propôs os mesmos 35,64% de reajuste enquanto a ex-estatal propunha 2,1% de reajuste real<sup>330</sup>, chegando posteriormente a 5,5%<sup>331</sup>, que foi aceito pelo sindicato. As demissões começaram a diminuir no período, chegando a cerca de 500 desligamentos no ano.<sup>332</sup>

Embora o ritmo de demissões tivesse desacelerado no período, a CSN continuou buscando outras formas de reduzir custos para aumentar os lucros e continuar seu processo de internacionalização e conglomeração. Para tanto, em 2002, terminou de transferir toda a administração da empresa de Volta Redonda para São Paulo e, em abril daquele ano, Maria Silvia Bastos Marques deixou o cargo de Presidente-Executiva. Nesse mesmo período, começava a ocorrer uma mudança na forma como a cidade de Volta Redonda criticava a direção e os donos da empresa. Até aquele momento, a privatização da empresa era sentida através da precarização intensa dos trabalhadores (via desemprego, perdas salariais e aumento da carga de trabalho) e com o início de um processo de cercamento e fechamento de áreas de lazer, campos de futebol construídos em terrenos de propriedade da União, que, com a privatização, passaram para as mãos dos acionistas da CSN. Assim sendo, a população percebeu que não só a empresa havia sido privatizada, mas a cidade como um todo.<sup>333</sup>

Embora relegada ao segundo plano nos conflitos entre a CSN e a cidade de Volta Redonda, as questões salariais mantiveram seu viés de perdas, que causava desgaste crescente na relação com os trabalhadores. O acordo de 2002 ficou na manutenção do turno de 8 horas em turnos revezados, em troca de um abono de R\$ 2,1 mil e 8% sobre o salário base.<sup>334</sup> Nas eleições sindicais, a CUT não apresentou uma chapa a tempo de poder concorrer às eleições. A CUT alegou que, por meio de uma mudança “arbitrária” no estatuto, a direção dirigida por

<sup>328</sup> O ano 2000 ainda traria a consolidação do Grupo Vicunha (Benjamin Steinbruch) no comando da CSN, com o acordo firmado entre Steinbruch e o BNDES, em que Benjamin entregaria sua parte acionária da Vale do Rio Doce e em troca passaria a ter 51% do controle acionário da CSN (até então possuía 18%). In: *Jornal Aqui*. Ano 2, nº 125. 05/6/2000, p.12.

<sup>329</sup> FERREIRA, Denílson. *op.cit.* p. 322.

<sup>330</sup> *Jornal Aqui*. Ano 3, nº 180, 10/06/2001, p. 16.

<sup>331</sup> *Idem*. Ano 3, nº 182, 24/6/2001, p.13.

<sup>332</sup> FERREIRA, Denílson. *op.cit.* p.323.

<sup>333</sup> A partir de 2002, a direção da CSN começou um processo de cercamento de seus terrenos e colocação de seguranças armados nessas localidades. A primeira a sofrer essa “interdição” foi a *Floresta da Cicuta* (área de preservação ambiental, próxima ao centro da cidade) que era utilizada como área de lazer pelos moradores. Posteriormente foram sendo cercados e fechados ao público campos de futebol, outras áreas de lazer e a abertura de processos (por parte da CSN) para reaver os terrenos de alguns Clubes Sociais da cidade, construídos pela CSN na década de 1940 e 1950 (Clube Umarama, Clube Náutico e Aero Clube)

Perrut (Força Sindical) só convocou os metalúrgicos para apresentarem chapas três dias antes do final do prazo, em apenas um jornal local, que era na realidade um panfleto da própria entidade. O caso foi parar na Justiça, mas a CUT perdeu e Perrut facilmente foi eleito para um novo mandato de 2002 a 2006.

Não obstante a ofensiva dos setores patronais sobre o trabalho tenha tornado os trabalhadores menos favoráveis às greves e manifestações claras de insatisfação, era evidente o descontentamento no interior da fábrica com as condições de trabalho e de salário na CSN. Exemplo disso foi a greve de 10 dias de funcionários de três empresas prestadoras de serviço da Usina Presidente Vargas (ABB – 600 funcionários –, Sankyu – 1220 funcionários – e Ormec – 200 funcionários). As empresas juntas somavam quase 2 mil trabalhadores terceirizados que reivindicavam a reposição salarial de 18,5% e mais 5% de aumento real enquanto as empresas acenavam com: “para quem ganha até R\$ 550,00; 15% para quem ganha entre este valor até R\$ 850,00 e 12% para quem recebe além deste patamar.”<sup>335</sup> Entre abril e maio de 2003, quando a greve foi deflagrada, a CSN possuía 8,5 mil funcionários diretos e, mesmo não tendo quase nenhuma repercussão na mídia local e tendo afetado pouco a rotina da produção de aço, a greve saiu vitoriosa com “18% para quem ganha até R\$ 600,00 e 15% para salários acima deste valor”.<sup>336</sup>

Já na campanha salarial dos operários da CSN, o sindicato reivindicava 19,36% de reajuste, enquanto a CSN oferecia 13,5%.<sup>337</sup> Em junho, através de uma votação secreta os operários acabaram aceitando 18% e incorporação de vantagens pessoais retroativas a maio de 2003<sup>338</sup>, ou seja, houve perda salarial. Na campanha de 2004, o indicativo era de reajuste de 20%, mas a proposta aceita pelos metalúrgicos, após mais de 2 meses de conflituosas rodadas de negociação, foi de 5% de aumento mais abono de R\$ 2.350.<sup>339</sup>

Neste mesmo ano se iniciava a mais grave crise da história do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e Região. A crise começou quando a Justiça determinou a penhora da sede do Sindicato dos Metalúrgicos em Volta Redonda, avaliada na época no valor de R\$ 591.544,61, para pagar uma dívida com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no primeiro semestre de 2004. A CUT, na qual se destacavam os dirigentes regionais Jadir Batista (PT/Articulação) e Renato Soares (ligado ao PCdoB e funcionário da CSN),

---

<sup>334</sup> FERREIRA, Denílson Queiroz. *op. cit.* p. 323.

<sup>335</sup> *Jornal Foco Regional*. Ano 2, nº 107, 22 a 27/4/ 2003.

<sup>336</sup> *Jornal Foco Regional*. Ano 3, nº 11, 19 a 25/5/2003.

<sup>337</sup> *Jornal Foco Regional*. Ano 3, nº 112, 26 a 01/6/2003.

<sup>338</sup> *Jornal Foco Regional*. Ano 3, nº 114, 09 a 15/6/2003.

<sup>339</sup> FERREIRA, Denílson Queiroz. *op. cit.* p. 325.

entrou com um pedido de intervenção no sindicato, além de auditoria e afastamento de Perrut.<sup>340</sup>

Em outubro, a imprensa divulgou o número de uma segunda conta utilizada pelo sindicato para receber os dividendos dos honorários jurídicos de processos em que o sindicato ou o trabalhador saíram vencedores, sem que passasse pelo balanço financeiro da entidade.<sup>341</sup> Antecipando-se ao agravamento da crise, a diretoria do sindicato – liderada por Luizinho, que ocupava um cargo de suplência na mesma – afastou Perrut da presidência, alçando Luizinho de volta ao posto. A partir daí a relação de Perrut com Luizinho se deteriorou por completo: agora era a Força Sindical e não a CUT que estava rachada em Volta Redonda. Através do escritório de advocacia *Butter e Tavares Oliveira e Associados* foi feita uma auditoria nas contas do sindicato e foi descoberto um “rombo” no valor de R\$ 3,2 milhões no caixa do sindicato.<sup>342</sup>

Paralelo a esse processo o Ministério Público Federal abriu outra sindicância e apontou um rombo de R\$ 5,5 milhões referentes aos pagamentos de alvarás advocatícios, recebidos pelo Sindicato, porém não contabilizados.<sup>343</sup> Como na ata da assembleia que afastou Perrut e Fortino não havia as assinaturas dos afastados, a Justiça, em março de 2005, concedeu liminar a Perrut determinando sua volta à presidência do sindicato. E pelo fato da Força Sindical ter apoiado Luizinho<sup>344</sup> (que também acumulava o cargo de Presidente da CNTM) na disputa com Perrut, este último, dois meses depois de reassumir a presidência, filiou o Sindicato dos Metalúrgicos à CUT, mediado por Jadir Batista, seu ex-desafeto político.<sup>345</sup> Durante o mês de abril, Perrut e Luizinho alternaram-se na presidência do sindicato através de liminares concedidas pela Justiça.

Na campanha salarial de 2005, a bandeira era 7% reposição salarial, mais 10% de reajuste salarial e PLR (Participação nos Lucros e Resultados) de R\$ 1,1 mil. A contra-proposta da CSN foi de 5,2% e R\$ 750,00 de PLR. O acordo firmado ficou em 3,7% de ganho real e PLR de R\$ 1 mil.<sup>346</sup>

<sup>340</sup> *Jornal Foco Regional*. Ano 3, nº 170. 05 a 11/7/2004.

<sup>341</sup> FERREIRA, Denílson Queiroz. *op. cit.* p.326.

<sup>342</sup> Também foi afastado o diretor financeiro Carlos Henrique Fortino. Cf. *Jornal Foco Regional*. Ano3, nº 192, 6 a 12/12/2004.

<sup>343</sup> O processo tramita na Justiça até hoje e, em 2010, Luiz Carlos Perrut foi notificado por Medida Cautelar da 3ª Vara Federal de Volta Redonda e teve os bens e contas bancárias bloqueadas. *Jornal Aqui*. Disponível em: <<http://www.jornalaqui.com.br/arquivo/2010/691/paginas/csn2.htm>>. Acessado em 18/09/2011.

<sup>344</sup> *Jornal Foco Regional*. Ano 3, nº 205. 14 a 20/3/2005.

<sup>345</sup> Isso levou ao desligamento do diretor Renato Soares da CUT. *Jornal Foco Regional*. Ano 4, nº 213, 15/5/2005.

<sup>346</sup> Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2005-05-16/csn-se-reune-com-sindicato-para-negociar-reajuste-salarial-de-135-mil-funcionarios>>. Acessado em: 25/09/2011.

Em 2006, ocorreu uma nova greve das empresas terceirizadas, que, dessa vez, durou 30 dias, e ocorreu em meio ao processo eleitoral do Sindicato dos Metalúrgicos. A greve teve como ganho de “10% para piso salarial profissional, de 8% para quem ganhava até R\$ 600,00, de 5% para quem ganha de R\$ 660, 00 à R\$ 1 mil, e de 4,34% de reajuste para quem ganha de R\$ 1 mil até R\$2 mil, e para os que ganham acima de R\$2 mil, e para os que ganham acima de R\$ 2mil um reajuste de 100% do INPC (3,34%)”.<sup>347</sup>

Nas eleições para o sindicato, 3 chapas foram formadas. Desgastado na direção do sindicato, Luis Carlos Perrut desistiu de concorrer na chapa da CUT (Chapa 1), que foi encabeçada por Jadir Batista. Representando a Força Sindical com a Chapa 2, Luizinho foi o candidato e, na Chapa 3, o “independente” Renato Soares. Com o *slogan* “Moralizar o sindicato, Recuperar os salários”, Soares angariou apoio dos mais diversos segmentos da sociedade civil, em âmbito regional e nacional. A chapa 3 conseguiu apoio de 40 associações de moradores da cidade, lideranças nacionais do PCdoB, e nomes do mais amplo espectro político, de Antonio Francisco Neto a Dom Waldir Calheiros, do ex-Prefeito Marino Clinger a José Maria, Presidente Nacional do PSTU.<sup>348</sup>

A vitória de Renato Soares foi folgada, dando novo ânimo ao movimento sindical – extremamente desgastado e que vinha de um longo período de perdas – e representou um claro sinal de que os metalúrgicos queriam uma mudança de postura do sindicato. A Chapa 3 de Renato obteve 2.037 votos, contra 1.559 de Luiz de Oliveira Rodrigues, o Luizinho (Chapa 2); e 1.547 de Jadir Batista (Chapa 1).<sup>349</sup>

Ainda que os 14 anos de privatização e o duro processo de reestruturação produtiva tenham afetado negativamente o trabalho e afastado a pressão do cotidiano fabril da direção e administração da empresa, após a vitória da Chapa 3, a correlação de forças entre o sindicato e a CSN foi posta a prova. Na data-base da campanha salarial de 2007, a nova direção sindical, com a aprovação dos metalúrgicos, propôs um reajuste de 10%, mais 6% de reajuste real e mais 33% de perdas salariais acumuladas.<sup>350</sup> Essa proposta era muito mais alta do que as propostas que em média eram defendidas pela antiga direção, como já descrevemos ao longo desta seção, é claro, a direção da CSN não aceitou. Assim como os metalúrgicos também não aceitaram a proposta da CSN de 5% de reajuste mais R\$ 2mil de abono.<sup>351</sup>

---

<sup>347</sup> Boletim 09 de Novembro. 31/5/2006. Nº520. Acervo pessoal.

<sup>348</sup> Manifesto Chapa 3. Julho de 2006. Acervo pessoal.

<sup>349</sup> Disponível em : <<http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=32424>>. Acessado em 08/09/2011.

<sup>350</sup> Jornal *Aqui*. Ano 9, nº534, 09 a 15/6/2007. Capa.

<sup>351</sup> Jornal *Aqui*. Ano 9, nº 533, 02 a 09/6/2007. Capa.

Sendo assim, a direção optou por um plebiscito com votação secreta para que o conjunto dos cerca de 15 mil e 500 funcionários (incluindo diretos e indiretos) decidissem ou não pela greve. Apenas 6.206 metalúrgicos votaram no plebiscito. Divididos os metalúrgicos iniciaram a greve, após a votação: 3.370 votos (54,3%) pela greve, 2.816 votos (45,38%) contra a greve, 17 votos nulos e 3 brancos.<sup>352</sup> A greve durou 5 dias e foi uma paralisação muito diferente das antigas greves dos funcionários da CSN. Não foi uma greve de ocupação, dificultando ainda mais a adesão dos metalúrgicos. Isso porque os piquetes nas quatro entradas principais da usina (Avenida Beira-Rio, no Retiro; Entrada do Bairro Aterrado; Entrada do Bairro Conforto; e a Passagem superior, no Bairro Vila Santa Cecília) não conseguiam conter a livre entrada e saída de operários, sem contar as entradas clandestinas abertas entre os alambrados da Usina Presidente Vargas em toda a sua gigantesca extensão (3,8km<sup>2</sup>). Além disso, era comum ver os carros dos engenheiros da empresa entrarem pela Usina cheios de metalúrgicos dentro.

Diversos grupos vieram a Volta Redonda prestar apoio e solidariedade durante os dias de paralisação – como o MST, que formou um acampamento no centro da praça Juarez Antunes, somados aos poucos, mas resistentes grupos de esquerda da cidade, como a União da Juventude Socialista (UJS), PCdoB, PSTU, PSOL, militantes do SEPE, PT, CONLUTAS. Após 5 dias e o enfraquecimento do movimento, que conquistou no máximo 20% de adesão nas empreiteiras, os metalúrgicos aceitaram 1,5% de aumento real, abono de R\$ 2mil, piso salarial de R\$ 400 para R\$ 700, uma hora de almoço ao invés da meia hora de almoço e lanche nos intervalos.<sup>353</sup>

Mesmo não obtendo grandes ganhos, a greve serviu para demonstrar que a apatia e a mobilização dos trabalhadores são mutáveis e variáveis historicamente, e mesmo que ainda havia grupos de esquerda combativos em Volta Redonda, ainda que bem enfraquecidos com o passar dos anos, evidenciando sua fragmentação, dispersão e sem formar novas gerações de militantes se comparados às duas décadas anteriores. Ainda em 2008, o Sindicato dos Metalúrgicos conseguiu uma importante vitória na Justiça, que determinou a obrigatoriedade da CSN implantar o turno de 6 horas.<sup>354</sup> Fato que a CSN acatou, mas apenas para seus funcionários diretos, não ampliando para os prestadores de serviços (terceirizados). Porém, esses pequenos avanços mobilizatórios e de conquistas pontuais não reverteram o quadro dramático das relações de trabalho em Volta Redonda. Neste mesmo ano, a CSN, alegando

---

<sup>352</sup> *Idem.*

<sup>353</sup> *Jornal Aqui.* Ano 9, nº 534, 09 a 15/6/2007, p. 6.

como motivo a crise financeira nos Estados Unidos, demitiu cerca de 1.200 funcionários em dois meses.<sup>355</sup>

Atualmente, a CSN mantém um ritmo muito intenso de rotatividade de mão de obra, através de contratos temporários precarizados com diversas empresas prestadoras de serviço. Isso fica evidenciado com o grande número de agências de recolocação no mercado de trabalho em Volta Redonda. E com a conglomerização (fruto da maximização da exploração da força de trabalho imposta sobre os trabalhadores da CSN, que garantiram recordes de lucros que financiaram esse crescimento) da empresa e seu conseqüente afastamento de Volta Redonda, as questões que envolviam a CSN deixaram de ser centrais no cotidiano da cidade de Volta Redonda, diminuindo ainda mais o poder de pressão do sindicato e seus atuais “colaboradores”.<sup>356</sup>

\* \* \*

Não poderíamos encerrar este capítulo da dissertação, no qual retratamos o “cenário de mudanças” em Volta Redonda (após os grandes movimentos de massas ocorridos na cidade na virada da década de 1980 para a década de 1990), sem abordar alguns acontecimentos políticos que proporcionaram uma maior fragmentação e dispersão do movimento social organizado na segunda metade da década de 1990 e o contexto político estadual que possibilitou a aproximação entre agentes políticos e entidades da sociedade civil organizada (de viés “patronal”), formando um coeso bloco de poder em torno da liderança de Antonio Francisco Neto.

Uma dessas mudanças ocorridas ao longo da década de 1990, mas que se mostrou de forma mais evidente na virada do milênio, e contribuiu ainda mais para o esfacelamento da esquerda organizada da cidade foi o distanciamento gradual da Igreja Católica dos movimentos populares e a ascensão da ala *carismática* da própria Igreja Católica e dos Evangélicos no cenário político da cidade.

Desde meados da década de 1990, mais precisamente depois do episódio das “cartas” enviadas para que os fiéis católicos votassem no PT, foi notório o distanciamento da Igreja

---

<sup>354</sup> Disponível em: <<http://focoregional.paros.uni5.net/page/noticias.asp?t=JUIZ+MANDA+VOLTAR+TURNO+DE+6H+NA+CSN&id=503>>. Acessado em 25/09/2011.

<sup>355</sup> Disponível em: <<http://www.jornalaqui.com.br/arquivo/2009/632/paginas/csn1.htm>>. Acessado em 25/09/2011.

<sup>356</sup> O termo “colaboradores” é oriundo do arcabouço ideológico das novas exigências do capitalismo para tentar envolver o trabalhador de corpo e alma na busca para aumentar a sua produtividade, diluir o antagonismo entre capital e trabalho e apresentar o trabalho no capitalismo, não como compra e venda de uma mercadoria, que é a força de trabalho, mas a união entre sócios ou colaboradores, mesmo que em níveis e ganhos completamente desiguais.

das ações políticas, restando apenas a participação do Bispo D. Waldir Calheiros, ligado aos movimentos sociais da cidade. A sua renúncia em 1998 devido à idade – é recomendada a entrega do cargo de Bispo aos 75 anos – foi concomitante ao florescimento na cidade do Movimento de Renovação Carismática Católica, mais afeito a grandes celebrações públicas de fé do que à atuação na arena política, e mais subserviente à hierarquia papal e clerical.<sup>357</sup> O Bispo que substituiu Dom Waldir, Dom João Maria Messi, com uma postura bem menos combativa, também favoreceu a acentuação deste quadro.

Ao mesmo tempo em que se desenrolava essa mudança dentro da Igreja Católica de Volta Redonda, os evangélicos, desde a vitória de Paulo César Baltazar, aumentaram a sua participação política em Volta Redonda – assim como no Brasil inteiro.<sup>358</sup> Durante o mandato de Baltazar, que é evangélico, essas igrejas passaram a se articular e ter um papel de colaboração com o governo municipal.<sup>359</sup> Nas eleições de 1996, que elegeu Antônio Francisco Neto para a Prefeitura de Volta Redonda, os pastores evangélicos Edson Albertassi (PSB) e Paulo Conrado (PSL), que se reelegia, venceram as eleições para vereador com expressivas votações e reforçaram a base de apoio ao governo Neto. Albertassi (o maior votado, com 2207 votos)<sup>360</sup>, já havia adquirido em 1994 a rádio 88FM de Volta Redonda, e mesmo restringindo sua programação à esfera religiosa<sup>361</sup>, continuou sendo uma das mais populares de Volta Redonda. Em 1997, Albertassi arrendou um Hospital particular, até então associado aos católicos (Hospital Santa Margarida), rebatizando-o de *Hospital Evangélico*.<sup>362</sup> Paulo Conrado, por sua vez, foi presidente da Câmara dos Vereadores da cidade por 3 vezes, sendo sempre um dos mais votados, sempre alinhado ao grupo político hegemônico na prefeitura municipal, após a vitória de Neto em 1996.

---

<sup>357</sup> Desde a década de 1980, com a presença do então cardeal Joseph Ratzinger como Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (que tem como função punir desvios teológicos), a força da Teologia da Libertação foi sendo combatida fortemente pela Igreja Católica. Em 1990, o futuro Papa Bento XVI dava as seguintes declarações sobre a Teologia da Libertação: “As teses marxistas da Teologia da Libertação podem destruir a Fé e ter consequências explosivas para o futuro da Igreja. Queremos dialogar com esses setores do clero e chamá-los à realidade pastoral”. Revista *Veja*. Edição nº 1141, 01/8/1990, p. 56. Ainda na década de 1990, ganha espaço o grupo católico de Renovação Carismática, com práticas semelhantes às evangélicas (como missas e celebrações públicas de massa e músicas de adoração). O exemplo mais destacado dessa linha católica é o padre *pop star* Marcelo Rossi.

<sup>358</sup> Sobre a participação dos evangélicos no cenário político nacional, cf: DUARTE, Tatiane dos Santos. “*A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá*”: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

<sup>359</sup> *Jornal Diário do Vale*. 19/7/1993, p.3.

<sup>360</sup> *Revista Primeira Página*. Ano 2, nº 12. Julho/1996, p.12.

<sup>361</sup> Mas o programa mais popular da rádio é o diário de informação e prestação pública, “Programa Diário de Paula”, transmitido de segunda a sexta de 6 às 9 da manhã.

<sup>362</sup> *Revista Primeira Página*. Ano 2, nº 40. Agosto/1997, p. 8-9.

Contribuiu também para o fortalecimento e coesão dessa fração hegemônica no bloco de poder em Volta Redonda, a vitória de Anthony Garotinho para Governador do Estado do Rio de Janeiro, pelo PDT, em 1998. Importantes lideranças políticas da cidade que possuíam mandatos em partidos da base aliada do até então governador Marcelo Alencar (PSDB) – como o deputado estadual Nelson Gonçalves e o então vereador Zoinho (Jorge de Oliveira), ambos do PSDB – em 1999 migraram para o partido de Garotinho, o PDT<sup>363</sup>, e se aliaram ao grupo do prefeito Neto (que foi explicitamente assediado para deixar o PSB e ingressar no PDT).<sup>364</sup> Ou seja, a Frente Popular, formada em 1992, que representava diversos movimentos sociais e tendências de esquerda, terminava a década isolando o movimento social e grupos mais à esquerda e ampliando seu leque de alianças e apoios políticos, não só em setores hegemônicos do PT, mas também em lideranças e setores políticos-econômicos conservadores, formando uma fração de classe hegemônica na cidade, que, como veremos, transformou a imagem e o perfil de Volta Redonda conhecida outrora como a *cidade do aço*.

\* \* \*

Portanto, neste capítulo procuramos descrever e analisar as mudanças ocorridas em Volta Redonda a partir da década de 1990, através do estudo e pesquisa dos mecanismos estruturais da dinâmica capitalista que levaram à ofensiva do capital para buscar meios de sair da crise através das privatizações, mudanças nos estatutos laborais e desarticulação da combatividade dos sindicatos de histórico mais combativo, que impactaram decisivamente a cidade, no sentido de fomentar disputas no interior da sociedade civil organizada e dentro do aparelho de Estado.

O desenrolar destas disputas ao longo da década de 1990 desarticulou a correlação de forças existentes até então na cidade. Enquanto a representação e proximidade entre setores empresariais e comerciais com o poder político aumentava exponencialmente no período, a organização e mobilização dos setores populares da cidade estavam fragmentadas, desarticuladas e pouco representativas.

Em nosso próximo capítulo, analisaremos como esse cenário abriu caminho para o que se estabeleceu nos últimos 14 e 15 anos: a internacionalização da Companhia Siderúrgica Nacional e a formação de uma hegemonia político-econômica liderada por uma fração de classe comercial e de serviços, que transformou as características da cidade.

---

<sup>363</sup> Jornal *Aqui*. Ano 2, nº 63. 29/3/1999, p.4.

<sup>364</sup> *Idem*, p.5.

## **Capítulo 3:**

### **A Nova Face da *Cidade do Aço*: sociedade civil, política, economia e hegemonia**

#### **3.1 O início da “Era Neto”: Sociedade Civil, Poder e Hegemonia em Volta Redonda**

##### **3.1.1. O primeiro governo Neto**

Na primeira parte do presente capítulo, apontaremos as principais mudanças no perfil da administração municipal que consolidaram o afastamento de setores combativos das esquerdas da cidade e promoveram uma inclinação mais tecnocrática da administração municipal, embora não menos política. Foi neste mandato que Antônio Francisco Neto e seu grupo político criaram as bases para a sua hegemonia política na cidade.

Antônio Francisco Neto, nascido em 29 de maio de 1956, é oriundo de uma família de imigrantes sírios<sup>365</sup> e comerciantes. Seus pais e parentes, ao chegarem em Volta Redonda na década de 1940, fixaram residência e trabalho na região da avenida Amaral Peixoto (primeiro centro comercial da cidade). Seu tio, Mario Ferreira Neto, foi um dos pioneiros no comércio da cidade e um dos líderes emancipadores do então distrito de Santo Antônio da Volta Redonda.

Além de pontos comerciais espalhados pela cidade de Volta Redonda (principalmente na Amaral Peixoto), Antônio Francisco Neto, mais conhecido como Neto, é proprietário de uma tradicional loja de materiais esportivos na Avenida Amaral Peixoto, a *Neto Sports*, e sócio de uma rede de postos de combustíveis GNV, *Postos AP*, entre outros empreendimentos. Neto nasceu em uma família tradicional em Volta Redonda, que, na década de 1950, ajudou a criar um clube recreativo na cidade, o primeiro sem qualquer auxílio direto ou indireto da CSN. A Associação Atlética Comercial de Volta Redonda foi inaugurada em 1951 – no antigo Cine Avenida na Avenida Amaral Peixoto – com recursos dos comerciantes locais.<sup>366</sup> Antes de Neto ingressar na política na década de 1980, alguns parentes já figuravam entre os agentes importantes da política local. Antônio Venturelli Netto, foi vereador na primeira legislatura na cidade (1955-1958); Luiz Moreira Netto, vereador na segunda legislatura (1959-1962) e na sexta legislatura (1973-1976); Fernando Mário Netto, na quarta legislatura (1967-1970) e Marino Clinger Toledo Netto, seu primo, vereador na oitava

---

<sup>365</sup> Disponível em: <<http://cidadeoneto.com.br/v1/origens.html>>. Acessado em 07/01/2012.

<sup>366</sup> Em 1977, a sede social do clube foi construída no Bairro Colina, bem próximo a Avenida Amaral Peixoto. Disponível em: <<http://www.clubecomercialvr.com.br/clube.html>>. Acessado em 07/01/2012.

legislatura (1983-1989) e que deixou o cargo de vereador em 1985 para ser candidato a prefeito de Volta Redonda pelo PDT, obtendo a vitória no pleito.<sup>367</sup>

E foi no “Clube Comercial” que Neto começou a dar seus primeiros passos na política, sendo eleito presidente do clube pela primeira vez em 1985. Neste período, Neto também se notabilizou por promover shows de rock em um hotel na própria Amaral Peixoto, o que entre outras coisas o auxiliaram a se eleger deputado estadual pelo antigo *Partido Liberal* (PL).<sup>368</sup> Em 1988, chegou a ser candidato a prefeito, mas perdeu a eleição para o então sindicalista Juarez Antunes. Antes de ser eleito prefeito em 1996, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), foi reeleito Deputado Estadual (em 1990 e 1994 pelo PL) e presidiu o Clube Comercial, ainda em 1989, 1991 e 1995. Além disso, foi presidente do Volta Redonda Futebol Clube, o *Voltaço*, de 1989 a 1997.<sup>369</sup>

Embora Neto tenha sido eleito com total apoio do prefeito Paulo César Baltazar em 1996 e com amplo auxílio da máquina pública municipal, ele já era bastante conhecido na cidade, como presidente do Clube Comercial, presidente do *Voltaço* e após três mandatos como Deputado Estadual. De um universo de 172.885 eleitores que participaram do pleito municipal em 1996, a “Frente Popular” (PSB-PT-PSL-PSD), encabeçada por Neto, obteve 55,21% dos votos válidos (82.898 votos). Nelson Gonçalves Filho (PSDB-PPB-PTB-PSC-PPS-PFL-PRP) conseguiu 25,63% dos votos válidos (38.480 votos) e Marino Clinger Netto (PDT) ficou com 6% dos votos válidos (9.011 votos).<sup>370</sup>

Tão logo eleito, Neto, via imprensa, apontou quais eram as principais medidas que seu governo iria tomar tão logo tomasse posse. Achamos importante frisar esse ponto, pois, ao longo de seus mandatos, alguns desses eixos programáticos serão abandonados completamente ou reformulados para um novo projeto de desenvolvimento econômico e social voltado não para a atração de indústrias, mas sim para atrair empresas ligadas ao setor comercial e de serviços.

---

<sup>367</sup> Para saber mais sobre a eleição de 1985, rever o capítulo I desta dissertação. Apontamos alguns políticos da cidade com algum grau de parentesco com Antônio Francisco Neto apenas para demonstrar as origens de sua formação familiar e política. Isso não quer dizer que a família Neto seja um clã de políticos e que tenham um projeto de poder uno, familiar. O único parente contemporâneo a Neto, quando este foi candidato pela primeira vez, Marino Clinger, nunca foi aliado próximo a Neto.

<sup>368</sup> Em 2006, o PL e o PRONA (Partido de Reedificação da Ordem Nacional) se fundiram, criando um novo partido: o Partido Republicano (PR). Neto foi eleito em 1986 com 9.100 votos. Em 1990, obteve 12 mil votos e em 1994, 34 mil votos. In: LIMA, Raphael J.C. “*A Reinvenção de cidade industrial: Volta Redonda e o pós-privatização da Companhia Siderúrgica Nacional*” – Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. p.146

<sup>369</sup> Disponível em: < <http://cidadanoneto.com.br/v1/curriculo.html>>. Acessado em 07/01/2012.

<sup>370</sup> LIMA, Raphael J.C. *op.cit.* p.146.

No tocante ao tópico “geração de emprego”, Neto apontava para criação de um pólo de comércio e serviços, alegando que a cidade não teria espaço para a instalação de novas fábricas (embora todas as grandes fábricas da região sul-fluminense e algumas outras que acabaram sendo instaladas em outras regiões do país foram cotadas e “estimuladas” a se alojarem em Volta Redonda com acordos e concessões de terrenos entre a prefeitura municipal e a CSN). Isso para nós já demonstrava que interesses a vitória de Antônio Francisco Neto representava. Em relação ao “sistema viário da cidade” – que, desde aquele período, era extremamente saturado devido ao grande fluxo de cargas pesadas no centro de Volta Redonda por conta da Usina Presidente Vargas (CSN) e da BR-393 que cortam o centro urbano –, Neto apontava para a conclusão da Rodovia do Contorno (que até os dias atuais ainda está em construção!) como uma das soluções para o problema. Na área de “habitação e saneamento”, um problema até então crônico na cidade, Neto defendia a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelo FURBAN. Na “educação”, defendeu o aumento das vagas e propôs que “as escolas informatizadas serão ligadas em rede permitindo um maior intercâmbio entre alunos e professores. Os *professores serão mais valorizados* e serão criados os conselhos comunitários escolares para promover a integração escola-comunidade”.<sup>371</sup>

Ainda antes de tomar posse como prefeito Neto já apontava, agora com mais pragmatismo e menos promessas, através dos anúncios dos primeiros secretários da administração municipal, uma mudança no perfil administrativo – essencialmente mais tecnocrático, com grande influência de Antônio Cardoso, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Volta Redonda, presidente do PL na cidade e principal assessor de Neto quando deputado estadual.<sup>372</sup> A principal preocupação apontada por Neto era com o equilíbrio das contas públicas. O anúncio dos primeiros secretários desagradou os setores do PT (que ainda apoiavam Neto), que perderam a Secretaria de Ação Comunitária e a do Planejamento para membros da assessoria de Neto na Alerj.<sup>373</sup>

O ano de 1997 começou com anúncios de redução drástica dos gastos da prefeitura, e essa foi a tônica para os servidores municipais ao longo do primeiro mandato (algo que se tornou uma das principais características deste grupo político que se gestava nesse período, o arrocho salarial e a inexistência de concursos públicos para todas as áreas do serviço público municipal, o que também reverberava em diversas categorias do serviço público em geral). Enquanto o Plano Diretor discutido desde 1994 não era votado na Câmara de Vereadores, as

---

<sup>371</sup> Revista *Primeira Página*. Ano 2, nº20, novembro de 1996. p.12. Grifos nossos.

<sup>372</sup> *Idem*. Ano 2, nº22, dezembro de 1996. p.5.

particularidades deste mandato ficaram a cargo de um profundo arrocho salarial dos servidores concursados e contratados, da tentativa de atrair empresas para a cidade, com ou sem a participação da CSN, da formulação de medidas econômicas, como o Plano Plurianual do governo para os anos de 1998 a 2001, e de uma gigantesca reforma urbanística na cidade possibilitada por mudanças orçamentárias que elevaram de forma substancial o orçamento do município.<sup>374</sup>

Os anos de 1996, 1997 e 1998 foram os anos mais agudos da reestruturação produtiva imposta pela CSN aos seus funcionários e à cidade como um todo. Não foi muito diferente para os servidores municipais da cidade. O governo Baltazar terminou com as contas negativas e com atrasos no pagamento dos servidores. Em janeiro de 1997, a CSN fez adiantamentos no pagamento de impostos (IPTU, ISS, ICMS)<sup>375</sup>, o que ajudou a prefeitura a quitar essas dívidas emergenciais com os servidores. Mas logo em fevereiro de 1997, o Secretário de Fazenda, Fernando Almeida, já expunha o plano de metas para contenção de despesas: 1) reduzir a folha de pagamento; 2) administração integrada ao orçamento e ao caixa; 3) exercício orçamentário subordinado à disponibilidade das finanças; 3) monitorar as folhas de pagamento da administração indireta mensalmente; 4) pagamento dos fornecedores em dia para ter o preço final correspondente ao das licitações; 5) investir fortemente no aperfeiçoamento de informações gerenciais para tomada rápida de decisões; 6) buscar novas formas de financiamento tendo como exemplo as receitas de dívida ativa; 7) estudo das rotinas de tramitações de processos, procurando torná-las mais ágeis; 8) evitar concessões de anistia.<sup>376</sup>

A pressa da nova administração municipal em “acertar” as contas públicas, principalmente no caso do pagamento dos servidores, adivinha do prazo estipulado pela Lei Complementar nº82 de 27 de março de 1995 (Chamada “Lei Camata”, ou “Lei de Responsabilidade Fiscal”), que impunha às administrações públicas um teto de até 60% do orçamento para a folha de pagamentos de pessoal. O prazo para que as administrações públicas se adequassem à lei terminava em março de 1998.<sup>377</sup> E através dessa justificativa, até

---

<sup>373</sup>Para a secretária de planejamento foi escalado Lincoln Botelho e a secretaria de Ação Comunitária para Isidoro Ribeiro.

<sup>374</sup>Mais adiante aprofundaremos essa discussão acerca das obras públicas, que é essencial para entendermos as transformações ocorridas na cidade e conseqüentemente os frutos políticos originados por essa transformação. Página 143.

<sup>375</sup>Imposto Predial e Territorial Urbano, Imposto sobre Serviços, Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal, respectivamente.

<sup>376</sup>Revista *Primeira Página* Ano 2, nº27, fevereiro de 1997. p.9.

<sup>377</sup>Para saber mais: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp82.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp82.htm)>.

os dias atuais, a Prefeitura de Volta Redonda – governada todo esse período pelo mesmo grupo político – *jamaís* concedeu algum aumento real ao funcionalismo público; apenas quando os salários de algumas categorias profissionais se tornavam inferiores ao salário mínimo nacional, a prefeitura reajustava os vencimentos.<sup>378</sup>

Tomemos como exemplo a tentativa de se colocar em prática um plano de demissão voluntária para os servidores municipais em de julho de 1997. A missão de reduzir a folha de pagamento da prefeitura ficava a cargo do secretário municipal de administração Hudson Braga<sup>379</sup>, quando se falava em demitir 1.200 servidores. No ano de 1998, os servidores amargaram mais um ano sem reajustes, em um momento em que a prefeitura (como veremos adiante) obtinha vultosos aumentos na receita orçamentária, em diversas fontes e novas receitas.<sup>380</sup> Embora os números sejam descontraídos – enquanto o sindicato dos servidores apontava dados de que a prefeitura, em 1996, gastava 64% da receita líquida do município com salários, a prefeitura anuncia algo em torno de 100% em 1997 – mas o fato é que a relação folha de pagamento e receita líquida caiu para em torno de 50% no final do ano de 1998.<sup>381</sup> Este fato é relevante por ser concomitante ao período de grandes transformações urbanas e obras de melhoria, pois demonstrava quais eram as prioridades do poder público e em que direção as obras e melhorias urbanas abriram o caminho para as transformações político-econômicas na cidade.

Também devemos destacar a relação do governo Neto com os movimentos sociais foi de distanciamento constante. Novos núcleos de posse – e as consequentes ocupações – não eram tolerados. A mais emblemática ocupação ocorrida neste período foi a de centenas de famílias no bairro São Geraldo, às margens da Rodovia dos Trabalhadores a caminho da via Dutra. A primeira ocupação dessa área se deu em agosto de 1997, mas a prefeitura conseguiu desapropriar os ocupantes do terreno particular. Na época, o prefeito anunciou que não toleraria nenhuma nova “invasão”.<sup>382</sup> Em 1999, um novo grupo de posseiros, em número superior à ocupação anterior, acabou por ocupar e fixar-se no local, tendo a própria prefeitura tempos depois urbanizado o local, chamado de “Núcleo de Posse Neuza Brizola”, em

---

<sup>378</sup> “Não vou dar reajuste nem reposição”, anunciava Antonio Francisco Neto em junho de 2000, ano de sua reeleição, do alto de seus 98% de aprovação. *Jornal Aqui*. Ano 2, nº 127, junho de 2000. Embora sempre alegassem a necessidade de manter a austeridade fiscal, os governos Neto e de seu aliado Gothardo Neto, como veremos adiante, poucas vezes terminaram o ano com as contas da prefeitura com superávit. Retomaremos essa discussão adiante. O último aumento real do salário em Volta Redonda data de 11/02/1993, com a aprovação da Lei 2859 que concedia reajuste de 139,51% dos salários. Fonte: Divisão de Documentação e Arquivo da Câmara Municipal de Volta Redonda.

<sup>379</sup> No tópico 3.3.3 do presente capítulo abordamos o perfil do referido secretário.

<sup>380</sup> *Jornal Aqui*. Ano 1, nº25. 15/6/1998.

<sup>381</sup> *Jornal Aqui*. Ano 1, nº33. 17/8/1998.

<sup>382</sup> *Revista Primeira Página*. Ano 2, nº39, p.11.

homenagem a filha do ex-governador Leonel Brizola que intermediou as negociações para que os posseiros fossem fixados no local.

Em relação ao desenvolvimento econômico, o primeiro mandato de Neto foi marcado pelas tentativas – infrutíferas – de trazer para Volta Redonda novas indústrias de grande porte. Durante a década de 1980 – com a saída de indústrias têxteis do Sul e Sudeste para o Nordeste do país – já vinham sendo percebidos estímulos fiscais dos Estados da federação com o intuito de atrair investimentos. Na constituição de 1988, o principal imposto estadual, o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), foi substituído pelo ICMS. Assim esse novo imposto incorporou

antigos impostos únicos (Imposto Único sobre Minerais, Imposto Único sobre Energia Elétrica e Imposto Único sobre Combustíveis). Além disso, o ICMS passou a tributar também a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (anteriormente tributados pelos impostos especiais federais sobre transportes e comunicações – IST e ISSC).<sup>383</sup>

Esse fato gerou maior autonomia dos Estados e um aumento significativo de receitas, que, ao longo da década de 1990, foram sendo utilizadas como forma de atrair investimentos via incentivos fiscais e incentivos de fornecimento de infraestrutura. Além disso, os municípios, com o objetivo de atrair essas empresas, prometiam isenções de IPTU e outras taxas. Essa “guerra fiscal” entre os Estados ficou mais evidente a partir de meados da década de 1990 quando algumas montadoras de carros de empresas transnacionais passaram a investir em novas unidades no Brasil. A primeira grande montadora instalada nesse período escolheu a cidade de Resende, no Estado do Rio de Janeiro, com grande incentivo do governo de Marcello Alencar que “oferecia um prazo de 5 anos para o pagamento do ICMS, sem incidência de juros e a redução de 40% da correção monetária, contrariando explicitamente a Lei Complementar n.º 24/75, que previa uma dilatação de 180 dias neste prazo”<sup>384</sup>, além de toda a infraestrutura necessária para a instalação da planta industrial, mais uma isenção de IPTU de 15 anos.

A partir da instalação da fábrica de caminhões da *Volks* em Resende, outros Estados da federação passaram a incentivar, com isenções impostos, a chegada de novas unidades fabris. E embora muito se aponte a falta de terrenos em Volta Redonda para receber indústrias de grande porte, a prefeitura municipal atuou com o intuito de atrair algumas dessas

---

<sup>383</sup> ALVES, Maria Abadia da Silva. *Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil: o caso do setor automotivo* – Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. p.15.

<sup>384</sup> ALVES, Maria Abadia da Silva. *op.cit.* p.14

montadoras para Volta Redonda, ainda que tenha fracassado nessas tentativas: a fábrica da *Volks* foi para Resende (RJ), a fábrica da *Peugeot-Citroen* foi instalada em Porto Real (RJ), e a fábrica da *Ford*, que, depois de muitas idas e vindas, acabou projetada em Camaçari, na região metropolitana de Salvador na Bahia. Ainda ocorreu o caso da instalação da fábrica de galvanização de aço da CSN que, mesmo possuindo 1/6 do território do município de Volta Redonda, preferiu construí-la em Porto Real.<sup>385</sup>

Um exemplo concreto dessas tentativas de atrair empresas para Volta Redonda foi o caso da empresa Peugeot-Citröen. Após o anúncio da empresa em investir US\$ 650 milhões no país o governo do Estado do Rio de Janeiro, a CSN e diretores da Peugeot no Brasil chegaram a discutir a sua instalação em Volta Redonda. “Em termos de impostos, Neto diz que se for preciso dará até 20 anos de isenção dos impostos municipais. O número de empregos compensa, analisa”.<sup>386</sup>

A CSN planejava investir R\$300 milhões e ser um dos três sócios do empreendimento (os outros seriam o governo do Estado e o grupo Monteiro Aranha). Mas o projeto esbarrou numa inviabilidade física, pois a montadora exigia um terreno de 2 milhões de m<sup>2</sup> (dos quais 200 mil m<sup>2</sup> com área plana), enquanto o município só dispunha de 823 mil m<sup>2</sup>.<sup>387</sup>

E no caso da montadora da Ford, o sociólogo Raphael Jonathas da Costa Lima aponta como foi o imbróglio:

O projeto de uma montadora no município não foi descartado e voltou a ser discutido em 1999 quando o estado disputou com São Paulo, Paraná, Bahia e Espírito Santo a nova fábrica da Ford, a qual optou por se instalar em Camaçari (BA). O secretário estadual de Desenvolvimento, Tito Ryff, apresentou oficialmente ao presidente da Ford, Ivan Fonseca e Silva, a proposta de instalação da montadora em Volta Redonda, num pacote de negociações que incluía desde isenção fiscal à doação de um terreno de 6 milhões de m<sup>2</sup>, entre as Rodovias Tancredo Neves e Presidente Dutra, de propriedade da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O encontro foi orquestrado pelo presidente do banco Safra, Carlos Alberto Vieira, membro do Conselho de Administração da Ford, e pela diretora-superintendente da CSN, Maria Sílvia Bastos. Para a CSN, a vinda da montadora era benéfica tanto para os negócios a serem realizados como pelo efeito social. Com uma taxa de desemprego no município em torno de 10%, a expectativa era de que

<sup>385</sup> Nesse período, esta fábrica pertencia à CSN e ao grupo alemão *ThyssenKrupp*. Em 2010, a CSN passou a controlar por completo a empresa.

<sup>386</sup> Terrenos oferecidos a *Peugeot-Citröen*: 800 mil m<sup>2</sup> no Bairro Santo Agostinho (Depósito de Escória da CSN); 290 mil m<sup>2</sup> no Bairro Vila Americana (hoje abriga no *Novo Fórum* e a expansão do Pólo Universitário da UFF em Volta Redonda.); outro terreno da CSN, de 815 mil m<sup>2</sup> no Bairro Aero Clube; e as terras da CSN nas margens da Rodovia dos Metalúrgicos (Rodovia Tancredo Neves) totalizando 6 milhões de m<sup>2</sup> (descartada por não ser plana) Revista *Primeira Página*. Ano 2 nº25. Janeiro de 1997. p. 07, 08.

<sup>387</sup> LIMA, Raphael J.C. *op.cit.* p.163.

a vinda da Ford abrisse cinco mil novos postos de trabalho, reduzindo a dependência em relação à Companhia. Dispostas a atrair um investimento calculado em US\$1,2 bilhões – sendo US\$ 800 milhões na unidade da montadora e o restante em instalações de 500 fornecedores que viriam junto com a empresa – as autoridades municipais e estaduais ofereceram os mesmos tipos de incentivos característicos da fase de guerra fiscal que o país atravessava nos anos 1990: isenção de até 100% de ISS e IPTU; devolução de 70% do ICMS recolhido pelo governo do estado (montante só começaria a ser pago depois de cinco anos, com juros de 4% ano) além de vantagens e facilidades logísticas, como oferta do Porto de Sepetiba para escoar as exportações.<sup>388</sup>

E um ponto a ser destacado é o fato de que no seu primeiro mandato as relações entre o prefeito Neto e a direção da CSN eram amistosas, tanto que os terrenos para a instalação dessas indústrias seriam obtidos através de desapropriações de particulares e terras da CSN. Quando essas relações se esfriaram – devido, principalmente, a destinação desses terrenos voltados para a especulação imobiliária – pouco ou nada sobre possíveis acordos como esse foram novamente ventilados pela imprensa local.

Muito embora não tenha conseguido atrair grandes investimentos industriais para a cidade de Volta Redonda, em seu primeiro mandato, o governo Neto iniciou as bases para o que se tornaria Volta Redonda dez anos depois, uma cidade essencialmente comercial e de prestação de serviços. Nossa afirmação ganha peso ao analisarmos a situação do comércio local até o ano de 1997. Um exemplo desse cenário decadente (muito em função do forte desemprego industrial registrado na cidade no período) é a própria Avenida Amaral Peixoto. Em 1996, a imprensa local noticiava a seguinte manchete: “Amaral Peixoto: símbolo da riqueza de outros tempos, avenida agoniza em meio ao descaso do poder público e a ganância dos proprietários”.<sup>389</sup>

Ao longo do período de 1997 a 2000, algumas leis foram promulgadas no intuito de estimular a economia local com incentivos fiscais, estímulos à contratação de mão-obra-local e criação de fundos públicos para crédito – leis como a nº 3379 de 06/11/1997, “que institui o programa de apoio ao desenvolvimento econômico do município”; a lei nº 3579 de 20/03/2000, que isenta do pagamento de ISS no primeiro ano de funcionamento empresas de prestação de serviço que tenham em seu quadro de pessoal até 15 pessoas devidamente registradas; a lei nº3490 de 03/12/1998, que

autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Município de Volta Redonda, de natureza financeira,

<sup>388</sup> *Idem. ibidem*

<sup>389</sup> Revista *Primeira Página*. Ano 1, nº6. Fevereiro de 1996, Capa.

vinculado à Secretaria de Fazenda, destinado ao apoio e fomento a pequenos e micro-empresendimentos econômicos, formais e informais e a iniciativa de entidades promotoras de ações que levem ao aumento do nível de emprego e da renda.<sup>390</sup>

E ainda a lei nº 3603 de 25/9/2000, que “institui o fundo municipal de desenvolvimento, geração de emprego, renda e habitação”, chamado de “Banco da Cidadania” e voltado fundamentalmente para pessoas de baixa renda. Ou seja, essas leis e outras políticas públicas – que avaliaremos adiante – reforçam nossa tese de mudanças de rumo na cidade, voltadas para o incremento do comércio e prestação de serviços. Agora vamos analisar os setores da sociedade civil da cidade, tanto os populares quanto os patronais.

### ***3.1.2. Sociedade civil e sociedade política em Volta Redonda no primeiro governo Neto: em busca de um caminho.***

Como apontamos nos capítulos precedentes, as mudanças ocorridas na cidade de Volta Redonda perpassam pelas disputas gestadas no interior do aparelho de Estado, na sociedade civil – de um lado as esquerdas (movimentos sociais e correntes políticas) divididas e isoladas, em contraposição ao setor comercial-industrial e de serviço, que através das suas entidades representativas estreitaram relações com o poder público municipal no período, bem como na elaboração de projetos, mobilizações e formação de servidores públicos – e se materializaram através das políticas públicas implementadas ao longo dos últimos 17 anos, caracterizando um explícito exemplo de uma formação de um bloco hegemônico.

O pensamento de Gramsci, como já salientamos anteriormente, nos auxilia a entender o processo de disputas em Volta Redonda. Sua Teoria da Hegemonia, ao aprofundar e superar a Teoria Marxista de Estado – de viés estritamente coercitivo e alienante –, dá luz aos mecanismos de conformação e consolidação da dominação através – também – da produção de liderança intelectual e de consenso.<sup>391</sup> Ou seja, a hegemonia “se caracteriza por uma combinação de força e consenso, que se equilibram de diferentes maneiras”.<sup>392</sup> E é estudando pormenorizadamente a Sociedade Civil que se consegue perceber a constituição dos projetos políticos em disputa no período, como eles foram desenvolvidos e trabalhados no intuito de

---

<sup>390</sup> Todas as leis citadas neste parágrafo foram consultados na Câmara Municipal de Volta Redonda, Divisão de Documentação e Arquivo.

<sup>391</sup> ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p.173.

<sup>392</sup> *Idem*. *ibidem*

garantir o apoio necessário da população da cidade, até se transformar na “vontade coletiva” ou “vocação natural” da cidade.

Partindo do princípio que o caráter da sociedade civil   cultural, educativo, econômico e político,   por seu intermédio que se difundem ideologias, interesses de classes, mesmo que apaream como universais. E em Volta Redonda a interven o de aparelhos privados de hegemonia na formula o de projetos de cidade manteve-se após a privatiza o da CSN e a ruptura da “Frente Popular”, agora com o protagonismo (dire o hegemônica) amplamente favorável às entidades de classe patronais.

Esse processo (projeto de poder), ainda que não linear, transformou a imagem e o perfil econômico da cidade. Para muitos esse caminho era e   inevitável e natural; para nós, a nova face da “Cidade do Aço” foi produzida socialmente por meio uma nova hegemonia política exercida orientando a cidade para a voca o de prestadora de serviços. Claro que em consonância com fatores internos ao município e também regionais, nacionais e internacionais.

A sociedade civil em Volta Redonda no final da década de 1990 e virada do século, na qual os caminhos da cidade ainda não pareciam estar consolidados, tanto a sociedade civil de cunho popular como os de perfil patronal buscaram intervir no cenário de decadência da cidade p s-privatiza o da CSN, marcado por sua profunda reestrutura o produtiva. Como já apontamos acima, essas entidades de classe procuraram formular debates, fóruns, atos públicos no sentido de buscar soluçoes, apoios e caminhos a serem seguidos pelo município, no intuito de superar a crise. De um lado, grupos de esquerda remanescentes das lutas empreendidas na década de 1980 e início da década de 1990; de outro lado, as entidades de classe como a ACIAP, CDL, Sicomércio, entre outras.

Esses fatos anunciavam as pressões coletivas desses grupos para que suas demandas fossem atendidas não são no âmbito do aparelho de Estado, mas como forma de construir determinados consensos e aceita o de suas vontades como se fossem de toda a popula o da cidade. Nessa correla o de forças, os movimentos sociais da cidade, ainda apresentavam-se combativos, adotando como referências as lutas operárias e as lutas por moradias de anos anteriores. Contudo, os graus de unidade e organiza o estavam esfacelados, embora alguns atos públicos fossem organizados conjuntamente e em aparente desconforto. Por sua vez, as entidades patronais, com alto grau de homogeneidade, organiza o e consciência coletiva, se mostravam cada vez mais entrosadas, não são internamente, mas também com o poder público, como veremos a seguir.

### 3.1.2.1 O Caso “Cinturão”

Um dos primeiros projetos pioneiros pensados para o desenvolvimento econômico da cidade no pós-privatização foi a formação de um conjunto de indústrias fornecedoras para a CSN. A ideia básica deste projeto era criar e estimular a criação de empresas prestadoras de serviço e fornecedoras de materiais. “Na época a direção da CSN apresentou seu plano de ‘parceria’ com as empresas e, em troca, exigiu que elas se adequassem aos mesmos padrões de qualidade apresentados pelos concorrentes”.<sup>393</sup> Assim surgiu, em 1993, o chamado “Cinturão de Aço” e a sua entidade, a Asimec (Associação Sul Fluminense de Indústria Metal-Mecânica), no mesmo ano da privatização da CSN.

A princípio, o “Cinturão de aço” detinha 12% da participação nos contratos da CSN com fornecedores, gerando 661 empregos. Em 1996, esteve no seu auge quando possuía 64% dos contratos e gerava cerca de 2.500 empregos. As principais argumentações favoráveis à sua expansão, feitas, à época, pelo presidente da Asimec, Rui Pollastri, eram de que a tecnologia empregada na produção e as relações de trabalho – impostas pela CSN como pré-requisitos a contratos – eram seguidas pelas empresas do *Cinturão*, além de propiciar o “desenvolvimento” regional. Nos anos seguintes o projeto foi minando gradativamente, na medida em que CSN passou a priorizar empresas oriundas do Estado de São Paulo.<sup>394</sup>

Já no primeiro semestre de 1997 (auge do processo de reestruturação produtiva na CSN), as empresas do *Cinturão* já apontavam “descontinuidades” das encomendas e serviços. E tão logo a crise se anunciava, a Asimec, junto com a CSN, promoveu um encontro entre os diretores da CSN e empresários do setor no dia 04 de junho de 1997, pois estavam em busca de ampliar as relações com a CSN e consolidar o projeto do *Cinturão*. No encontro, estiveram presentes diretores da CSN, empresários do setor e um representante da prefeitura municipal, todos buscando consenso em torno de suas demandas e projetos, com clara vantagem de barganha para a CSN. Parece-nos que a grande fragilidade do “Cinturão de Aço” foi justamente depender exclusivamente dos serviços e encomendas da CSN. As necessidades da empresa variaram em um ritmo acelerado e esses fornecedores locais não puderam atender a CSN. E essa fragilidade, para nós, também aparece neste encontro entre o poder público municipal, os industriais e a direção da CSN, quando a abertura e o encerramento do evento ficaram a cargo do diretor da Siderúrgica.

---

<sup>393</sup> Revista *Primeira Página*. Ano 2, abril de 1997. p. 6.

<sup>394</sup> Revista *Primeira Página*. Ano 2, nº22, dezembro de 1996. p. 6.

Serão sete palestras. A primeira será só do presidente da Asimec, Rui Pollastri que vai abordar as “Vantagens do Programa Cinturão do Aço para a CSN – Visão do Fornecedor”. As outras são as seguintes: TQC no Cinturão do Aço com Aloysio Sérgio de Arantes. A Empresa Regional, com Roberto Balbi Filho, presidente da AçoSul; Por que investir em Volta Redonda?, com Sebastião Faria de Souza, do IPPU-VR; Suprimentos na CSN – Visão do Cliente com Ricardo Rodrigues Fragoso, diretor de Serviços Operacionais da CSN. A abertura do encontro será feita pelo diretor superintendente da empresa, economista José Carlos Martins, assim como seu encerramento.<sup>395</sup>

Como resultado, o Seminário serviu para abrir ainda mais distância das empresas do setor com a CSN. Enquanto os empresários defendiam contratos de 3 a 4 anos com a CSN, a siderúrgica impunha a obrigatoriedade do certificado *Iso 9000*<sup>396</sup> e redução nos prazos de entrega – pois a Companhia utilizava o método de gerenciamento de compras *Triton*, conhecido como *just-in-time*, que acabava obrigando a CSN a reduzir estoque e a necessitar de entregas rápidas dos fornecedores. Em setembro de 1997, os números levantados pela imprensa local demonstravam que mais de 51% das concorrências estavam sendo perdidas para empresas de fora da região do sul fluminense. O principal argumento da CSN era no tocante aos preços praticados pelas empresas da região, muito acima da média do “mercado”.<sup>397</sup> Um dos pontos alegados para a dificuldade de manter o preço “competitivo” se dava pela discrepância no imposto pago no Rio de Janeiro e no Estado de São Paulo. No sul fluminense, a alíquota cobrada de ICMS era de 18% enquanto no Estado de São Paulo era 12%.<sup>398</sup>

No ano 2000, através da iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos, a ideia de reorganizar um conjunto de empresas para fornecer serviços e materiais para a CSN foi novamente posta em debate na cidade de Volta Redonda. Entretanto, as conversas e negociações com a CSN nasceram natimortos. Não passaram de uma reunião entre representantes do Sindicato dos Metalúrgicos (Perrut), membros da ACIAP e empresários, que serviu para, entre outras coisas, abandonar o nome Cinturão de Aço e substituí-lo por “Consórcio de Fornecedores”. Uma semana depois do encontro, a CSN avisou que a empresa

<sup>395</sup> Revista *Primeira Página*. Ano, nº33, maio de 1997. p. 15.

<sup>396</sup> A "International Organization for Standardization (ISO)", ou Organização Internacional de Padronização, é a maior instituição do mundo no desenvolvimento e na concessão de padrões técnicos. A ISO é uma organização não-governamental, estabelecida em 1946 para desenvolver padrões mundiais de promoção do crescimento equitativo do comércio internacional. Com sede em Genebra, na Suíça, tem representantes em 147 países. A ISO tem por objetivo promover o desenvolvimento da normatização e atividades relacionadas com a intenção de facilitar o intercâmbio internacional de bens e serviços e, ainda, desenvolver a cooperação nas esferas intelectual, tecnológica e econômica. No Brasil, o representante máximo oficial da ISO é o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).” In:< <http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=35>>

<sup>397</sup> Revista *Primeira Página*. Ano 2, nº43. Setembro de 1997. p. 6.

<sup>398</sup> *Jornal Aqui*. Ano 2, nº70. 17/5/1999.

continuaría com o departamento de compras em São Paulo e sem privilegiar as empresas do sul fluminense, desanimando o setor.<sup>399</sup>

Assim, a iniciativa de criar um conjunto de fornecedores para absorver a mão-de-obra que sobrava na reestruturação produtiva da CSN e, desta forma, impulsionar a economia de Volta Redonda e região esbarrava na dependência exclusiva da CSN, que os fragilizavam diante dos concorrentes e das oscilações do mercado. Além disso, esse projeto não conseguiu angariar muito apoio ao longo dos anos nem se organizar de forma mais coesa na disputa pelo mercado de prestação de serviços não só da CSN, mas de outras empresas, naufragando com o tempo e a concorrência inter-capitalista.

### 3.1.2.2 O caso “Vamos Repensar Volta Redonda”

Como já apontamos anteriormente, o contexto da posse de Antônio Francisco Neto em janeiro de 1997 demonstrava uma grave crise no comércio da cidade. As lojas fechavam a olhos vistos, motivadas pelo alto desemprego na cidade e o quadro recessivo – de retenção do crédito – do país no período agravava o quadro. Dados do IPPU assinalavam a crise no setor que representavam mais que o dobro dos estabelecimentos fechados no ano anterior, o que demonstrava uma agudização da crise:

Número de estabelecimentos comerciais fechados	
Dez/Fev 1996	03
Mar/Mai 1996	16
Jun/Ago 1996	13
Set/Nov 1996	14

Dados IPPU. In: Revista *Primeira Página*. Ano 2, nº23. Dezembro/1996. p. 9.

Portanto, como um instrumento de elaboração de projetos (e análises), a sociedade civil de cunho patronal da cidade, elaborou o projeto *Repensar Volta Redonda*. Abaixo, reproduzimos um trecho da reportagem da revista *Primeira Página*, pois ela ilustra bem o caráter de busca de direção intelectual e moral, através da formação de consenso, questionando a realidade de crise do momento, mas direcionando as possíveis soluções a seus

<sup>399</sup> Jornal *Aqui*. Ano 3, nº137. 28/08/2000. p.7.

interesses, que são travestidos de universais. E a elaboração de projetos como esse são componentes essenciais para a construção de hegemonia.<sup>400</sup>

Buscar alternativas para Volta Redonda sair debaixo da saia da Companhia Siderúrgica Nacional pode ser uma missão impossível. Até hoje isto não foi alcançado, mas alguns segmentos acham que devem continuar procurando saída. Baseando-se nisso e querendo despertar a sociedade local para criar novas vocações profissionais e de desenvolvimento, é que a ACIAP (Associação Comercial, Industrial e Agro-pastoril vai promover o lançamento do seu projeto “Vamos Repensar Volta Redonda”. Será no próximo dia 11 [de junho de 1997], às 20hs, na sua sede, no bairro Atterrado. A entidade sonha criar novos pólos. Comercial, universitário, metal-mecânico e de informática. Segundo o atual vice-presidente da ACIAP [Benevenuto dos Santos Neto, ex-prefeito biônico de Volta Redonda 1982-1986], coordenador principal do projeto, somente haverá êxito se o movimento ganhar uma amplitude maior, com a participação de todos, contra a falta de esperança dos cidadãos. “Nós esperamos que o movimento não seja simplesmente um ato isolado da ACIAP. Mas que seja uma ação coletiva da qual deverão participar os nossos homens públicos, quer do executivo, legislativo ou judiciário”, diz ele, relacionando outros setores: “O dos empresários, sem distinção de tamanho, os clubes de serviços, as lideranças religiosas, as associações de moradores e os nossos educadores, profissionais liberais até as mais simples pessoas do povo”.<sup>401</sup>

Fica explícito na fala do coordenador do projeto as intencionalidades políticas deste movimento. Não é um movimento apolítico, como afirma a edição da Revista Primeira Página.<sup>402</sup> A defesa da formação e desenvolvimento de novos polos comerciais em Volta Redonda para atrair consumidores de toda a região, além do aumento da oferta de serviços através do pólo universitário e de informática, desmascaram a pseudoneutralidade do processo. O movimento nos meses seguintes foi desmembrado “em conselhos e comitês responsáveis por encaminhar ações segundo temas decididos como prioritários, como segurança pública, meio ambiente e desenvolvimento econômico”, como aponta Raphael Jonathas em sua tese.<sup>403</sup> Numa de suas reuniões em setembro de 1997, o então prefeito Antônio Francisco Neto foi um dos convidados a participar da rodada de debates e apresentações de propostas.<sup>404</sup> Dos estudos e pesquisas apresentadas nos seminários e debates, um deles levantava dados que mostravam que na cidade haviam mais de R\$ 600 milhões de Reais em aplicações em bancos da cidade, e na conclusões dos eventos do movimento,

<sup>400</sup> ACANDA, Jorge Luis. *op.cit.* p.177.

<sup>401</sup> Revista *Primeira Página*. Ano 2, nº36, julho de 1997. p. 6.

<sup>402</sup> Revista *Primeira Página*. Ano 2. Nº44, setembro de 1997. p. 12.

<sup>403</sup> LIMA, Raphael J.C. *op.cit.* p.185.

<sup>404</sup> Revista *Primeira Página*. Ano 2. Nº44, setembro de 1997. p. 12.

havia defesas específicas de como esses milhões poderiam e deveriam de investidos na cidade.<sup>405</sup>

Embora nos meses e anos seguintes este movimento não tenha produzido atos e eventos de maiores vultos, sua maior capacidade organizativa e mobilizadora – que conseguiu atrair agentes de diversos setores da sociedade civil local, como D. Waldyr Calheiros e outras lideranças religiosas, além de políticos locais influentes<sup>406</sup> – também demonstrou um relacionamento estreito com os agentes do poder público local, não só através de mútuo apoio político, mas agentes dos próprios aparelhos privados de hegemonia dentro do aparelho do Estado com influência direta nas diretrizes das políticas públicas de desenvolvimento econômico. Exemplo desta afirmação era a figura de Antônio Cardoso, presidente em diversos mandatos do Sindicato do Comércio Varejista, principal líder do antigo PL. No primeiro mandato de Neto, enquanto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico ainda não estava estabelecida, Antônio Cardoso ocupava o cargo de assessor especial de desenvolvimento econômico de Volta Redonda, ou seja, o principal intelectual e agente fomentador de propostas para as possíveis saídas para crise gestada no ápice da política neoliberal no país, agravada pelos reflexos da privatização da CSN, com origens de classe, origens ideológicas e de visão de mundo claras, era oriundo de entidades de classe de perfil patronal.

Enquanto “esperava a nomeação como secretário de indústria e comércio”, Antônio Cardoso “prometia” via imprensa diminuir consideravelmente o desemprego em Volta Redonda, através de parcerias público-privadas, procurando mudar a cabeça do empresariado local para que ele invista na cidade. “O segundo argumento apresentado é de que *ele pretende transformar Volta Redonda no maior centro comercial do Vale do Paraíba*”.<sup>407</sup> Para tanto, defendia a revitalização de algumas áreas comerciais da cidade atraindo clientes de outros municípios e dinamizando a economia local.<sup>408</sup>

Tendo em vista a análise e os exemplos concretos descritos acima, torna-se evidente o fortalecimento e o protagonismo do setor comercial e de serviços nos rumos político-econômicos da cidade no final da década de 1990 – sobretudo, durante o primeiro mandato de Neto como prefeito – outrora mais disputado com os movimentos sociais organizados. Neste período, essas entidades patronais caminhavam para aumentar ainda mais seus arcos de

---

<sup>405</sup> Dentre as medidas defendidas estavam a ampliação dos negócios e diversificação dos mesmos. Além disso, almejava-se consolidar Volta Redonda como a maior cidade de pólo econômico do Sul Fluminense. Revista *Primeira Página*. Ano 2. Nº44, setembro de 1997. p. 12.

<sup>406</sup> Além de Neto, Nelson Gonçalves e alguns vereadores participaram ativamente dos ciclos de debates.

<sup>407</sup> Revista *Primeira Página*. Ano 2, nº43, setembro de 1997. p. 9. Grifos nossos.

alianças e consolidar o caminho hegemônico de seus interesses, através da implementação de políticas públicas que foram em direção às demandas e anseios desses setores, com amplo apoio da população de Volta Redonda, como veremos adiante. Antes, porém, vamos apresentar os movimentos sociais na cidade neste período.

### **3.1.2.3. Movimentos Sociais: a resistência em meio ao refluxo**

Em evidente refluxo, o movimento social e sindical em Volta Redonda, no período, se mostrava de forma bastante heterogênea, com diferenças programáticas profundas, que impediam uma organização e coesão interna maior, demonstrada em outros tempos. Por fim, as ações desses grupos procederam essencialmente através de atos de resistência às ondas de demissões da CSN e à crise econômica em Volta Redonda. Esses atos geralmente ocorriam no dia 09 de novembro, em alusão ao assassinato dos três trabalhadores da CSN na greve de 1988.

O primeiro ato em conjunto entre grupos rivais da Força Sindical, que presidia o Sindicato dos Metalúrgicos, e a CUT ocorreu no fim de 1996, batizado de 1º Fórum de debates sobre as demissões na Companhia Siderúrgica Nacional. Lideranças como Neto, o Bispo D. Waldyr Calheiros, líderes sindicais estiveram entre os participantes.<sup>409</sup> Porém, pouco resultado organizativo ou deliberativo saiu desse encontro. Na época, o então presidente do Sindicato dos Engenheiros, João Thomáz, liderou um movimento chamado de “Reage Volta Redonda”, inspirado no movimento carioca “Reage Rio” da ONG Viva Rio. O movimento não teve continuidade, apenas organizou uma passeata contra as demissões nas escadarias do antigo Escritório Central da CSN em Volta Redonda.<sup>410</sup>

Em setembro de 1997, ocorreu o primeiro ato “Grite por Volta Redonda”, organizado pela Igreja Católica e a CUT.<sup>411</sup> Esta manifestação contou, segundo dados da Revista *Primeira Página*, com cerca de duas mil pessoas e com a presença de Vicentinho do PT, como figura de expressão nacional no evento, diante da expectativa da presença de Eduardo Suplicy, Lula e Brizola. Dodora Mota, ex-vereadora da esquerda do PT e líder do *Blocão* no governo Baltazar, deu o tom da manifestação: “A luta é contra FHC e sua política neoliberal. Contra o governo estadual e contra Neto”.<sup>412</sup> A então vice-prefeita do PT, Cida Diogo, do

---

<sup>408</sup> *Idem.*

<sup>409</sup> Revista *Primeira Página*. Ano2, nº21, novembro de 1996.

<sup>410</sup> LIMA, Raphael J.C. *op.cit.* p.186.

<sup>411</sup> Em alguns registros, o movimento também é chamado de “Grita Volta Redonda”.

<sup>412</sup> Revista *Primeira Página*. Ano 2, nº42, setembro de 1997. p.5.

bloco de apoio a Neto, chegou a ser vaiada pelos manifestantes; o então deputado estadual pelo PSDB, Nelson Gonçalves, esteve no ato, mas não se dirigiu ao público notadamente hostil a seu partido. Outro destaque do “Grite por Volta Redonda” foi a presença do Bispo D. Waldyr, que, mesmo diante da grande fragmentação e rachas dentro do movimento social na cidade, se manteve como única unanimidade e liderança incontestável. D. Waldyr Calheiros criticou a direção da CSN e principalmente a direção do Sindicato dos Metalúrgicos e suas distintas políticas de “parceria”, assim como conclamava e ansiava a volta “daquela Volta Redonda corajosa”<sup>413</sup> da virada da década de 1980 para a de 1990.

Diante das críticas do movimento “Grite por Volta Redonda”, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos divulgou nota rebatendo as críticas feitas pela CUT, Igreja Católica e outros grupos. Na “carta aos trabalhadores e à sociedade”, sob o título “Na crise, uns gritam. Outros constroem a saída”, a direção sindical se defendeu das acusações proferidas principalmente pela CUT e insistiu “em ser parte do novo modelo e quer uma solução negociada entre o prefeito, trabalhadores, empresários, governos estadual e federal e a própria CSN”.<sup>414</sup>

Enquanto a Força Sindical e a CUT, dois dos principais representantes dos trabalhadores brasileiros, divergiam sobre a tática aplicada para o momento de ofensiva do capitalismo sobre as relações de trabalho em escala global, as reformas trabalhistas se aprofundavam no país. Enquanto alguns setores da CUT, ainda neste período, defendiam o enfrentamento aberto com os setores patronais, a Força Sindical, como um todo, defendia a harmonia entre o capital e o trabalho. Por sua vez, no que tange aos aparelhos privados de hegemonia, o setor patronal estava amplamente mais organizado, unido em torno de alianças e propostas comuns, na medida em que o movimento social estava rachado. Na correlação de forças políticas, o momento era plenamente favorável ao desenvolvimento hegemônico dirigido pelo setor comercial e de serviços em Volta Redonda.

Outro ponto de fraqueza dos movimentos sociais era a falta de propostas claras e coesas para fazer a disputa política. A fragmentação, não só em Volta Redonda, como no Brasil, dificultava a formação de um bloco de alianças sólido de caráter contra-hegemônico, além da não formação de novas lideranças, bem como poucos cursos acessíveis de formação política e constituição de novos militantes intelectuais. Restava a resistência desses grupos, divididos, às vezes disparando críticas para todos os lados, representando diversas correntes políticas de inúmeras linhas de pensamento, que, embora enfraquecidos, *sempre estiveram presentes*.

---

<sup>413</sup> *Idem.*

<sup>414</sup> *Idem. .Ibdem.*

A data de 09 de novembro de 1997 demonstra a divisão que descrevemos acima. A CUT e a Igreja Católica promoveram o “Grito dos Excluídos” enquanto a Força Sindical promovia uma rodada de debates sobre propostas em torno da criação de cooperativas na cidade.<sup>415</sup> 1998 foi o ano em que a direção CSN começou a defender a volta do turno de 8 horas, caso contrário, demissões estavam à vista. A situação era agravada pela crise da Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM) e a eminência de sua saída de Volta Redonda para Araraquara (como aconteceu em 30 de novembro de 1998). Além disso, completava-se 10 anos da histórica greve de 1988. Assim, a segunda edição do “Grite por Volta Redonda”, prometia 20 mil pessoas nas ruas, que não passaram de poucas centenas.<sup>416</sup>

Em 1999, com o recrudescimento da ofensiva da CSN sobre alguns direitos dos operários, como insalubridade e volta do turno de 8 horas, a figura de D.Waldyr consolidou-se como o principal contestador público e de resistência à reestruturação produtiva imposta pela CSN. Em carta de fim de ano publicada em veículos de imprensa de âmbito regional, o Bispo criticava duramente a CSN:

Não venham dizer “esta crise é internacional”, “é irremediável”, não é verdade! Isto é para justificar uma política concentradora na mão de uns poucos privilegiados. Há outros caminhos que os pobres não sejam os únicos a pagarem o preço deste descalabro. Os nossos especialistas conhecem as fórmulas. O que está aí conscientemente montado para favorecer o capital que voa devorando as migalhas dos pobres. Vejam como eles saúdam o empréstimo que o país recebe de R\$ 40 bilhões! É porque o dinheiro vai para os bancos. Não vai ser nem aplicado na produção, na reforma agrária que geram trabalhos e pão dos desempregados. Entre nós aqui em Volta Redonda. A própria empresa da CSN podia ser menos insensível. Podia se redimir um pouco da devastação causada pela sua informatização e consequentes demissões e desempregos. É o caso da sua nova fábrica, GalvaSud. Será instalada fora do município. Não é por falta de espaço aqui. A Companhia ficou com maior parte das terras da cidade. Isto só se justificaria se as terras fossem usadas para sua expansão. Terra ociosa, improdutiva. Isto é antissocial.<sup>417</sup>

Em toda oportunidade, pela imprensa ou em atividades da própria Igreja Católica, o Bispo se dirigia criticamente à CSN, se tornando o principal porta-voz de resistência dos afetados pela crise social instaurada no país, mas com especiais agravantes em Volta Redonda. No lançamento da Campanha da Fraternidade de 1999, que tinha como tema sugestivo a questão do desemprego (Fraternidade e os Desempregados. Sem trabalho... Por quê?), D. Waldyr voltou a criticar a falta de emprego principalmente entre os jovens da

<sup>415</sup> *Jornal Aqui*. Ano 1, nº3. 25/11/1997. p.8.

<sup>416</sup> *Jornal Aqui*. Ano 2, nº45. 09/11/1998.

cidade. Em maio do mesmo ano, ocorreu a maior manifestação pública desde as do início da década. Cerca de dez mil pessoas compareceram ao evento.<sup>418</sup>

O movimento foi organizado pela Igreja Católica, centrais sindicais e outras entidades populares de Volta Redonda. Contou com a presença do prefeito Neto que falou ao público, mas sem atacar diretamente a CSN. A Força Sindical e a CUT evitaram expor suas divergências e uniram discursos para atacar a direção da CSN. O último a se pronunciar foi justamente o Bispo D. Waldyr. Como única liderança incontestável ali presente, criticou e condenou enfaticamente as medidas racionalizadoras da CSN. Membros do sindicato do funcionalismo público de Volta Redonda queriam subir no palanque e criticar o prefeito Antonio Francisco Neto pelas perdas salariais e as ameaças de demissões, mas foram impedidos pela organização do evento.<sup>419</sup>

Diante do estabelecimento do turno de 8 horas para os bombeiros e guardas da CSN, D. Waldyr chegou a comparar os trabalhadores da CSN com escravos.<sup>420</sup> Mas mesmo com posições contundentes, o ânimo e a organização do movimento social eram bem inferiores se comparados aos da década de 1980 e início da década de 1990. Faltava unidade, continuidade nos projetos e uma política conjunta de pauta mínima para fazer frente à avalanche de mudanças que afetavam o conjunto da sociedade voltarredondense.

Em novembro do mesmo ano de 1999, outro ato uniria a Força Sindical e a CUT. Embora um acordo entre o Sindicato e a direção da CSN adiando a pauta de negociação acerca da volta do turno de 8 horas para o ano seguinte tenha tirado certo ímpeto às vésperas do ato, a Força Sindical participaria “para mostrar para os empresários que estamos unidos”.<sup>421</sup> Mas o ato se transformou em uma missa comandada por D. Waldyr para pouco mais de mil pessoas, com versões desencontradas sobre os motivos da mudança.<sup>422</sup>

Nessa mesma época, um grupo interno da CUT chamado de Oposição Sindical, de linha trotskista e ligados ao PSTU, acionou a Justiça Federal em Volta Redonda contra o Plano Nacional de Desestatização, os acionistas e a direção da CSN. A Oposição Sindical almejava que fosse aberto um inquérito civil pela Procuradoria Geral da República para assegurar os direitos e benefícios sociais existentes antes da privatização e que não poderiam

---

<sup>417</sup> *Jornal Aqui*. Ano 2, nº58. 22/02/1999

<sup>418</sup> *Idem*.

<sup>419</sup> Membros do sindicato do funcionalismo municipal não subiram ao palanque, pois foram impedidos pelos organizadores do ato que pleiteavam demonstrar união contra a CSN. *Jornal Aqui*. Ano 2, nº70. 17/5/1999. p.15.

<sup>420</sup> *Jornal Aqui*. Ano 2, nº92. 18/10/1999. Capa.

<sup>421</sup> *Jornal Aqui*. Ano 2, nº95. 08/11/1999. p.9.

<sup>422</sup> *Idem*.

ser retirados (como o turno de 6 horas, o adicional de insalubridade entre outros).<sup>423</sup> O ano de 1999 terminaria com o fim do Bispado de D.Waldyr devido à idade (75 anos) e a chegada do Bispo D. João Maria Messi, de perfil mais conservador e distante das disputas políticas.

Portanto, como vimos, era evidente a discrepância entre a organização e a unidade na sociedade civil de Volta Redonda no período analisado. A sociedade civil de cunho popular da cidade foi perdendo, além de organização, unidade, adesão popular, ao mesmo tempo em que cada grupo foi se isolando em suas correntes e linhas políticas e atuando de forma independente. Uns grupos mais radicais, outros de características mais reformistas.<sup>424</sup>

Exemplo de movimento social de caráter reformista é o Movimento pela Ética na Política (MEP). O MEP foi criado por integrantes da Igreja Católica, próximas ao Bispo D. Waldyr. O surgimento de MEP aconteceu

a partir de uma denúncia feita pelo jornal “Diário do Vale” sobre a criação de 72 novos cargos sem concurso na Câmara Municipal do município. Um grupo de cidadãos ligados a movimentos sociais, comunidades e pastorais da igreja católica decidiu se mobilizar para cobrar moralidade, transparência e ética do Poder Legislativo.<sup>425</sup>

Assim esse grupo foi se organizando, constituindo sede na Cúria de Igreja São Antônio (Matriz), no bairro Niterói. Dentre suas iniciativas destacam-se a proposta de criação de um Código de Comportamento Ético na política para a Câmara dos Vereadores da cidade, com a justificativa de combater o nepotismo na casa legislativa.<sup>426</sup> A tentativa de transformar a Escola Técnica Pandiá Calógeras (ETPC – de propriedade da CSN) em escola técnica pública estadual<sup>427</sup> e a criação do *Projeto Vestibular Cidadão* em 2000<sup>428</sup> demonstram a diferença primordial entre o movimento social na virada do século para o movimento social na década de 1980: a ausência da referência de classe nas lutas e ações políticas. Parte desses movimentos – e o caso do MEP é um exemplo disso – atua em áreas deficitárias do poder

<sup>423</sup> Descrevemos pormenorizadamente este período no capítulo II *Idem*.

<sup>424</sup> A *grosso modo* é uma política menos ambiciosa de reforma social. “Como observou Ralph Miliband: “sempre houve uma tendência nos movimentos de classe operária (...) para a reforma social; é uma tendência que, na medida em que não procura realizar uma transformação social totalmente diferente, deve ser nitidamente distinguida da estratégia “reformista”, que tem insistido ser exatamente esse o seu objetivo.” Para saber mais: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. p.313.

<sup>425</sup> LIMA, Raphael J.C. “Política e movimentos sociais no Sul Fluminense: a construção do MEP de Volta Redonda.” In: *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 2007. p..472.

<sup>426</sup> *Jornal Aqui*. Ano 2. Edição Extra. 20/5/1999. p.16.

<sup>427</sup> *Jornal Aqui*. Ano 2, nº63. 29/3/1999. p.6.

<sup>428</sup> LIMA, Raphael J.C. “Política e movimentos sociais no Sul Fluminense: a construção do MEP de Volta Redonda.” In: *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 2007. p..473.

público, como a educação, e o trabalho filantropo acabam por criar atenuantes e argumentos de crítica aos serviços públicos, criando barreiras para lutas em defesa de uma educação ampla, universal, de qualidade e gratuita.

Em entrevista a Raphael Jonathas Lima, o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos Wagner Barcelos faz uma crítica ao MEP, com a qual concordamos:

É fácil você fazer movimento ético...Mas é muito incipiente. O MEP-VR é o Zezinho [José Maria da Silva, líder do MEP] e mais dois ou três. Mas não tem poder de mobilização. O Zezinho faz uma pesquisa e publica... Mas não é um movimento de massa. O Resgate da Paz é uma ótima ideia, mas é um movimento de Igreja... A saída do D. Waldyr foi um baque... Pouca gente está preocupada em discutir questões. Isso também foi fruto da nossa derrota... Há dois três anos, você não achava emprego aqui. Tinha fila de gente pedindo. Acho que esses movimentos do Zezinho e do padre estão voltados como farol, como norteadores com cunho social, mas a própria Igreja não permite o avanço deles. O D. João é muito conservador, ligado a Cúria Romana... O rumo agora é outro... Acho que na hora que o Zezinho e o padre Juarez falharem, isso morre... (...) Os vereadores veem o MEP-VR com desprezo, com galhofa. Não tem nenhuma consequência pra eles, não tem uma função direta.<sup>429</sup>

Assinalamos o MEP pela sua frontal diferença em relação aos movimentos sociais até então existentes em Volta Redonda até a primeira metade da década de 1990. Enquanto esses movimentos sociais anteriores possuíam um caráter classista, com perspectiva de tomada do poder do Estado, via mobilização da população carente do município, formação política entre outras características marcantes, o MEP surgiu justamente após a derrocada desses movimentos sociais da cidade (ainda que com laços umbilicais com a Igreja Católica). O MEP cresceu com uma perspectiva reativa as “aberrações” dos políticos municipais, sem uma perspectiva de disputa do poder, apenas confluindo e agindo em acontecimentos mais gerais da política nacional. Essa compreensão também vai de encontro a então nova realidade político-social de Volta Redonda de evidente perda de força dos movimentos populares e ascensão de uma nova força política capitaneada pelas entidades patronais da cidade. Chamamos de *reformistas*, pois aceitam a estrutura social vigente e buscam apenas as “possíveis” melhorias ou controle dos eventuais (senão constantes) abusos do poder político, sem aspirar transformações estruturais.

---

<sup>429</sup> LIMA, Raphael J.C. *op.cit.* p. 204.

### 3.1.2.4 O caso *Mercovale*

Já apresentamos as iniciativas, projetos e resistências no âmbito da sociedade civil, agora vamos expor um novo projeto de desenvolvimento regional em um nível mais institucionalizado, por intermédio de agências estatais de fomento e assessoria técnica. O *Mercovale* foi uma iniciativa pioneira que buscava articular conjuntamente com os municípios do Vale do Paraíba fluminense “uma estratégia de desenvolvimento de projeto de desenvolvimento econômico regional do estado do Rio de Janeiro”, tendo como principais articuladores as prefeituras municipais.<sup>430</sup> O projeto-piloto foi idealizado pela FIRJAN, SEBRAE, IBAM e SERE<sup>431</sup> visando a criação de uma “metodologia de construção de redes de desenvolvimento local”.<sup>432</sup>

Na primeira fase do projeto (1994-1996), “os secretários de planejamento (ou equivalentes) dos 12 municípios” iniciaram “os contatos para intercâmbios de informações e experiências”, para a criação do “Fórum dos Secretários Municipais” de Planejamento” da região.<sup>433</sup> Uma das primeiras medidas deste fórum “consistiu na elaboração de uma proposta de uma legislação integrada para o ISS”, embora não tenha sido aprovada em alguns municípios.<sup>434</sup> Foi a fase da produção intelectual, de pesquisa e elaboração do projeto, análises sobre as potencialidades com a criação de estratégias de convencimento em torno do projeto através do Plano de Ação.

Nos anos seguintes, um dos maiores entusiastas do projeto, o ex-prefeito de Volta Redonda, Paulo Baltazar, passou a coordenar o projeto com o intuito de construir acordos, mobilizar as outras prefeituras e assessorá-las na construção de mecanismos e instituições com um corpo de funcionários dentro dessas prefeituras. Paulo Baltazar, que havia ficado sem mandato em janeiro de 1997, recebeu de seu sucessor um cargo de “assessor especial” remunerado do IPPU, com a função de também coordenar as ações do *Mercovale* na cidade. Este fato causava mal estar na opinião pública da cidade, sendo interpelado inclusive pelo MEP, principalmente devido ao exorbitante salário – R\$ 5 mil reais – e à locação de algumas

---

<sup>430</sup> AMARAL, Carlos. *Reestruturação sócio-produtiva e ações de promoção do desenvolvimento local na microrregião do vale do Paraíba (RJ)*. Núcleo de assessoria planejamento e pesquisa (NAPP), 2001. p10.

<sup>431</sup> Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Serviço nacional de apoio a micro e pequenas empresas, Instituto brasileiro de administração pública e SERE (entidade vinculada à fundação alemã Friedrich Ebert). AMARAL, Carlos. *op.cit.* p.11.

<sup>432</sup> *Idem*

<sup>433</sup> *Idem. ibidem*

<sup>434</sup> *Idem. ibidem*

salas no SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) para Baltazar e sua equipe de assessores.<sup>435</sup>

Com o apoio do grupo consultor, a assessoria de integração regional iniciou um processo e divulgação e sensibilização, voltado para a formação de uma cultura política favorável à constituição do MERCOVALE. Entre as atividades desenvolvidas nesse sentido, podem ser mencionadas a “Caravana I” (visita a todos os municípios da região, para informação e esclarecimento da proposta do MERCOVALE, especialmente junto aos novos governantes municipais, empossados em janeiro de 1997), organização de seminários para capacitação das equipes das prefeituras na elaboração de projetos para captação de recursos externos e contatos com grandes empresas da região e com representantes da FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), visando obter apoio para as atividades de construção do MERCOVALE. O principal resultado alcançado com essas atividades foi a assinatura por oito governos municipais da região do Médio Paraíba, de um documento de “Adesão ao Mercovale”. Os outros quatro municípios, embora não formalizando sua adesão à proposta do MERCOVALE, permaneceram vinculados ao processo através da participação no “Fórum de Secretários Municipais de Planejamento”.<sup>436</sup>

Carlos Amaral, em seus estudos sobre o desenvolvimento local da microrregião do Vale do Paraíba (RJ), aponta para três possíveis motivos para a resistência em torno do projeto do *Mercovale*. O primeiro seria o receio de perda de autonomia por parte dos prefeitos da região, além do temor em reforçar a hegemonia de Volta Redonda. O segundo fator de resistência consistia na aversão à figura de Paulo César Baltazar, que como político filiado ao PSB, era candidato com fortes potenciais eleitorais e poderia – como, de fato, fez – usar o *Mercovale* como plataforma política para alavancar sua carreira política. Por fim, “as dificuldades de articulação” com a iniciativa privada foi importante fator de debilidade do projeto, principalmente devido às dificuldades de negociação com a FIRJAN e à falta de espaço institucionalizado para a participação de entidades da sociedade civil, inclusive empresariais.<sup>437</sup>

Ao longo do ano de 1998, o projeto foi sendo esvaziado e, após a vitória de Baltazar nas eleições para deputado federal com expressiva votação (quase cem mil votos), chegou praticamente ao fim o programa *Mercovale*. E este projeto pode ser apontado como o primeiro evento que levou ao desgaste da relação de Antonio Francisco Neto com Paulo César Baltazar, quando as relações de favorecimento a Baltazar com a prefeitura vieram à tona em 1997. No ano seguinte, com a aprovação da controversa lei que permitia a reeleição em cargos

<sup>435</sup>Jornal *Aqui*. Ano 2, nº22. 01/6/1998. p.11.

<sup>436</sup>AMARAL, Carlos. *op.cit.* p.14 e 15.

<sup>437</sup>*Idem.* p.16.

do Executivo, uma possível volta de Baltazar à prefeitura em 2000, com apoio de Neto, seria inviável, marcando um processo contínuo de desgaste e afastamento desses dois aliados. Embora fosse se alijando de um importante aliado, Neto ia aos poucos costurando importantes apoios políticos na sociedade civil de Volta Redonda. Uma das principais bases de apoio conquistadas por Neto neste período foi a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda.

### **3.1.2.5. Associação dos Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda (AAP/VR)**

A Associação de Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda foi criada em 1973 e desde seu início estiveram a ela associados diversos aposentados da CSN. Até o início dos anos 1990, a associação possuía instalações acanhadas e provisórias e prestava poucos serviços aos associados, como boa parte das associações de aposentados e pensionistas pelo país. No final da década de 1980, a associação adquiriu um terreno na Vila Santa Cecília (em frente à Praça Pandiá Calógeras) para a construção de sua futura sede social.<sup>438</sup> Em 1992, a estrutura metálica foi comprada e o prédio aos poucos foi sendo erguido.<sup>439</sup>

Neste período, a associação era presidida pelo aposentado da CSN João Pinheiro (1988-1994) que possuía ligações com a CUT e o PT. Mas foi a partir da vitória do engenheiro aposentado da CSN Ubirajara Vaz<sup>440</sup>, em 1994, que a associação veio a se tornar

<sup>438</sup> “Terreno doado pela CSN intermediado pela CBS”. *Jornal Aqui*. Ano 2, nº60. 08/3/1999. p.12.

<sup>439</sup> “Foi no dia 20 de maio de 1973 que um grupo de ex-operários da CSN se reuniu em assembleia para formar uma associação. A reunião foi no extinto Cine Avenida, que funcionava na Avenida Amaral Peixoto. A Associação dos Industriários Aposentados da Região Sul Fluminense (AIARSUFLU) nasceu com uma diretoria provisória que teve como presidente Mário Pinheiro dos Santos, cujo mandato foi até 16 de março de 74. A primeira reunião pós-fundação aconteceu dia 27 de maio de 73, na casa do presidente da Comissão de Estudo, Antônio Frizzas, na Vila Marly, em Barra Mansa, devido ao estado de saúde do dirigente. Este fato fez com que, durante muito tempo, se falasse que a associação tinha sido fundada em Barra Mansa. Os primeiros movimentos da entidade foram de entendimento com a Superintendência do INSS em Niterói, então capital do antigo Estado do Rio, para que a entrega dos carnês fosse feita pela própria associação, facilitando para os associados. A Caixa Beneficente dos Empregados da CSN (CBS) também foi procurada para resolver problemas relacionados a diferenças entre benefícios. As reuniões da diretoria aconteciam no Edifício Sarkis, na Avenida Paulo de Frontin, no Aterrado, onde ficou decidido que os diretores contribuiriam antecipadamente, cada um, com seis meses de mensalidades. Numa das atas daquele tempo, consta a contratação de um "elemento idôneo", Carlos Augusto Ribeiro, para cuidar do expediente da associação. Até conseguir a sede própria, foi dura a vida da associação. Sem dinheiro para pagar o aluguel no Aterrado, a diretoria conseguiu uma sala na subseção do Sindicato dos Metalúrgicos, no Retiro, mas teve que sair devido a uma enchente que destruiu móveis e documentos. Acabou sendo transferida para a sede da Amaral Peixoto, no terceiro andar, mas de lá saiu em 1984, porque o sindicato precisou do espaço. O endereço seguinte foi um barraco da CSN no Conforto. A sede própria foi negociada em 1989, na gestão de João Alves Pinheiro. O terreno de 2,3 mil metros quadrados na Rua 35, número 112, em frente à Praça Pandiá Calógeras (onde funcionava o setor de medicina do trabalho da CSN, que foi transferido para o interior da usina), primeiro foi cedido em regime de comodato por tempo indeterminado”. *Jornal Foco Regional Sul Fluminense* - 19 a 25 de maio de 2003 - Ano III - Edição 111.

<sup>440</sup> Ubirajara Vaz nasceu em Cambuci no Estado do Rio de Janeiro e aos 15 de anos de idade transferiu-se para Volta Redonda, onde logo começou a trabalhar na CSN, em 1955, exercendo diversas funções. Em um período

em meados da primeira década do século XXI a maior associação de aposentados e pensionistas da América Latina, com mais de 40 mil associados.

Em 1992, Ubirajara Vaz foi eleito vice-presidente da associação e em 1994 ganhou sua primeira eleição. A grande virada da AAP/VR veio com a gestão empresarial empreendida por Ubirajara Vaz e sua equipe diretiva. Tão logo eleito, criou o jornal informativo da associação com o objetivo de atrair anunciantes. Outras medidas surgiram com o objetivo de proporcionar o crescimento da AAP/VR, atraindo novos sócios, aumentando a receita, investindo em serviços e infraestrutura médica e de lazer, se tornando autossustentável. Dentre as principais medidas da direção comandada por Ubirajara Vaz, além da criação de um periódico – que servia não só para atrair anunciantes, mas também para divulgar a associação de aposentados, expor suas ideias e defender os interesses dos aposentados e pensionistas –, também podemos citar a formação de convênios entre a associação e os lojistas, garantindo clientela fiel para o comércio, e atraindo aposentados e pensionistas para a entidade de forma crescente.<sup>441</sup> Festas de rua como a “*Feira da Primavera*”, com barracas e tendas com música ao vivo, primeiramente na praça Pandiá Calógeras, geravam receitas e ajudaram a terminar a construção da sede social aumentando o arco de serviços prestados. Facilitou também o aumento de receita o acréscimo da contribuição do associado de 1,2% sobre o piso do INSS para 5%.<sup>442</sup>

Em poucos anos a AAP/VR abriu frentes de receitas e cresceu rapidamente:

Tínhamos oito mil e poucos associados e seus dependentes. Com os convênios, as pessoas que não eram associadas que, se se associassem, teriam uma série de vantagens, e começaram a entrar. Daí a pouco, chegamos a 10 mil, 12 mil, 15 mil. E quando fechamos a 15 mil, com os dependentes, éramos 30 mil, 40 mil. Com isso, aqueles que ainda não tinham

---

em que a empresa investia e estimulava a formação profissional de seus empregados, Ubirajara, após passar em um vestibular para engenharia metalúrgica em uma faculdade estadual em Guaratinguetá, no Vale do Paraíba paulista, pôde cursar a faculdade através de uma licença remunerada da CSN. Alguns anos depois, Ubirajara conseguiu transferir o curso para o *campus* da Universidade Federal Fluminense em Volta Redonda, que também possuía um curso de engenharia metalúrgica. Como engenheiro formado, trabalhou em inúmeros setores, começando como engenheiro de divisão e terminando como superintendente no setor de operação da usina. Nos seus últimos 3 anos na CSN exerceu a função de assessor do diretor industrial.<sup>440</sup> Quando se aposentou em 1987, não era próximo da associação. Em 1989, foi convidado por antigos colegas de trabalho, que eram associados, a ajudá-los na associação com os cálculos de aposentadorias, bem como perdas e ganhos junto ao INSS (na época INAMPS: Instituto Nacional de Seguridade Social, autarquia do governo federal responsável pelos pagamentos de aposentadorias e outros tipos de auxílio ao trabalhador). Revista Palavra. Edição virtual: <<http://www.revistapalavra.com.br/page/editoriasDetalhe.asp?idNoticia=28>>. Visitado no dia 23/01/2012. Entrevista cedida por Ubirajara Vaz em 2009.

<sup>441</sup> Todos os convênios podem ser vistos no sítio: <<http://www.aapvr.org.br/2010/convênios.php?p=>>

<sup>442</sup> Jornal *Aqui*. Ano 2, nº60. 08/3/1999.

fechado conosco convênios comerciais perceberam que o mercado cresceu e resolveram entrar. Aí, a coisa se transformou numa bola de neve mesmo.<sup>443</sup>

E assim, aumentando convênios no comércio, com médicos, planos de saúde e outros serviços, outros planos mais audaciosos foram sendo traçados. Junto a uma intensa agenda de eventos festivos, a AAP/VR investiu na criação de centros médicos especializados em medicina geriátrica, facilitando o acesso à saúde de uma camada da população carente de deste tipo de serviço pública de qualidade. Não só esses fatores contribuíram para o rápido crescimento da AAP/VR, como também o aumento do número de aposentados na cidade de Volta Redonda, principalmente devido à reestruturação na CSN. No auge de seu crescimento, por volta dos anos de 1998 e 1999, a entidade chegava a ter uma média de 30 novos associados por dia, uma média de 500 n.a. mês.<sup>444</sup>

Por atender uma clientela ampla e crescente, a AAP/VR foi abrindo seu leque de relações institucionais. E seu caráter político foi aos poucos se tornando mais nítido. Pelos convênios acabava por possuir bom trânsito com o setor comercial da cidade, com prefeituras e suas respectivas secretarias de saúde, com a FAM (Federação das Associações de Moradores de Volta Redonda). Nas eleições da entidade, a ACIAP, CDL, SiComércio apoiaram a reeleição de Ubirajara Vaz contra o ex-presidente da AAP/VR João Pinheiro, a quem Vaz criticou por ter “relações perigosas” com membros da oposição sindical da CUT e do PT;<sup>445</sup> enquanto João Pinheiro criticava Vaz por, segundo ele, ter “transformado a APP/VR em um balcão de negócios”.<sup>446</sup> A campanha de Vaz foi cara, nos moldes de campanhas eleitorais político-partidárias, com carros de som, santinhos, showmícios. Vaz venceu com folga Pinheiro por 75% dos votos, contra 23%.<sup>447</sup>

Nos anos seguintes o crescimento e a força da AAP/VR foram se consolidando, com destaque para o estreito relacionamento entre a direção da AAP/VR e a prefeitura municipal, principalmente no que tange às políticas públicas direcionadas para a terceira idade em Volta Redonda, que, como veremos adiante, foi bem marcante em relação a este seguimento da sociedade local.

---

<sup>443</sup> Jornal dos aposentados e pensionistas. “*MaiorIdade*”. Ano 7, nº74. Fevereiro de 2005. p.8.

<sup>444</sup> Ano que a associação atingiu a marca de 27 mil associados, nos dias atuais, segundo a AAP/VR são 40 mil associados em Volta Redonda e outras cidades do sul fluminense. Jornal *Aqui*. Ano 2, nº59. 01/3/1999. p.8. “No período de 94 a 99, a associação saiu do anonimato. Hoje é uma grande empresa, reconhecida no Brasil e no exterior e com muitas obras realizadas. O próprio título de entidade filantrópica foi obtido, outras entidades estavam perdendo esse direito. Somos fiscalizados pelo CNA (Conselho Nacional de Assistência) e temos os nossos relatórios aprovados. Somos uma empresa exemplar nessa área Jornal *Aqui*. Ano 2, nº62. 22/3/1999. p.6.

<sup>445</sup> Jornal *Aqui*. Ano 2, nº62. 22/3/1999. p.6.

<sup>446</sup> Jornal *Aqui*. Ano 2, nº66. 19/4/1999. p.9.

### 3.1.3. Alianças, política estadual e reeleição: forjando a hegemonia

Como demonstramos acima, a vitória de Neto como prefeito de Volta Redonda na repetição da dobradinha PSB/PT, chamada de “Frente Popular”, que, em um primeiro momento possuía representantes dos movimentos sociais, que defendiam programas de participação democrática direta, esvaziou-se de partícipes populares e combativos nos conselhos municipais. O poder político centralizou-se no Executivo, os setores de oposição do PT perderam espaço no governo, no partido e representatividade com a perda de mandatos. No primeiro governo Neto, a “Frente Popular” não o constrangeu a procurar apoio e alianças nos mais diferentes perfis políticos-ideológicos na cidade e no Estado. Era nítido desde o início que sua transferência do PL, em 1995, para o PSB se deu unicamente para ser o sucessor de Paulo César Baltazar, pois no PL seu arco de alianças ficaria mais restrito sem o apoio do PT e possivelmente do próprio PSB.

No entanto, seu rompimento com o PL, na prática, significou apenas sua desfiliação do partido, pois seus antigos aliados no PL permaneceram ao seu lado. Antigos assessores dos tempos de deputado estadual fizeram parte de sua equipe de governo, e seus aliados tradicionais mantiveram-se fiéis a Neto, mesmo depois de sua saída do PL. Ou seja, Neto saiu do *Partido Liberal* e ingressou nas fileiras do *Partido Socialista Brasileiro* com o intuito de viabilizar sua candidatura a prefeito. Após sua vitória na eleição em 1996, Neto não se limitou a cercar-se de políticos de sua composição de chapa, mas afastou-se em especial da esquerda do PT, enfraquecida no município e nacionalmente, que se mantivera na oposição, mas isolada. Em 1998, Neto apoiou para deputado estadual, o vereador, então presidente da Casa Legislativa, Mauricio Pessoa do PFL.

Na oposição a Neto, havia candidatos como Nelson Gonçalves do PSDB, que na região fazia a “dobradinha”: Gonçalves, como deputado estadual e Ronaldo César Coelho como deputado federal, apoiando César Maia para governador. A vice-prefeita de Volta Redonda, Cida Diogo do PT, foi candidata à deputada estadual. De seu partido, o PSB, Edson Albertassi, pastor evangélico e dono da rádio 88FM em Volta Redonda, foi candidato a deputado estadual e Baltazar candidato a deputado federal, esses apoiando Anthony Garotinho do PDT para governador do Estado. De todos esses candidatos, Neto apoiou formalmente apenas Mauricio Pessoa, que tinha como slogan de campanha: “O líder do governo Neto na Câmara”. Isso demonstrava também certo afastamento de seu aliado político Baltazar, e certa

---

<sup>447</sup> Jornal *Aqui*. Ano 2, nº68. 19/4/1999.

dose (alta) de desprezo por aliados formais diretos, como sua própria vice-prefeita e um candidato de seu partido, Albertassi.<sup>448</sup>

Durante o próprio pleito de 1998, o nome de Neto foi cogitado para integrar as fileiras do PFL, por seu apoio a Pessoa e suas aparições públicas com o candidato do PFL, César Maia. Enquanto isso acontecia as lideranças locais do PSB minimizavam esses fatos relegando-as ao fato de Neto ser uma liderança que transcendia questões partidárias, evitando entrar em conflito com Neto.<sup>449</sup>

Passadas as eleições, que culminaram na vitória de Anthony Garotinho do PDT, com Benedita da Silva do PT como vice (repetindo a coligação em nível nacional de Lula presidente e Brizola vice), ocorreu um rearranjo de forças e novas alianças políticas foram sendo construídas, aproximando antigos adversários políticos.<sup>450</sup> Neto estava anunciando a marca de mil obras em seu governo e vivia excelente popularidade em Volta Redonda. Como era nítida sua discrepância política em relação ao PSB, à aliança com o PT (que, por sua vez, no momento de sua formação, ainda preservava as alianças em um campo menos pragmático e mais programático) e ao que restou da “Frente Popular”, o assédio de outros partidos para filiar Neto foi intenso no período. Neto passou a ter capital político forte para contrabalancear os rearranjos políticos. Ninguém queria ficar em oposição a Neto tamanha era sua popularidade, chegando a atingir 98% de aprovação. PPS, PMDB, PFL e PDT foram alguns dos partidos que fizeram convites a Neto para ingressar nesses partidos. O assédio mais forte foi do PDT, partido do governador. Em algumas aparições em público, com a presença de Neto e Garotinho, o governador de forma veemente convidava Neto para ingressar no PDT.<sup>451</sup> Pouco mais de quatro meses depois de eleito governador, Garotinho filiava em seu partido o deputado estadual Nelson Gonçalves, até então no PSDB e adversário de Neto. A partir daí surgiria uma das principais alianças políticas desse grupo político que se gestava.<sup>452</sup> A saída de Neto do PSB também era comentada nos bastidores da política municipal. Contudo, com a vitória e o grande número de votos de Baltazar para deputado federal, era forte a intenção

---

<sup>448</sup> Para tanto, Neto chegou a publicar cartas em jornais da cidade reiterando que seu candidato a deputado estadual era Mauricio Pessoa. “Assim o Prefeito Antonio Francisco Neto (PSB) reafirmou o apoio à candidatura do vereador Maurício Pessoa (PFL) a deputado estadual e conclamou 230 coordenadores de campanha e lideranças comunitárias a buscarem votos para elegê-lo. *Jornal Aqui*. Ano 1, nº38. 21/9/1998. p.5.

<sup>449</sup> *Jornal Aqui*. Ano 1, nº30. 27/6/1998. p.4.

<sup>450</sup> É comum na política brasileira – ainda mais no fim da década de 1990 quando não havia nenhum tipo de dispositivo legal para impedir – o troca-troca de partidos após o período eleitoral. E esse tipo de troca geralmente tende a favorecer os partidos da base de apoio do governo que recebem os maiores números de legisladores eleitos em outros partidos.

<sup>451</sup> *Jornal Aqui*. Ano 2, nº66. 19/4/1999. p.7.

<sup>452</sup> *Idem* p. 8.

deste último em ser candidato a prefeito no ano 2000. Saindo do PSB, Neto abriria espaço para a candidatura de Baltazar.<sup>453</sup>

Em julho de 1999, em uma pesquisa divulgada na cidade<sup>454</sup>, Neto aparecia com 98% de aprovação. Talvez devido a essa expressiva aprovação popular tenha minado as chances de candidatura de Paulo Baltazar e Neto acabou por continuar no PSB. O ano 2000 iniciou-se com Neto como candidato favoritíssimo à reeleição. Nesse contexto, basicamente PDT e PT disputavam para lançarem o candidato à vice na chapa com Neto. Após as convenções partidárias municipais ficou decidido que o PT novamente iria indicar o vice na chapa encabeçada por Neto. O PDT, com isso, a princípio anunciou o rompimento da aliança com Neto, mas após a intervenção do governador Garotinho no partido, a legenda *pedetista* recuou e não lançou candidato próprio nas eleições de 2000.<sup>455</sup>

Por fim, Neto foi candidato à reeleição nas eleições do ano 2000 em uma coligação com nada menos que 20 partidos políticos: PSB-PT-PAN-PDT-PSL-PL-PPS-PMN-PFL-PPB-PTB-PST-PRP-PRTB-PCdoB-PTdoB-PV-PHS-PTdoB e PGT.<sup>456</sup> Dentre as lideranças nacionais que pediram apoio de seus partidos para Neto, encontram-se Lula, César Maia, entre outros. Por sua vez, o PSDB – que fazia oposição à prefeitura municipal desde os tempos de Baltazar –, após a saída do deputado Nelson Gonçalves, ficou esvaziado na cidade e o partido optou por manter a coerência de lançar um candidato de oposição ao Neto. O quadro do partido escolhido foi William de Freitas, ex-vereador da cidade. O partido ainda conquistou o apoio do PSC e PMDB, nessa época sem nenhuma liderança de expressão para comandar o partido na cidade. Com representatividade na oposição sindical da CUT e no SEPE/VR, os trotskistas do PSTU lançaram o ex-metalúrgico Tarcisio Xavier.

Desde o início do processo eleitoral, era perceptível o favoritismo de Neto. Com praticamente todos os candidatos a vereador fazendo campanha para o Neto, o candidato do PSB embora tenha feito caminhadas pela cidade, realizado encontros com aliados e entidades da sociedade civil que lhe apoiavam, pouco divulgou material de campanha para sua candidatura. Na propaganda dos candidatos a vereador, a figura de Neto sempre aparecia, na tentativa de conquistar votos, almejando divulgar em todos os materiais de campanha o apoio

---

<sup>453</sup> *Jornal Aqui*. Ano 2, nº77. 05/6/1999. p.15.

<sup>454</sup> Pesquisa feita pelo jornal *Aqui* e estudantes de comunicação e marketing do município. *Jornal Aqui*. Ano 2, nº79. 12/7/1999.

<sup>455</sup> *Jornal Aqui*. Ano 3, nº127. 19/6/2000. p.13. Alguns membros do PDT local, como o vereador Zoinho, e Clinger – primo de Neto – não apoiaram a decisão do partido. Outras lideranças como Garotinho, o vereador Fuede – então presidente da legenda na cidade – e o deputado Nelson Gonçalves, bancaram a aliança com Neto. *Jornal Aqui*. Ano 3, nº128. 25/6/2000. p.15.

<sup>456</sup> *Jornal Aqui*. Ano 3, nº128. 26/6/2000. Capa e COSTA, Alkindar. *Volta Redonda ontem e hoje*. Cd-rom. Edição comemorativa dos 50 anos de Volta Redonda. Volta Redonda: Prefeitura Municipal, 2004, p. 313.

ao prefeito e algum tipo de proximidade, amizade com Neto. Já os adversários contavam com os votos do funcionalismo público municipal, como era o caso do candidato William de Freitas mesmo afirmava. Tarcísio Xavier do PSTU buscava como partido revolucionário a abertura de espaço no período eleitoral para tentar politizar à esquerda o debate e expor as bandeiras de luta do partido.<sup>457</sup>

Chegado o dia 1º de outubro de 2000, Neto foi reeleito com a maioria esmagadora dos votos. Antônio Francisco Neto obteve 115.204 votos (63,61%), Willian de Freitas, 28.891 votos (15,95%) e Tarcisio Xavier Pereira, 2.464 votos (1,36%).<sup>458</sup> O mandato se seguiu com Neto estreitando relações com aparelhos privados de hegemonia como a AAP/VR<sup>459</sup>, ACIAP e outras entidades patronais.

A ACIAP criava a revista *Aliança Empresarial\** em 2001, aprimorando e sofisticando ainda mais suas formas de interlocução, se tornando cada vez mais protagonista no cenário político da cidade. A CDL, três anos depois, também criou seu jornal informativo: “*O Lojista*”. Estes meios de divulgação são importantes não só para difundir ideias e visões de mundo junto a seus associados, mas também um meio de interlocução com o meio acadêmico através de divulgação de artigos e trabalhos, que, obviamente, corroborem com as respectivas aspirações dos setores, e principalmente defendendo e difundindo estratégias de desenvolvimento econômico como se fosse de bem comum a todos.

Portanto, reforçamos nossa hipótese de que esses aparelhos privados de hegemonia ampliaram seus esforços organizativos, intelectuais e ocuparam o espaço político na direção do processo de desenvolvimento econômico e social implementado na cidade ao longo desses últimos 15 anos. Por exemplo, em novembro de 2002, por uma iniciativa da ACIAP para “acompanhar” o trabalho desenvolvido pelos deputados estaduais e federais eleitos por Volta Redonda e região, foi criado uma “câmara de acompanhamento” composta por cinco membros de entidades patronais, cinco representantes dos trabalhadores e cinco vereadores. No almoço de lançamento do projeto e de definição da composição da câmara, todos os deputados eleitos – os estaduais Cida Diogo (PT), Édson Albertassi (PSB), Nelson Gonçalves (PSB) e os federais Deley (PV) e Baltazar (PSB) – estavam presentes, o que demonstra o tamanho do prestígio da Associação Comercial para a sociedade política de Volta Redonda.

<sup>457</sup> Jornal *Aqui*. Ano 3, nº129. 03/7/2000. p.9.

<sup>458</sup> COSTA, Alkindar. *Op.cit.* p.313.

<sup>459</sup> Um exemplo dessa política de estreitamento de relações foram as constantes presenças de Neto em festas e bailes promovidos pela AAP/VR, e a Lei (de autoria do prefeito Antonio Francisco Neto) nº3687 de 12/11/2001 que cria o Conselho municipal de defesa dos direitos da pessoa idosa.

\* Durante todo o processo de pesquisa e elaboração do presente trabalho tentamos (em vão) obter acesso a revista, porém após a entidade saber o objetivo da pesquisa, a própria nunca mais retornou os pedidos de contato.

Desse almoço originou-se a ideia – parecida com a que está para ser colocada em prática atualmente com a possível, inauguração da Rodovia do Contorno – da criação de um Condomínio ou distrito industrial nas margens desta rodovia. Fica ainda clara a forte interlocução entre essas entidades de classe e o poder público a partir das falas dos próprios deputados eleitos, na qual todos entusiastas.<sup>460</sup> Embora ocultem o caráter de classe do evento e da formação da “câmara de acompanhamento”, era explícito na fala dos respectivos deputados que estes se assumiam como legítimos representantes das ideias e interesses desses grupos, mas com um discurso de que representavam toda a sociedade voltarredondense.

No campo da política municipal, mais precisamente na relação entre o Executivo e o Legislativo, nos pareceu evidente o esvaziamento do Legislativo a partir da vitória de Neto em 1996. Através da análise das leis e das discussões em pauta na Câmara dos Vereadores<sup>461</sup>, percebemos a diminuição de aprovação de projetos de lei do Legislativo, restrito à aprovação de leis para mudança de nome de ruas na cidade e liberação de verbas orçamentárias para o Executivo.<sup>462</sup> Mas essa posição subserviente do Legislativo perante o Executivo municipal teve, mesmo que por um breve momento, um período de conflitos, até pelos rearranjos políticos ocasionados pelo rompimento de Garotinho com o PDT em 2001 – e seus reflexos com o troca-troca de partido de seus aliados – e das eleições de 2002, que de certa forma abriram caminho para as disputas para a sucessão de Neto em 2004. Devido a essas exacerbações, somadas às desavenças em relação às questões de orçamento da Câmara, um grupo de 13 vereadores (na época Volta Redonda contava com 21 cadeiras) decidiu bloquear as votações no fim de 2002. Entre esses bloqueios estava o orçamento municipal para o exercício do ano de 2003.

---

<sup>460</sup> Paulo Baltazar disse: “A iniciativa é brilhante. Democracia se faz com participação, e todo cidadão que ocupa espaço no poder público precisa prestar contas à sociedade”. Cida Diogo afirmou: “É uma ideia interessante reunir a sociedade civil e seus representantes na instituição parlamentar. As perspectivas são excelentes e seria bom se outras cidades tomassem iniciativas semelhantes”. Para Albertassi: “A iniciativa é importante porque assim quem tem mandato em geral só é cobrado depois que tomou uma posição. Assim, o deputado tem como consultar a sociedade sobre o que ela deseja de sua atuação”.<sup>460</sup> Embora ocultem o caráter de classe do evento e da formação da “câmara de acompanhamento”, era explícito na fala dos respectivos deputados que estes se assumiam como legítimos representantes das ideias e interesses desses grupos, mas com um discurso de que representavam toda a sociedade voltarredondense. *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense - 11 a 17 de novembro de 2002 - Ano II - Edição 84.

<sup>461</sup> Disponíveis no *site* da Câmara ou em consulta ao Arquivo da Câmara dos Vereadores de Volta Redonda.

<sup>462</sup> “Um quarto dos projetos apresentados pelos 14 vereadores de Volta Redonda desde a sua posse, em janeiro do ano passado, até a primeira quinzena de agosto deste ano, são destinados a nomenclaturas de logradouros públicos, criação de datas municipais ou reconhecimento de entidades como de utilidade pública. É o que mostra um levantamento obtido pelo Foco Regional na secretaria da Câmara. No ano passado, 35 dos 124 projetos de lei apresentados tinham estas finalidades. Este ano, foram doze dos 51 apresentados nos primeiros quinze dias de agosto.” *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 11 a 17 de setembro de 2006 - Ano IV - Edição 281.

Os vereadores que compõem o Grupo dos 13 pertencem a partidos de todas as tendências ideológicas: há a direita do Prona de Pedro Magalhães, do PPB de Francisco Novaes, do PFL de Maurício Pessoa e Celione Cruz, e do PL de Édson Quinto; a centro-direita do PMDB de Washington Granato e do PTB de Paulinho Dentista; a centro-esquerda do PDT de Fued Cury, do PSL de Maurício Batista e do PPS de Paulo Conrado, e da esquerda do PSB de Marie Baltazar e do Pastor Washington, além do PT de Walmir Vítor. As procedências sociais também não explicam nada: o motorista Maurício Batista se alinha com o empresário Walmir Vítor e o profissional liberal Paulinho Dentista.<sup>463</sup>

Mas no decorrer do ano de 2003, o movimento oposicionista dentro da Câmara dos Vereadores perdeu força. Seis vereadores deixaram a oposição após 20 reuniões entre o então secretário de administração Hudson Braga e os vereadores no Clube Comercial em Volta Redonda. A última reunião que selou o acordo teve duração de mais de 6 horas.<sup>464</sup> Além das discussões, o fato de prefeito gozar de uma maciça popularidade e com as eleições municipais se aproximando, não se apoiar na popularidade do prefeito poderia custar à reeleição dos próprios vereadores.

Politicamente, o segundo mandato do prefeito Neto foi muito intenso, com direito a mudança de partido, lançamento de candidatos com seu aval, entre outras ações. O saldo final foi amplamente favorável à construção de um forte grupo político com cargos/alianças no governo do Estado, prefeitura, Alerj, Câmara Federal, articulados com setores patronais de Volta Redonda. Como dissemos anteriormente, em 2001, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, que aspirava ser candidato à presidência da República em 2002, deixou o PDT diante das resistências do partido em apoiá-lo nessa empreitada e desgastes com o líder principal do partido, Leonel Brizola. Garotinho assim ingressou no PSB e levou consigo diversos aliados no Estado, entre eles o deputado estadual Nelson Gonçalves.

Durante a campanha de 2002, que elegeu Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República, o prefeito Neto ousou e não apoiou nenhum candidato de seu partido, o PSB. Neto lançou e apoiou a candidatura de dois de seus secretários municipais. O secretário da SMEL (Secretaria Municipal de Esporte e Lazer), o ex-jogador do Fluminense e amigo de infância de Neto, Deley, que foi candidato a deputado federal pelo PV e aparecia nas placas de propaganda eleitoral se apresentado como o candidato do Neto e dividindo meio a meio a fotografia de ambos. Para deputado estadual, Neto lançou o seu secretário de governo Carlos Macedo, também pelo PV. Isso criou um racha no PSB, que tinha como candidatos Nelson

---

<sup>463</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense - 11 a 17 de novembro de 2002 - Ano II - Edição 84.

<sup>464</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense - 04 a 10 de agosto de 2003 - Ano III - Edição 122.

Gonçalves e Albertassi para deputado estadual e Baltazar para deputado federal. O afastamento entre Baltazar e Neto passou a ser público. O empenho de Neto em eleger seus dois ex-secretários que foi tão intenso que foi levantada a hipótese do prefeito se licenciar do cargo durante 30 dias para ajudar ainda mais efetivamente na campanha de seus aliados.

Nas eleições, Deley foi eleito com mais de 30 mil votos, assim como Baltazar, que, no entanto, teve bem menos votos que na eleição de 1998.<sup>465</sup> Diante do desgaste da relação interna de Neto no PSB, o mesmo deixou a legenda em 2003, e manteve-se sem partido. Mas o fato mais relevante neste contexto político foi a transferência de Garotinho e sua esposa eleita governadora do Estado do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, do PSB para o PMDB. Junto com Sérgio Cabral, eleito senador, Garotinho percorreu o interior do Estado filiando diversos prefeitos, vereadores e líderes patronais, rearticulando a política do interior do Estado. Em Volta Redonda, filiou os aliados tradicionais de Garotinho como Nelson Gonçalves.

Em setembro de 2003, em um evento na cidade filiaram-se ao PMDB diversas personalidades da cidade:

Os vereadores José de Assis Martins, o Tigrão, e América Tereza se filiaram ao PMDB na visita de Sérgio Cabral a Volta Redonda. Além deles, outros nomes de peso, que também tiveram suas fichas abonadas pelo senador, foram o presidente da AAP-VR (Associação de Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda), Ubirajara Vaz, e o secretário de Administração de Volta Redonda, Hudson Braga. Além dos dois vereadores, que são candidatos à reeleição, Ubirajara é um nome cotado também para pleitear uma vaga no Legislativo, embora afirme que ainda não está pensando nas eleições. A solenidade foi prestigiada pelos prefeitos do PMDB na região: Didácio Pena (Rio Claro), Laerce Nunes (Pinheiral), Almir Dumay (Itatiaia), Altair Paulino (Vassouras), e pelo vice-prefeito de Barra Mansa, Arnaldo Borges. Os vereadores de Volta Redonda Maurício Batista (PSB), Francisco Novaes (PP), Edson Quinto (futuro PL), Carlos Roberto Paiva (PT) e Pedro Magalhães (PP) também participaram do evento. Vereadores de outras cidades vizinhas também compareceram à solenidade. O presidente da Câmara de Volta Redonda, Maurício Pessoa (PFL), recebeu o senador e sua comitiva, acompanhando também da solenidade. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Carlos Perrut, também prestigiou a visita de Cabral, mas confirma que está indo para o PDT.<sup>466</sup>

<sup>465</sup> Em 1998, Baltazar obteve: 99.633 votos, em 2002: 47.648.

<sup>466</sup> *Jornal Foco Regional Sul Fluminense* - 1 a 7 de setembro de 2003 - Ano III - Edição 126

Nessa reconfiguração, o bloco aliado de Neto na cidade ficou mais coeso. A filiação em uma mesma agremiação partidária de diversos aliados deixou os antigos aliados e desafetos para trás. E além de coeso, o arco de alianças de Neto era reforçado por importantes lideranças como o presidente da AAP/VR, que também se filiou ao PMDB e formalizou sua adesão a este grupo político.

Na área das políticas públicas, Neto aprofunda a sua política de reurbanização definindo novos símbolos para cidade, buscando modernizar a imagem da cidade com uma espécie de marketing urbano. Dentre as transformações urbanas experimentadas por Volta Redonda no período, destaca-se a reconstrução do Estádio Municipal General Sylvio Raulino de Oliveira. Um marco para a construção de uma nova imagem para a antiga cidade do aço. Na inauguração em 2004, amistoso entre o Voltaço e o Botafogo, da capital. A cidade comemorava os 50 anos da emancipação em relação a Barra Mansa. Ao som dos gritos de “*Putá que pariu é o maior prefeito do Brasil, Neto!*”, o prefeito Antonio Francisco Neto debulhava-se em lágrimas, agradecia ao público do estádio e a toda a população de Volta Redonda. E para buscarmos algumas das possíveis explicações sobre este fenômeno vivido em Volta Redonda, vamos agora analisar o desenvolvimento das políticas públicas na cidade.

### 3.2 Políticas Públicas na “Era Neto”: cidade espetáculo, cidadão figurante.

#### 3.2.1. Bases teóricas de análise das mudanças no perfil da governança: o desenvolvimento do marketing urbano e a cidade pensada como empresa.

David Harvey, no livro *A produção capitalista do espaço*, no capítulo “Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio”, assinala a relação entre o papel da urbanização e a lógica da circulação e da acumulação de capital, o primeiro atuando como o agilizador desse processo. Assim, a urbanização é vista como um “um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas”.<sup>467</sup> Para organizá-lo e dirigi-lo é necessário “um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais.”<sup>468</sup> Como também o capitalismo não está propenso a barreiras fixas, por sua necessidade de crescente expansão, a urbanização vai aos poucos recebendo contornos que se adequassem às necessidades produtivas.

E a visão de que os gestores públicos deveriam ser agentes desse processo como um braço dinamizador do crescimento econômico (acumulação de capital) veio a partir da crise da década de 1970. Até então predominava nos países centrais do capitalismo um tipo de governança voltada prioritariamente para a prestação de serviços públicos básicos e assistência, uma administração mais “burocrática”. Neste momento de crise, se fez necessário buscar aberturas de novas frentes que promovessem ações que fomentassem ou pelo menos facilitassem o aumento da rotação e circulação de capital mesmo que fosse regionalmente. Diante da decadência de algumas cidades, as melhores respostas eram as ações inovadoras e empreendedoras. Além disso, como analisa Harvey:

---

<sup>467</sup> HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 170.

<sup>468</sup> *Idem*. p.171. Em relação a política urbana para atrair investimentos, Viviani de Moraes Freitas Ribeiro afirma: “No que diz respeito à forma de conceber o urbano, os planejadores urbanos da década de 1990 influenciaram diretamente as gestões locais para tornar o espaço urbano mais atraente aos investidores, baseando-se: na flexibilização das leis de uso do solo; na crescente necessidade imposta pelo mercado, das cidades globais estarem inseridas no fluxo internacional de capital e informação e na resposta à crescente massa de população desempregada, além da temática que passa a ocupar o centro das atenções dos planejadores urbanos na década de 1990, influenciando diretamente as gestões locais para tornar os espaços urbanos mais atraentes aos investidores.” RIBEIRO, Viviani de Moraes Freitas. *A (des) construção do espaço carioca na ‘era César Maia’ (1993-2008): reflexões sobre o modelo de planejamento urbano estratégico e o conjunto de objetos arquitetônicos denominados ‘Pentágono do Milênio’* – Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2009. p. 80.

Há uma concordância geral de que a mudança tem a ver com as dificuldades enfrentadas pelas economias capitalistas a partir da recessão de 1973. A desindustrialização, o desemprego disseminado e aparentemente “estrutural”, a austeridade fiscal aos níveis tanto nacional quanto local, tudo isso ligado a uma tendência ascendente do neoconservadorismo e a um apelo muito mais forte à racionalidade do mercado e à privatização, representam o pano de fundo para entender por que tantos governos urbanos, muitas vezes de crenças políticas diversas e dotados de poderes legais e políticos muito diferentes, adotaram todos uma direção muito parecida.<sup>469</sup>

Na crise do Estado do Bem-Estar Social, fordista, o empreendedorismo serviu para suplantar e adequar as funções administrativas das cidades a partir do ponto de vista lógico-empresarial (apontado muitas vezes como aplicável a quaisquer realidades) e às necessidades do capitalismo mundializado. As cidades nessa fase histórica do capitalismo deveriam ser atraentes aos possíveis investidores, devido a maior mobilidade e flexibilidade de investimentos. Assim sendo, aqueles locais que tivessem estratégias de atração de investimentos, sairiam na frente de seus possíveis concorrentes. Defendemos que essa transição rumo à governança de perfil gerencial, lógico-empresarial (Estado-Gestor), teve consolidação em Volta Redonda à partir do primeiro mandato de Antonio Francisco Neto (podemos perceber algumas ações nesse sentido nos prefeitos anteriores, mas nenhum deles teve papel tão central e decisivo). Em um cenário de profunda crise, os governos posteriores (hegemonizado pelo mesmo grupo político liderado por Neto) tiveram como centro de suas realizações, em orgânica interlocução e alianças com setores empresariais na cidade, a construção de meios para atrair investimentos para a cidade que propiciassem a mudança de perfil econômico na cidade.

De fato, pode-se afirmar com segurança que as mudanças na política urbana e o movimento rumo ao empreendedorismo têm desempenhado um importante papel facilitador na transição dos sistemas de produção fordistas localizacionalmente rígidos, suportados pela doutrina do bem-estar-social keynesiano, para formas de acumulação flexíveis mais abertas em termos geográficos e com base no mercado. Além disso, pode-se afirmar que a transição do modernismo de base urbana para pós-modernismo, com relação ao design, às formas culturais e ao estilo de vida, também está conectada à ascensão do empreendedorismo urbano.<sup>470</sup>

As conexões entre o empreendedorismo e o pós-modernismo aparecem nas parcerias público-privadas (com os subsídios “aos consumidores ricos” às “custas do consumo coletivo

---

<sup>469</sup> HARVEY, David. *op.cit.* p.168. Para Viviani Ribeiro, as funções econômicas das cidades são: “entroncamento de rotas de comércio, portas de acesso ao exterior, lugar de troca de ideias, concentração de conhecimento, estabelecimentos fabris ou centros financeiros”. RIBEIRO, Viviani. *op.cit.* p. 90.

<sup>470</sup> HARVEY, David. *op.cit.* p.181.

local”)<sup>471</sup>, com os governos algumas vezes (senão todas) assumindo o ônus dos custos. O incentivo a pequenas empresas e a prestação de serviços aumenta a discrepância entre as rendas. Uns muito bem pagos (no espectro gerencial) e a grande maioria em empregos de baixíssima remuneração. Para a cidade atrair investimentos, é fundamental construir uma imagem urbana atraente que “ajuda a criar solidariedade social, orgulho cívico”.<sup>472</sup> Para tanto, é necessário uma nova urbanização e novas imagens-símbolos. E foi justamente isso o que ocorreu na cidade de Volta Redonda nos últimos 15 anos, como veremos adiante.

E o processo de reurbanização e requalificação de áreas centrais, como ocorreu em Volta Redonda, foi resultado da derrota do movimento popular no governo Baltazar, que abriu caminho para um novo rearranjo político, já sem a participação popular (seja ela em conselhos municipais, cargos no Executivo e no Legislativo), que formou uma nova coalização dirigente na cidade, notadamente oriunda do setor comercial/serviços.

Os planos estratégicos das mais variadas cidades para atrair investimentos precisam antes de qualquer coisa construir uma imagem competitiva da cidade. E

Nesse contexto, cada novo “produto” urbanístico é cuidadosamente planejado, enquanto o cidadão é confundido com consumidor (cidadãos consumidores) e a cidade com o mercado (“mercadorização” da cidade). Assim, as novas políticas de requalificação urbana, que sustentam o “sistema de ações” do modelo de planejamento estratégico, se apoiam em obras e serviços visíveis, sobretudo os monumentais e simbólicos, representados por novos objetos arquitetônicos com tipologias pretensamente globais, que se constituem em ícones espetacularizados ou em imagens-marco significativas. (...) busca-se uma grande veiculação das imagens sintéticas da cidade através da seleção de fragmentos escolhidos da paisagem urbana, sendo que a produção dessas imagens-síntese ou imagem mito (...) servem para sustentar a nova imagem da cidade (imagem competitiva) com forte impacto no senso comum, na memória social e nas práticas de uso do espaço.<sup>473</sup>

Com a nova ordem social imposta com a privatização da CSN abriu-se caminho para novos modelos de propostas urbanas, colocadas em disputa até o final do governo Baltazar. O modelo vencedor foi o implementado em meio um forte projeto de marketing urbano<sup>474</sup>, de

---

<sup>471</sup> Idem. *ibidem*

<sup>472</sup> Idem.. p.185.

<sup>473</sup> RIBEIRO, Viviani. *op.cit.* p.88.

<sup>474</sup> “O princípio do marketing urbano é fortalecer a capacidade das cidades para que estas possam adaptar-se ao mercado, aproveitar as oportunidades e sustentar sua vitalidade. As administrações das cidades requerem um conceito eficaz de marketing para promover novas empresas e manter as empresas existentes, atrair novos residentes, ativar o turismo (atração de visitantes), realizar eventos culturais, desportivos, com relevância regional, nacional e internacional. Na proposta de marketing urbano, a imagem da cidade deve ser mercantil, a imagem localista deve estar na criação da identidade. Na perspectiva estratégica do planejamento urbano, ‘vender’, a cidade tornou-se uma das funções básicas dos governos locais e um dos principais campos de

cidade promotora de cidadania por meio de sua reurbanização quase que completa, como exemplificaremos pormenorizadamente adiante. E os princípios norteadores dessas políticas foram apropriados do setor empresarial. “Desenvolver potencialidades”, “criar condições favoráveis” são as frases favoritas de gestores públicos, como se fossem diretores de uma empresa e a cidade uma mercadoria.<sup>475</sup>

Diante do *boom* urbanístico e de políticas de afirmação e identidade são comuns os apelos para o sentimento de orgulho e pertencimento à localidade. E essas obras públicas geram um imaginário de progresso e contribuem para constituir o consenso em torno das intervenções urbanas aplicadas, uma vez que sugere recuperação econômica de determinada área.<sup>476</sup>

Nos casos de requalificação urbana, como aconteceu em Volta Redonda, Viviani Ribeiro destaca a criação de novos cenários e novos ícones sintetizadores da nova imagem da cidade. A partir de setembro de 1999, é criado um novo símbolo para cidade de Volta Redonda:



Imagem 1: Símbolo da Cidade adotado pela Prefeitura desde 1999 (Fonte: *Google*)

Ainda em Ribeiro as críticas ao Novo urbanismo se devem basicamente a:

- Estar relacionado apenas a novos empreendimentos com muita identidade e pouca alteridade, voltados a uma classe média branca dotada de condições em detrimento das camadas mais carentes da população (negros e imigrantes);
- Não oferecer solução alguma para os problemas urbanos já existentes;
- Circunscrever um aumento significativo no número de condomínios fechados, gentrificação, conservadorismo estilístico, homogeneidade e uma imagem geral de intolerância;
- Utilizar o conceito de projeto urbano como projeto de dimensão limitada, realizado como um conjunto arquitetônico-urbanístico, dentro de um prazo relativamente curto, e de importância estratégica para requalificação de grandes áreas urbanas e;
- Privilegiar a função lazer, a culturalização e o consumo, incluindo um arsenal de programas emergentes da globalização que incluem: lojas de

---

concentração público-privada. O governo local é promotor das chamadas parcerias entre poder público e poder privado”. *Idem*. p.121.

<sup>475</sup> “A lógica simbiótica da cidade-empresa é ambivalente à da cidade-mercadoria, que deve promover sua imagem no exterior com vistas a exercer a atração de investidores e, ao mesmo tempo, facilitar suas ‘exportações’ de bens, serviços e profissionais. Ambas atribuem aos governos locais uma espécie de papel de capitalista coletivo, na medida em que ‘vender’ a mercadoria da cidade converte-se, portanto, em uma das funções básicas dos governos locais e em um dos principais campos de negociação público-privada”. *Idem*. p.94.

<sup>476</sup> *Idem*. p. 98.

departamento, supermercados, hotéis, restaurantes, acomodações para congressos, apartamentos e estacionamentos, e que negligenciam o entorno, além de gerarem lucro rápido (receitas e, não despesas).<sup>477</sup>

Foi neste cenário de paisagens urbanas pós-modernas (espaços de consumos, lugares de consumo) que se seguiu no pós-privatização e é isso que veremos a seguir. Primeiro vamos analisar as condições objetivas e materiais que propiciaram a este grupo político a realização de uma grande reforma urbana de cariz mercantil, através da análise dos dados orçamentários do município no período e depois iremos analisar pormenorizadamente as políticas públicas desenvolvidas em Volta Redonda.

### ***3.2.2. As condições objetivas para a realização das políticas públicas: uma breve análise dos dados orçamentários do período***

Como já abordamos anteriormente neste capítulo, a abertura política do país na segunda metade da década de 1980 – principalmente após a promulgação da Constituição de 1988 – mudou algumas relações federativas no país, no que se refere à redistribuição de tributos, isenções fiscais, entre outros. Essas modificações somadas às leis complementares ao longo dos anos criaram, entre outras coisas, novas fontes de receitas e compensações para os municípios brasileiros. E de certa forma essas medidas estimularam a modernização burocrática e empreendedora das cidades. As prefeituras passaram a ter mais autonomia em relação aos recursos advindos da União, e necessidade de possuir um corpo de funcionários para prestar contas e formular projetos para esses recursos.

Entre os municípios de 100 a 300 mil habitantes, as transferências da União chegam a representar em Volta Redonda, no ano de 2006, 68% do total de receitas.<sup>478</sup> Os motivos para o aumento das transferências federais e estaduais (intergovernamentais) de recursos para os municípios do Brasil se devem, segundo estudo produzido pela Consultoria Legislativa do Senado Federal, aos seguintes fatores: 1) maior autonomia dos Estados e Municípios frente aos recursos; 2) maior transparência na prestação de contas e proximidade com os cidadãos; 3) melhorar a capacidade fiscal e a qualidade nos serviços públicos; 4) redução do hiato entre a demanda e capacidade fiscal de cada governo; 5) “flexibilidade para absorção de choques econômicos positivos e negativos”; 6) independência em relação a negociações de ordem

---

<sup>477</sup> *Idem.* p.115.

<sup>478</sup> MENDES, Marcos. MIRANDA, Rogério e COSIO, Fernando. *Transferências Intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma Estudo consultoria do senado.* Consultoria Legislativa do Senado Federal. 2008. p.26.

política; 7) incentivo à municipalização dos serviços; 8) incentivo à responsabilidade fiscal e à gestão “eficiente” dos recursos.<sup>479</sup>

Os recursos transferidos em sua maioria são de tipo: 1) *incondicional, obrigatório e sem contrapartida*<sup>480</sup>, além dos recursos de tipo 2) Condicional;<sup>481</sup> 3) Compensações financeiras.<sup>482</sup> Dentre os principais recursos estão o ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias de serviços) e o FPM (Fundo de participação dos municípios).<sup>483</sup> Como dissemos anteriormente, o ICMS foi consagrado na Constituição Federal de 1988 unificando diversos tributos.<sup>484</sup> E no texto original da Constituição estabelecia a isenção da taxa de ICMS sobre as exportações de produtos industrializados, pela qual as cidades e Estados exportadores perderam receitas importantes.<sup>485</sup> Dentre esses municípios, estava Volta Redonda, exportador de aço. Os produtos primários e semi-elaborados seriam especificados por Lei Complementar nº65 de 15 de abril de 1991 que taxava a exportação de produtos primários e semi-elaborados (como alimentos processados entre outros).<sup>486</sup>

Com o advento do Plano Real em 1994, e a valorização da moeda nacional equiparada ao dólar, a balança comercial brasileira tornou-se deficitária nos anos posteriores. Foi o período da enxurrada de produtos importados – geralmente chineses – vendidos a R\$ 1,99, somados a produtos de informática, cervejas, carros, entre outros. Assim, o governo de Fernando Henrique Cardoso, através de seu Ministro do Planejamento Antonio Kandir, apresentou uma proposta de Lei para modificar as principais regras da cobrança de ICMS, em

---

<sup>479</sup> Idem. p.7.

<sup>480</sup> Receitas como ICMS, Fundo de Participação dos Municípios entre outros. *Idem ibidem*

<sup>481</sup> Quando devem ser destinados obrigatoriamente para as áreas específicas, como Saúde e Educação.

<sup>482</sup> Associada à perda de arrecadação ou exploração de recursos naturais.

<sup>483</sup> O FPM é uma transferência redistributiva, paga pela União a todos os municípios do País. Ela é de uso incondicional, obrigatória e sem contrapartida. Trata-se da segunda maior categoria de transferências, perdendo apenas para o repasse do ICMS dos estados para os municípios. O FPM é um mecanismo enraizado na tradição federativa brasileira, com sua origem remontando à Constituição de 1946. A denominação “Fundo de Participação dos Municípios” foi instituída pela Constituição de 1967. É importante observar que essa Constituição foi promulgada pelo regime militar (vigente entre 1964 e 1985), com orientação fiscal fortemente centralizadora. Mesmo assim, a partilha de receitas, espinha dorsal do pacto político federativo, não foi revogada (ainda que tenha se dado em valores mais modestos). Encerrado o regime militar, aprovou-se uma nova Constituição em 1988 (atualmente em vigor), cujo espírito descentralizador resultou em forte aumento da participação dos municípios na receita da União. MENDES, Marcos. MIRANDA, Rogério e COSIO, Fernando. *op.cit.* p.30.

<sup>484</sup> Art. 155, II, da Constituição Federal de 1988.

<sup>485</sup> SOARES, Murilo Rodrigues da Cunha. *Lei Kandir: breve histórico*. Consultoria Legislativa da Câmara Federal, 2007. p..3.

<sup>486</sup> Estavam sujeitos aos pagamentos de tributos as exportações que: “I) que resultassem de matéria-prima de origem animal, vegetal ou mineral quando exportada *in natura*; II) cuja matéria-prima de origem animal, vegetal ou mineral não tenha sofrido qualquer processo que implicasse modificação da natureza química originária; III) cujo custo da matéria-prima de origem animal, vegetal ou mineral representasse mais de 60% do custo total do produto.” *Idem. Ibidem.*

1996.<sup>487</sup> Dentre as principais mudanças da chamada *Lei Kandir* estão “desoneração das operações que destinassem mercadorias ao exterior, alcançando inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados”<sup>488</sup>, além de garantir o crédito do imposto e compensações tributárias da União para Estados e Municípios, chamada de “seguro receita”.<sup>489</sup>

Também denominada de “seguro receita”, a compensação, na versão original da Lei, seria feita até o exercício financeiro de 2002, com possibilidade de extensão até o exercício financeiro de 2006, dependendo da situação fiscal do Estado. Uma complexa fórmula determinava o Valor a ser Entregue ao Estado (VE), envolvendo a arrecadação do ICMS e determinados fatores de crescimento e atualização, bem como o desempenho da arrecadação de cada um dos Estados em relação aos demais e em relação às receitas da União coletadas em seu território. Havia, ainda, um teto para o repasse, denominado de Valor Máximo de Entrega de Recursos (VME), calculado a partir do Valor Previsto de Entrega (VPE), sendo esse último fixado em R\$3,6 bilhões, para os exercícios financeiros de 1996 e 1997, e em R\$4,4 bilhões, para os exercícios financeiros de 1998 e seguintes montantes também sujeitos a outras regras de ajuste.<sup>490</sup>

As compensações foram ao longo dos anos sendo prorrogadas, sem maiores diferenças ou modificações substanciais, acrescidas de recursos para a saúde, para a educação (FUNDEF/ FUNDEB), entre outros recursos. Uma grande mudança a nosso ver, aconteceu em 2003 quando as isenções de ICMS e as consequentes compensações foram “constitucionalizadas”. Por meio da Emenda Constitucional nº42/2003, as isenções e compensações referendadas na Magna Carta do país, consolidaram o prestígio do setor agroexportador e a dependência do país da exportação de *commodities* agrícolas e minerais.<sup>491</sup>

O fato é que, se em um primeiro momento os Estados e Municípios exportadores vinham perdendo arrecadação, após a lei Kandir boa parte dos recursos foram recuperados com as compensações e novos recursos específicos. Coincidência ou não a aprovação da Lei coincide com a ascensão de Antonio Francisco Neto à Prefeitura de Volta Redonda em 1996. Dados extraídos e catalogados a partir da Secretaria do Tesouro Nacional indicam um aumento exponencial da receita orçamentária do município de Volta Redonda a partir de 1996 e 1997.

<sup>487</sup> Lei Complementar nº87, de 13 de setembro de 1996.

<sup>488</sup> SOARES, Murilo Rodrigues da Cunha. *op.cit.* p.4.

<sup>489</sup> *Idem.* p.5.

<sup>490</sup> *Idem ibidem*

*Receita Orçamentária de Volta Redonda*

<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>
R\$ 25.780.865,18	R\$ 269.764.557,25	R\$ 39.441.107,06	R\$ 45.644.574,60
<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
R\$ 144.161.352,23	R\$ 153.259.873,53	R\$ 159.431.688,95	R\$ 200.720.717,50
<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
R\$ 207.181.467,90	R\$ 244.138.725,87	R\$ 203.968.789,20	R\$ 267.791.289,10
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
R\$ 291.740.668,93	R\$ 318.757.136,20	R\$ 337.158.079,96	R\$ 362.465.078,80
<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
R\$ 395.714.600,00	R\$ 510.438.100,00	R\$ 527.198.200,00	R\$ 602.537.000,00

Fonte: Dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do Autor.

O ano de 1992 foi um ano atípico, pois algumas receitas de 1993 foram antecipadas, algumas compensações relativas à privatização de CSN foram feitas, relativas aos impostos (ICMS). Já em 1995, o aumento se deu pelo recebimento de tributos que em anos anteriores (1989-1993) não foram quitados ao município. Mas como vemos nas tabelas abaixo as receitas após a vitória de Neto aumentam de forma considerável, o que possibilitou logo nos primeiros anos de mandato (1998-1999) implantar uma gigantesca reurbanização no município, que então amargava anos de recessão e crise, conferindo-lhe um poderoso capital político. Observando as principais receitas do município, como a arrecadação do ICMS, o Fundo de Participação dos Municípios, IPTU, ISS, percebemos a elevação das receitas municipais em todo o período estudado. Somados aos recursos federais e estaduais, condições objetivas para a realização das políticas públicas em Volta Redonda no período.

O crescimento médio anual da receita orçamentária de Volta Redonda foi de cerca de 14,68%. Entretanto, esta média varia muito ao longo do período, não se configurando uma constante, oscilando para períodos de aceleração de crescimento de arrecadação para períodos de desaceleração desse crescimento. Os anos que mostraram mais disparidades foram os anos de 1997/1998 com crescimento de um ano para o outro 25,9% na arrecadação e 2007/2008 com o crescimento de 28,99%. O único momento de queda de receita orçamentária foi no ano 2000/2001, quando o país sofreu com o racionamento de energia elétrica e com a recessão da economia. O reflexo no orçamento de Volta Redonda foi uma diminuição na arrecadação na ordem de -16,45%. Em todos os outros anos se registraram aumentos de arrecadação acima da inflação (com exceção do ano de 2008 com inflação de 5,9% e um aumento de arrecadação de 3,2%, fruto provável da explosão da crise financeira nos EUA em 2008).

<sup>491</sup> Esta forma de isenção estimulou a expansão do agronegócio no país e ajudou a manter os superávits da balança comercial brasileira, através de *commodities*.

*Cota-parte do ICMS*

<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>
R\$ 17.827.611,21	R\$ 193.352.812,21	R\$ 2.598.528,33	R\$ 29.402.255,10
<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
R\$ 55.729.005,28	S/d	R\$ 67.853.009,63	R\$ 58.995.199,89
<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
R\$ 71.394.020,22	R\$ 79.737.293,15	R\$ 84.017.138,65	R\$ 103.182.920,38
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
R\$ 106.545.125,78	R\$ 106.545.125,78	R\$ 115.983.062,24	R\$ 127.630.039,60
<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
R\$ 139.258.100,00	R\$ 145.959.200,00	R\$ 169.724.500,00	R\$ 239.337.500,00

Dados Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do Autor.

*Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)*

<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>
R\$ 1.478.843,10	R\$ 16.972.598,64	R\$ 385.640,22	R\$ 3.067.983,00
<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
R\$ 6.581.920,28	s/d	8.237.338,17	7.129.572,12
<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
8.355.797,91	9.310.125,11	9.924.711,41	13.637.512,44
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
14.601.132,55	19.656.516,61	21.185.521,90	23.204.727,81
<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
28.099.000,00	34.258.900,00	32.273.500,00	35.646.000,00

Dados Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do Autor.

*Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU)*

<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>
R\$ 1.028.056,02	R\$ 5.639.906,66	R\$ 66.620,38	R\$ 1.287.248,90
<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
R\$ 9.052.090,04	R\$ 12.252.910,25	13.032.511,44	19.294.779,13
<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
17.044.913,01	19.255.316,49	20.872.998,01	22.744.336,55
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
26.517.610,85	28.687.319,98	31.492.016,59	17.376.380,04

<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
16.676.100,00	54.694.300,00	36.631.300,00	38.763.600,00

Dados Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do Autor.

### *Receitas Tributárias*

<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>
R\$ 3.218.909,11	R\$ 35.108.212,53	R\$ 554.306,22	R\$ 6.936.544,40
<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
R\$ 35.841.135,32	R\$ 31.032.246,96	30.163.278,30	38.662.042,53
<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
34.563.514,91	40.062.303,84	46.075.487,80	47.735.186,80
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
55.316.747,12	57.545.295,34	64.076.562,31	59.105.550,43
<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
61.479.800,00	110.615.500,00	96.131.600,00	107.264.600,00

Dados Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do Autor.

Os primeiros anos de mandato de Antonio Francisco Neto foram contemplados receitas extraordinárias oriundas do PAC (Passivo Ambiental Compensatório/CSN) na ordem de 16 milhões de reais durante três anos consecutivos e ainda recursos do governo federal específicos para habitação e urbanismo e saúde e saneamento. Esse aumento de receitas somado por esses recursos deram fôlego financeiro para as mais de duas mil obras realizadas por Neto em seu primeiro mandato, lhe garantindo uma reeleição com folgas e uma vasta arco de alianças políticas.

### *Receita Industrial*

<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16.829.835,61
<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
16.196.609,40	16.176.778,91	R\$ 0,00	274.660,39
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
462.123,01	596.584,35	435.023,23	713.558,92
<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
359.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Dados Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do Autor.

Um ponto importante a ser destacado é o volume de recursos federais específicos recebidos pela prefeitura, principalmente nos anos correspondentes. Certamente esses recursos são os responsáveis pela urbanização e saneamento das áreas de posse do município no primeiro governo Neto, englobada dentro das suas mais de duas mil obras realizadas na cidade.

#### *Habitação e Urbanismo*

<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
R\$ 13.508.737,56	11.830.938,82	11.849.515,03	16.518.639,23
<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
16.518.639,23	16.518.639,23	12.565.454,22*	4.768.587,12

Dados Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do Autor.

#### *Saúde e saneamento*

<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
R\$ 32.690.771,64	35.039.893,86	66.370.541,16	74.225.584,75
<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
70.810.503,77	13.900.794,78	22.243.494,05	23.929.469,15

Dados Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do Autor.

Ainda dentro da discussão sobre o aumento de receitas, também é importante observar os crescentes recursos referentes a prestação de serviços na cidade no período. Se intensificando no Governo de Gothardo Neto (2005/2008) e mantendo sua aceleração nos últimos anos de terceiro mandato de Neto. Evidenciando a modificação do perfil econômico da cidade e o aumento da importância desse setor para a economia da cidade.

#### *Imposto sobre serviços (ISS)*

<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>
R\$ 1.748.189,22	R\$ 20.684.196,80	R\$ 317.055,37	R\$ 3.755.355,90
<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
R\$ 16.399.669,30	R\$ 14.283.927,94	13.536.678,77	15.754.897,70
<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
15.863.366,40	19.046.839,99	23.908.910,64	20.729.609,37
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
23.441.421,34	23.115.193,21	26.447.789,25	35.322.308,50
<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
35.931.400,00	44.841.000,00	51.066.200,00	58.262.200,00

Dados Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do Autor.

\* Verba destinada apenas para Urbanização.

Também aparece nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional, ainda que em um período reduzido o gasto com comunicação e propaganda. O gasto começou em 1997 e sua descrição foi encerrada em 2003. E o gasto foi fundamentalmente com inserções na mídia (TV, rádio e jornais impressos).

*Comunicação*

<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
S/d	479.111,03	333.759,78	455.794,36
<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
232.709,63	407.350,72	3.867.983,17	874.198,58

Dados Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do Autor.

*Receita de contribuição*

<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
2.133.995,45	2.924.606,45	16.045.830,84	5.362.973,45
<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
4.499.028,14	4.654.909,66	4.654.909,66b	4.410.433,31
<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
4.477.402,61	4.905.400,00	6.205.300,00	6.465.100,00

Dados Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do Autor.

No tocante aos investimentos índices demonstram um aumento do investimento no final do governo Baltazar e início do primeiro governo Neto com destaque para o ano de 1998, quando a prefeitura municipal iniciou sua ampla reforma urbanística no município, chegando ao pico de 33% da receita orçamentária. Nos anos posteriores os investimentos sofreram grande desaceleração, diminuindo ainda mais na gestão Gothardo Neto, talvez pelo possível reflexo do não pagamento do IPTU pela CSN no período, pelo baixo crescimento econômico do país e problemas de caixa herdados dos dois primeiros mandatos de Antonio Francisco Neto. Nos últimos anos, como podemos perceber, um aumento de recursos expressivos do investimento, oriundo dos investimentos públicos feitos na cidade – principalmente às margens da Rodovia dos Metalúrgicos (ou Tancredo Neves) – com o intuito de atrair empresas do setor de logística e outros serviços, porém em um crescimento em um ritmo muito inferior ao crescimento da receita orçamentária. Dados abaixo:

*Investimentos*

<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>
R\$ 4.083.349,12	R\$ 19.532.928,07	R\$ 274.181,66	R\$ 2.439.413,82
<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
R\$ 35.596.538,09	R\$ 30.066.543,49	33.976.725,63	67.103.839,90
<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
25.425.243,22	24.266.503,61	23.073.409,07	35.688.549,10
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
35.382.184,68	23.091.725,07	21.182.162,10	19.593.735,47
<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
33.349.700,00	70.597.800,00	78.087.600,00	98.582.100,00

Dados Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do Autor.

<b>Investimento / Receita Orçamentária (%)</b>			
<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>
16%	7%	1%	5%
<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
25%	20%	21%	33%
<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
12%	10%	11%	13%
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
12%	7%	6%	6%
<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
8%	14%	15%	16%

Embora o discurso da austeridade e gestão de tipo lógico-empresarial, podemos observar que na maior parte dos anos a prefeitura municipal de Volta Redonda obteve saldo negativo em suas contas, ou seja, gastando mais do que arrecada. E certo padrão no gasto público. Ao longo do mandato gasta-se a mais e formulam-se projetos e obras. No último ano de governo retrai-se o gasto público (mas com inauguração de obras), as contas retornam o *superávit* e tornam-se objeto de campanhas publicitárias como exemplo de “boa gestão pública”.

*Superávit ou déficit*

<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
-21.504.481,79	-18.541.364,91	15.452.303,18	37.041.702,70
<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
-21.999.509,16	-32.091.425,33	1.249.765,16	-13.836.769,02
<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
-19.107.726,22	-30.301.900,00	9.791.200,00	S/d

Dados Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do Autor.

*Despesa Orçamentária*

<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>
R\$ 28.697.026,54	R\$ 284.562.361,88	R\$ 4.147.059,73	R\$ 49.131.756,77
<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
R\$ 167.168.724,00	R\$ 163.289.193,04	156.283.689,00	222.225.199,30
<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
225.722.832,80	228.686.422,69	166.927.086,50	289.790.798,26
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
323.832.094,26	313.137.050,10	350.994.848,98	381.572.805,00
<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
426.016.500,00	500.646.900,00	582.812.800,00	656.962.400,00

Dados Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração do Autor.

A relação receita orçamentária com a despesa de pessoal ao longo dos anos evidencia o arrocho salarial imposto aos servidores públicos com a diminuição expressiva de seu peso sobre os orçamentos públicos. A tendência de queda na relação entre a receita e a despesa com pessoal se mantém em todo o período, mesmo com o aumento de 10% nos salários dos servidores em 2008 e em 2010 (os únicos em toda a “era Neto”) inverteram esta tendência.

*Despesa com pessoal<sup>492</sup>*

<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>
R\$ 8.498.340,73	R\$ 122.713.381,27	R\$ 2.120.887,02	R\$ 22.271.768,24
<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
R\$ 48.273.432,51	R\$ 57.710.935,62	58.373.262,63	71.760.668,33
<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
88.192.832,28	90.988.393,64	60.560.409,93	148.527.328,71*
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
S/d	116.174.666,00	121.934.326,98	126.436.381,20
<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
132.041.500,00	147.780.800,00	158.231.200,00	169.332.100,00

<b>Despesa com pessoal / Receita Orçamentária (%)</b>			
<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>
33%	45%	5%	49%
<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
33%	38%	37%	36%

<sup>492</sup> São valores nominais.

\* Acrescido dos encargos trabalhistas

<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
43%	37%	30%	55%*
<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
***	36%	36%	35%
<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
33%	29%	30%	28%

Esses dados são importantes para desmistificar a imagem de um prefeito que assumiu um governo falido, “tirou leite de pedra” e realizou duas mil obras. Neto, sim, recebeu um município em dificuldades financeiras, mas ao longo de seus mandatos obteve um expressivo aumento de recursos financeiros, capaz de propiciar uma grande transformação da cidade. Para isso, também impôs um rígido arrocho salarial aos servidores municipais, bem como comandou o direcionamento e alocações dos recursos e projetos para a realização das políticas públicas municipais.

### ***3.2.3 Balanço das políticas públicas na “Era Neto”***

O governo de Antonio Francisco Neto herdara de seu antecessor uma cidade com problemas de infraestrutura e graves dificuldades financeiras acrescidas pelo alto índice de desemprego na cidade. Comércio em crise e os principais centros comerciais tomados por vendedores ambulantes refletiam a estagnação econômica vivida na cidade. A principal praça de Volta Redonda – Praça Brasil, na Vila Santa Cecília – havia se tornado um camelódromo e uma agência ambulante de carros, assim como as portas de escolas e entradas da Usina Presidente Vargas. Instalações municipais, como o parque aquático, sediado na Ilha São João, estavam abandonadas há alguns anos e a proposta inicial do governo era a sua terceirização, através de um possível convênio com o SESC para a reativação do parque aquático.<sup>493</sup> Problemas de falta crônica de moradia e outros eram os distúrbios que deveriam ser enfrentados.

A construção da *Rodovia do Contorno* era tida como panaceia para solucionar o trânsito da cidade e, com a privatização da CSN, também passou a ser apontada como a solução para a falta de áreas para instalação de empresas na cidade. As obras iniciaram-se em 1995; a rodovia possui menos de 14 quilômetros de extensão e ligaria a BR 393 à Via Dutra, sem precisar cruzar o centro de Volta Redonda. Orçada inicialmente em R\$ 27 milhões, no final do mandato de Baltazar, quando a prefeitura já havia gastado 7 milhões, o prefeito

<sup>493</sup> Revista *Primeira Página*. Ano 2, nº32. Maio de 1997. p.11.

chegou inaugurar um pequeno trecho perto da Rodovia dos Metalúrgicos, mas em setembro de 1996 as obras foram interrompidas e boa parte da terraplanagem foi se perdendo nas chuvas do verão de 1997, dando início a uma longa “novela” em torno de sua construção.<sup>494</sup>

Os primeiros anos do governo Neto – calcados na lógica da governança empreendedora<sup>495</sup>, priorizando políticas públicas que propiciem atração de investimentos para a cidade, em aliança com as entidades de classe patronais, com fluxo de receitas maior e sem um plano diretor a seguir – transpareceram o intuito de promover uma imensa reforma urbanística com os objetivos principais de atrair investimentos, mudando a imagem da cidade e mexendo com a autoestima da população. Após um primeiro ano de governo, sem grandes diferenças com os anos Baltazar, no segundo ano de mandato, começaram a ser feitas diversas obras de urbanização de regiões periféricas, reformas de praças e instalações, ampla reforma asfáltica, reformas de escadarias (muito comuns na cidade).

Em meados de 1998, com o término das primeiras obras, a prefeitura passou a divulgar diariamente pela imprensa um calendário de inaugurações das próximas obras.<sup>496</sup> Neste período, nos informes publicitários da prefeitura aparecia a nova campanha “Eu acredito em Volta Redonda: acredite você também na sua cidade”, com o intuito de elevar a autoestima da população, associando as obras ao progresso e melhoria da qualidade de vida no município.<sup>497</sup> Como vemos abaixo:



Figura 2: Slogan da Prefeitura de Volta Redonda (Foto: Autor)

<sup>494</sup> No projeto original, a rodovia foi projetada para ter 4 pistas (uma vez que sua função principal era tirar os caminhões do centro da cidade), mas atualmente está sendo finalizada com duas pistas. Vários são os motivos para seu atraso desde desvios de verba, falta de planejamento, problemas burocráticos para desapropriação de terras do em torno da rodovia. Os candidatos a deputado federal que possuíam bases eleitorais na cidade durante esses 17 anos de construção sempre propagandeavam a proximidade com os ministros dos transportes que prometiam verbas. Atualmente a obra está programada para ser inaugurada dia 17 de julho de 2012, aniversário da cidade.

<sup>495</sup> Termo utilizado por David Harvey para definir governos pensam e definem sua gestão pública pela lógica empresarial.

<sup>496</sup> Anexo II. p.217.

<sup>497</sup> Em maio de 1999, por meio de um projeto do vereador José Ivo de Souza, criou-se o guia “Acredite em Volta Redonda”, contendo, além das imagens das novas avenidas e praças da cidade, informações e dados úteis para quem quisesse investir capital na cidade de Volta Redonda. Lei 3531. 13/5/1999.

No final de 1998, registravam-se três a quatro inaugurações de obras da prefeitura por dia, a grande maioria contando com a presença do Prefeito Neto. Esse ritmo estendeu-se até o período eleitoral no ano 2000. Ou seja, durante pouco menos de dois anos, o prefeito Neto percorria a cidade inaugurando obras e anunciando novas obras.

Em abril de 1998 foi anunciada a primeira de uma série de revitalizações na Avenida Amaral Peixoto. Planejada pelo IPPU, a obra reformou calçadas, construiu jardineiras, renovou os semáforos e recapeou o asfalto.<sup>498</sup> No mês de dezembro, foi a vez do principal centro comercial da cidade, a Vila Santa Cecília, ser reformulado.<sup>499</sup> O *Projeto Vila Viva: você merece. Volta Redonda precisa*, foi planejado em conjunto entre a Prefeitura Municipal, o Grupo CSN e empresários locais. Possuía quatorze quesitos: 1) Revitalização da Praça Brasil; 2) Urbanização da Avenida dos Trabalhadores; 3) Remodelação do *Sider Shopping*; 4) Chegada do *Hipermercado Sendas*; 5) conclusão do *Shopping Volta Redonda*;<sup>500</sup> 6) Uma loja do Mc Donald's; 7) Teleporto *Sul Fluminense*; 8) Edifício Garagem; 9) Reforma do *Gacemss*;<sup>501</sup> 10) Memorial e exposição permanente de Getúlio Vargas; 11) Recuperação do *Cine 09 de Abril*; 12) Reforma do *Memorial Zumbi*; 13) Reforma do *Vila Shopping*; 14) Complexo Médico-hospitalar.<sup>502</sup>

Dentre esses itens do projeto, a conclusão de um *shopping* no prédio em litígio não foi para frente, assim como o teleporto e o edifício garagem, dada a falta de demanda que viabilizasse sua construção. Afinal, em um cenário de decadência do município, devido ao aumento do desemprego local, o número de carros apresentava-se em menor quantidade. Por sua vez, a construção, em um dos estacionamentos do (antigo) escritório central da CSN, de uma franquia do Mc Donald's visava dar um ar cosmopolita e moderno à cidade, não só aos olhos de seus visitantes, mas também de seus habitantes. Já o complexo médico-hospitalar viria da terceirização do Hospital da CSN pelo grupo VITA.

Percebe-se, neste projeto de revitalização, a ênfase na criação de locais de consumo e uma forma urbanística que mude a imagem da cidade para atração de investimentos. Isso fica claro através da fala da direção da CSN e do prefeito de Volta Redonda:

<sup>498</sup> *Jornal Aqui*. Ano I, nº17.27/4/1998. p.10/11.

<sup>499</sup> Anexo III. p.218.

<sup>500</sup> O referido prédio, em frente ao antigo escritório central da CSN (na Vila Santa Cecília) começou a ser construído na segunda metade da década de 1980, mas devido a morte de um dos sócios o prédio entrou em litígio em meio a sua construção e ficou dessa forma até o ano de 2005.

<sup>501</sup> Grupo Artístico e Cultural Edmundo Macedo Soares, possui um teatro/cinema na Vila Santa Cecília.

<sup>502</sup> *Jornal Aqui*. Ano 2 nº50. 14/12/1998. p.12.

‘O marketing de Volta Redonda é terrível. A imprensa só denigre a imagem da nossa cidade’, reclamou José Carlos Martins [então Diretor da CSN Aço] no seu discurso. O diretor da CSN confirmou que a intenção do projeto *Vila Viva* é incentivar outros investidores a se interessarem em investir no município. Martins inclusive acha que a Vila Santa Cecília será o maior centro comercial, social, industrial e cultural de Volta Redonda. O discurso do prefeito não foi diferente. ‘Volta redonda não aguenta mais ouvir falar em demissões. Precisamos gerar mais empregos’, comentou.<sup>503</sup>

Na virada de ano 1998/1999, a prefeitura de Volta Redonda anunciava a realização de mil obras no governo Neto.<sup>504</sup> E o governo não poupou anúncios – em jornais impressos, publicidade na TV e no rádio, revistas coloridas distribuídas gratuitamente em pontos comerciais, repartições públicas, escolas – reforçados por uma gigantesca agenda de inaugurações por praticamente toda a cidade.<sup>505</sup> Esses fatos sem dúvida alguma impulsionaram a popularidade do prefeito Neto subir a índices poucas vezes alcançado por um político brasileiro.

Ainda dentro da linha empreendedora de administrar a prefeitura, o governo municipal, aliado à grande reforma urbanística posta em prática no período, construiu uma nova imagem síntese para o município – surgia um novo símbolo para Volta Redonda, que se tornaria “padrão” nos detalhes das obras da prefeitura em calçadas, jardins (em anexo), e seria exibido logo na entrada da cidade.<sup>506</sup>



Imagem3: Estrutura na entrada da cidade pela Via Dutra. (Fonte: site Portal VR)

<sup>503</sup> *Idem.* p.10.

<sup>504</sup> Anexo IV. p.218.

<sup>505</sup> Publicação: “47 anos Volta Redonda – a cada dia uma nova conquista”. Da assessoria de comunicação social da Prefeitura de Volta Redonda. Jul/2001.

<sup>506</sup> ANEXO V. p.219.



Imagem 4: Os ônibus urbanos de Volta Redonda (Fonte: Google)



Imagem 5: Estádio Raulino de Oliveira batizado pela prefeitura de *Estádio da Cidadania* (Fonte: Google)



Imagem 6: mesa de trabalho no gabinete do prefeito Neto (Fonte: Jornal *Diário do Vale*)



Imagem 7: calçadas da cidade (Foto: Autor)



Imagem 8: Símbolo em grande estrutura metálica (Foto: Autor)

A alta popularidade de Neto e a cidade transformada em um canteiro de obras tornaram as eleições de 2000, como descrevemos acima, uma *barbada*. Em meados do ano 2000, o governo chegou à marca de duas mil obras no primeiro mandato.<sup>507</sup> Neste embalo das obras na cidade, outras políticas públicas específicas foram sendo colocadas em prática, contudo, estas se tornaram mais perceptíveis ao longo dos dois primeiros mandatos de Neto à frente da Prefeitura. Iremos deter nosso olhar mais precisamente nas políticas públicas para a

<sup>507</sup> Anexo VI. p.220.

terceira idade e na atuação da prefeitura no setor de cultura e lazer, marcada pelo aumento expressivo de grandes eventos musicais gratuitos na cidade.

Na virada do século, a aliança entre AAP/VR e Prefeitura se tornou mais evidente e não se restringiu a meras aparições em festas e eventos de ambas as instituições e à criação do bloco carnavalesco *Bloco da Vida* – criado pela prefeitura – voltado para a terceira idade. Em meados seu segundo mandato, Neto criou, através do Projeto de Lei 3676 de 12/11/2001, um Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e, partir daí, inúmeros projetos foram concebidos, voltados para a terceira idade, selando a parceria da prefeitura com a AAP/VR.

Entre esses projetos, destaca-se o “Melhor Idade”, elaborado conjuntamente pela Secretaria de Esporte e Lazer, que criou polos nos bairros para que idosos pratiquem atividades físicas, pesque-pague no zoológico municipal, cursos profissionalizantes de informática, viagens (devidamente financiadas com o dinheiro público) para os idosos, entre outros. Claro que todos os participantes deveriam ser cadastrados nos grupos da 3ª Idade e associados à AAP/VR.<sup>508</sup>

Este período também foi marcado por inúmeras atrações musicais em Volta Redonda com a entrada franca. Dentre as duas mil obras do prefeito Neto, no seu primeiro mandato, uma delas foi a revitalização da Ilha São João.<sup>509</sup> Posteriormente à sua revitalização, a prefeitura passou a patrocinar shows gratuitos para a população – ou com o valor simbólico de 2 kg de alimentos não perecíveis – seja durante festas e exposições anuais que ocorrem na cidade, bem como em shows em finais de semana comuns. E o palco para apresentações gratuitas em solo voltarredondense não se restringia apenas a Ilha São João. Na Vila Santa Cecília, abaixo da biblioteca municipal, a prefeitura montou um palco permanente.

---

<sup>508</sup> Em 2007, mais de 15 mil idosos estavam cadastrados no programa. As viagens acontecem desde 1999, nos finais de ano, com destino a Paraty, Cabo Frio, São Lourenço, Vassouras, Valença, entre outras cidades. Além disso, também surgiram projetos como “Olimpíada da 3ª Idade”, além da organização de festas juninas e outras festas. Cf. <<http://diariodovale.uol.com.br/noticias/4,22154.html#axzz1mKiuTARa>> e <http://www.portalvr.com/noticias/index.php?show=8806>>. Acessado em 14/02/2012.

<sup>509</sup> A Ilha São João em Volta Redonda é uma ilha fluvial no Rio Paraíba do Sul em Volta Redonda e possui 109 mil m<sup>2</sup>. No governo de Georges Leonardos (1977-1979), a localidade passou por uma urbanização e foi construída as pontes. Na década de 1980, no governo Benevenuto dos Santos Neto (1982-1986) foi construído o parque aquático. Já sediou diversas autarquias municipais. Atualmente sedia a Secretaria de Esporte e Lazer, a Guarda Municipal, o parque aquático municipal – construído em 1981 – e reaberto ao público em 1998, um ginásio poliesportivo, uma escola de hipismo e um pavilhão de exposições de 5 mil m<sup>2</sup>, utilizado para grandes eventos como exposições, feirões de automóveis, shows musicais, religiosos, entre outros.



Imagem 9; Biblioteca Municipal Raul Leoni (Fonte: Google) Imagem 10: A Ilha São João (imagem Google Earth)

No palco da “biblioteca municipal” ocorriam festivais de música, comemoração dos aniversários da cidade, apresentações musicais de escolas municipais, grupos de terceira idade e outros. Nestes shows, grandes nomes da música brasileira (e de todas as matizes sonoras) se apresentaram na cidade por meio dos shows promovidos pela prefeitura municipal. Os clubes sociais da cidade, que tradicionalmente até então negociavam a vinda dessas apresentações, deixaram de fazê-lo.

Junto a essa intensa promoção de shows musicais em Volta Redonda, a Prefeitura, a partir do segundo mandato de Neto, passou também a patrocinar eventos e shows, como forma de associar a imagem da prefeitura a diferentes grupos na cidade. O exemplo mais emblemático dessa aproximação foi com o Festival de rock alternativo *Freakshow*.<sup>510</sup> Após o início em pequenos bares e espaços *alternativos* de Volta Redonda e Barra Mansa, a partir do ano de 2001, o festival passou a ser patrocinado pela prefeitura municipal. Assim, durante alguns meses do ano, semanalmente ocorria o festival *Freakshow* no palco abaixo da biblioteca municipal atraindo jovens de todo o sul fluminense.

<sup>510</sup> O festival *Freakshow*, assim como outros festivais de rock em Volta Redonda e região, eram e são festivais geralmente produzidos pelas próprias bandas independentes da região. O *Freakshow* propriamente dito é um festival destinado para bandas de *punk rock* e *hard core*. Começou no final de 1998, e até o ano de 2001 produzia shows nos fins de semana em *infernhinhos* de Volta Redonda, Barra Mansa e Resende. No ano 2000 o festival passou a ser quinzenal. Após o início da parceria com a secretária municipal de cultura o festival passou a ser semanal no espaço abaixo da biblioteca municipal na Vila Santa Cecília. Com a paulatina diminuição da utilização do espaço da biblioteca o festival já a alguns anos é feito em clubes tradicionais da cidade, patrocinados ainda pela secretaria de cultura, tendo como ingresso 2litros de leite em caixa.



Imagem 11: Fonte: (Google)

A popularidade deste festival culminou com o surgimento do festival anual *Volta Redonda do Rock*, na Ilha São João, com ingressos custando 3 Reais ou 2kg de alimento não perecível. O primeiro festival (também chamado de *Rock VR*) de 2004, contou com bandas como *Sepultura* e *Ratos de Porão*, dois dos principais expoentes do rock *pesado* nacional, conhecidos internacionalmente.



Imagem 12: Layout do Festival *Volta Redonda do Rock*<sup>511</sup> de 2005. Acervo do Autor.

Destacamos esses tipos de apoio (na forma de patrocínio ou política pública direta) a determinados grupos (como os idosos e jovens) porque podemos perceber a partir dessas iniciativas, além do forte impacto dessas ações em toda cidade, que essas políticas públicas operam um forte valor simbólico no *sensu comum* e na autoestima da população. Também porque promovem a imagem da cidade, como pólo de “qualidade de vida” e vida “cultural” dinâmica. Além disso, ao patrocinar esses eventos, a prefeitura trouxe para si – mesmo que não seja o apoio declarado desses setores – o silêncio da crítica. Embora sejam programas importantes de inclusão social do idoso, e eventos musicais não só para os jovens, mas para

<sup>511</sup> Atualmente o Festival Volta Redonda do Rock é um evento consolidado na cidade. No plano plurianual de 2010/213 possuiu as seguintes previsões de gastos: 2010: R\$ 300 mil; 2011: R\$ 360 mil; R\$ 432 mil; R\$: 519 mil. Plano Plurianual de Volta Redonda 2010/2013. p.35.

todos os públicos, reafirmam o *tipo* de política pública calcada no *marketing* urbano, priorizador de lazer, consumo, monumentalismo sem oferecer solução para problemas estruturais existentes – como a qualidade do serviço público, entre outros – e que reduz o projeto urbano à preferência de construção de conjuntos arquitetônicos (como praças, jardins e decorações) de validade curta.<sup>512</sup> Em termos políticos, nos parece muito mais uma acomodação de certos setores sociais, que optam por não questionar ou discutir a política econômica e seu espectro de alianças e agentes, uma vez que essas obras e shows criam um imaginário de progresso (de desenvolvimento eterno) e contribui para a fomentação do consenso.

Mas a obra pública de maior significado na “Era Neto”, sem dúvida, é a reconstrução do Estádio Municipal General Sylvio Raulino de Oliveira. O estádio que fora construído em no final da década de 1940, com recursos do então presidente da CSN e presidente da Liga de Desportos de Volta Redonda, o general Raulino de Oliveira, para congregar os campeonatos de Ligas amadoras da cidade. De 1959 até 1975 o estádio (de propriedade da CSN) esteve sob a responsabilidade (regime de comodato) do primeiro time profissional de futebol de Volta Redonda, o *Guarani Esporte Clube*.<sup>513</sup> Mas o objetivo principal do estádio era sediar os principais jogos dos times amadores da cidade.

O regime ditatorial instaurado em 1964 e o processo de fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara (março de 1975) provocaram mudanças no tocante ao futebol, do Estado e do país. O campeonato brasileiro se inflava de clubes de todo país e no *novo Estado do Rio de Janeiro* “precisava” possuir de times no interior. O novo campeonato estadual contaria com a participação dos clubes tradicionais do Rio de Janeiro e dos times do interior. Neste processo, o estádio Sylvio Raulino de Oliveira passou para administração da

---

<sup>512</sup> Exemplo disso é a própria Avenida Amaral Peixoto. Desde a primeira eleição de Antonio Francisco Neto já foi revitalizada pelo menos uma vez em cada mandato.

<sup>513</sup> O Guarani Esporte Clube foi fundado no dia 08 de agosto de 1944, com o nome de *Gasômetro Esporte Clube*. Os campeonatos amadores eram organizados pela CSN (depois pela Liga de Desportos de Volta Redonda, fundada em 1945, e dirigida pela CSN) e no início a grande maioria dos times era formada por departamentos e setores da empresa. “Aciaria, Almoarifado, Pintores, Central de Ferro, Transporte, 9 de Abril, Aniversário de Getúlio, Sete de Setembro, Siderúrgico, Clube dos Funcionários e Acampamento” eram alguns dos times amadores da cidade. Posteriormente os nomes tiveram que ser modificados e os times acima citados mudaram para os respectivos nomes: “Olímpico E.C., Humaitá, Rodoviário, Cruzeiro, América do bairro Rústico, Sete de Setembro, Siderúrgico e Clube dos Funcionários”. O *Gasômetro* se tornou Guarani e foi campeão dos torneios amadores organizados pela CSN de 1954, 1955, 1957, 1958, 1967. Suas cores – vermelha, preta e branca – remetem ao São Paulo Futebol Clube, time da maioria – paulista – dos fundadores do clube. Em 1959, devido aos títulos dos anos anteriores, o Guarani se tornou um time profissional e, por ter sido campeão no torneio do setor 4 do campeonato estadual, disputava o título *fluminense* com os campeões de outras setores (regiões do Estado). A ruína do clube aconteceu quando o estádio Raulino de Oliveira foi vendido para a prefeitura municipal de Volta Redonda, pela CSN. Com a venda, o regime de comodato com o Guarani se encerrou e o clube ficou sem sede e local de treinos, encerrando suas atividades no mesmo ano, em 1975. Para saber mais: <<http://cacellain.com.br/blog/?p=22530>> e <<http://cacellain.com.br/blog/?p=22863>> (Acessados dia 02/3/2012).

prefeitura de Volta Redonda, desalojando o Guarani E.C., que no mesmo ano de 1975 encerrou suas atividades. Um acordo entre a prefeitura (na época tendo como prefeito Nelson Gonçalves – pai), CSN e militares estipulou que um novo clube de futebol profissional seria criado na cidade. A prefeitura então, em 1976, ampliou a capacidade do estádio de 5 mil para 25 mil espectadores, com arquibancadas feitas de estruturas metálicas e madeira. Os jogadores que comporiam o elenco do Volta Redonda Futebol Clube viriam do Clube de Regatas Flamengo de Volta Redonda (conhecido como *Flamenguinho*) e da Associação Atlética Comercial, clubes amadores da cidade.<sup>514</sup>



Imagem 13: Escudo do Guarani



Imagem 14: Escudo do Voltaço

Formado em 09 de fevereiro de 1976, o Volta Redonda Futebol Clube, o *Voltaço*, disputou sem muito brilho os campeonatos estaduais e regionais<sup>515</sup>, tendo como palco o

<sup>514</sup> Fundado em 1972 o *Flamenguinho* era presidido por Guarayr Souza, então assessor do Prefeito Nelson Gonçalves e amigo do então presidente da federação fluminense de futebol, Eduardo Vianna (o *Caixa d'água*). No início de 1976, o clube era o único profissional da cidade e pleiteava representar a cidade nos campeonatos brasileiro e estadual. Segundo o site oficial do Volta Redonda Futebol Clube, o Almirante Heleno de Barros Nunes, presidente da Confederação Brasileira de Desportos, atual Confederação Brasileira de Futebol, e vascaíno confesso, determinou a troca do nome e a mudança das cores do time. Como a situação demorou a ser resolvida, a Câmara dos Vereadores aprovou a Associação Atlética Comercial como representante de Volta Redonda no campeonato estadual. Após duas semanas de treinos o Clube Comercial alegou falta de recursos para manter o elenco e no campeonato. De um encontro entre o presidente do *Flamenguinho*, do Clube Comercial, o prefeito de Volta Redonda, o presidente da federação do futebol do estado e o presidente da CBD ficou definido que o clube se chamaria Volta Redonda Futebol Clube, com as cores da bandeira da cidade, amarela, preta e branca e o escudo do clube em alusão ao brasão do município. Comporiam o elenco os jogadores do Clube Comercial e do *Flamenguinho*, assim como o quadro dirigente dividido entre os dois clubes. A Liga de Futebol Amador em Volta Redonda foi muito tradicional na cidade. Vários bairros possuíam e possuem times, mas nos últimos anos os campeonatos têm sido irregulares, uma vez que diminuição dos campos de futebol na cidade (principalmente devido ao fechamento de campos de futebol em terrenos da CSN, como veremos adiante) afetou decisivamente os campeonatos. Fonte: <<http://www.voltaco.com.br/site2012/page/historia-voltaco.asp>>; <<http://planetabola09.blogspot.com/2009/02/especial-volta-redonda-33-anos.html>> e <<http://diariodovale.uol.com.br/noticias/24158,print,Projeto-salva-o-Flamengo-de-Volta-Redonda.html>>. Acessados dia 02/3/2012.

<sup>515</sup> As melhores fases do *Voltaço* foram nos anos de 1994/1995 e 2005 quando conquistou títulos de âmbito estadual. Em 1995 foi vice-campeão da série C do campeonato brasileiro, caindo novamente para a série C junto com o Fluminense em 1998. Seus títulos: Campeão da segunda divisão estadual em 1987; 1990 e 2004. Campeão da Copa Rio em 1994; 1995; 1999 e 2007. Campeão do Campeonato do Interior: 1994; 1995 e 1998. O primeiro título foi em 1979, campeão do Torneio José Lemos. Fonte: <<http://planetabola09.blogspot.com/2009/02/especial-volta-redonda-33-anos.html>>. Acessado 02/3/2012.

estádio municipal Sylvio Raulino de Oliveira, ou simplesmente *Raulino*, de gramado historicamente sofrível. Até que em 2001 a prefeitura municipal iniciou a reconstrução do estádio. Por um custo total de 16 milhões de Reais<sup>516</sup>, o estádio foi reerguido em pouco mais de dois anos de obras, sendo reinaugurado em abril de 2004.

Extremamente moderno para os padrões dos estádios brasileiros, o estádio Raulino de Oliveira foi a síntese de um modelo de política pública calcada no empreendedorismo e no *marketing* urbano para atrair investimento através da fabricação de uma imagem atraente da cidade, que no linguajar publicitário seria o ideal de cidade *moderna, dinâmica* e pronta para receber investimentos.



Imagem 15: O Estádio Sylvio Raulino de Oliveira, rebatizado de Estádio da Cidadania. (Fonte: site Portal VR)

Devido às obras no estádio do Maracanã para a realização dos *Jogos Pan- Americanos* de 2007 no Rio de Janeiro (que iniciou-se após o término do campeonato carioca de 2005), a prefeitura firmou acordos com Flamengo, Botafogo e Fluminense para a realização de seus jogos no estádio de Volta Redonda, proporcionando uma extraordinária vitrine para expor a cidade, que passou pela primeira vez em sua história a não ser prioritariamente reconhecida apenas por ser sede da CSN. Nos anos de 2004 a 2006, principalmente, os principais jogos dos times citados acima foram realizados em Volta Redonda. Esses grandes jogos, muitas vezes transmitidos para todo o país, fizeram a cidade ser reconhecida nacionalmente também pelo seu estádio. E o Volta Redonda Futebol Clube foi beneficiado por verbas da prefeitura, num claro intuito de utilizar o clube como fonte de propagandear o município. O título inédito da Taça Guanabara em 2005 e o vice-campeonato estadual trouxeram sem dúvida muitos retornos de imagem à cidade. Tanto que nos últimos anos os clubes do interior do estado do

---

<sup>516</sup> O preço da reconstrução do Estádio Sylvio Raulino de Oliveira foi, sem dúvida, dos custos mais baixos em comparação a estádios como o João Havelange (Engenhão) que custou aos cofres públicos R\$ 350 milhões de Reais. Ou ainda a reforma do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014, que está perto de custar um bilhão de Reais. A cidade de Macaé no norte do estado do Rio de Janeiro, nos mesmos moldes de Volta Redonda, também construiu um estádio moderno para atrair jogos dos grandes clubes da capital. O Estádio Claudio Moacyr de Azevedo, o Moacyrzão, com capacidade para 15 mil pessoas, custou R\$ 21 milhões de reais. Fontes: <<http://www.portalvr.com/cidade/historico.php>>; <<http://flamengonet.blogspot.com/2010/09/macaee-ou-vr-as-opcoes-off-engenhao-por.html>> e <<http://www.tce.rj.gov.br/votos/JLCJ/081216/21892605.PDF>> Acessados em: 02/3/2012.

Rio de Janeiro são a maioria entre os clubes *pequenos* (todos patrocinados por suas respectivas prefeituras) que disputam o campeonato estadual da primeira divisão, enquanto os tradicionais clubes do subúrbio carioca amargam participações nas esvaziadas e precárias divisões subalternas.

O governo municipal rebatizou o estádio Raulino de Oliveira de *Estádio da Cidadania*, “resignificando” o termo “cidadania” em Volta Redonda. Ainda que não seja o propósito principal deste trabalho alongar-se sobre esta discussão de cidadania, em geral pensada como conquistas de direitos, serviços, abertura de espaços e interlocução com o poder público que ampliaram o horizonte da cidadania<sup>517</sup>, principalmente nas lutas de diversos setores populares nos últimos anos de ditadura civil-militar (associações de moradores, comissões para a anistia, comunidades eclesiais de base, sindicatos) lutando por maiores espaços de participação política na década de 1980, com especial singularidade na experiência vivida em Volta Redonda. E já nos parece claro, até o presente momento do trabalho, que as disputas e conflitos ocorridos em Volta Redonda afetaram a participação popular na cidade, cujo o sentido e direção estiveram em constantes disputas. Dentre o arcabouço de discursos para conquistar o consenso em torno de seu grupo, Neto, que foi eleito a partir de uma composição originária de acúmulos de lutas de movimentos sociais organizados, mesmo isolando, diminuindo espaços de participação e interlocução com o movimento social e os conselhos municipais, não abandonou abruptamente, em seus governos, os *slogans* cidadania, participação popular, entre outros de seus discursos e propagandas oficiais.

Um anúncio publicitário em comemoração aos mil dias de governo Neto, em setembro de 1999, afirmava: “São 1.411 obras que estão transformando Volta Redonda na cidade que

---

<sup>517</sup> *Cidadania* é uma categoria analítica um tanto “elástica”, de variações e amplitudes históricas e ideológicas substanciais. Ainda assim, podemos extrair algumas de suas principais características dominantes no modo sociológico e tradicional: conjunto de direitos e deveres sociais, participação comunitária, entre outros. Na obra “Para Além dos Direitos”, Haroldo Abreu demonstra que: “As interpretações ainda hoje dominantes nas chamadas ‘ciências sociais’ entendem a cidadania a partir dos direitos e dos deveres que os indivíduos possuem – ainda que mediados por identidades sociais e coletivas. Sejam tais direitos reconhecidos ou atribuídos pela lei, ou mesmo apresentados como uma postulação intelectual ou moral possivelmente legítima, os elementos constitutivos da cidadania são frequentemente pensados ou traduzidos como um preceito jurídico e/ou em provisões legais – ou uma pretensão de se configurar como tais. Perspectiva que tem como marco e ponto culminante a obra T.H. Marshall, cuja teoria da cidadania tornou-se, ao lado da ‘Carta da Organização das Nações Unidas’, uma espécie de ‘bíblia sagrada’ da moderna cidadania e da resistência diante das diferentes ditaduras existentes durante a segunda metade do século XX”. Para Haroldo Abreu, essas visões predominantes de cidadania tendem a naturalizar o contexto histórico “e pensam os processos sociais a partir da sua positividade racional-legal, moral e funcional”. Assim, prossegue Abreu, “a cidadania constitui, em ambos os sentidos, uma categoria de integração dos indivíduos e identidades coletivas à ordem jurídica e ao consenso intelectual e moral dirigente de ordem social estabelecida e de sua jurisdição nacional.” Cf. ABREU, Haroldo. *Para além dos direitos: Cidadania e hegemonia no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 317-318.

sonhamos viver um dia. Isso é cidadania...”.<sup>518</sup> Nos cabe aqui ressaltar que essa associação entre cidadania e obras, cidadania e espetáculos artísticos, cidadania e acesso a serviços públicos essenciais, é um claro rebaixamento de uma ideia de cidadania questionadora e participativa. A cidadania existe, mas não é decisiva, e está relacionada, principalmente, com a promoção da imagem da cidade.<sup>519</sup> Esta “cidadania” – que, por sua vez, propicia um sentido de harmonia entre as classes sociais, sugere um pensamento único em relação ao “bem comum”, rumo ao desenvolvimento econômico e ao eldorado – é correlata ao processo hegemônico em curso na cidade, que restringe a sociedade civil na propagação de críticas discordantes, compactuando, assim com a desconstrução ideológica da “cidadania ampliada”<sup>520</sup> construída na cidade até o início da década de 1990.

Dentre as características deste referido grupo político, no tocante às políticas públicas, estão as campanhas publicitárias da prefeitura para criar um sentimento de pertencimento e orgulho da cidade de Volta Redonda. Ao lado da marca síntese da cidade, estavam (e ainda estão) os slogans publicitários destacando um ou dois pontos positivos da cidade e a necessidade de acreditar, amar e sentir orgulho da cidade. A primeira campanha foi *Eu acredito em Volta Redonda*, que durou os primeiros dois mandatos de Neto. Entre o governo Neto e o governo Gothardo, uma nova campanha foi lançada, *Amo Volta Redonda*. A última peça publicitária reflete o otimismo dos últimos anos no crescimento econômico (que ainda analisaremos neste capítulo) e a consolidação da cidade como principal pólo econômico do sul fluminense, principalmente como referência de comércio e serviços na região: *Orgulho de viver em Volta Redonda*.

---

<sup>518</sup> Foi neste mesmo informe publicitário que apareceu pela primeira vez a imagem-símbolo da prefeitura. *Jornal Aqui*. Ano 2, nº89, 27/9/1999. p.6.

<sup>519</sup> Ainda de acordo com Haroldo Abreu, a partir de um profundo trabalho e pesquisa sobre as condições históricas da cidadania (condições de gênese, desenvolvimento e crise), o autor indica diferenças dentro da visão “clássica” produzida por T.H. Marshall, a liberal e a pós-moderna: “De modo geral, essas abordagens [de T.H. Marshall] vão além da visão estritamente liberal conservadora de limitar os direitos e as expectativas dos indivíduos à lei que obriga todos, embora o façam pensando a partir das instituições preexistentes e das suas relações de correspondência ou não com atores, situações e valores envolvidos nestas relações. As identidades coletivas – classes, categorias profissionais, gêneros, etnias, nacionalidades, movimentos sociais, culturas subalternas etc. – são pensadas em suas afinidades e conflitos com as instituições e valores da ordem social e política, ainda que nos marcos das formas e possibilidades objetivas de integração”. Sobre a cidadania *pós-moderna*: “a tendência ideológica de pensar a cidadania como algo desprovido de conexão com suas condições históricas estruturais de existência pode ser mais reducionista do que as formulações afinadas com o positivismo. Nas duas últimas décadas do século XX, desenvolveu-se a tendência da descontextualização e da fragmentação das ‘análises sociais’, reduzindo a subjetividade dos indivíduos ou das identidades coletivas à sua forma efêmera – apenas diante de situações particulares/singulares e sempre como ações esporádicas e circunstanciais. Tendência que faz parte de um movimento crescente de depuração ou liofilização das possibilidades históricas”. ABREU, Haroldo. *op.cit.* p.320.

<sup>520</sup> Momento histórico no Brasil nos últimos anos da ditadura civil-militar de efervescência dos movimentos populares em que ocorreram avanços no tocante ao aumento de diretos e luta por abertura de novos canais de participação popular. Cf. ABREU, Haroldo. *op.cit.* p.317.



Imagem 16: Publicidade do governo Gothardo Netto;  
Imagem 17: Publicidade do 3º mandato de Antonio Francisco Neto. (Fontes: site Portal VR)

Esses tipos de campanhas publicitárias, embora busquem estimular um vínculo de “afeto” com o município, geram uma relação com a cidade que prioriza a contemplação (ao admirar as obras, a arquitetura e paisagismo), buscando diluir o conflito ou crítica e compactuando com o aumento da passividade e da não participação política ativa de outrora, “se caracterizando por uma ilusão de participação”.<sup>521</sup> A relação entre o poder público e a população passou a ser mediada pela propaganda e espetacularização das obras públicas (mediante intensa propaganda) e políticas culturais (como shows e festas populares). É uma cidadania descolada da realidade histórica de Volta Redonda – *marketizada*, de laços com a pós-modernidade – estimulando a despolitização e fomentando a adesão da população, pois *o governo municipal cuida da cidade pensando em você*.<sup>522</sup>

Segundo Harvey, a construção deste “capital simbólico” não se destina apenas à atração dos investidores e dos cidadãos-consumidores, “mas também fomentar a adesão do conjunto dos segmentos sociais presentes na cidade às transformações econômicas e urbanas necessárias, uma vez que significarão prioridades de investimentos em detrimentos de outros, talvez socialmente mais urgentes ou relevantes.”<sup>523</sup>

Com a fragmentação dos movimentos sociais em Volta Redonda, uma nova forma de participação política foi gestada dentro dessas redes de conflitos que se configuraram no município. O poder público tornou-se mais centralizado e organicamente vinculado aos aparelhos privados de hegemonia empresariais da cidade (da eterna busca pelo “desenvolvimento sem fim”), representando a perda do poder de deliberar sobre os destinos de Volta Redonda por parte dos movimentos sociais organizados. Assim sendo, a partir da leitura da tese de Viviani Ribeiro<sup>524</sup> e da pesquisa desenvolvida para a presente dissertação, podemos constatar que, no que tange às políticas públicas na “era Neto”, Volta Redonda experimentou nas últimas décadas um processo que culminou na transformação (via expansão do *marketing* urbano e do declínio dos conflitos de classe no município) da *cidade espetáculo*

<sup>521</sup> RIBEIRO, Viviani. *op.cit.* p. 97.

<sup>522</sup> Slogan da Prefeitura Municipal de Volta Redonda. Rever Imagem 15.

<sup>523</sup> RIBEIRO, Viviani. *op.cit.* p.97.

e do *cidadão figurante*. Cidade espetáculo pela modernização urbana conservadora, grandes eventos e pela propaganda oficial. Cidadão figurante, pela participação popular diminuta, vinculada ao acesso aos serviços públicos, ao consumo, deste modo, constando como sujeito de peça publicitária, entretanto reforçando o estereótipo da cidadania desvinculada da mobilização social.

Se por um lado as políticas públicas na “Era Neto” se caracterizavam por ter como ênfase a necessidade de dotar a cidade de atrativos para investimentos, o que demandou uma ampla reforma urbanística e de dotes arquitetônicos modernos, a fim de aumentar a autoestima (e adesão) da população, por outro, também buscam atenuar (enfraquecer) a imagem que não cabe no *marketing* desenvolvido para a cidade. Essa afirmação pode ser corroborada a partir da observação das constantes descaracterizações e do relativo abandono de marcos históricos para os trabalhadores da CSN e para a memória operária do município.

O conhecido jornalista da região Sul Fluminense, Fernando Pedrosa (próximo ao prefeito Neto), em uma reportagem de janeiro de 2007 para o jornal *Foco Regional*, defendeu a criação de um museu da imagem e do som na cidade. Apontava como fontes os acervos abandonados na Secretaria de Cultura e pela CSN, assim como os inúmeros depoimentos de moradores do município. Nesta reportagem, Pedrosa afirmava ter conversado sobre o assunto com o então ex-prefeito Neto, porém a ideia não foi levada a frente. Cabe destacar que esta ideia do jornalista Fernando Pedrosa é uma entre várias outras iniciativas de valorização da rica história de Volta Redonda, que o grupo político no poder municipal desde 1993, engavetou.<sup>525</sup>

Em julho de 1997, no primeiro mandato de Antonio Francisco Neto à frente da prefeitura municipal de Volta Redonda, através de um projeto de lei do Vereador José Ivo de Souza, foi aprovado a criação do “museu municipal do aço”.<sup>526</sup> Na época em que foi aprovado, o projeto chegou a ter repercussão na imprensa local, num contexto marcado pela reestruturação produtiva imposta pela CSN e a comemoração da empresa pela produção de 100 milhões de toneladas de aço. O projeto alcançou o apoio da Sociedade Pró-memória de Volta Redonda, criada em 1989 (de perfil tradicional e conservador, de cariz filantrópica). O prefeito Neto chegou a assinar a sanção da Lei durante a festa em comemoração às 100 milhões de toneladas.<sup>527</sup> E, mesmo assim, o projeto foi engavetado. No Plano Plurianual de

---

<sup>524</sup> Idem.

<sup>525</sup> Jornal *Foco Regional*. 15 a 21 de janeiro de 2007 - Ano IV - Edição 299.

<sup>526</sup> Lei nº3340 de 08/7/1997. Projeto 084/97. Fonte: Divisão de Documentação e Arquivo da Câmara Municipal de Volta Redonda.

<sup>527</sup> Revista *Primeira Página*. Ano 2, nº37. Julho/1997. p.10.

Volta Redonda para os anos de 2002 a 2005, na seção de *Cultura*, novamente encontramos um projeto para valorização da memória histórica da cidade. Batizado de *Memória de Volta Redonda e museu do aço*, o objetivo do projeto era:

Criar em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação CSN o espaço Memória de Volta Redonda e o museu do aço com a finalidade de localizar, recolher, recuperar, preservar, promover, divulgar e manter sob guarda documentos impressos, escritos, gravados, filmados e fotografados, a fim de que possam ser utilizados como instrumentos de apoio à história, à cultura e ao desenvolvimento do Município.<sup>528</sup>

Novamente o projeto de criação de um museu foi abandonado. Outro aspecto que demonstra nossa afirmação sobre o “sepultamento” da memória operária da cidade é o que se refere ao relativo abandono e algumas intervenções que descaracterizaram a Praça Juarez Antunes, famosa por abrigar o memorial dos três operários assassinados pelo Exército na greve de 1988 e por ter sido palco de inúmeras manifestações na cidade.

A primeira obra que iniciou a descaracterização da praça ocorreu ainda no governo Wanildo de Carvalho em 1992 com a construção de uma passarela ligando a Avenida dos Trabalhadores e a BR-393 (em torno da Praça Juarez Antunes) à entrada principal da Usina Presidente Vargas na Vila Santa Cecília. Esta construção, em estrutura metálica, chama mais atenção que a praça em si.

O governo Neto, como analisamos exaustivamente, priorizou a reforma de praças e aparelhos urbanos em toda a cidade, *menos* a Praça Juarez Antunes. Enquanto outras praças eram reformadas, modernizadas e novas praças eram construídas, a Praça Juarez Antunes permaneceu relativamente abandonada. Dizemos relativamente, pois as únicas modificações realizadas nos dois primeiros mandatos de Antonio Francisco Neto foram a colocação de bancos de suporte metálico e assentos de madeira, com uma peculiaridade: os bancos estão voltados de *costas* para o monumento desenhado por Oscar Niemayer. Como podemos verificar, nenhuma outra praça de Volta Redonda possui esse detalhe *sui generis*, que permanece até os dias atuais.

---

<sup>528</sup> Plano Plurianual de Volta Redonda (2002/2005) p.31. Fonte: <<http://www.voltaredonda.rj.gov.br/planejamento/ppa/dessocial.pdf>>



Imagem 18: Banco de costas para o monumento (Foto: Autor)

No governo Gothardo Neto (2005-2008), nenhuma melhoria foi realizada na praça até o último de seu mandato. Porém, Gothardo, no início de 2008, no momento em que disputava com Antonio Francisco Neto a indicação do PMDB para o pleito eleitoral do mesmo ano, reformou a praça Juarez Antunes. Foram colocados azulejos no fundo do que seria o espelho d'água (pois, desde sua implosão por setores do Exército no dia da inauguração do monumento em 01/5/1990, o espelho d'água estava seco) e o monumento recebeu um “banho de tinta” que não ganhava desde o início da década de 1990. Para reinauguração da praça, o prefeito chamou os sindicatos da cidade, inclusive sindicatos representados por militantes do PSOL e do PSTU, claramente opositores ao seu grupo político, o que evidenciava a tentativa de Gothardo em angariar amplo apoio para sua fracassada tentativa de buscar a reeleição municipal em 2008. No entanto, ficou para Antonio Francisco Neto a missão de representar este grupo hegemônico na prefeitura municipal.



Imagem 19: espelho d'água e ao fundo um ônibus transitando dentro da praça. (Foto: Autor)

Contudo, a principal descaracterização desta praça, importante no tocante à memória e história operária da cidade, veio no primeiro ano do terceiro mandato de Neto frente à prefeitura de Volta Redonda. Em 2009, a praça foi cercada por tapumes de madeira e alguns meses depois o resultado da obra foi apresentado. O principal entroncamento dos ônibus

urbanos da cidade que passam pela Vila Santa Cecília (cerca de 97% dos ônibus<sup>529</sup> em circulação da cidade) passou a atravessar a praça, que possui, desde então, um ponto de ônibus, um dos mais movimentados da cidade. Estes fatos, sem dúvida, expressam como a história de Volta Redonda e as lutas que ocorreram na cidade não fazem parte do reconhecimento do poder público, dominado desde 1993 pelo mesmo grupo político.



Imagem 20: Rua e ponto de ônibus construídos dentro da praça Juarez Antunes. (Foto: Autor)

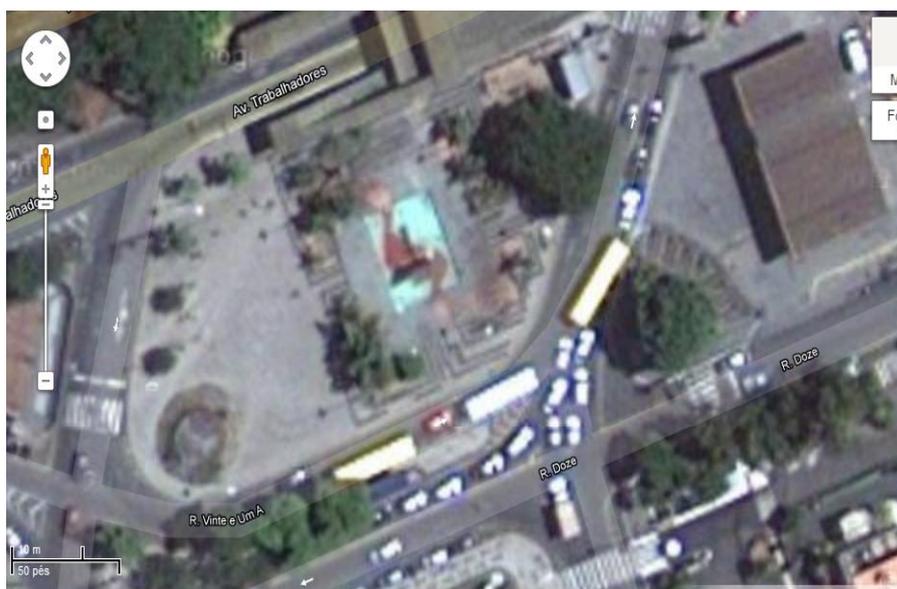


Imagem 21: Imagem *Google Earth* Praça Juarez Antunes.

Para nós esses fatos se justificam pelo motivo principal de não caber no projeto de *marketing* que visa justamente *extinguir* essa imagem de cidade operária. Em uma cidade

<sup>529</sup> Dados da SUSER (Superintendência de Serviços Rodoviários), autarquia do município responsável pela ordenação do trânsito, transporte público, gestão da rodoviária municipal, entre outras atribuições. Para saber mais: <<http://www.portalvr.com/autarquias/suser/index.php>>

“moderna” como a prefeitura e suas peças publicitárias tratam o município, não há espaço para este tipo de valorização, pois parte da força hegemônica desse referido grupo político vem precisamente do descolamento da história de lutas dos oprimidos do município da imagem que é transmitida pela propaganda oficial do governo. Cidade com “alta” qualidade de vida, sem conflitos, harmoniosa e pronta para receber investimentos. E apesar de vender uma imagem de governo pluralista, conciliatório, esse grupo político tem um lado e governa para seus pares.

### 3.3. A Consolidação de um Projeto Hegemônico em Volta Redonda

#### 3.3.1. O governo Gothardo Lopes Netto (2005-2008) e os aprofundamentos das políticas públicas de mesmo perfil

As eleições de 2004 marcaram um momento importante para Volta Redonda. Entre os principais motivos dessa importância reside, em primeiro lugar, o fato de não haver na disputa eleitoral a presença de Antonio Francisco Neto com sua enorme popularidade e grande arcabouço de alianças políticas. Em segundo lugar, era o momento de consolidar ou não as transformações econômicas subjacentes na cidade.

Entre os candidatos mais cotados para o apoio de Neto figuravam a presença de Nelson Gonçalves Filho (filho do ex-prefeito de Volta Redonda na década de 1960 e 1970), que, até 1997 (com sua ida para o PDT), era desafeto declarado de Neto; e Gothardo Neto, vereador (pelo PSL), líder do governo na câmara dos vereadores (entre 2001 e 2004) e primo de Antonio Francisco Neto. Em setembro de 2003, enquanto os líderes do PMDB no estado do Rio de Janeiro (casal Anthony Garotinho e Rosinha, mais o então senador Sérgio Cabral) apoiavam o deputado estadual Nelsinho Gonçalves (que poderia ser apontado como candidato natural por sua experiência em alguns mandatos como deputado estadual e candidato a prefeito), Neto tinha planos para apoiar seu primo Gothardo Neto. Ao apoiar um candidato com menor capital político, Neto poderia (e pôde) interferir no governo e voltar como candidato forte, o que com Nelsinho poderia não acontecer.<sup>530</sup>

No mesmo mês, Gothardo Neto, que não se filiou ao PMDB para justamente não ver seu nome barrado pelo Nelson Gonçalves, acabou se filiando ao PV de Volta Redonda, partido esse também usado por Neto, em 2002, para lançar as candidaturas seus secretários municipais Deley (eleito deputado federal) e Carlos Macedo (derrotado na eleição para deputado estadual).

O PT, sendo preterido em uma possível chapa apoiada por Neto (8 anos depois ninguém mais falava em *Frente Popular*), se uniu (depois de mais de dez anos!) em torno do nome da então deputada estadual Cida Diogo. Cida, inclusive, obteve apoio até dos grupos mais à esquerda do PT na cidade, uma vez que para estas correntes o fundamental era o

---

<sup>530</sup> *Jornal Foco Regional*. 1 a 7 de setembro de 2003 - Ano III - Edição 126. Antes disso, Gothardo Neto na qualidade de vereador da cidade, desde março e abril de 2003, já vinha percorrendo a cidade em busca de apoio para sua candidatura à sucessão de Neto. Cf. *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 7 a 13 de abril de 2003 – Ano III – Edição 105.

partido lançar um nome para a disputa eleitoral.<sup>531</sup> Mesmo não tendo o apoio de Neto, o partido, seguindo a linha nacional, trouxe para vice na chapa um histórico aliado de Neto, Antônio Cardoso do PL.<sup>532</sup> Os membros do antigo *Blocão*, com ainda menos força que em 1998 e 2000, tinham apenas uma exigência, o cabeça de chapa deveria ser do PT.

De outro lado, no PSB, estava o ex-prefeito Paulo César Baltazar, até então tido como favorito na disputa eleitoral. Para completar sua chapa, o escolhido foi seu ex-secretário de governo e assessor parlamentar, Lincoln Botelho. No campo mais à esquerda, a candidata foi a diretora do SEPE/VR, Mariana Caetano, do PSTU, tendo como vice o ex-metalúrgico Tarcisio Xavier Pereira.

Os meses que antecederam o início da campanha eleitoral foram de intensa articulação política no grupo liderado por Neto para se saber quem seria seu candidato. Em maio de 2004, o presidente da AAP/VR, Ubirajara Vaz (filiado ao PMDB por Sérgio Cabral em 2003), declarou apoio à candidatura de Nelson Gonçalves, por serem do mesmo partido e por seu cunhado ter sido secretário de governo do pai de Nelson Gonçalves na década de 1970.<sup>533</sup> Mesmo tendo mais experiência e apoio político que Gothardo, o que prejudicou a candidatura de Nelson Gonçalves foi justamente Neto. Na articulação para definição do nome para sagrar-se candidato um acordo foi fechado. Neto, que estava sem partido desde sua saída em 2003, do PSB, por apoiar candidatos do PV nas eleições de 2002, aceitou filiar-se ao PMDB tendo como contrapartida o apoio deste partido à candidatura de Gothardo. Na mesma data em que foi decidido o apoio do PMDB a Gothardo, Neto se filiou ao partido em uma plenária na sede da ACIAP/VR com mais de 500 participantes e a presença do então secretário de segurança pública Anthony Garotinho. Também foi decidido um prêmio de consolação a Nelson dos Santos Gonçalves para abrir mão de sua candidatura, a presença de seu filho Nelsinho Kruschewsky Gonçalves (nascido em agosto de 1980) e sem nenhuma experiência política (nem acompanhando o mandato do pai e nem no movimento estudantil!) como candidato a vice-prefeito. A “aliança do bem”, como foi chamada pelos participantes da plenária do PMDB, teve como *slogan* de campanha o nome de *Por amor a Volta Redonda*.<sup>534</sup> Após a confirmação da candidatura de Gothardo Lopes Neto à prefeitura, diversas entidades de classe

---

<sup>531</sup> Entrevista de Nair Schocair, concedida ao autor em 13/9/2011.

<sup>532</sup> Na campanha presidencial de 2002, o PT buscou alianças mais amplas e pragmáticas para a disputa eleitoral. Para diminuir a resistência em relação ao nome de Luis Inácio Lula da Silva, o partido buscou um empresário para compor a chapa (José Alencar do PL), fazendo alusão a uma possível (e ilusória) harmonia entre o capital e trabalho. Esta mesma linha foi seguida em Volta Redonda nas eleições de 2004.

<sup>533</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 10 a 16 de maio de 2004 – Ano III – Edição 162.

<sup>534</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 05 a 11 de julho de 2004 – Ano III – Edição 170.

declararam apoio ao candidato. Entre elas constam: juventude do PMDB, UJS (União da Juventude Socialista), igrejas evangélicas locais, AAP/VR e ACIAP/VR.<sup>535</sup>

Dentre os quatro candidatos a prefeito, podemos destacar que três deles chegaram à campanha eleitoral com chances de vitória: Baltazar, Gothardo e Cida. Mas também podemos dizer que todos esses candidatos saíram do *mesmo grupo político* e, mesmo que tenham rompido ao longo de suas trajetórias, as suas respectivas chapas sustentavam apoio de pessoas e grupos que foram decisivas para o caminho tomado pelo governo Neto. Muitos do que trabalharam com Baltazar, trabalharam nos mandatos de Neto e possivelmente trabalhariam com Baltazar. Cida Diogo tinha como vice o principal articulador da política econômica da cidade nos mandatos de Neto e Gothardo era a expressão da continuidade do governo Neto. Ou seja, a vitória de qualquer um desses candidatos não mudaria o perfil econômico e social da cidade, num claro exemplo de hegemonia política. Além disso, nenhum desses candidatos (exceto Mariana de Paula Caetano do PSTU) atacou ou criticou o governo Neto (a crítica mais dura de Baltazar foi a justificativa – correta em parte – da alta popularidade e o grande número de obras do prefeito Neto estar relacionada com o aumento substancial de receita ao longo dos seus dois mandatos) de forma direta.<sup>536</sup>

Existe uma controvérsia em relação a essa campanha de 2004. Permanece na cidade de Volta Redonda a ideia de que Baltazar perdeu as eleições por receber nas últimas semanas de campanha o apoio declarado de Benjamin Steinbruch (acionista majoritário da CSN), ao mesmo tempo em que os jornais da cidade (fragorosamente a favor de Neto e seu candidato Gothardo) apontavam desde o início da corrida eleitoral a vitória de Gothardo. Porém, devemos ressaltar que realmente Baltazar foi prejudicado com o apoio aberto de Steinbruch a ele, pois se existe uma *persona non grata* em Volta Redonda, essa pessoa é Benjamin Steinbruch.<sup>537</sup>

<sup>535</sup> Jornal *Foco Regional*. Sul Fluminense – 12 a 16 de julho de 2004 – Ano III – Edição 171.

<sup>536</sup> As chapas na disputa eleitoral pela prefeitura de Volta Redonda foram: *Gothardo Neto* (PV/PMDB/PCdoB/PP/PSC/PSL/PTN/PAN/PRONA/PSDC/PTC); *Baltazar* (PSB/PFL/PSDB/PHS/PRTB); *Cida Diogo* (PT/PL/PDT/PPS/PTB/PRTB/PTdoB); *Mariana Caetano* (PSTU). Na câmara municipal de Volta Redonda, a maioria dos vereadores (todos governistas) ficou ao lado da candidata do PT, Cida Diogo. Cf. Jornal *Foco Regional*. Sul Fluminense – 07 a 13 de junho de 2004 – Ano III – Edição 166.

<sup>537</sup> "Estou entrando tarde, mas acho que é obrigação minha defender aquilo que acredito que seja o melhor para a cidade", explicou Steinbruch, reconhecendo que o apoio vem "um pouco tarde". Disse até que gostaria de participar de comícios de Baltazar, mas que, além da campanha estar no final, também não teria tempo. Cf. Jornal *Foco Regional*. Sul Fluminense – 02 a 10 de outubro de 2004 – Ano III – Edição 183. "Ibope confirma o favoritismo de Gotardo". In: Jornal *Aqui*. Ano 6, nº348. 18/9/2004. Capa.

A vitória de Gothardo Lopes Neto nas eleições de 2004<sup>538</sup> consolidou, em primeiro lugar, a relação orgânica entre a prefeitura de Volta Redonda e os aparelhos privados de hegemonia de cunho patronal, em segundo, a importância da prefeitura como principal alavancador de mão de obra e, em terceiro, o setor de comércio, serviços e receitas como o principal vetor de recursos para o município.<sup>539</sup>

Nos meses entre a vitória eleitoral e a posse foi nítida a presença e a articulação do prefeito eleito com as entidades empresariais da cidade. Entre as principais novidades do novo mandato estava a criação, depois de anos de pressão da ACIAP, CDL, Sicomércio e outras entidades, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico<sup>540</sup>, que configuravam mais um espaço para exercerem seus planos de desenvolvimento econômico, ou seja, sua hegemonia nos destinos da cidade.

“Junto com os empresários, vamos diagnosticar nossas carências e promover a qualificação de novos profissionais. A parceria entre o poder público e a iniciativa privada é uma realidade mundial e terá força em Volta Redonda. Nosso projeto já foi apresentado, discutido com as principais lideranças da cidade”, comentou [Gothardo Neto, prefeito eleito de Volta Redonda em 2004]. Para o presidente da CDL, Gotardo mostrou com a confirmação da secretaria que vai cumprir o compromisso firmado com as entidades, visando dar condições de crescimento, principalmente, para o comércio, principal empregador do município. ‘Estamos à disposição para começar a trabalhar na criação da secretaria. O futuro prefeito entendeu que a união do poder público com o setor privado, representado pelas entidades, é fundamental para o desenvolvimento econômico’, acrescentou Santos. O presidente do Sicomércio disse que com a secretaria será mais fácil colocar em prática ações que possam tirar a cidade da estagnação econômica. Segundo Borges, as entidades estão preparadas para conversar com Gotardo e ajudar no processo de criação da secretaria. ‘Participamos da proposta incluída em seu programa de governo e vamos estar juntos para torná-la realidade’, acrescentou. A exemplo de Santos, Borges disse que ainda não tem um nome para sugerir para o cargo. Quem disse que a confirmação da secretaria não foi surpresa foi o presidente da Aciap. Para Mauro Campos, o mais

<sup>538</sup> Gothardo Neto obteve 44% dos votos (73.870), Baltazar 38% (64.007), Cida Diogo 13% (22.105) e Mariana Caetano 3% (4894). Cf. LIMA, Raphael J.C., *op.cit.* 218-219.

<sup>539</sup> *Idem.* p.172.

<sup>540</sup> “Além dos 20 vereadores e do prefeito eleito Gothardo Neto (PV), participarão do próximo encontro os presidentes da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), Jerônimo dos Santos; da Aciap (Associação Comercial), Mauro Campos; e do Sicomércio (Sindicato do Comércio Varejista), Antônio Luzia Borges. Os dirigentes querem conversar com os vereadores para sensibilizá-los sobre a importância da criação do órgão, com base na geração de emprego e renda, e potencialização da economia local. A ideia era fazer um café da manhã na segunda, dia 8, mas foi adiado porque Gothardo não estaria na cidade. (...) Para o presidente da Aciap-VR, a reunião com os vereadores é fundamental para o processo democrático na criação da pasta, que será ocupada por um nome indicado pelas entidades, mas com suporte do conselho, que uma cadeira ocupada por um vereador. ‘Vamos conversar com os vereadores’, disse. O presidente da CDL também acredita que o encontro seja um momento para se discutir a formatação da mensagem que criará o novo órgão. ‘Ainda estamos ouvindo todos que possam contribuir para que a secretaria seja eficiente. Queremos contar com todos’, acrescentou. Antônio Luzia Borges compartilha da mesma opinião de Jerônimo. ‘A sensibilização é muito importante, até para que possamos iniciar a secretaria já com orçamento independente’, disse”. *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 08 a 14 de novembro de 2004 – Edição 188.

importante no projeto é a geração de emprego e renda, visando devolver o crescimento ao município. ‘Muito mais importante que o anúncio da criação da secretaria foi o prefeito eleito mostrar que terá a preocupação geral com a geração de empregos. O Gotardo vai realizar uma grande ação ao criar a secretaria. Quero dizer que a Aciap está à disposição do prefeito eleito para conseguir alavancar o desenvolvimento econômico’, disse.<sup>541</sup>

A citação extraída do jornal *Foco Regional* ilustra bem o que procuramos demonstrar. A relação orgânica, simbiótica, entre a prefeitura e os principais aparelhos privados de hegemonia da cidade. Desde o plano de governo, a escolha dos nomes para compor a equipe de governo, além da formulação conjunta das políticas públicas, enfim, todo o processo passa pelo aval desses grupos, bastante diferente do início da década de 1990. Enquanto o prefeito eleito angariava apoios importantes na sociedade civil, o PT pela primeira vez de forma unificada<sup>542</sup> na cidade declarava, em novembro de 2004, que seria oposição ao governo de Gothardo Neto.

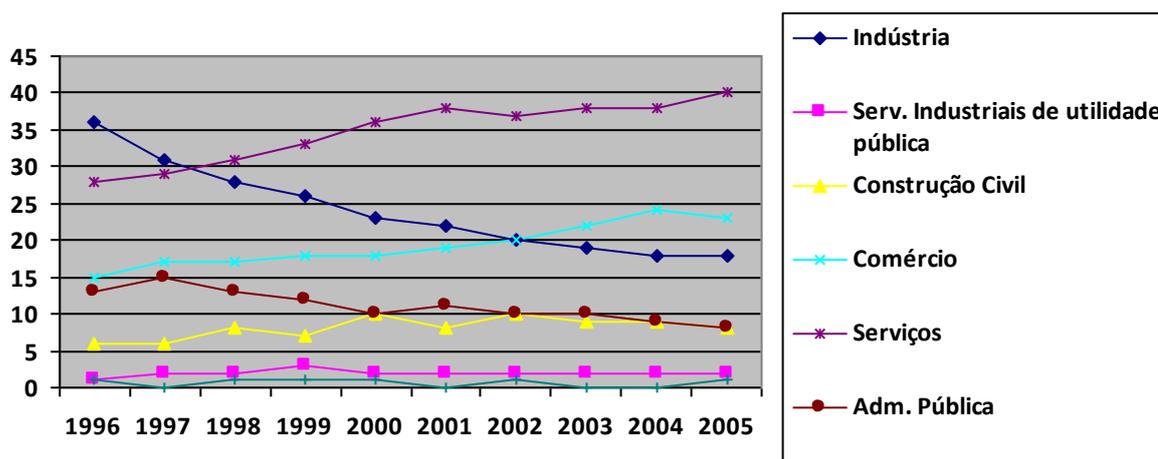
Gothardo assumiu a prefeitura em 1º de janeiro de 2005 com a cidade metamorfoseada de suas características históricas mais marcantes: uma cidade operária, de renda elevada e industrial transformara-se em uma cidade onde a maioria de seus habitantes trabalha no setor de serviços (a cidade é um centro regional de comércio e serviços) e de renda baixa, como demonstra os gráficos abaixo.<sup>543</sup> Salta aos olhos, principalmente, a redução do salário na cidade. Enquanto no período logo após a privatização a faixa de renda acima de cinco salários mínimos representava a maioria da renda da população, com o aprofundamento da reestruturação produtiva e a saída do Escritório Central da CSN de Volta Redonda em 2002, os empregos bem remunerados deixaram de ser maioria na cidade, dando lugar para a faixa de um a dois salários mínimos, típico de funcionários precarizados da CSN e outras empresas, evidenciando a perda do poder de consumo da população da cidade, e claro, o aumento da concentração de renda no município. Mesmo que alguns funcionários da CSN (que trabalham por contratos temporários) como engenheiros e técnicos altamente especializados recebam vultosos salários, a maioria esmagadora dos trabalhadores temporários da empresa amarga péssimas condições de trabalho e renda.

<sup>541</sup> Jornal *Foco Regional*. Sul Fluminense – 18 a 24 de outubro de 2004. Edição 185.

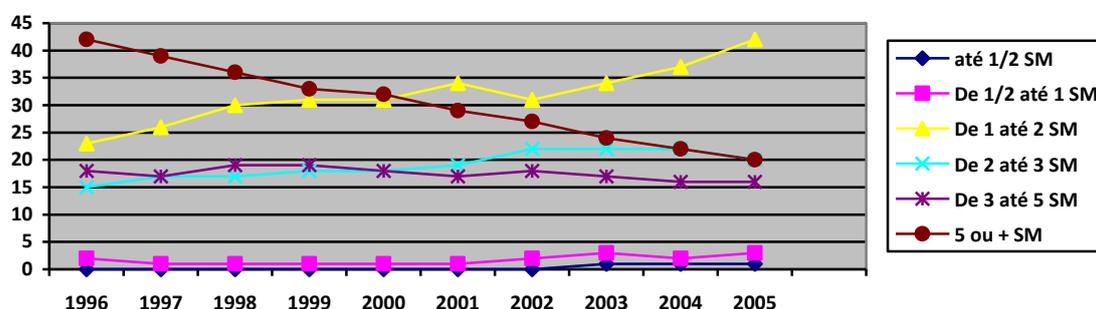
<sup>542</sup> Apenas o vereador eleito Carlos Roberto Paiva, oriundo do PDT na cidade e amigo pessoal de Neto, foi contrário a essa deliberação partidária. Jornal *Foco Regional*. Sul Fluminense – 22 a 28 de novembro de 2004. Edição 190.

<sup>543</sup> Cabe ressaltar que cerca de metade dos trabalhadores da CSN (por volta de oito mil funcionários) são de empresas terceirizadas, e aparecem nas estatísticas como trabalhadores do setor de serviços, podendo trabalhar como seguranças, auxiliares de serviços gerais ou mesmo como metalúrgicos. Isso demonstra a precariedade salarial, de contratos, resultando em grande rotatividade no emprego.

**Gráfico I: Evolução dos empregos por atividade econômica em Volta Redonda 1996/2005<sup>544</sup>**



**Gráfico II (empregos em Volta Redonda por faixa de rendimento) (1996/2005)**



O primeiro secretário de desenvolvimento econômico e social foi um jovem que tinha apenas 24 anos de idade quando assumiu o cargo. Renato Mota é filho do – na época – secretário estadual de desenvolvimento econômico, Humberto Mota. Este último, durante a eleição, se aproximou do candidato a prefeito Gothardo e o orientou em algumas questões relativas à pasta, o suficiente para o seu filho, recém-saído da universidade, assumir o cargo, enquanto Jerônimo dos Santos (na época presidente da CDL/VR) assumiria a coordenação do conselho de indústria e comércio.<sup>545</sup> Após os tramites burocráticos para criação da secretaria e o conselho de desenvolvimento econômico (aprovação na câmara dos vereadores) as autarquias finalmente começaram a trabalhar.

<sup>544</sup> SOUTO, Baiena Feijolo. “Volta Redonda hoje: novos movimentos migratórios”. In: *Anais do V encontro nacional sobre migrações*. Campinas, 2007. P.16.

<sup>545</sup> O anúncio de Renato Mota só foi oficializado na data da posse. “A criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico terá, neste governo, uma atuação ampla no sentido de buscar novos investimentos para a cidade. Todavia, Gothardo pretende dar uma atenção especial, conforme disse durante a campanha, aos empresários e comerciantes já estabelecidos no município. Para tanto, será mantida a assessoria de Indústria, Comércio e Turismo, que deverá ser transformada em coordenadoria. O ocupante do cargo será nomeado em consenso com

Em março de 2005, uma nova eleição na ACIAP/VR foi realizada. Os candidatos eram Antonio Cardoso (ex-presidente do Sicomércio, ex-candidato a vice-prefeito na chapa de Cida Diogo do PT, assessor parlamentar de Neto, assessor de indústria e comércio nos dois primeiros mandatos de Neto) e o empresário do ramo contábil Carlos Aberto dos Santos. Carlos Alberto venceu a eleição e consideramos importante citar uma fala sua após tomar posse, pois comprova aquilo que estamos ressaltando ao longo deste trabalho, ou seja, a entrada de membros desses aparelhos privados de hegemonia no aparelho de Estado a fim de produzir e implantar as demandas desses setores sociais. E essa integração, ao longo dos mandatos de Neto e Gothardo, é fundamental para entender as transformações ocorridas em Volta Redonda desde a privatização da CSN em 1993, desnaturalizando esse processo.

O prefeito Gotardo Neto vem construindo políticas públicas na mesma linha que a Aciap acredita, que é visando o desenvolvimento econômico. Dentro desta sintonia de trabalho esperamos estar juntos com o poder público nas ações que serão propostas, principalmente na captação de novas empresas para a cidade. Como temos uma cadeira no Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, vamos apresentar nossas propostas, que poderão ser discutidas.<sup>546</sup>

Renato Mota (apelidado de *Motinha*) durou pouco tempo no cargo de secretário de desenvolvimento econômico e social, pouco mais de seis meses. Durante o seu curto período no cargo (que deveria priorizar o comércio, dar suporte para os empresários locais e atrair empresas para a cidade), Motinha acabou não agradando as entidades de classe da cidade e principalmente os vereadores da cidade que cobravam resultados imediatos, uma vez que a casa legislativa antecipara cerca de R\$ 700 mil para a pasta (pois o orçamento de 2005 havia sido votado antes da criação formal da secretaria). Muito se deu pela falta total de estrutura para implementar seu trabalho e a falta de paciência para a realização de um trabalho de longo prazo, porém sedimentou e consolidou o elo direto entre os empresários da cidade e o poder público.<sup>547</sup>

---

entidades como a Aciap (Associação Comercial), Sicomércio (Sindicato do Comércio Varejista) e CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas)". *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 03 a 09 de janeiro de 2005 – Edição 196.

<sup>546</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 07 a 13 de março de 2005 – Ano III – Edição 204.

<sup>547</sup> “Apesar de reclamar da falta de estrutura para trabalhar (que gente do próprio governo atribui ao seu fraco desempenho), como dificuldades de suporte técnico para a formatação de projetos, ele explicou que das 15 empresas em negociação para vir para a cidade, cinco já estão instaladas e que o trabalho precisa ser desenvolvido em longo prazo. ‘Não há nada sobre eu deixar o cargo. Há muita especulação, boataria. É claro que precisamos mostrar resultados, porque o desenvolvimento econômico é uma prioridade para o prefeito, mas atrair empresas demanda negociações, estudos de viabilidade e incentivos’, comentou. Motinha comentou ainda que vai continuar conversando com empresas e órgãos de apoio financeiro, como o BNDES (Banco de Desenvolvimento Econômico e Social), além de incentivos fiscais, de acordo com programas já existentes do governo estadual.” *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 30 de janeiro a 05 de fevereiro de 2006 – Ano IV – Edição 250.

Em fevereiro de 2006, Jerônimo dos Santos tomou posse como o novo secretário de desenvolvimento econômico num claro sinal de quem “dava as cartas” sobre o desenvolvimento econômico do município.<sup>548</sup> A pressão dos vereadores e do próprio Executivo para que novas e grandes empresas se instalassem em Volta Redonda foi intensa no período. O perfil das empresas que se instalaram no município é basicamente o de serviço logístico, serviços de engenharia e pequenas fábricas do ramo alimentício. Nada que pudesse ser anunciado como um divisor de águas na história do município e criasse “novos heróis e mitos” na antiga cidade do aço.<sup>549</sup>

No campo social, essas entidades de classe continuaram fortalecendo seus elos com suas bases sociais através de prêmios, feiras, eventos para discussão e formulação de políticas públicas de seus interesses. As feiras anuais como o *Médio Paraíba Negócios*, *Feira Metal-mecânica*, prêmios como *Empresário do Ano* realizado pela ACIAP/VR, isso apenas para citar alguns, demonstram a forte articulação e coesão dessas entidades.<sup>550</sup>

Um dos pontos de maior polêmica no mandato de Gothardo Neto como prefeito de Volta Redonda foi o rompimento completo de relações entre a prefeitura municipal e a direção da CSN, que culminou no cercamento dos terrenos da empresa na cidade (afetando não só áreas livres para futuras expansões urbanas, mas atingindo bairros inteiros, clubes sociais, entre outros) e o não pagamento do IPTU por parte da empresa ao longo de seu mandato, chegando a ser notícia de capa até em um dos jornais mais conhecidos em todo o planeta, o *The New York Times*. E é isso que vamos analisar agora.

### **3.3.2. Poder público municipal X CSN: da parceria ao rompimento**

Como abordamos anteriormente, os primeiros anos de governo Neto foram de relativa parceria entre a prefeitura municipal e a direção da CSN, principalmente no tocante às iniciativas de atração de indústrias para Volta Redonda. Uma parceria relativa, pois ao mesmo tempo em que anunciavam iniciativas conjuntas (como para trazer a fábrica da *Ford* para a

<sup>548</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 17 a 23 de abril de 2006 – Ano IV – Edição 260.

<sup>549</sup> Dentre as empresas que se instalaram em Volta Redonda nesta fase se destacam a fábrica de massas da italiana *Spoletto*, a Distribuidora de Utilidades Bandeirante, a Transmundial Transporte Ltda, a Elevadores Alt Comércio e Serviços, a Metalúrgica Millenium, Moraes Lopes Engenharia, entre outras com o mesmo perfil. In: *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 21 a 27 de agosto de 2006 – Ano IV – Edição 278 e *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 05 a 11 de março de 2007 – Ano IV – Edição 306.

<sup>550</sup> A iniciativa de premiação é resultado da parceria entre Sebrae-RJ, prefeitura de Volta Redonda, Fecomércio-RJ, FIRJAN, SiCOMÉRCIO, CDL/VR, SENAC, FACERJ e a ACIAP/VR. Em 2006 chegou a movimentar cerca de R\$ 8 milhões em negócios. *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 20 de fevereiro a 05 de março de 2006 – Ano IV – Edição 253 e *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 05 a 11 de novembro de 2007 – Ano IV – Edição 341.

cidade, doação de uniformes para rede municipal de ensino, entre outros), as empresas prestadoras de serviço sediadas no município não recebiam qualquer vantagem para receberem contratos da CSN como defendiam a prefeitura, os empresários e as entidades de classe de Volta Redonda. Essa relação esfriou ainda mais quando (em 2000) empresário Benjamin Steinbruch passou a ter o controle de cerca de 51% das ações da empresa – após decidir permanecer controlando a CSN, abrindo mão das ações da Vale do Rio Doce.<sup>551</sup> Com a saída da executiva Maria Silvia Bastos Marques da CSN e o fim do escritório central (em Volta Redonda) no ano de 2002, a relação que era difícil passou a ser extremamente conflituosa. Agora não mais entre os trabalhadores da CSN, sindicato e a empresa, mas da CSN com a cidade inteira.

Quando da construção da CSN no 8º distrito de Barra Mansa na década de 1940, as melhores terras dessa região (que se tornaria a cidade de Volta Redonda) foram desapropriadas pelo governo federal e usadas pela CSN. Primeiro para a construção do parque industrial, depois para a construção dos bairros para a cidade industrial. Após essa primeira fase, a CSN (no período do *company town*) utilizou parte de suas terras para servir em regime de comodato<sup>552</sup> para construção de clubes sociais, escolas particulares vinculadas às ordens religiosas católicas, entre outros.<sup>553</sup> Após a entrega dos serviços públicos essenciais – que até então eram fornecidos pela estatal – algumas terras centrais foram vendidas ou repassadas à prefeitura municipal.

Porém, mesmo com esses repasses de terras, a CSN (União) continuou sendo a maior dona de terras da cidade. Após o período de maior crescimento populacional da cidade, os terrenos livres do centro urbano de Volta Redonda continuaram sendo basicamente *todos* de propriedade da CSN (como podemos observar no mapa abaixo). E durante o processo de privatização da CSN pouco foi discutido em relação ao destino dessas terras.<sup>554</sup> Enquanto o

---

<sup>551</sup> Ainda neste capítulo analisaremos a CSN no período pós-privatização e abordaremos este assunto mais especificamente.

<sup>552</sup> “O contrato unilateral, gratuito, pelo qual alguém (comodante) entrega a outrem (comodatário) coisa infungível, para ser usada temporariamente e depois restituída.” In: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Comodato>>

<sup>553</sup> O Colégio Nossa Senhora do Rosário, o Colégio Macedo Soares, a construção da casa do bispo na Vila Santa Cecília, o Aero Clube, o clube Náutico, Clube Umuarama, Clube do Laranjal, Clube Fotofilatélico e Numismático são alguns dos exemplos.

<sup>554</sup> No edital de privatização da CSN não existe nenhuma referencia as terras da União e o sua destinação pós-privatização. O BNDES, responsável por coordenar o processo de privatização também ficou responsável por elaborar um estudo sobre o impacto da privatização da CSN no município e as possíveis contrapartidas da empresa para com a cidade. Entre as contrapartidas estão os destinos das terras da União, assim como os impactos ambientais, já analisados neste presente trabalho. Segundo João Thomáz, presidente do SENGE/VR, as terras que não serviriam para a expansão da empresa e que são de uso comum do município não poderiam ser apossadas pela empresa como ocorreram com praças, clubes e campos de futebol. Atualmente dois processos tramitam na justiça, um sobre as terras do Aeroporto (Aero Clube) e outra sobre as terras de uso comum da

movimento social organizado na cidade lutava pela *não* privatização da siderúrgica (sem aceitar qualquer outro tipo de hipótese), o edital de privatização elaborado pelo BNDES foi pouco altercado. Os grupos que foram a favor da privatização defendiam a venda da estatal de forma rápida, com o intuito de derrotar os contrários, ou no máximo, buscavam acordos para garantir a participação de empregados na venda da empresa. Assim, o edital de privatização incluía não só a venda da siderúrgica, mas *todo* e qualquer patrimônio da estatal, incluindo as terras, ferrovias, minas de minérios e concessões para controle de portos. Ou seja, no jargão popular, foi uma venda de *porteira fechada*. Assim, as terras do município de Volta Redonda foram parar nas mãos dos acionistas da empresa. Abaixo podemos observar o mapa da cidade em que aparece em destaque a área urbana em azul e em cor-de-rosa as terras da CSN. Ao norte do município, as terras são particulares e de difícil urbanização, pois fazem parte do contraforte da serra da Mantiqueira, de relevo bastante irregular.

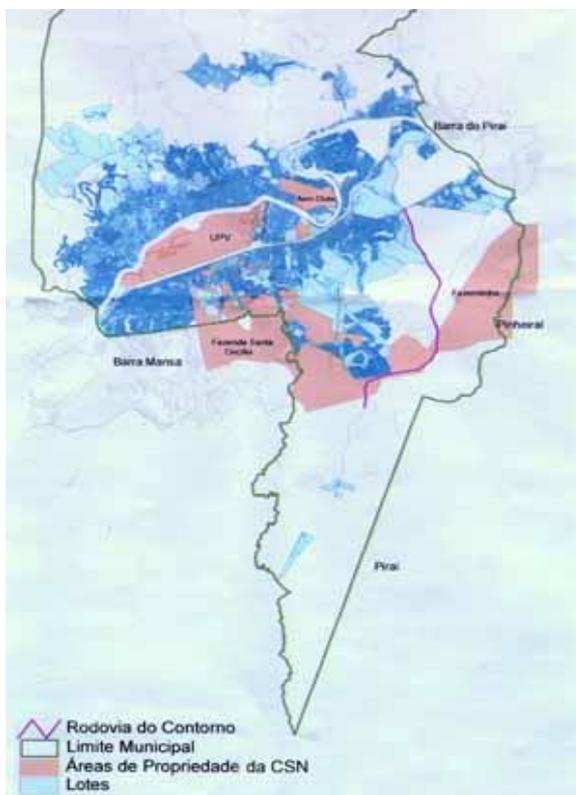


Imagem 22: mapa da cidade de Volta Redonda. Área urbana em azul e as terras de propriedade da CSN estão em cor-de-rosa. Fonte: [internet.link desabilitado](#). (Fonte: Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda. SENGE/VR)

Deste modo, com a venda da CSN, não foi apenas a empresa que foi entregue à iniciativa privada, mas praticamente toda a área de expansão do município. Nos primeiros

---

cidade. O SENGE e o Aero Clube, autores das ações, já ganharam nas duas primeiras instancias judiciais. Sobre o Edital de Privatização da CSN: Acervo do Sindicatos dos Engenheiros de Volta Redonda (SENGE/VR)

anos posteriores à privatização, esse impacto da questão das terras pouco foi sentido. A prioridade dos acionistas da empresa (principalmente do grupo Vicunha de Steinbruch) era a reforma produtiva na empresa. Mas após os anos mais duros da reestruturação produtiva, no final da década de 1990, as terras da CSN passaram a ser alvo das atenções de sua diretoria no início do século XXI, com o grupo Vicunha detendo mais de 40% do controle acionário da empresa.

Muitas dessas terras se tornaram áreas de lazer da população ou de uso coletivo dos moradores próximos a essas áreas. Campos de futebol e hortas comunitárias foram os destinos principais dos terrenos livres, mas havia também áreas de lazer como a sede da antiga fazenda Santa Cecília, que abriga o último resquício de mata atlântica entre Volta Redonda e Barra Mansa (chamada de Floresta da *Cicuta*). Os primeiros a sentirem a mudança de relação foram os colégios Macedo Soares e Nossa Senhora do Rosário. A ordem católica do primeiro não conseguiu arcar com a compra do terreno, assim o colégio *Macedo* (como é mais conhecido) primeiramente passou a ser administrado pela direção da Escola Técnica Pandiá Calógeras (também vendida junto com a siderúrgica) e, cerca de 3 anos depois (1998), a escola foi vendida ao grupo MV1 do Rio de Janeiro. Já a ordem que administrava o Colégio Nossa Senhora do Rosário conseguiu comprar o terreno, não sendo mais importunada pela CSN.

Em 2002, quando a direção da *Companhia* negociava uma possível fusão entre a CSN e a siderúrgica holandesa *Corus*, as terras da empresa no município foram avaliadas em R\$ 90 milhões. Na época chegou-se a cogitar a hipótese de negociar as dívidas da CSN com o BNDES, na ordem de R\$ 900 milhões pelas terras.<sup>555</sup> Todavia, a fusão não foi adiante.

Após o fracasso da fusão com a *Corus*, Steinbruch começou a cercar esses terrenos da CSN espalhados pela cidade e, ainda, passou a acionar a Justiça para integração de posse de áreas que famílias moravam há 30 ou 40 anos. No início de 2004, uma comissão formada pela FEEMA, pelo bispado de Volta Redonda e membros da secretaria municipal de saúde acionaram o Ministério Público devido a preocupação dos moradores do bairro Volta Grande IV (bairro popular construído em parceria entre o sindicato dos metalúrgicos e a CBS) pela proximidade do depósito de escória da Usina Presidente Vargas que é armazenado em um terreno com casas a cerca de 30 metros de distância, quando o mínimo recomendado é de pelo menos um quilômetro. Dentre as possíveis doenças causadas está a leucopenia (redução dos glóbulos brancos responsáveis pela defesa do corpo humano).<sup>556</sup> Neste período, as

---

<sup>555</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 30 de setembro a 03 de outubro de 2002 – Ano II – Edição 79.

<sup>556</sup> Em março de 2004, Steinbruch concedeu uma entrevista coletiva em um hotel em São Paulo (evidenciando claramente o distanciamento da direção da empresa com a cidade de Volta Redonda) para falar, entre outras

animosidades eram declaradas entre Neto e Steinbruch e pioraram quando, em janeiro de 2005, cinco clubes sociais e atléticos da cidade<sup>557</sup> foram acionados na Justiça, uma vez que o contrato de comodatos desses clubes acabava entre 2005 e 2006.

Anteriormente, em 1999, a empresa já havia deixado de descontar em folha de pagamento as mensalidades desses clubes. Em 2003, tomou posse do terreno de aeromodelismo do *Aero Clube* (terreno esse localizado dentro da curva do rio Paraíba).<sup>558</sup> Na ação impetrada pela CSN, a empresa solicitava que, após o término do regime de comodato, os clubes devolveriam o espaço, pagariam aluguel pelo uso ou comprariam os terrenos. No intuito de resistir a essa ação da CSN, os vereadores aprovaram um projeto de lei que tombaria os clubes, impedindo que a CSN utilizasse os terrenos para qualquer outra atividade que não fosse aquelas originárias desses clubes. Esse projeto, embora defendesse os clubes, poderia “engessar” também as atividades dos mesmos e, por isso, acabou sendo vetado semanas depois de aprovado entre maio e junho de 2006.<sup>559</sup> O resultado desse conflito foi o pagamento de aluguel por parte dos clubes.<sup>560</sup>

Os conflitos envolvendo a CSN, a prefeitura, os clubes e a população de Volta Redonda repercutiram até no *Jornal The New York Times* no dia 17/5/2005. Sob o título “CSN vive tensão com a cidade de Volta Redonda: Privatização mudou relacionamento entre a empresa e a população”, a reportagem do jornalista estadunidense Todd Benson descrevia os problemas enfrentados pela cidade e pela empresa.<sup>561</sup>

coisas, os motivos para o cercamento de terrenos, os problemas na relação com o poder público no município e os problemas ambientais decorrentes do depósito de escória da empresa no bairro popular Volta Grande IV. Steinbruch alegou que procurou a prefeitura de Volta Redonda para negociar alguns terrenos, porém alegou que a prefeitura não quis negociar. Ainda reclamou da cidade. Segundo ele, a CSN é “bajulada em todos os lugares”, menos onde investe e gera empregos. “Tentamos de tudo para conviver bem, resolver os problemas de forma amigável, colocando-nos à disposição para conversarmos, mas o problema é político e a CSN não é política, é uma empresa”, afirmou. Como se uma empresa também não agisse politicamente. *Jornal Foco Regional. Sul Fluminense* – 15 a 21 de março de 2004 – Ano III – Edição 154 e *Jornal Foco Regional. Sul Fluminense* – 02 a 08 de fevereiro de 2004 – Ano III – Edição 148.

<sup>557</sup> Dos sete clubes existentes na cidade apenas o Clube Atlético Comercial e o Clube dos Funcionários da CSN não sofreram com essas ações da ex-estatal. Os clubes atingidos foram *Aero Clube*, *Clube Náutico*, *Clube Umarama*, *Clube do Laranjal*, *Clube Fotofilatélico* e *Numismático*.

<sup>558</sup> *Jornal Foco Regional. Sul Fluminense* – 28 de fevereiro a 06 de março de 2005 – Ano V – Edição 203 e <<http://www.portalvr.com/noticias/index.php?show=1290>> (acessado dia 18/3/2012)

<sup>559</sup> Na matéria sobre a aprovação da lei dos tombamentos dos clubes, o *Jornal Foco Regional* estampou o título “Delírios legislativos”. *Jornal Foco Regional. Sul Fluminense* – 22 a 28 de maio de 2006 – Ano VI – Edição 265. Na matéria sobre o arquivamento do projeto, o título foi “Cheiro de gaveta”. *Jornal Foco Regional. Sul Fluminense* – 29 de maio a 04 de junho de 2006 – Ano VI – Edição 266.

<sup>560</sup> Disponível em: <<http://www.deley.com.br/sala/index.php?show=118>>. Acessado dia 18/3/2012.

<sup>561</sup> No mesmo período (2005), surgiram denúncias de corrupção no Sindicato dos Metalúrgicos, com o presidente Perrut saindo da Força Sindical e ingressando na CUT, como descrevemos no segundo capítulo do presente trabalho. Em cima disso, foi publicado um livro do jornalista Ricardo Tiezzi “A Usina da Injustiça”, com o prefácio do presidente da Força Sindical Paulo Pereira da Silva (o “Paulinho da Força”), obtendo grande repercussão na cidade de Volta Redonda. Este livro foi o primeiro da coleção “História Agora” da editora Geração Editorial. Fazem parte dessa coleção livros como “O dinheiro sujo da corrupção”, sobre Paulo Maluf e

Como se não bastassem esses conflitos, no ano de 2006, a CSN anunciou que iria rever os cálculos da prefeitura referentes ao IPTU pago pela empresa.<sup>562</sup> O não pagamento do IPTU pela CSN durou até o ano de 2008.<sup>563</sup>

Os problemas referentes às terras da CSN expressam fortemente a vontade da direção da CSN em especular com essas propriedades. Desde o final da década de 1990, a CSN não destina nenhuma utilidade às suas terras e desde 2002 o prédio que sediava o escritório central da empresa permanece praticamente vazio (muito embora nesses dez anos diversos projetos foram ventilados para dar um destino a esse imóvel).<sup>564</sup> Os 1,9 milhões de m<sup>2</sup> de terras na área urbana de Volta Redonda pertencentes a CSN permanecem cercados e ainda é comum, até os dias atuais, surgir na imprensa local casos de processos perpetrados pela empresa com o intuito de retirar famílias de áreas que julgam ser de sua propriedade.<sup>565</sup>

Ao mesmo tempo, para o grupo político que comanda a prefeitura municipal, a falta de terras para expansão urbana e atração de empresas de grande porte serve de argumento para que os empresários locais (e colocamos a família de Antonio Francisco Neto neste grupo) continuem a perpetuar na cidade empresas essencialmente voltadas para o comércio e serviços, garantindo-lhes, conseqüentemente, o domínio dos aparelhos privados de hegemonia locais. Ou seja, esse *modus operandi* (e o rompimento entre a prefeitura e a CSN) tem sido, nos últimos anos, benéfico para ambos os lados da disputa. O valor de mercado das terras da CSN em Volta Redonda, que, em 2002, estava estimado em R\$ 90 milhões, com certeza, nos últimos 10 anos, obteve uma valorização estrondosa, muito maior que as ações no mercado

---

“A privatária Tucana”, sobre o envolvimento de pessoas próximas a José Serra com esquemas de lavagem de dinheiro, propinas durante as privatizações no Brasil na década de 1990. TIEZZI, Ricardo. *A usina da injustiça: como um só homem está destruindo um cidade inteira*. São Paulo: Geração Editorial, 2005. p.111 a 115. A reportagem do jornal Foco Regional repercutindo a matéria do *The New York Times* indica que a crônica foi feita pelo jornalista John Maier. Cf. *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 23 a 29 de maio de 2005 – Ano V – Edição 215.

<sup>562</sup> “A empresa e o município travam uma batalha jurídica em torno do imposto, gerada a partir da ação movida pela CSN contra a cobrança da progressividade no IPTU, considerada inconstitucional e que resultou em ganho de causa sobre a mesma questão para a Anacont”. *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 27 de março a 02 de abril de 2006 – Ano V – Edição 257.

<sup>563</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 12 a 18 de novembro de 2007 – Ano VI – Edição 342 e <<http://www.deley.com.br/sala/index.php?show=185>>. Acessado em 18/3/2012. A justificativa da empresa em não pagar o IPTU se deve pelo fato da empresa protestar na Justiça “a restituição dos impostos pagos em anos anteriores – um total de R\$ 100 milhões – que, de acordo com a empresa, foram cobrados indevidamente pelo município.” Em 2010, a CSN perdeu a ação contra a prefeitura de Volta Redonda. Cf. *Jornal Aqui*. Ano 12, nº685. 08/05/2010. p.19.

<sup>564</sup> Entre outros projetos, repercutiu na imprensa local, em 2010, uma possível aliança entre o governo do Estado do Rio de Janeiro, a Prefeitura de Volta Redonda, a ACIAP-VR e a CDL-VR, que anunciou um ambicioso projeto: toda a esfera administrativa da prefeitura iria para o prédio, que ainda instalaria um hotel, um centro de convenções e mais algumas autarquias estaduais, com o nome de “Centro Empresarial de Volta Redonda”. In: *Jornal Diário do Vale*, edição de 09/4/2010.

financeiro da empresa, o que, por sua vez, legitimou a nova face de Volta Redonda, a saber, um pólo regional de comércio e serviços.

### ***3.3.3. Consolidando a grande aliança estadual: grupo Neto e o governo estadual (pós 2004)***

Como já salientamos ao longo deste capítulo, o grupo político que hegemoniza o poder político e econômico na cidade de Volta Redonda possui alianças políticas amplas, não só em termos regionais, mas também em âmbito estadual e nacional. E essas alianças, após o reforço no PMDB – com a chegada do casal *Garotinho* ao partido em 2003 – auxiliou ainda mais esse arco de coligações. E após a vitória de Sérgio Cabral em 2006, essas ligações permeiam praticamente todos os municípios fluminenses. E a cidade de Volta Redonda possui um grande peso nesta conexão.

Antes mesmo de deixar a prefeitura de Volta Redonda em janeiro de 2005, o grupo liderado por Antonio Francisco Neto já possuía força na política estadual, no governo de Rosinha Matheus Garotinho. Um dos principais colaboradores de Neto desde os tempos de deputados estadual, Hudson Braga (que foi secretário de administração de 1997 a 2003 e principal articulador político do prefeito, como demonstramos ao longo deste capítulo), em setembro de 2003 deixou o seu cargo na prefeitura de Volta Redonda para assumir o cargo de secretário executivo da Secretaria estadual de Integração Governamental.<sup>566</sup>

Depois da filiação de Neto ao PMDB em 2004 ficou acertado que depois do término de seu segundo mandato como prefeito, o mesmo assumiria um cargo no governo estadual. E em março de 2005, Neto assumiu a presidência da Companhia Estadual de Habitação (Cehab). O prestígio do então ex-prefeito estava tão grande que sua posse teve a presença de grandes lideranças estaduais e municipais, entre eles até o Bispo emérito Dom Waldyr Calheiros.<sup>567</sup>

Neto era cotado para ser vice-governador em 2006, mas o mesmo marketing que o auxiliou e muito como prefeito de Volta Redonda a conquistar os corações e as mentes da população, parece não ter ajudado para que seu nome fosse indicado como vice-governador, sendo preterido pelo ex-prefeito de Piraí, uma cidade bem menor e menos estratégica que Volta Redonda, Luis Fernando Pezão. Mas nos bastidores do governo estadual, Neto

---

<sup>565</sup> Para encontrar casos como esses, basta escrever em sítios de procura na *internet* palavras-chave como “terrenos”, “CSN”, “expulsão” “Volta Redonda”. Um exemplo está disponível em: <<http://www.jornalaqui.com.br/arquivo/2011/730/paginas/csn2.htm>>. Acessado dia 18/3/2012.

<sup>566</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 01 a 07 de setembro de 2003 – Ano III – Edição 126.

<sup>567</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 07 a 13 de março de 2005 – Ano VI – Edição 204.

continuou prestigiado. Tanto que, em abril de 2006, deixou o cargo da Cehab e assumiu a Receita Estadual, sendo sucedido em seu antigo posto por um de seus assessores mais próximos, Fernando Almeida (ex-secretário de fazenda de Volta Redonda, que estava atuando como diretor de administração e finanças da autarquia estadual).<sup>568</sup> Porém, no final do mesmo ano em que Sérgio Cabral Filho foi eleito governador do Estado Rio de Janeiro, Neto foi convidado para presidir o Detran-RJ (Departamento de Trânsito). Para tanto, Neto pretendia levar consigo seus auxiliares mais próximos, Hudson Braga, Fernando de Almeida e William Ferraz, deixando na presidência da Cehab, outro de seus colaboradores mais próximos, Carlos Roberto Paiva, vereador do PT de Volta Redonda.<sup>569</sup>

Outro político de suma importante para essa duradoura aliança entre o grupo liderado por Neto com os governos estaduais no período foi o radialista voltarredondense Edílson Silva (conhecido no Estado do Rio de Janeiro por apresentar o programa *Balanço Esportivo Rio* no canal CNT). Edílson começou sua carreira como roupeiro do *Voltaço* e também olheiro de jogadores para o técnico de futebol Abel Braga na virada das décadas de 1980 para a década de 1990. Inserido no universo do futebol desde adolescente (antes de se tornar roupeiro foi jogador das categorias de base do time do Volta Redonda), tornou-se radialista, tendo trabalhado em diferentes rádios da região (com destaque para a rádio Sul Fluminense AM). Entrou para política ao casar-se com Wanúbia de Carvalho (ex-deputada e filha do ex-prefeito de Volta Redonda Wanildo de Carvalho). Após a esposa abandonar a política, acabou assumindo a presidência do PMDB e mesmo o partido passando por períodos de turbulência e esvaziamento na cidade, sempre manteve o prestígio com as lideranças da capital. No final da década de 1990, ainda chegou a assumir o cargo de secretário de esporte e lazer do município. Sua relação com Sérgio Cabral se tornou próxima ao montar uma estrutura de campanha e de mandato para o então pré-candidato no ano 2002. Com a vitória de Cabral ao Senado, Edílson se tornou um de seus assessores mais próximos. Até o momento da eleição de Cabral para o governo do Estado, articulou a entrada de Garotinho no PMDB e o grande fluxo de políticos do interior fluminense para o partido, tornando a sigla a maior do Estado. Em 2006, com vitória de Sérgio Cabral para governador, Edílson Silva se tornou o subsecretário de governo, sendo o homem-forte do Executivo estadual fora da capital e região metropolitana do Rio de Janeiro.<sup>570</sup>

---

<sup>568</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 03 a 09 de abril de 2006 – Ano V – Edição 258.

<sup>569</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 11 a 17 de dezembro 2006 – Ano VI – Edição 294.

<sup>570</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 04 a 10 de dezembro de 2006 – Ano V – Edição 293.

Com o início do governo Sérgio Cabral, nomes conhecidos da política pública de Volta Redonda se tornaram pessoas fortes dentro do primeiro escalão do governo estadual. Hudson Braga, que durante alguns meses foi secretário do governo de Gothardo Neto, assumiu a subsecretaria de obras (em que o titular era o vice-governador Pezão); Sebastião Faria (ex-presidente da CSN e presidente durante 10 anos da SUSER de Volta Redonda, acumulando durante algum tempo o IPPU-VR) assumiu, em junho de 2008, a presidência do Detran-RJ e Vicente Loureiro (ex-presidente do IPPU de Barra Mansa e Volta Redonda na gestão de Gothardo Neto) assumiu a Secretaria de Urbanismo Regional e Metropolitano.<sup>571</sup>

Esse reforço hegemônico com a aliança estadual, desde a vitória de Anthony Garotinho em 1998, foi sendo reforçado com a partilha de cargos entre membros próximos à Neto (como Hudson Braga, Fernando Almeida, o próprio Neto) e trouxe não só para a cidade de Volta Redonda, mas em todo o Estado do Rio de Janeiro, um arrefecimento das contradições existentes entre diversos conjuntos oligárquicos regionais, o qual nos parece ser uma das principais características do PMDB (não só no Rio de Janeiro como em todo o país). Essa inserção do PMDB uniu esses múltiplos grupos de todas as regiões do Estado, ajudando a enraizar esses setores conservadores no poder político local, formando uma governabilidade extremamente poderosa frente a uma oposição essencialmente débil.

### ***3.3.4. Expressão da hegemonia em Volta Redonda: o plano diretor aprovado em 2008***

A cidade de Volta Redonda foi uma das primeiras cidades do país a contar com um estudo de planejamento urbano chamado de PEDI (Plano Estrutural de Desenvolvimento Integrado de Volta Redonda) de 1977, com o intuito de ordenar a cidade devido a grande leva migrante ocasionada pelo terceiro processo de expansão da Companhia Siderúrgica Nacional no início da década de 1970. Devido a esse grande fluxo populacional que chegava em Volta Redonda, era evidente a falta de estrutura adequada para recebê-los. Isso deu continuidade acelerada ao processo de intensa favelização de áreas no entorno da área urbana do município. “Tal Plano visava estabelecer um processo racional, dinâmico e institucionalizado para o controle constante do desenvolvimento local, focado em alguns itens considerados estruturantes no Plano físico – territorial e de uma legislação básica de zoneamento e uso do solo, revolucionária àquela época”.<sup>572</sup> Era um momento em que a cidade possuía cerca de 126 mil habitantes e o maior crescimento demográfico do Estado.

---

<sup>571</sup> Jornal *Foco Regional*. Sul Fluminense – 08 a 14 de janeiro de 2007 – Ano VI – Edição 298.

<sup>572</sup> Disponível em: <<http://www.portalvr.com/ippu/mod/planodiretor/index.php>>. Acessado em 19/3/2012.

Do PEDI-VR nasceu o IPPU, autarquia municipal responsável pelo planejamento urbano, no que tange à formulação de projetos, acompanhamento de obras, além de

produzir, agregar e analisar informações relativas a indicadores sociais; produzir e coordenar a execução de projetos de arquitetura, comunicação visual e mobiliário urbano; arquivar dados, projetos e material técnico para subsidiar projetos (Biblioteca Técnica/Banco de Dados), controle e atualização dos dados geográficos e estatísticos do município e região e assessoramento técnico a órgãos da Prefeitura e público em geral.<sup>573</sup>

Dentre as principais ideias desenvolvidas no PEDI estavam o aconselhamento de evitar construções de prédios na Vila Santa Cecília, uma vez que 33% dos ventos prevalecentes na cidade são no sentido leste-oeste e a construção de prédios nessa localidade dificultaria a dispersão da poluição expelida pela Usina Presidente Vargas localizada na mesma região.<sup>574</sup> O PEDI ainda indicava que as áreas possíveis para a expansão industrial (a “vocação industrial do município” era exaltada em vários trechos do documento)<sup>575</sup> são justamente as áreas da região sul do município, nas margens da então recém-construída Rodovia dos Metalúrgicos. E a diversifica o industrial na cidade viria principalmente tendo como m teria-prima os resíduos industriais da CSN.

A formula o de planos diretores de desenvolvimento urbano foi consagrada na Constitui o de 1988. E no início do governo Baltazar (1993), com a implementa o do CMDU (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano), coube a este conselho iniciar os trabalhos para a formula o do plano diretor de Volta Redonda. Devido   série de conflitos (analisados no 2  capítulo deste trabalho) em torno do CMDU, o planejamento e os encontros entre a sociedade civil atrasaram e se esvaziaram – principalmente do movimento popular combativo – retardando ainda mais a formula o do plano diretor no mandato de Paulo César Baltazar.

Com o movimento social combativo já dando claros sinais de enfraquecimento no final do governo Baltazar, o CMDU<sup>576</sup> – que já havia perdido seu caráter deliberativo passando a ser consultivo e ainda permeado de entidades de classe patronais – começou a formular o anteprojeto do plano diretor. Este plano diretor de desenvolvimento urbano

<sup>573</sup> Disponível em: <<http://www.portalvr.com/ippu/mod/ippu/ippuhoje/index.php>>. Acessado em 19/3/2012.

<sup>574</sup> Os ventos predominantes na cidade levam boa parte da polui o produzida pela CSN justamente para as áreas mais carentes e desfavorecidas de serviços públicos, como a região do Retiro, Vila Brasília e Açude, localizadas atrás da Usina Presidente Vargas. PEDI/VR. 1976. Consultado na Biblioteca e acervo técnico do IPPU/VR.

<sup>575</sup> PEDI, *op. cit.*, p.107.

<sup>576</sup> O CMDU no período era presidido por Zeomar Tessaro, da corrente “articula o” do PT, que apoiava o governo Baltazar e depois o governo Neto. Cf. Organograma do CMDU no anteprojeto do Plano Diretor não aprovado em 1998. Consultado na Biblioteca e acervo técnico do IPPU/VR.

começou a ser projetado no ano de 1996, foi discutido até o ano de 1998, porém foi arquivado por falta de acordo entre os diversos atores sociais envolvidos. Mas a análise deste anteprojeto é importante para podermos identificar suas particularidades e principalmente as suas diferenças entre este que foi arquivado e o projeto aprovado 10 anos depois.

Entre os diagnósticos<sup>577</sup> formulados através dos encontros ocorridos entre a sociedade civil no CMDU estão, por exemplo, o reconhecimento do município (e o poder público) como agentes do desenvolvimento econômico, embora reconheçam que a principal atividade econômica do município (produção de aço) está intimamente ligada aos contextos da política econômica nacional e o mercado internacional.<sup>578</sup> Outro ponto colocado nos diagnósticos da sociedade civil (CMDU) naquele momento, e que nos parece de suma importância ressaltar: a questão do mercado de trabalho local. Devido a grave crise de emprego industrial na cidade e o crescimento do setor básico da economia na cidade a pesquisa feita para a elaboração do plano diretor indicava: “em termos de impacto sobre o mercado de trabalho local, isso significa que os ramos de comércio e serviços, principalmente, *não* absorvem a mão de obra que vai sendo afastada do setor industrial”.<sup>579</sup> A pesquisa ainda apontava o crescimento do número de chefes de família recebendo até 3 salários mínimos mensais e pedia o fim do círculo vicioso que tem sustentado o crescimento da informalização da economia e do mercado de trabalho, através de programas de geração de emprego para a *indústria*.<sup>580</sup>

O plano diretor, a princípio, não foi votado no final do governo Baltazar, além da falta de vontade política, por não haver consenso entre as partes envolvidas. A justificativa do IPPU, na figura de sua diretora Claudia Virginia Cabral, era de que o projeto “não preenchia as necessidades do município para fazê-lo crescer”.<sup>581</sup> Em 1998, no governo Neto o projeto voltou a pauta da Câmara, porém novamente foi arquivado, no momento em que a prefeitura de Volta Redonda anunciava milhares de obras pela cidade.<sup>582</sup> Ou seja, durante as mais de 2 mil obras do poder público municipal não havia na cidade nenhum plano discutido previamente com a população. A cidade foi sendo reformulada a partir das perspectivas da prefeitura e dos interesses de seus aliados.

---

<sup>577</sup> O plano diretor foi gerenciado pelo IPPU (coordenador das ações de planejamento urbano) convergindo com o CMDU (que age como mecanismo institucional da sociedade civil) e que participa junto como o IPPU mais a secretaria de planejamento e secretaria de administração da revisão dos pontos discutidos.

<sup>578</sup> Diagnóstico do Plano Diretor de Volta Redonda, 1998. Biblioteca e acervo técnico do IPPU/VR. p. 33.

<sup>579</sup> *Idem*. Grifos nossos.

<sup>580</sup> *Idem*. p.34. Grifos nossos.

<sup>581</sup> Revista *Primeira Página*. Ano 2, nº 22. Dezembro de 1996. p. 17.

<sup>582</sup> Em 1998, quando o projeto do Plano Diretor ia ser votado, os vereadores aprovaram 89 emendas no projeto original e o enviaram novamente ao Executivo, o que era proibido. Desse modo, Neto arquivou o projeto. Cf. *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 06 a 12 de março de 2006 – Ano V – Edição 254.

Porém, em 2001 o Congresso Nacional aprovou a obrigatoriedade da formulação de um plano diretor para as cidades com mais de 20 mil habitantes.<sup>583</sup> O plano diretor também deveria ser obrigatório para cidades metropolitanas, para aqueles municípios “que pretendam fazer uso dos instrumentos de política urbana previstos na CF/88, a saber, parcelamento e edificação compulsórios, IPTU progressivo e desapropriação em caso de não edificação, subutilização ou não utilização do imóvel urbano”, e ainda para cidades turísticas e municípios “que se situam em área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional”, em um prazo máximo de 5 anos.<sup>584</sup> Ou seja, o prazo expirava em 10/10/2006. O estatuto estabeleceu que deveria haver garantias da “gestão democrática”<sup>585</sup> através de:

- I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- II – debates, audiências e consultas públicas;
- III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento.<sup>586</sup>

Deste modo, a cidade de Volta Redonda novamente se viu diante do desafio de formular um plano diretor para a cidade. Até o fim do segundo mandato de Antonio Francisco Neto absolutamente nada foi feito nesse sentido. Seu sucessor, Gothardo, que assumiu o governo em janeiro de 2005, tinha a obrigação de fomentar a formulação do plano. Contudo, no seu primeiro ano de governo também nada nesse sentido foi realizado. Boa parte dessa dificuldade, para nós, advém da falta de interlocução do poder público municipal com setores da sociedade que não fossem empresariais. No caso da não apresentação de um plano diretor, o município sofreria sanções do governo federal como corte de verbas e o Executivo poderia sofrer ações de improbidade administrativa.<sup>587</sup>

Nossa afirmação sobre a falta de diálogo entre a prefeitura e os movimentos sociais tem como exemplo o fato de ter sido organizado, em 2005, o Fórum de Articulação dos Movimentos Populares na cidade, que sofria para conseguir uma única audiência sequer com

<sup>583</sup> Estatuto das cidades: lei nº10257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e da outras providências. Trecho que trata da obrigatoriedade do Plano Diretor, página 09.

<sup>584</sup> LARCHER, Marta Alves Larcher. “A obrigatoriedade dos municípios em editar seus planos diretores”. Disponível em: <[www.mp.mg.gov.br/portal/public/interno/arquivo/id/4331](http://www.mp.mg.gov.br/portal/public/interno/arquivo/id/4331)>. Acessado em 19/03/2012.

<sup>585</sup> Colocamos a expressão gestão democrática entre aspas, pois embora a lei obrigue a participação popular, ela pode ser e muitas vezes é facilmente burlada.

<sup>586</sup> Lei nº10257, de 10 de julho de 2001.

o prefeito Gothardo Neto.<sup>588</sup> Mas 2006 era o ano em que obrigatoriamente o plano diretor deveria ser discutido, e foi. Em março de 2006, Gothardo convocou o Fórum de Articulação dos Movimentos Populares, liderado pela ex-vice-prefeita Glória Amorim (que já apoiava o grupo político coordenado por Neto) para o início das discussões sobre o plano diretor.<sup>589</sup>

Três meses depois, as audiências públicas começaram a ser realizadas com a sociedade civil. Do dia 06/06/2006, com a abertura dos trabalhos até a primeira quinzena de julho, as entidades da sociedade civil de Volta Redonda se reuniram para apontar os aspectos positivos e negativos da cidade e indicar possíveis soluções. Essas audiências eram feitas em separado, divididos em: 1) Secretarias municipais, autarquias, empresas de economia mista e fundações; 2) Acadêmicos, conselhos de classes e ONG's; 3) Movimento sindical; 4) Movimentos populares; 5) Grupos empresariais; 6) Movimento da juventude e 7) Agenda 21.<sup>590</sup> Em agosto, ocorreram as últimas audiências de pactuação das propostas.

Tudo parecia caminhar para a aprovação do plano sem conflitos entre os diversos setores sociais participantes. Em setembro, o Executivo encaminhou o projeto para a Câmara de Vereadores, porém este não foi apreciado pelos mesmos. Em outubro o MEP entrou com uma ação na Justiça contra os vereadores por não terem votado o projeto no prazo determinado pelo estatuto das cidades. Como 2006 foi ano eleitoral e muitos vereadores eram candidatos, logo o projeto acabou sendo colocado em segundo plano.<sup>591</sup> Em dezembro, a votação foi adiada – através de um pedido de vistas – sob a alegação de que os vereadores não tiveram tempo de analisar o plano.<sup>592</sup>

Em 2007, o projeto do plano diretor só voltou à pauta da Câmara dos Vereadores no mês de junho. Em setembro, os vereadores aprovaram algumas emendas ao texto e só um ano depois (julho de 2008), quando já se falava na cidade numa possível ação de improbidade administrativa, um acordo entre os vereadores garantiu a aprovação do plano diretor.<sup>593</sup>

Afirmamos que o plano diretor de Volta Redonda aprovado em 2008 expressa a hegemonia política em Volta Redonda, pois o seu árduo e *novelresco* processo reportou particularidades que vemos assinalando desde o início deste capítulo. Primeiramente, a ausência de setores opositores ao governo. O segundo foi a falta de diálogo com os

<sup>587</sup> LARCHER, Marta Alves Larcher. *op. cit.*

<sup>588</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 06 a 12 de março de 2006 – Ano V – Edição 254

<sup>589</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 13 a 19 de março de 2006 – Ano V – Edição 255.

<sup>590</sup> Plano diretor de Volta Redonda. Livro *Processo Participativo*. Acervo pessoal do autor.

<sup>591</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 23 a 29 de outubro 2006 – Ano V – Edição 287.

<sup>592</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 11 a 17 de dezembro de 2006 – Ano VI – Edição 294.

<sup>593</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 04 a 10 de junho de 2007 – Ano VI – Edição 319. *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 03 a 09 de setembro de 2007 – Ano VII – Edição 332 e *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 14 a 20 de julho de 2008 – Ano VIII – Edição 376.

movimentos sociais (mesmo em apoio ao grupo político hegemônico na cidade) durante todo o decurso até sua aprovação e, por fim, o fato de o plano consagrar as mudanças feitas na cidade ao longo dos dois primeiros mandatos de Antonio Francisco Neto, como algo natural e inevitável, reafirmando e aprofundando as mudanças iniciadas pelo dito prefeito a partir do final da década de 1990.

O projeto original de Volta Redonda, elaborado por Atilio Correia Lima e seus associados, previa, ao lado da siderúrgica, uma vila para cerca de 20.000 moradores. De 1941 a 2006 a cidade cresceu para os atuais cerca de 240.000 habitantes. Além da população e da ocupação territorial, mudou também a função urbana, pois hoje, embora permaneça importante sua **função industrial**, Volta Redonda acabou assumindo a **função de pólo regional de serviços**. Neste sentido superou cidades antigas a ela contíguas; provavelmente esta alteração decorreu da qualidade da infraestrutura ali implantada, com recursos não municipais, e da política de apoio e financiamento da própria empresa, enquanto estatal, para a solução de demandas habitacionais e de infraestrutura. Estas obras acabaram dando à cidade um feio moderno e civilizado que acabou atraindo atividades empreendedoras e população.<sup>594</sup>

Reparem que as mais de duas mil obras “modernizadoras” implementadas no início da “Era Neto”, o empreendedorismo do poder público buscando atrair investimentos para a cidade, os agentes públicos e privados – notadamente ligados ao setor comercial e de serviços – organicamente articulados entre si ao longo desse processo, nada disso foi levado em consideração quando se fala que a cidade de Volta Redonda se transformou em uma cidade pólo de comércio e serviços de atração regional.

Além disso, o Plano Diretor possui diversas generalizações superficiais não condizentes com a realidade. Em um estudo realizado por Andréa Auad Moreira, da Rede de Avaliação para Implementação dos Planos Diretores Participativos faz a seguinte análise do Plano Diretor de Volta Redonda:

A importância e as características específicas da Cidade não são traduzidas com a complexidade necessária. Volta Redonda é uma cidade cuja origem, história e atrelamento à atividade industrial siderúrgica são indiscutíveis. Este caráter não se apresenta, por exemplo, de maneira clara e esclarecedora no texto da lei. O plano é genérico e serviria, em grande medida, para qualquer outra cidade.(...) O Plano não revela, por exemplo, terem sido considerados aspectos importantes do território como, por exemplo, os elementos estruturadores do desenvolvimento urbano da cidade (o traçado da Vila Operária, o Rio Paraíba do Sul, sua exígua extensão territorial, a

<sup>594</sup> Plano diretor de Volta Redonda. Livro *Arco da centralidade*. Acervo pessoal do autor. p.5. Ainda no artigo 80 sobre a política de desenvolvimento econômico: “A Política de Desenvolvimento Econômico fundamenta-se no fortalecimento e estímulo a expansão das atividades produtivas e na consolidação da Cidade como pólo regional de negócios e de serviços referenciais de caráter supra municipal.” Plano diretor de Volta Redonda Lei nº 4.441.

presença física da Companhia Siderúrgica Nacional). Volta Redonda teve sua estrutura original projetada por Atílio Correa Lima em 1939-44 e seu posterior desenvolvimento urbano, após sua emancipação (1954), se caracterizou por outras intervenções e reflexões de planejamento urbano o que, de maneira diferenciada das cidades vizinhas, refletiu na construção física e social da cidade. Trata-se de uma cidade modelar para a história do urbanismo modernista no Brasil. A cidade mereceria demonstrar uma análise mais aprofundada da sua construção sobre o território que se refletisse nas decisões e estratégias organizadas no seu Plano Diretor.(...) No que se refere ao Modelo de Cidade proposto, entendendo o modelo como uma formulação física da cidade, o PDPVR é superficial e inconsistente, não vinculando, necessariamente, seus pressupostos de modelo à estrutura física da Cidade, o que se traduz num paradoxo. No escopo das Estratégias aparecem questões também bastante genéricas (que poderiam ser previstas para qualquer cidade) e decisões que pouco refletem a cidade existente e suas características e predicados. O caráter da cidade não fica referenciado e considerado, seu passado, sua história urbana, sua estruturação física e social como cidade, vinculada, inexoravelmente, à atividade industrial. A estratégia mais frequentemente abordada trata da constituição de um eixo de centralidade perpassando em centralidades já existentes e outras a serem estruturadas. A grande centralidade da cidade foi e continua sendo a Companhia Siderúrgica Nacional, mesmo com toda a resignificação da imagem física e simbólica da mesma, alavancadas pelo processo de privatização da CSN nas últimas décadas. O Plano parece desconhecer este dado e passa, de maneira despercebida pelo mesmo. Como organizar um Plano Diretor para Volta Redonda sem discutir, no texto da Lei, a presença e centralidade inquestionável da CSN? É um equívoco e mais que isso, uma negligência. Nas diretrizes da Política Urbana, a cidade, de caráter industrial, também não aparece. Seria possível e necessário revelar outras identidades já existentes e a serem construídas, mas não é possível fazer desaparecer o seu caráter industrial como revelador e estruturador da economia e da sociedade voltareddondense.<sup>595</sup>

---

<sup>595</sup> MOREIRA, Andréa Auad. *Avaliação do Plano Diretor de Volta Redonda*. Observatório das Metrópoles, UFRJ. s/d. p.4-7.

### 3.4. A CSN pós-privatização: conglomerização e internacionalização

Em Volta Redonda, com a privatização da CSN em 1993, o Grupo Empresarial *Vicunha* (originário do setor têxtil) assumiu, em menos de dois anos, o controle acionário da empresa e impulsionou uma reestruturação produtiva sem precedentes na cidade, bem como acumulou capital suficiente para se conglomerar e se internacionalizar. O grupo *Vicunha* nasceu de uma associação de empresas de fiação<sup>596</sup> em 1966 e logo obteve grande crescimento. Até 1969 comprou cinco fábricas em dificuldades econômicas. A partir de 1970, em associação com outros grupos, começou a criar novas unidades fabris, principalmente no nordeste brasileiro (aproveitando os incentivos da SUDENE).<sup>597</sup> Na década de 1980, o grupo, devido ao pouco endividamento, superou a crise daquela década adquirindo ainda mais empresas no ramo, adentrando o setor de tecidos artificiais. Até 1989, adquiriu pelo menos mais 8 empresas da indústria têxtil em dificuldades, sendo composto nesse período por 17 empresas com 35 fábricas.<sup>598</sup> Demonstrando fôlego e concentração de capital, o grupo, na década de 1990, ainda ampliou sua capacidade verticalizando toda a produção.<sup>599</sup>

Entretanto, com a oportunidade de diversificar seus negócios e favorecido pelo Estado atuante na complexificação e formação desses grupos empresariais, o Grupo *Vicunha* participou do leilão da CSN ocorrido em abril de 1993.<sup>600</sup> Depois da dura luta entre os setores contrários e a favor da privatização da Companhia, a configuração acionária dos lotes de ações vendidos assim apresentou-se: o Grupo *Vicunha* com 9,1% das ações, Docenave com 9,5%, Bamerindus com 9,1%, União de Comércio e Participações, com 7,6%. A CBS (Caixa Beneficiadora da CSN) poderia junto com os empregados obter 31% das ações, mas obteve 21%.<sup>601</sup> E nos primeiros momentos já se observava a disputa interna pelo controle da usina entre o Grupo *Vicunha* e o Bamerindus, principalmente pelo apoio da CBS.

O primeiro conselho administrativo da CSN pós-privatização teve Roberto Procópio Lima Netto (o presidente que preparou a CSN para ser privatizada e usou de diversos meios

<sup>596</sup> Fiação Campo Belo (da família Rabinovich) e Tecelagem Elisabeth (da família Steinbruch). Com a compra do Lanifício Varam (então o maior da América do Sul no setor têxtil), o grupo passou a se chamar *Vicunha S.A.* em 1967. Cf. Bonelli, Regis. *As estratégias dos grandes grupos industriais brasileiros nos anos 90*. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/pub/td/td0569.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0569.pdf)>. Acessado em 15/01/2011.

<sup>597</sup> Cf. BONELLI, Regis. *Idem*.

<sup>598</sup> *Idem*.

<sup>599</sup> *Idem*.

<sup>600</sup> GRACIOLLI, Edílson José. *op. cit.* p.304.

<sup>601</sup> FERREIRA, Denílson Queiroz. *Privatização da CSN: Resistência e Adaptação do Sindicato dos Metalúrgicos sob a Perspectiva de Dependência de Recursos*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. p.262.

para isso)<sup>602</sup> como presidente e Benjamin Steinbruch, do grupo Vicunha, como vice-presidente. Devido a constantes problemas oriundos das diferentes visões sobre o ritmo da reestruturação produtiva e medidas de curto prazo para gerarem lucro, Lima Netto acabou deixando o cargo em janeiro de 1994, enquanto as disputas entre o grupo Vicunha e o Bamerindus para garantir a indicação do presidente da empresa continuavam. No plano nacional, o primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso consolidou o ideário neoliberal – fruto da hegemonia do capital portador de juros – que vai impulsionar os consensos em relação à diminuição de direitos dos trabalhadores. “Qualidade total”, “*just in time*”, entre outras expressões, tornaram-se uma espécie de mantra para os gestores do capital, numa clara referência ao aumento da produção com diminuição de direitos e salários.

Em dezembro de 1995, um rearranjo entre acionistas, após a saída do Bamerindus, abriu o caminho para o controle da empresa pelo grupo Vicunha.

O Bamerindus anuncia sua saída do controle acionário da empresa, reflexo ainda de sua derrota na indicação do presidente da CSN, vendendo suas ações para o grupo Vicunha, Bradesco e Previ pelo valor de US\$250 milhões. O maior comprador foi o grupo Vicunha, que ficou com 4% dos 9,1% que o Bamerindus detinha, tornando-se o maior acionista individual da CSN, com 13,2% das ações da empresa. Previ e Bradesco compraram, cada um, 2,5% das ações e entravam a partir deste momento para o grupo controlador da empresa.<sup>603</sup>

Com o controle acionário nas mãos do grupo Vicunha, justamente o grupo que pregava com mais agressividade o corte de gastos na empresa, um novo processo de reestruturação produtiva foi colocado em prática na CSN. A contratação da executiva Maria Silvia Bastos Marques<sup>604</sup> foi a demonstração mais clara disto. De 1996 até 2000, pelo menos mil funcionários foram demitidos por ano, sendo que muitos depois voltavam contratados por empresas terceirizadas com o salário inferior ao que recebiam quando eram funcionários diretos da Companhia.

Com essa redução drástica dos custos de produção (um dos mais baixos do mundo), abriu-se caminho, ao lado de facilitações e estímulos do governo brasileiro, para a CSN (grupo Vicunha) participar de uma série de leilões de privatizações no país na segunda metade da década de 1990.

A CSN *holding* começou a se expandir no setor de mineração e ferrovias:

---

<sup>602</sup> Como demonstramos no 2º capítulo desta dissertação.

<sup>603</sup> Cf. FERREIRA, Denílson Queiroz. *op.cit.* p. 292.

(...) a rápida diversificação, obtida pelo controle das companhias CSC, Metalic (latas de folha de flandres, localizada no nordeste), Inal, Metalúrgica Matarazzo, CEGÁS; o ganho da concessão, via leilões de concessão, da telefonia celular dos Estados da Bahia e Sergipe (Banda B) em julho de 1997; por intermédio da CSN, a propriedade de 25% da *holding* que controla a Vale do Rio Doce, tendo ganho o leilão de privatização, disputado com o Votorantim, em maio de 1997; a aquisição de 7,25% das ações com direito a voto da Light, concessionária de energia elétrica do Rio de Janeiro; o ganho da concessão, na área de serviços, pela CSN, para explorar o terminal de carvão do porto de Sepetiba; a importante participação, obtida em leilões de privatização, em três das seis malhas ferroviárias recentemente privatizadas (12,5% na Centro-Atlântica, 20% na Sudeste e 20% na Nordeste). Neste processo de expansão elevou fortemente seu endividamento.<sup>605</sup>

Entretanto na virada do século, Steinbruch (grupo Vicunha), que possuía o controle acionário da CSN com cerca de 18% das ações, assim como também acumulava a presidência da Vale do Rio Doce, passou a ser pressionado pelo governo federal, temeroso frente ao poderio e a força que vinha adquirindo o empresário que poderia formar um monopólio pesado de extração de minérios, transporte ferroviário, produção de aço. Assim, seus sócios na Vale do Rio Doce (os Fundos de Pensão das estatais, como a PREVI) fizeram um acordo com o grupo Vicunha. Enquanto as participações do Bradespar (Bradesco), PREVI (Fundo de pensão do Banco do Brasil) na CSN foram para as mãos de Benjamin Steinbruch, as ações da Vale de posse do grupo Vicunha foram divididas entre o Bradespar e o PREVI. Assim o grupo Vicunha passou a ter o controle absoluto da CSN, com 51% das ações, enquanto o Bradesco passou a presidir a Vale.<sup>606</sup> A partir daí o grupo Vicunha buscou abrir frentes no mercado internacional.

Além dessas expansões, no ano de 2002, a empresa iniciou uma aproximação com a siderúrgica anglo-holandesa Corus, buscando a fusão de ambas. O fato despertou grande repercussão tanto na região sul-fluminense como no Brasil, com a desconfiança de que a Corus só estaria interessada nas minas da CSN e poderia fechar a usina em Volta Redonda, tanto que o BNDES cobrou garantias de que isso não ocorresse para dar aval ao negócio.<sup>607</sup> Em 2001, a CSN começou sua tentativa de se tornar uma empresa global comprando a

<sup>604</sup> Maria Silvia Bastos Marques ganhou notoriedade antes de assumir o cargo de executiva na CSN trabalhando como secretária de fazenda no município do Rio de Janeiro no governo César Maia (1992-1996), deixando o cargo com superávit, depois de um longo período com os cofres “no vermelho”.

<sup>605</sup> Cf. BORELLI, Regis. *op. cit.* p.20.

<sup>606</sup> Jornal *Aqui*. Ano 3, nº111. 28/02/2000. p.10. Cf. também: <<http://historicoeconomico.blogspot.com.br/2011/05/benjamin-e-vale-do-rio-doce.html>>. Acessado em 19/03/2012.

<sup>607</sup> Jornal Foco Regional. 16 a 22 de setembro de 2002 – Ano II - nº 77.

siderúrgica estadunidense *Hearthland Steel*, hoje *CSNLLC*. Já em 2003, a CSN adquiriu a siderúrgica portuguesa *Lusosider* junto com a *Corus*, até que em 2007 passou a ter seu controle integral.

E nessa última década, enquanto a CSN buscou de forma agressiva expandir sua participação na produção de aço e minério, a empresa passou também a reaver as terras que eram da Companhia e foram cedidas em regime de comodato a clubes sociais, escolas e à Prefeitura (como já adiantamos), justificando que precisava valorizar e recuperar os bens de seus acionistas. Assim essa relação ficou ainda mais desgastada com as constantes ameaças de retirada de “investimentos” e não pagamento de impostos (como IPTU) por parte da empresa. A direção da CSN diversas vezes alegou querer ter uma relação “moderna” com a cidade de Volta Redonda, através da geração de emprego e pagamento de tributos.<sup>608</sup> Ou seja, a relação moderna é caracterizada justamente pela maximização das expropriações sociais, tanto no nível salarial como no nível do território de sociabilidade da população.

Os anos passaram e a CSN continua insistindo em sua internacionalização, porém com alguns tentativas frustradas, como a chinesa *Baosteel*, *USSteel*, a colombiana *Acerias Paz Del Rio*, a própria fusão com a *Corus* (depois de 5 anos de negociações), a *Wheeling-Pittsburg* dos Estados Unidos, bem como a nova siderúrgica em Itaguaí, que ainda não saiu do papel.<sup>609</sup> Hoje, o Grupo Vicunha é um conglomerado de empresas de diversos setores, como têxtil, bancário, mineração, siderurgia, cimentos e logística.

Além do gigantismo já mencionado no setor têxtil, o grupo controla, no setor de mineração, a jazida em Casa de Pedra (MG), em parceria com a empresa nipo-coreana *Namisai*, e minas de minério nos municípios de Fernandinho e Mina do Engenho na região do quadrilátero ferrífero (MG). Controla ainda uma mineradora na cidade de Arcos (MG), na região da Pedreira da Bocaina, além de uma jazida de estanho em Itapuã do Oeste (SP).

No setor siderúrgico, a CSN e o grupo Vicunha controlam a *Galvasud* (fabricação de aço galvanizado) em Resende (RJ), a *CSN Paraná* na região de Curitiba, a *Companhia Metalic do Nordeste* (para fabricação de latas de aço), a *Siderúrgica Prada* em Uberlândia (MG), a *Inal* em Mogi das Cruzes (SP), que atua no mercado de distribuição de produtos para fábricas de autopeças, eletrodomésticos, construção civil, entre outros, além das estrangeiras *CSNLLC*, nos Estados Unidos, e a *Lusosider*, em Portugal, anteriormente mencionadas. O

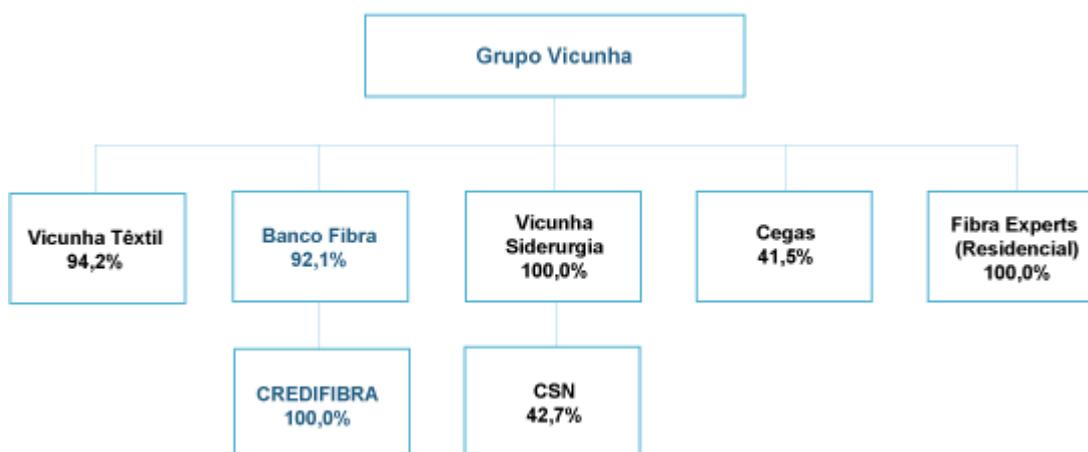
---

<sup>608</sup> *Jornal Foco Regional*. 16 a 22 de fevereiro de 2004 - Ano III - Edição 150.

<sup>609</sup> *Jornal O Estado de São Paulo*. 29/01/2010. Edição eletrônica.

Grupo possui ainda concessão de portos, como o de Sepetiba, e participação acionária em diversas ferrovias, além de produção de energia e cimento.<sup>610</sup>

Em 2005, a CSN adquiriu por R\$ 100 milhões a Estanho Rondônia S.A. (ERSA), constituída pela mineradora Santa Barbara, pela Tupã do Oeste e Fundação Ariquemes em Rondônia.<sup>611</sup> No campo energético, no final da primeira década do século XXI, a CSN comprou 29,5% da Usina Hidroelétrica Ingá de Santa Catarina e 17,9% da Usina Hidroelétrica Igarapava em Minas Gerais<sup>612</sup>, além de ter investido pesado no setor de cimentos.



Assim sendo, a Companhia Siderúrgica Nacional, no atual contexto do capitalismo global sob hegemonia do capital financeiro, demonstra alta concentração de capitais financeiros, com apoio do Estado, numa escala enorme, impulsionando a maximização de extração de maior-valor e representação da força do mercado de ações, o que modifica e intensifica as relações sociais capitalistas em Volta Redonda. Ao mesmo tempo, a atuação da CSN demonstra, com sua internacionalização (e exportação de capitais), que o avanço do capitalismo propiciou uma nova escala de concentração de capitais que permite países como o Brasil exportar capitais e suas empresas se tornarem gigantes mundiais em seus segmentos. E a cidade de Volta Redonda, que possuía uma relação umbilical com a empresa, perdeu a importância que detinha enquanto abrigava uma empresa estatal. Pelo tamanho do conglomerado que a Companhia adquiriu, a importância da cidade e de seus moradores passou a ser ínfima diante do montante de capital acumulado por seus acionistas. E não para por aí.

<sup>610</sup> Todas essas informações foram extraídas do *site* oficial do grupo Vicunha. ([www.vicunha.com.br](http://www.vicunha.com.br))

<sup>611</sup> POSO, Antonio Toledo. *O processo de reestruturação da siderurgia mundial e brasileira: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p.183.

Também como reflexo da Lei Kandir e suas isenções fiscais para exportação não só de produtos industrializados como produtos primários, o conglomerado gerido pelo grupo Vicunha, a partir do segundo semestre de 2011, passou a lucrar mais com a exportação de minério de ferro do que com a exportação de aço – em um evidente exemplo de reprimarização que vem afetando o país nos últimos anos.<sup>613</sup> E o processo de conglomerização e internacionalização da CSN continua. Em fevereiro de 2012 foi adquirida a siderúrgica alemã do grupo espanhol Alfonso Gallardo pelo valor US\$ 634 milhões, além da distribuidora Gallardo Sections.<sup>614</sup>

---

<sup>612</sup> *Idem.* p.187.

<sup>613</sup> <<http://diariodovale.uol.com.br/noticias/1,44197,Minerio-supera-aco-no-caixa-da-SN.html#axzz1pbW97fo9>> e <<http://www.metlica.com.br/csn-lucra-mais-com-minerio-do-que-aco>>. Acessados em 19/03/2012.

<sup>614</sup> <<http://www.elloconsultores.com.br/noticias/clipping/item/964-csn-acquire-f%C3%A1brica-na-alemanha>>. Acessado em 19/03/2012.

### 3.5. Tendências para Volta Redonda: o retorno de Antonio Francisco Neto em 2008 e o panorama político-econômico municipal

Como já mencionamos, ao longo deste capítulo, a vitória de Gothardo Neto para a prefeitura de Volta Redonda consolidou na cidade as mudanças iniciadas nas gestões de Antonio Francisco Neto. Este último, por sua vez, mesmo “distante” do Executivo voltarredondense, mantinha-se como figura central da política na cidade. Gothardo logo que se elegeu prefeito pelo PV (Partido Verde), deixou o partido, em um exemplo clássico do que seria uma *legenda de aluguel*. E seguiu o curso de seu mandato como prefeito sem nenhuma filiação partidária, mas corolário do grupo hegemônico em Volta Redonda e no estado do Rio de Janeiro.

Os maiores problemas enfrentados na gestão de Gothardo Neto – que para muitos não passava de um “mandato *tapão*” – foram justamente os referentes ao não pagamento do IPTU por parte da CSN e problemas de caixa relativo aos gastos elevados dos governos Neto, ainda que o orçamento municipal e seus gastos se mantiveram nos níveis dos mandatos anteriores aos de Neto e o ritmo acelerado de obras experimentado no período de 1998 a 2004 tenha sido fortemente reduzido.

No campo da política local, Cida Diogo do PT (que neste momento era oposição ao governo municipal) havia sido eleita deputada federal em 2006, mas outro político importante na cidade sofreu uma grande derrota. Baltazar, no início do mesmo ano eleitoral, envolveu-se no escândalo de repercussão nacional das ambulâncias superfaturadas, conhecido como o “escândalo das *sanguessugas*” e não foi reeleito deputado federal pelo PSB.

No ano de 2007, Gothardo chegou ser cotado para ingressar no PT, principalmente por sua proximidade com o vereador Carlos Paiva. Porém, tudo não passou de especulação.<sup>615</sup> Em outubro do mesmo ano, no último mês para a filiação valer para as eleições municipais de 2008, Gothardo integrou-se ao PMDB, através do governador Sérgio Cabral Filho.<sup>616</sup> Nitidamente constrangido, sem falar nenhuma palavra no ato público, o prefeito apenas assinou a ficha, deixando Cabral, Pezão e Neto discursarem.<sup>617</sup>

Era nítida a pressão para Gothardo não ser candidato a prefeito, pois Volta Redonda em 2007 havia ultrapassado a barreira dos 200 mil eleitores e caso um candidato não obtivesse 50% mais um de votos, a eleição iria para o segundo turno, com tempo de TV (que

---

<sup>615</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 12 a 18 de março de 2007 – Ano VI – Edição 307.

<sup>616</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 08 a 14 de outubro de 2007 – Ano VI – Edição 337.

<sup>617</sup> *Idem*.

não há em Volta Redonda no primeiro turno), podendo atrapalhar o projeto de poder deste grupo político.<sup>618</sup> Neto e Gothardo chegaram a avaliar a possibilidade de saírem candidatos, mas essa hipótese foi logo descartada pelas principais lideranças políticas deste grupo, Edilson Silva e Nelson Gonçalves, por entenderem que poderia representar “suicídio político”.<sup>619</sup> E desde 2007, as declarações dos políticos do PMDB iam de encontro à lógica mais pragmática da volta de Neto como candidato, deixando Gothardo sem espaço para buscar uma possível reeleição.<sup>620</sup>

Gothardo buscou, através de inúmeras inaugurações no início de 2008 (além da reforma da Praça Juarez Antunes que já abordamos), aumentar sua popularidade<sup>621</sup>, mas de nada adiantou. Antonio Francisco Neto deixou a presidência do Detran-RJ em junho de 2008 para concorrer às eleições municipais, com Nelsinho Kruchewsky Gonçalves buscando a reeleição como vice-prefeito.

Nesse interregno entre a filiação de Gothardo e o anúncio da candidatura de Neto, outras forças políticas da cidade também se articulavam para a apresentação de seus representantes nas eleições. No PT, a então deputada federal Cida Diogo foi candidata a prefeita tendo como vice na coligação um candidato do DEM (Democratas), Ademar Esposti. O PDT lançou o vereador Washington Granato e o ex-vereador Edmo Barbosa (mais conhecido como Edmo da Farmácia). Uma figura política importante na história recente Volta Redonda, o ex-vereador (líder do governo Baltazar na câmara dos vereadores) e ex-presidente de uma das maiores associações de moradores de Volta Redonda, do bairro Siderlândia (região “periférica” de Volta Redonda, com muitos núcleos de posse), Jorge de Oliveira (o *Zoinho*) saiu como candidato a prefeito pelo PTdoB, sendo sua vice a Dra. Irani Martins. No campo da esquerda, a eleição de 2008 representou a primeira eleição do Partido Socialismo e Liberdade na cidade.<sup>622</sup> A *Frente de Esquerda* iniciada em 2006 na campanha de Heloísa Helena para a presidência da República teve continuidade em Volta Redonda com o PSOL

---

<sup>618</sup> A afiliada da Rede Globo, *TV Rio Sul*, de propriedade do comentarista esportivo Arnaldo César Coelho tem sede em Resende. A *Band interior*, afiliada da Rede Bandeirantes, tem sede em Barra Mansa e a reprodutora do SBT no interior do estado do Rio é sediada em Nova Friburgo, logo, a cidade de Volta Redonda não possui nenhum canal de TV para transmitir a propaganda eleitoral de seus candidatos.

<sup>619</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 25 de junho a 02 de julho de 2007 – Ano VI – Edição 322.

<sup>620</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 26 de março a 01 de abril de 2007 – Ano VI – Edição 309.

<sup>621</sup> *Jornal Foco Regional*. Sul Fluminense – 11 a 17 de fevereiro de 2008 – Ano VII – Edição 354.

<sup>622</sup> O PSOL foi fundado em um ato no dia 25 de janeiro de 2005 com a presença do então deputado federal Babá. Este momento foi marcado pelo maior escândalo político – e crise – do governo Lula (o *escândalo do mensalão*). Neste contexto, muitos militantes de algumas correntes políticas do PT, os militantes do antigo *Blocão*, oriundos da Democracia Socialista (DS) ingressaram no PSOL, somados a alguns universitários e militantes ligados à educação.

indicando o cabeça de chapa, a ex-vereadora Dodora Mota, com a diretora do SEPE/VR, Juliete, representando o PSTU.<sup>623</sup>

Dados contábeis da campanha expressam em números o poder político-econômico dos grupos políticos envolvidos no pleito. Antonio Francisco Neto gastou em sua campanha R\$ 641.848,80, enquanto na campanha de Dodora Mota pelo PSOL foram gastos R\$ 3.817,50. Uma diferença de aproximadamente 16mil%! Os gastos dos outros candidatos foram: Cida Diogo, R\$ 177.810,00; Zoinho, R\$ 97.357,25 e Granato, R\$ 130.849,00.<sup>624</sup> Não só pela maioria de apoios na sociedade civil (e doadores de campanha) e no poder público institucionalizado, mas o volume de material, cabos eleitorais pagos (precariedade, como exemplo de trabalho precarizado) em um espaço reduzido de debates públicos entre os candidatos, o poder econômico faz muita diferença e reflete decisivamente no resultado eleitoral e na percepção que os indivíduos passam a ter da política, essencialmente mercantilizada e dominada pelo *marketing*.

O resultado foi a vitória em primeiro turno de Neto com 54% dos votos (91.129), enquanto seus adversários obtiveram respectivamente a colocação: Zoinho 21% dos votos (35.891), Cida Diogo 11% dos votos (19.954), Granato 11% dos votos (19.819) e Dodora com menos de 1% dos votos (1.379).<sup>625</sup> Além da vitória em primeiro turno, Neto obteve maioria total na Câmara dos Vereadores, pois todos os eleitos o apoiaram.

Mesmo com a consolidação da hegemonia política do grupo liderado por Neto, há continuidades e descontinuidades neste processo histórico. Exemplo disso foram as eleições de 2010. Para o legislativo estadual e federal foram diversos candidatos do mesmo grupo político na disputa, provavelmente confiantes na vitória. Washington Granato, que logo que foi derrotado nas eleições de 2008 se aliou a Neto e filiou-se ao PMDB, foi candidato a deputado federal. Assim como a líder do governo Neto na Câmara de vereadores América Tereza também candidata a uma vaga no legislativo federal. Buscando a reeleição a deputado federal, Deley foi candidato pelo PSC em coligação com o PMDB. O vereador Jair Nogueira do PV também saiu candidato a deputado federal. Completando a lista de candidatos a deputado federal da cidade, os opositores a Neto, Paulo Baltazar – dessa vez pelo nanico – PRTB e Zoinho em aliança com Garotinho no PR. Para deputado estadual a lista foi ainda

<sup>623</sup> A coligação de Antônio Francisco Neto chamada de *Apasionados por Volta Redonda* foi a seguinte: PMDB / PTB / PPS / PSL / PRTB / PMN / PHS / PTC / PSC / PV / PSB / PC do B / PP; a de Cida Diogo, *Volta Redonda merece muito mais*: PT / DEM / PR; Granato, *Coligação Unidos pela Mudança*: PDT / PRB; Zoinho, *Frente Independente Popular*: PT do B / PRP / PSDC e Dodora, *Transformar com o Poder Popular*: PSOL, PSTU.

<sup>624</sup> *Jornal Aqui*. Ano 10, n°619. 30/01/2009. p.03.

<sup>625</sup> Dados disponíveis em: <<http://placar.eleicoes.uol.com.br/2008/1turno/rj/?cidade=59250>>. Acessado em 22/03/2012.

maior: Edson Albertassi e Nelson Gonçalves pelo PMDB, Rose Villela (Secretária de Esporte e Lazer da cidade e conhecida por ser a mãe do nadador Thiago Pereira) pelo PV. Pelo PPS, o ex-vereador Mauricio Batista, Gothardo Neto pelo PSB, Cida Diogo pelo PT e Antônio Cardoso pelo PR.

No resultado final do pleito, foram apenas eleitos Edson Albertassi (principalmente por ter tido muito votos fora da região sul fluminense devido sua ligação com igrejas evangélicas) e Zoinho (devido à expressiva votação de Anthony Garotinho). Deley foi eleito 2º suplente na Câmara e atualmente exerce o cargo de deputado federal<sup>626</sup> Após o pleito, Gothardo Neto rompeu com seu primo e principal mentor político, Neto. Já Nelson Gonçalves, derrotado após 4 mandatos consecutivos como deputado estadual, recebeu de Neto o cargo de secretário municipal de serviços públicos. Após Cida Diogo perder a força interna dentro do diretório do PT na cidade, o partido passou a apoiar o mandato de Neto.

Semanas após a eleição surgiu na cidade um jornal semanal chamado *Folha do Aço*, com críticas ao governo Neto, de distribuição gratuita nas bancas de jornal e desde sua edição 27 disponível também na Internet. Pouco mais de um ano depois, surgiu outro jornal (*Fatos e análises*, lançado em início de 2011) com as mesmas características, porém enaltecendo os feitos do governo municipal. Ou seja, os conflitos dentro de um processo hegemônico são inerentes a ele, e dessas contradições e conflitos são escritos a História.

Neto ainda é franco favorito para as eleições em 2012: além de sua forte popularidade, apoio em diversos setores da sociedade civil e alianças políticas fortes em várias esferas, Volta Redonda vive um momento de aceleração de investimentos, algo que há décadas a cidade não experimentava. Este aumento é longe de ser endógeno a Volta Redonda e muito mais um reflexo dos investimentos oriundos dos mega projetos planejados para o estado do Rio de Janeiro. Projetos privados do grande capital com ênfase para exportação de *commodities* minério e aço, além dos projetos público-privados de infraestrutura para dar suporte ao montante de capital a ser valorizado.

Mega projetos como a Copa do Mundo, Olimpíadas, o COMPERJ em Itaboraí (uma parceria da Petrobrás e a Braskem), grandes empresas na bacia de Campos (como Petrobrás, OGX, Repsol e Chevron). Na região Norte-Fluminense, a MMX (mineração), a LLX

---

<sup>626</sup> Deley foi eleito o terceiro suplente, tomando posse como deputado federal em março de 2011, dois meses após o início da legislatura, quando os deputados federais eleitos pelo PMDB Pedro Paulo, Rodrigo Bethlem e Leonardo Picciani assumiram respectivamente a secretaria municipal de governo e secretaria municipal de ação social do Rio de Janeiro e secretaria estadual de habitação. In: <<http://diariodovale.uol.com.br/noticias/2,36595.html#axzz1qpK6oTTs>>

(logística) e OGX (petróleo e gás natural)<sup>627</sup> se preparam para operar no Porto do Açu para exportação de minério de ferro, com previsão de se tornar o maior porto das Américas, com enorme impacto ambiental. No sul do Estado, próximo ao porto de Sepetiba, temos a CSA, GERDAN, a construção da fábrica de aços longos em Volta Redonda, novos investimentos do grupo Votorantim, a presença da LLX, a construção da Usina Nuclear de Angra III para suprir 80% da demanda energética do Estado do Rio de Janeiro, entre outras grandes empresas. Fora as obras de infraestrutura do PAC como arco rodoviário ligando o Porto de Sepetiba até o COMPERJ, entre outras.<sup>628</sup>

Volta Redonda aparece, por sua localização geográfica e principalmente porque vem sendo nas últimas décadas preparada para isso, como uma região favorável à integração logística deste processo. Para tanto a secretária municipal de desenvolvimento econômico de Volta Redonda vem desenvolvendo projetos para atração de empresas como os complexos industriais do Roma, Parque Industrial João Pessoa Fagundes e Condomínio Industrial da Rodovia do Contorno.<sup>629</sup> São lotes curtos ideais para transportadoras, depósitos e empresas de engenharia de serviços, em geral as mais atraídas por está oferta de infraestrutura.

O *slogan* utilizado pela secretaria de desenvolvimento econômico atualmente é: *Uma cidade para investir, visitar e querer morar*. E assim segue a história recente de Volta Redonda...



Imagem 24: projetos da secretaria de desenvolvimento econômico

Imagem 25: Condomínio industrial da Rodovia do Contorno

<sup>627</sup> Empresas do Grupo Eike Batista (EBX).

<sup>628</sup> Para tanto ajudou a descrição texto de Allan Mesentier mestrando em Economia pela UFRJ “A Estratégia do Capital no Rio de Janeiro”.

<sup>629</sup> Projeto do Grupo Campos Pereira (de aproximadamente 500 mil m<sup>2</sup>), do ex-presidente da ACIAP, Mauro Campos, em suas terras que margeiam a futura rodovia. Atualmente, Campos é presidente do Sinduscon (Sindicato da Indústria da Construção Civil no Sul Fluminense). Cf. <http://diariodovale.uol.com.br/noticias/1,39789,Empresa-anuncia-condominio-industrial.html#ixzz1niBtif2p> Acessado dia 10/03/2012.

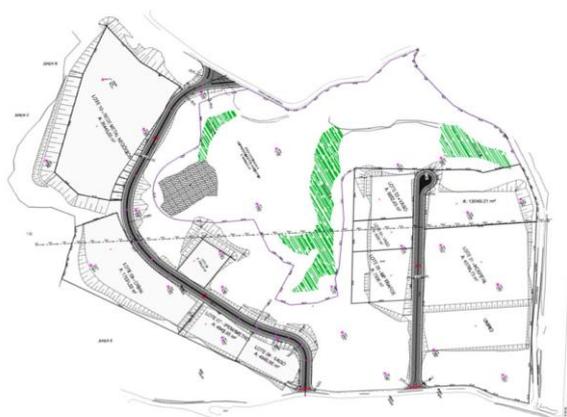


Imagem 26: Parque industrial João Pessoa Fagundes Imagem 27: Parque Industrial do Roma.<sup>630</sup>

<sup>630</sup> Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Volta Redonda. Fonte: <<http://www.smdet.com.br>>. Acessado em 22/03/2012.

## Considerações Finais

Ao longo desta dissertação de mestrado, procuramos analisar as recentes transformações ocorridas em Volta Redonda, considerando como referência também as transformações do capitalismo mundial e brasileiro. Para nós, é evidente a relação intrínseca entre a história de Volta Redonda e as mudanças e transformações sempre em escala ampliada do capital. Desde a instalação de uma siderúrgica estatal em Barra Mansa, mais precisamente no seu 8º distrito de Santo Antonio da Volta Redonda, a história de Volta Redonda está intimamente ligada aos impactos relativos às metamorfoses do capitalismo ao longo do século XX e início do século XXI. Para chegarmos a esta constatação, foi preciso resgatar alguns elementos teóricos, como a análise da Teoria do Valor de Karl Marx e, a partir dela, verificar e constatar as diferentes fases históricas do capital e seus impactos em Volta Redonda.

A Companhia Siderúrgica Nacional nasceu de uma síntese de esforços em prol da industrialização brasileira. Com a centralização do poder no Estado Novo (1937-1945), iniciada, aliás, desde 1930, o Estado brasileiro tomou as rédeas do processo industrial e criou as bases para a transformação do Brasil de um país capitalista agroexportador para um país capitalista industrializado. O Estado brasileiro criou empresas públicas (estatais) de base (extração de minério – Companhia Vale do Rio Doce; produção de aço – Companhia Siderúrgica Nacional; e a fabricação de motores e chassis para caminhões e ônibus – Fábrica Nacional de Motores). Para que a industrialização de base se desenvolvesse, foi necessário recorrer a financiamentos externos, mais precisamente ao *Eximbank* (banco estadunidense criado na década de 1930 para exportar capitais, via garantia de que o financiamento fosse gasto no próprio país *yankee*), no início da década de 1940.

O modelo fordista do *company town* foi instaurado em parte de Volta Redonda com o objetivo de atrair, disciplinar e fixar a mão-de-obra, uma vez que a disciplina fabril era obviamente distinta e desconhecida pelos primeiros funcionários da CSN, notadamente oriundos do meio rural. A cidade de Volta Redonda foi um dos principais modelos da propaganda getulista de harmonia entre o capital e o trabalho (que, na realidade, era a prática do paternalismo, autoritarismo e militarismo). Com o incremento da industrialização brasileira através da entrada de empresas estrangeiras nas décadas de 1950 e 1960, a CSN abandonou a estrutura do *company town*, ganhou concorrentes (COSIPA e USIMINAS, entre outras) e perdeu parte de sua autonomia. Todavia, a CSN continuava a se expandir (via financiamento do *Eximbank*) e permaneceu como a maior siderúrgica da América Latina.

Volta Redonda se emancipou de Barra Mansa e continuou atraindo mão-de-obra externa, fato esse que fez surgir – uma vez que não havia, assim como no restante do Brasil, nenhum projeto de política pública para a população de baixa renda – no entorno da “cidade”, diversas áreas de ocupação popular. Mesmo após o fim da estabilidade no emprego (após 10 anos) e a entrada das estatais no regime da CLT, incluindo trabalhadores com curso superior, a cidade continuava a parecer o “eldorado do pleno emprego”. Alavancada pelo “milagre brasileiro” entre as décadas de 1960 e 1970, a CSN entrou em uma terceira fase de expansão, atraindo cada vez mais mão-de-obra de diversas regiões do país. Este fato agravou ainda mais o problema de acesso à moradia em Volta Redonda (o mesmo que ocorria nas grandes capitais brasileiras, mais notadamente no Rio de Janeiro e São Paulo).

Por outro lado, este modelo de desenvolvimento capitalista, baseado no pleno emprego e consumo de massa, no início da década de 1970 dava claros sinais de estagnação. Dos embates intelectuais e acadêmicos, a tese vencedora foi a que reafirmava os preceitos liberais adicionados ao dogma de que as leis do mercado são a fonte de toda a liberdade e regulação, não só para os mercados, mas para todos os segmentos da sociedade. O paradigma neoliberal saiu do gueto acadêmico pra adentrar pela porta da frente os governos do Chile, Inglaterra e EUA primeiramente. Junto ao paradigma neoliberal, a financeirização da economia foi o ponto alto desta crise do capitalismo. O padrão de acumulação havia chegado numa escala tal que a sua velocidade para valorizar-se precisava de uma agilidade que só a flutuação do mercado de ações e as inovações tecnológicas que encurtassem a rotação do capital podiam proporcionar. Outro novo campo para o lucro dos capitalistas foram as privatizações, ou seja, o capitalismo em crise encontrou na financeirização da economia, na redução das barreiras naturais e de circulação de mercadorias e serviços (via avanços tecnológicos) e nas privatizações de bens públicos, novas fontes de acúmulo de capital para superar a crise. No campo do trabalho a ofensiva capitalista foi deveras forte com a introdução do modelo de trabalho japonês, o modelo *toyotista*, representando um claro aumento de produtividade com diminuição da força de trabalho empregada, favorecendo um rebaixamento brutal, contínuo, sobre a força de trabalho em escala global.

Os reflexos na endividada América Latina foram quase que imediatos. Os créditos internacionais cessaram e a crise rapidamente se espalhou pela região. No Brasil, a ditadura civil-militar buscou meios para reaquecer a economia, via estatização da dívida externa, o que foi condição *sine qua non* para o sucateamento das estatais brasileiras, sucateamento este que ficou aparente na década de 1980. O arrocho salarial imposto pela ditadura brasileira aos assalariados explodiu quando o crescimento econômico atrofiou e a legitimidade repressora

diminuiu com o fim do apoio de significativos setores da sociedade civil nacional (notadamente industrial, agrária, jornalística, entre outras), que começavam a perder com a crise.

Surgiram, então, no país diversos movimentos reivindicatórios, com destaque para os movimentos sindicais (conhecidos como “novo sindicalismo”), que ajudaram a enfraquecer a ditadura civil-militar. Em Volta Redonda, além do movimento sindical, existia uma série de movimentos populares com amplo apoio do bispado local. Essa particularidade de Volta Redonda ajudou a florescer, desde a luta pela anistia no final da década de 1970 até a privatização da CSN no início dos anos 1990, um movimento social popular de diferentes pólos de militância, poucas vezes (ou nenhuma vez) visto no país, de forma tão ativa e organizada quanto em Volta Redonda.

A década de 1980 foi um período de forte recessão econômica e reestruturação neoliberal em países centrais do capitalismo (Estados Unidos e Inglaterra) e, no Brasil, representou um momento de transição política. O vencedor das eleições presidenciais de 1989, Fernando Collor de Mello, com o apoio maciço da grande mídia e da sociedade civil patronal, abriu a economia brasileira à livre concorrência e avançou nas reformas político-econômicas de matriz neoliberal. Além disso, com a consolidação da China como país integrado à economia capitalista e a desintegração do bloco soviético, o capitalismo encontrava, no início da década de 1990, mais fôlego para continuar seu processo de acumulação permanente e crescente. Porém, o impacto dessas mudanças em Volta Redonda foi enorme.

A CSN (símbolo da industrialização nacional) foi uma das primeiras grandes estatais a ser privatizada no país. Após anos de embates e resistência por parte do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, *cutista*, e do movimento popular da cidade e mesmo com a iminente privatização (apoiada pelo Sindicato dos Metalúrgicos nas mãos da Força Sindical, eleita em 1992), os grupos mais resistentes à venda da estatal para a iniciativa privada venceram as eleições municipais, meses antes da alienação do patrimônio público, no ano de 1992. Entretanto, após a privatização da CSN em abril de 1993, o governo municipal paulatinamente abandonou as bandeiras, resoluções e deliberações do movimento popular para compor um governo hostil a esse próprio movimento popular. O Partido dos Trabalhadores, já era vacilante em implementar reformas estruturais já em 1993 na cidade de Volta Redonda.

O grande acúmulo deste movimento popular foi sendo diluído a medida em que novas derrotas eram armazenadas. A continuidade do PT no governo da “Frente Popular”, a perda

de apoio de lideranças nacionais, a perda de influência com o surgimento de novos canais de interlocução entre a Prefeitura e a população da cidade, acabaram por isolar os defensores do modelo de participação popular ativa formulado ao longo da década de 1980.

No auge da ascensão neoliberal no Brasil e no mundo, assim como no ápice da reestruturação produtiva imposta pela nova direção da CSN, a “Frente Popular” se reelegeu em 1996. A dobradinha PSB/PT venceu a eleição, porém sem contar com o apoio do então já fragmentado movimento popular da cidade. Mas isso pouco importava. As CEB’s estavam desmobilizadas, as associações de moradores na federação criada pela Prefeitura, ou seja, o movimento popular (tirando poucas vozes destoantes) estava “domesticado” e o representante da “Frente Popular” era o empresário/comerciante Antonio Francisco Neto, que, nos anos anteriores, havia deixado o PL para se aliar a Paulo César Baltazar e ser candidato do PSB à Prefeitura (de liberal para socialista sem escalas!).

A vitória de Antônio Francisco Neto significou muito mais que uma nova versão da “Frente Popular”. Esta vitória não só representou o isolamento dos setores combativos da sociedade voltarense e a aproximação do poder público municipal de forma simbiótica com os aparelhos privados de hegemonia de cunho patronal, mas também desempenhou uma mudança significativa na forma de governança que estava se tornando hegemônica no país. A gestão pública passou a ser de cariz empresarial, que enxergava a cidade como uma empresa, que deveria estar pronta para receber investimentos, proclamando uma pseudoneutralidade em prol de um “desenvolvimento” benéfico a toda a população, como se não existisse nenhuma carga ideológica ou intencionalidade política que inspirasse este ato de governar. Neste período (segunda metade da década de 1990), a cidade estava passando por uma profunda crise. O modelo de participação popular havia sido derrotado, a CSN aplicava sua brutal reestruturação e economicamente a cidade estava exaurida. Assim, esta fase do município foi marcada pela formulação de diversos projetos de desenvolvimento que passaram pela reafirmação da vocação industrial da cidade à transformação da cidade em pólo regional de serviços.

Assim, pela maior organicidade interna e articulação entre entidades de classe e a Prefeitura, sem intervir nos interesses da CSN (maior possuidora de terras livres da cidade), Volta Redonda foi se tornando ao longo dos anos uma cidade de sólidos investimentos no seu comércio, mudança essa afinada com as políticas públicas municipais. O governo foi beneficiado pelo aumento da arrecadação em diversas áreas e principalmente pelo aumento de repasses de verbas do governo federal. Essas verbas foram usadas (principalmente no ano de 1998) para uma grande reforma urbanística na cidade. Reformas asfálticas, construção e

reformas de praça, novidades paisagísticas, que muito contrastavam com a economia e o sentimento de decadência da cidade. O capital político conquistado por Antonio Francisco Neto, após liderar um governo que realizou mais de duas mil obras em 4 anos, foi enorme, proporcionando-lhe uma reeleição no ano 2000 sem maiores dificuldades e um segundo mandato aprofundando as transformações econômicas iniciadas na sua primeira gestão, cada vez mais articulando o poder público municipal aos anseios dos aparelhos privados de hegemonia locais, notadamente oriundos dos setores comercial e de serviços da cidade.

Além disso, Antônio Francisco Neto, já completamente alheio ao PT/VR, passou a articular alianças estaduais e a fomentar a eleição de seus assessores diretos, afastando-se de seus antigos aliados como Baltazar e Cida Diogo. Na metade de seu segundo mandato como prefeito de Volta Redonda (2002/2003), Neto era aliado direto do governador, de deputados federais e estaduais e não estava filiado a nenhum partido, embora fosse disputado por todos as legendas. Com a saída de Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho do PSB para o PMDB, formou-se, não só em Volta Redonda, mas em boa parte do Estado, uma sólida aliança da qual participavam o governo estadual, prefeituras, oligarquias regionais em todo o Estado e na qual Neto, que exercia uma sólida hegemonia na cidade de Volta Redonda, era uma das lideranças centrais.

Nas eleições municipais de 2004, Neto e seu grupo político apostaram em Gothardo Netto (seu primo) para dar continuidade a seu projeto hegemônico. Mesmo sem ter o currículo político dos demais candidatos, Gothardo (pelo PV) foi eleito prefeito demonstrando a força política do grupo liderado por Neto.

No governo de Gothardo Lopes Netto (2005-2008), as transformações que Volta Redonda sofreu durante os mandatos de Neto se mostraram evidentes: o perfil econômico e de atração da cidade, voltado para a prestação de serviços; a maior parte da população (operária e não operária) com rendimentos na faixa de dois salários mínimos e a transformação da cidade no maior pólo de comércio e serviços de todo o sul fluminense.

No ano de 2008, o grande grupo hegemônico de Volta Redonda, em consonância com as lideranças estaduais do PMDB e temendo perder a eleição, rechaçaram uma possível tentativa de reeleição de Gothardo Netto e indicaram a candidatura de Neto (no PMDB desde 2005 e exercendo diversas funções em secretarias do Estado) à Prefeitura municipal. Dessa forma, Neto foi candidato a prefeito novamente e venceu a eleição em primeiro turno, demonstrando duas coisas: a força hegemônica de seu grupo político e a fraqueza da oposição em Volta Redonda.

Por sua vez, a CSN, já privatizada e reestruturada na década de 1990, passou de uma empresa estatal símbolo da industrialização brasileira para integrante de um grupo empresarial (Grupo Vicunha), propiciada pela predominância do capitalismo contemporâneo (mundializado e em crise estrutural). Volta Redonda, que era sede do parque industrial e da parte administrativa da empresa, nos tempos atuais é apenas sede da Usina Presidente Vargas. Atualmente, a CSN é uma empresa internacionalizada com siderúrgicas em Portugal e EUA, entre outros países, com concessões de portos, ferrovias e diversas minas de minério de ferro e carvão mineral, cujas maiores receitas advêm mais da exploração de minérios do que da produção de aço, demonstrando uma desvinculação brutal com a cidade que foi seu berço. Aliás, muitos dos problemas atuais enfrentados por Volta Redonda são frutos justamente dessa quebra de relação entre a empresa e a cidade.

Esta é a *nova face da cidade do aço*. Esperamos que este trabalho tenha demonstrado que as transformações ocorridas em Volta Redonda e na Companhia Siderúrgica Nacional não se deram por inevitabilidades históricas ou por destinos inevitáveis e naturais, mas sim por processos em que indivíduos e grupos agiram (mesmo que de forma díspar) para defender seus interesses e aspirações e o resultado parcial (e não final) é uma síntese dessas disputas, não apenas a versão dos vencedores. Assim sendo, esperamos que essa dissertação, mesmo com suas possíveis falhas e limitações, represente uma contribuição significativa para os estudos acerca da história recente de Volta Redonda.



## Anexo II

5

# MAIS OBRAS PARA MELHORAR O SEU DIA-A-DIA

Acompanhe o calendário de inaugurações



**Dia 18/08 - Terça-feira**  
**19 horas** - Implantação de iluminação no Núcleo Colorado, no bairro Três Picos.

**Dia 19/08 - Quarta-feira**  
**19 horas** - Implantação de iluminação pública nas ruas 6 e 9 e Praça da rua 11 'B' e melhoria da iluminação em todo o bairro Jardim Vila Rica/Jardim Belvedere.

**Dia 20/08 - Quinta-feira**  
**16 horas** - Construção de 290 metros de calçada, com 1,50 metro de largura, na Vila Tecnológica, no Santa Cruz.  
**16h30** - Pavimentação da rua Pastos e trecho da rua São Lourenço, no bairro Santa Rita do Zanzur, em uma extensão de 300 metros de rua pavimentada.

**Dia 21/08 - Sexta-feira**  
**15 horas** - Inauguração das obras de pavimentação em uma área de 40,00 metros quadrados na Servidão Galvão, Núcleo Varjão, Santo Agostinho, que recebeu ainda 30 metros de drenagem e 20 metros quadrados de contenção.  
**16 horas** - Construção de 36,90 metros de drenagem e 44,00 metros quadrados de muro de contenção na rua São João da Barra, loteamento Siderlândia, bairro Belmonte e de cinco coletores transversais nas ruas São Geraldo, São Fidélis e Conceição de Macabá, no bairro Siderlândia.

**Dia 24/08 - Segunda-feira**  
**16 horas** - Recapeamento de todas as ruas do bairro Casa de Pedra totalizando 24 mil metros quadrados de área, ou uma extensão de 3.400 metros de ruas.  
**16h30** - Recapeamento das ruas 220, 222, 225, 251 e alamedas, do Morro da Vitória, no bairro Conforto. As obras atingirão uma extensão de 700 metros de ruas.  
**17 horas** - Troca de iluminação nas servidões e melhoria da iluminação em todo o bairro Jardim Cidade do Aço.

**18h30** - Troca de iluminação nos escadões e servidões com melhoria da iluminação no Vila Brasília.

**Dia 25/08 - Terça-feira**  
**16 horas** - Recapeamento de todas as ruas do bairro São Geraldo, totalizando 15.700 m<sup>2</sup> de área, ou uma extensão de 2.200 metros de ruas pavimentadas.  
**17 horas** - Revitalização de canteiro ao longo da Avenida Francisco Caetano, no bairro Brasilândia, com colocação de mesa de ping-pong, calçadas, estacionamento para veículos, revitalização e paisagismo.

**Dia 26/08 - Quarta-feira**  
**15 horas** - Construção de muro de contenção com 110 metros cúbicos e de 34 metros de escada dissipadora na Grotão do Germano, bairro Retiro e visita as obras de drenagem e pavimentação da Grotão do Germano.  
**17 horas** - Entrega de títulos de posse no Recanto Niterói, bairro São Cristóvão.  
**18 horas** - Implantação de iluminação na rua 649, trecho Jardim Esperança/ Siderópolis, iluminação da praça da rua 642 com a rua 649 e praça Coralina (Jardim Esperança), iluminação da escada de ligação dos bairros Jardim Esperança e Siderópolis.  
**18h30** - Implantação de iluminação na rua 719, no bairro Casa de Pedra.

**Dia 27/08 - Quinta-feira**  
**16h30** - Construção de 467,00 metros de calçada com 1,20 metro de largura no Núcleo Pedreira, estrada Volta Redonda-Pinheiral, bairro Vila Rica.  
**17 horas** - Construção de calçada, com 340,00 metros de comprimento e 1,20 metro de largura, para acessar o posto de saúde da FGA, Vila Rica.  
**18 horas** - Implantação e melhoria de iluminação no bairro Vila Rica/Três Picos.  
**18h30** - Troca de iluminação no bairro São João.

**Dia 28/08 - Sexta-feira**  
**16 horas** - Construção de 500,00 metros de calçada, com 1,20 metro de largura, ligando o Jardim Tradentes ao Loteamento Vila Rica.  
**16h30** - Revitalização de praça no final da rua 11-B, no Village Vila Rica, com plantio, colocação de mesas e bancos.

**Dia 31/08 - Segunda-feira**  
**15 horas** - Urbanização do Núcleo Val Verde, Belmonte, com pavimentação de uma área de 700,00 metros quadrados, além de obras de drenagem em um total de 90 metros e construção de escada e canaleta dissipadora. Visita as obras de drenagem e pavimentação do Núcleo Centinho dos Países, no mesmo bairro.  
**16 horas** - Inauguração das obras de contenção e 35 metros de drenagem na Avenida Beira Rio, bairro Voldiac.  
**18 horas** - Implantação de iluminação no Beco do Durval, Escadão da rua Expedito Lopes e troca de iluminação nos escadões e servidões do São Carlos.  
**18h30** - Implantação de iluminação no escadão da rua C-1 com Diolindo Miguel, no bairro Eldorado.

**Dia 01/09 - Terça-feira**  
**15 horas** - Construção de calçada, alambrado e rede de águas pluviais na Alameda 10, no bairro Mariana Torres.  
**15h30** - Assinatura da ordem de serviço para início das obras de pavimentação asfáltica das ruas Chico Mendes e Paraíso das Garças, no Verde Vale e visita as obras de contenção, drenagem, pavimentação nas ruas 6-A e servidões 3 e 4, além da construção de quadras poliesportivas e praça de esportes, no mesmo bairro.  
**16h30** - Construção de área de lazer na rua 221-A, no Conforto. Para construção da praça, com calçada, mesas, bancos e brinquedos de contenção foram necessárias obras de contenção de encosta em solo cimento.

**Dia 02/09 - Quarta-feira**  
**15 horas** - Visita as obras de manutenção em 50 metros de vala na Avenida Belmonte.  
**16h30** - Recapeamento das ruas A e B, na Vila Harmonia, bairro Santo Agostinho, totalizando 350 metros de ruas e assinatura de ordem de serviço para drenagem, pavimentação e reforma de cinco escadarias para pedestres.  
**17 horas** - Construção de 2 mil metros de calçada, com 1,20 metro de largura, na Avenida Argentina, Vila Americana.

**Dia 03/09 - Quinta-feira**  
**15 horas** - Construção de área de lazer no final da rua João Rodrigues da Silva, no bairro Santa Cruz. A pequena praça vai contar com mesas de ping-pong, bancos e receberá ainda tratamento paisagístico.  
**16h30** - Construção de praça no final da rua Pernambuco, no Retiro. A praça localizada no centro da rua terá mesas e bancos e iluminação. Além disso, o trecho final da rua será pavimentado.  
**17h30** - Praça da rua 14 - Agude II - tratamento com colocação de mesa e brinquedos, além de alambrado.

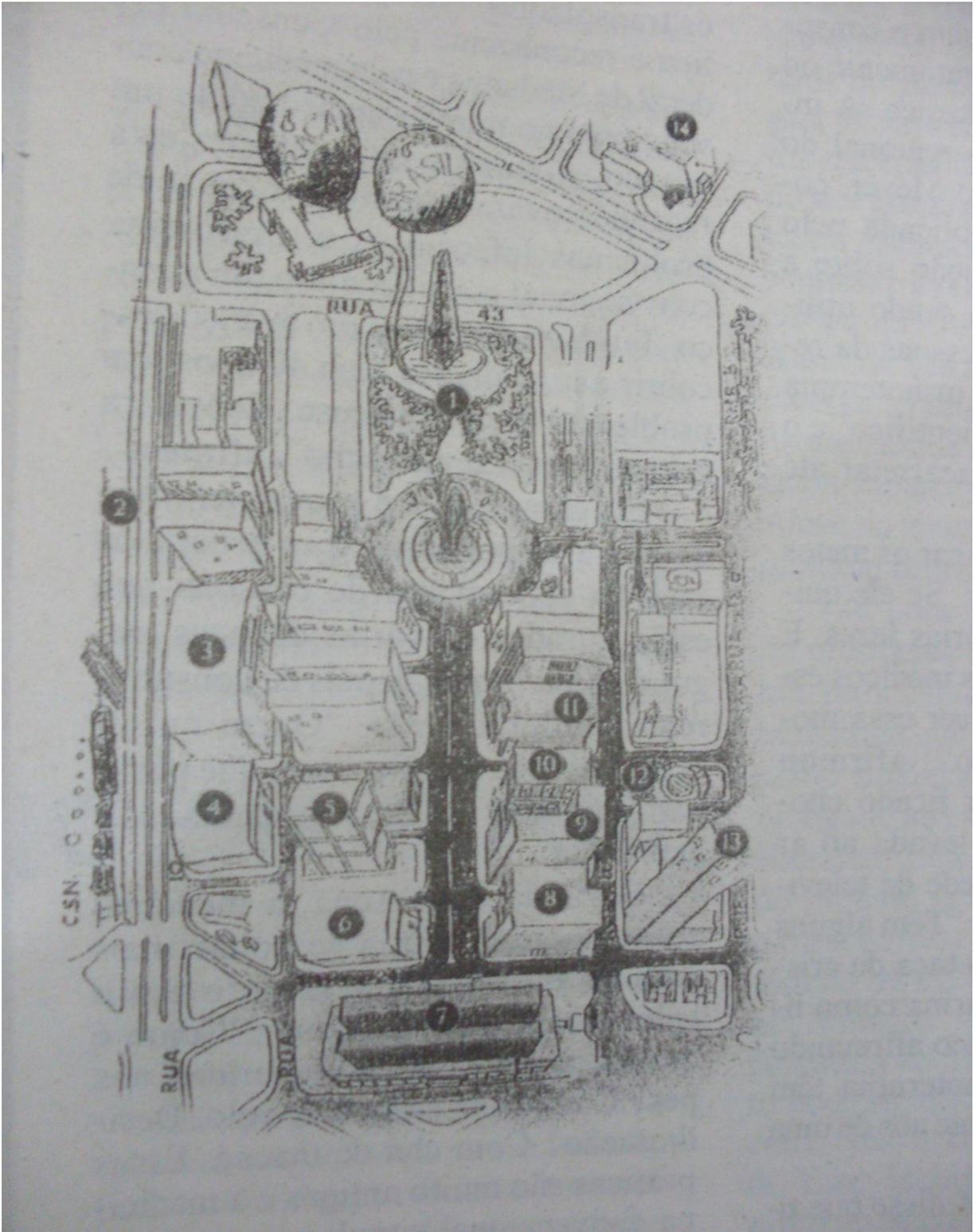
**Dia 04/09 - Sexta-feira**  
**15 horas** - Entrega das obras de reforma do sub solo do Palácio 17 de Julho com pintura geral, colocação de divisórias, reforma de toda instalação elétrica, reforma do refeitório, reforma e acréscimo de banheiros, troca do piso da escada e troca da rampa de acesso nas salas.  
**16 horas** - Construção de trevo entre as ruas 207 e 209 na Via Sérgio Braga.



**COM O POVO  
HONESTIDADE  
E COMPETÊNCIA**

Nº 34 - AGOSTO/94

### Anexo III



## Anexo IV

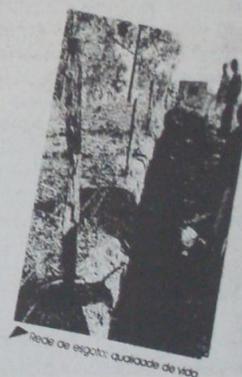
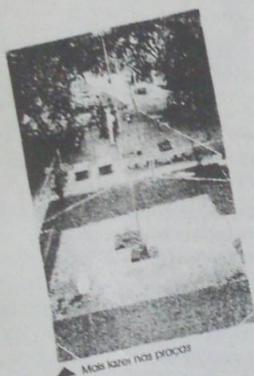


# Um recorde...

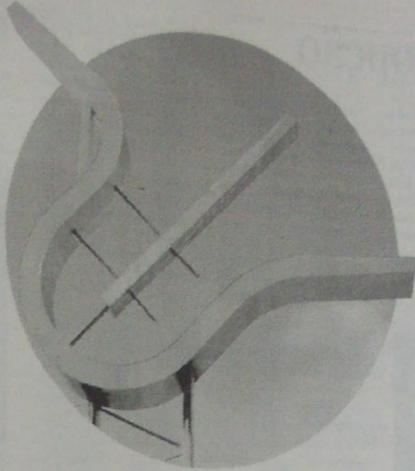
**D**ia 5 de janeiro, no Rústico, foi entregue à comunidade a obra de número 1.000. Um verdadeiro recorde pela melhoria do seu dia-a-dia. Para além dessas 1.000 obras, mantivemos a Saúde como Referência nacional e a Educação, com suas 45 mil crianças nas escolas municipais, como Excelência no estado. Volta Redonda cresceu para além das 1.000

obras, em todos os setores sociais, inclusive, entregando títulos de propriedade e reforçando a cidadania.

Chegamos ao número mágico de 1.000 obras e nos próximos dois anos estamos planejando para dobrar esse número, marcar a entrada do novo milênio - início do ano 2000, com Volta Redonda, 2.000 vezes mais forte, coesa, feliz; caminhando na estrada da prosperidade.



## Anexo V



**Em 1☺☺☺ dias de Governo...  
...milhares de benefícios**

Hospital do Retiro • Memorial Volta Redonda • Revitalização da Av. dos Trabalhadores • Viaduto 17 de Julho • Ensino de qualidade para 45 mil alunos • Banco da Cidadania • 250Km de Asfalto • Entrega de Título de Propriedade • Praças e quadras poliesportivas • 100% de iluminação Pública • Capela Mortuária Municipal • E muito mais...

SÃO 1411 OBRAS QUE ESTÃO TRANSFORMANDO VOLTA REDONDA NA CIDADE QUE SONHAMOS EM VIVER UM DIA. ISSO É CIDADANIA...

Volta Redonda  
Cidade do Amanhã

COM O POVO  
HONESTIDADE  
E COMPETÊNCIA

# Anexo VI

**NO ANO 2000 OBRAS**

O ano de 1999 foi de vitórias para Volta Redonda. Com a proximidade do ano 2000, o Governo Municipal continua investindo no seu melhor dia-a-dia entregando as obras que você pediu. Acompanhe o calendário de inaugurações de novembro e dezembro.

**NOVEMBRO**

**Dia 01/11 - Segunda-feira**  
 Obras: Recuperação atômica da Av. Maracati.  
 Local: Retiro  
 Obras: Pavimentação com paralelepípedos da rua São Gonçalo.  
 Local: Agulha  
 Obras: Construção de portão na rua Craio.  
 Local: Retiro  
 Obras: Tiro de iluminação pública no bairro Jardim Primavera.

**Dia 03/11 - Terça-feira**  
 Obras: Construção de quadra poliesportiva na E. M. João Pin.  
 Local: Retiro  
 Obras: Construção das margens do córrego Cabuá.  
 Local: Uberlândia  
 Obras: Implantação de iluminação pública nas ruas GA, 325, 323, 41C.  
 Local: Sacerdoti  
 Obras: Tiro de iluminação pública no bairro Lacerda.

**Dia 05/11 - Quinta-feira**  
 Obras: Reforma da Coligação de Tratamento de Esgoto.  
 Local: Santa Cruz  
 Obras: Construção de calçada na rua Aguiar Lopes Correa.  
 Local: Santa Cruz  
 Obras: Construção de escola na rua João Pessoa.  
 Local: Santa Agostinho  
 Obras: Recuperação atômica no bairro Vila Grande.

**Dia 07/11 - Sábado**  
 Obras: Revitalização da praça na rua 9 de julho.  
 Local: Retiro  
 Obras: Implantação de iluminação pública na avenida que liga a rua Castro Jato com a rua Mundial.  
 Local: Vila Americana  
 Obras: Implantação de iluminação pública no esquadro que liga a rua RA 10.  
 Local: São Horizonte  
 Obras: Implantação de iluminação pública no esquadro que liga a rua 5 e 6.  
 Local: São Horizonte

**Dia 08/11 - Domingo**  
 Obras: Construção de galeria no córrego Secado.  
 Local: 231  
 Obras: Osmagem do tempo no bairro.  
 Local: Ponte Alta  
 Obras: Construção de calçada na rua T.  
 Local: Jardim Ponte Alta  
 Obras: Revitalização da praça Alípio Jacinto Pereira.  
 Local: Jardim Ponte Alta  
 Obras: Implantação de iluminação pública no esquadro da rua Lombardi.  
 Local: Jardim Ponte Alta

**Dia 09/11 - Segunda-feira**  
 Obras: Construção de novo quadra, casa de banheira e muro com grade no Jardim de Infância Adina Vargas.  
 Local: Retiro  
 Obras: Construção das margens do córrego Brandão/Retiro.  
 Local: Vila Santa Cecilia  
 Obras: Construção de quadra poliesportiva e praça de lazer com iluminação pública na rua 25, no Conjunto Habitacional Vila Rica.  
 Local: Vila Rica

**Dia 11/11 - Quarta-feira**  
 Obras: Inauguração do Salão Alimentação e do Centro Alimentação no Centro Municipal de Saúde da Mulher.  
 Local: Alameda  
 Obras: Revitalização da praça no bairro Rodolfo Santa Tecla.  
 Local: Retiro  
 Obras: Implantação de iluminação pública no trecho da rua Tiarcido da Silva.  
 Local: Jardim Anália

**Dia 13/11 - Sexta-feira**  
 Obras: Implantação de iluminação pública no trecho da rua do jardim do Jardim do Sol.  
 Local: Jardim Anália

**Dia 14/11 - Sábado**  
 Obras: Pavimentação de quadra de futebol no bairro Retiro.  
 Local: Retiro  
 Obras: Construção de calçada da Av. Ferenópolis.  
 Local: Brandão/Retiro  
 Obras: Revitalização da praça no bairro Calceus.  
 Local: Calceus

**Dia 15/11 - Domingo**  
 Obras: Recuperação atômica do bairro.  
 Local: Alameda  
 Obras: Construção de guarda-corpo na rua Fátima de Brito.  
 Local: 231  
 Obras: Implantação de iluminação pública na rua Teófilo.  
 Local: Retiro  
 Obras: Implantação de iluminação pública na rua Isabel Ventura, no Núcleo Montezuma.  
 Local: Retiro  
 Obras: Construção de guarda-corpo nas ruas 10 e 15.  
 Local: Calceus  
 Obras: Tiro de iluminação pública no bairro Calceus.

**Dia 16/11 - Segunda-feira**  
 Obras: Revitalização e reforma da Memorial Currais.  
 Local: Vila Santa Cecilia

**Dia 17/11 - Terça-feira**  
 Obras: Construção de 1.200 metros quadrados de pilão coberto para Escola Odeon Horácio de Azevedo.  
 Local: Jardim Paraíba  
 Obras: Recuperação atômica da rua Bucarende.  
 Local: Ponte Alta  
 Obras: Recuperação atômica da rua 238.  
 Local: Conforto  
 Obras: Implantação de iluminação pública na rua Dom Pedro I 411.  
 Local: Ponte Alta  
 Obras: Tiro de iluminação pública no bairro.  
 Local: São Cristóvão

**Dia 18/11 - Quarta-feira**  
 Obras: Reforma de varandas, piso e jardins da E. M. Condeixa.  
 Local: Vila Brasília  
 Obras: Recuperação atômica da rua Felipe Camarão.  
 Local: Retiro  
 Obras: Recuperação atômica da rua Maria Cristina.  
 Local: Retiro  
 Obras: Construção de escadaria em concreto e pavimentação de esquadro da rua 10, no Conjunto Habitacional Vila Rica.  
 Local: Vila Brasília  
 Obras: Tiro de iluminação pública no bairro Linsense.  
 Local: Linsense

**Dia 19/11 - Quinta-feira**  
 Obras: Reforma e revitalização da Casa da Orquídea.  
 Local: São Horizonte  
 Obras: Recuperação atômica da rua 1014, Misericórdia de Miraflores.  
 Local: Retiro  
 Obras: Recuperação atômica da Estrada de Nave.  
 Local: Retiro  
 Obras: Recuperação atômica da rua Santa Vitória.  
 Local: Retiro  
 Obras: Construção de escadaria ligando o Mirante de Vila em Casaprens com iluminação pública.  
 Local: Casaprens

**Dia 20/11 - Sexta-feira**  
 Obras: Reforma de jardins no Jardim de Infância Primavera.  
 Local: Santa Cruz  
 Obras: Pavimentação do bloco da rua Barbacena.  
 Local: Santa Rita do Ouro  
 Obras: Recuperação atômica da rua São Lourenço.  
 Local: Santa Rita do Ouro

**Dia 21/11 - Domingo**  
 Obras: Reforma da unidade administrativa geral e novo pavilão de cozinha.  
 Local: Alameda  
 Obras: Revitalização da praça da Ponte.  
 Local: Retiro

**Dia 22/11 - Segunda-feira**  
 Obras: Reforma de duas salas de aula e pintura do prédio Fátima Ventura.  
 Local: São Horizonte  
 Obras: Tiro de iluminação pública no bairro Aero Clube.  
 Local: Aero Clube

**Dia 23/11 - Terça-feira**  
 Obras: Reforma de varandas, piso, jardins, decorações e jardins para o Jardim de Infância Ricardo Jato.  
 Local: Retiro  
 Obras: Pavimentação de trecho da rua Fátima.  
 Local: Agulha/Ima  
 Obras: Construção de esquadro na rua 5.  
 Local: São Horizonte  
 Obras: Construção de esquadro na rua 5.  
 Local: São Horizonte  
 Obras: Urbanização do Núcleo Vila Rica, compreendendo construção de esquadro, drenagem pluvial e pavimentação atômica.  
 Local: Vila Rica

**Dia 24/11 - Quarta-feira**  
 Obras: Construção de guarda-corpo na rua Calceus de Gê.  
 Local: Miraflores  
 Obras: Construção de piscininha na rua João Del Rey.  
 Local: Miraflores  
 Obras: Construção de edificação no bairro da praça São Sebastião.  
 Local: Sacerdoti  
 Obras: Construção de praça de lazer de campo.  
 Local: Sacerdoti

**Dia 25/11 - Quinta-feira**  
 Obras: Reforma de varandas, telhado, banheiro, pilão e varanda na E. M. Paraíba.  
 Local: Vila Mirim  
 Obras: Construção de dois depósitos da OMSP.  
 Local: Mirim  
 Obras: Urbanização do Núcleo Rio Comprido, compreendendo drenagem pluvial e pavimentação.  
 Local: Retiro

**Dia 26/11 - Sexta-feira**  
 Obras: Construção de muro de divisa, grade e portões, rede de esgoto na E. M. Amazonas.  
 Local: Retiro  
 Obras: Construção de quadra poliesportiva e área de lazer com iluminação pública na rua São Pastor.  
 Local: Agulha/Ima

**Dia 27/11 - Domingo**  
 Obras: Recuperação atômica da rua 231.  
 Local: Conforto  
 Obras: Recuperação atômica da rua 238.  
 Local: Conforto  
 Obras: Recuperação atômica da rua Castro Alves (trecho para a rua 238).  
 Local: Conforto  
 Obras: Reforma e restauração do bloco João Revêche.  
 Local: Vila Santa Cecilia  
 Obras: Construção de quadra poliesportiva e praça de lazer com iluminação pública no Conjunto Habitacional Village Club.  
 Local: São João

**Dia 28/11 - Segunda-feira**  
 Obras: Pavimentação da rua 8.  
 Local: Santa Rita do Ouro  
 Obras: Construção de esquadro na rua Aguiar.  
 Local: Retiro

**DEZEMBRO**

**Dia 01/12 - Terça-feira**  
 Obras: Construção de guarda-corpo na rua Calceus de Gê.  
 Local: Miraflores  
 Obras: Construção de piscininha na rua João Del Rey.  
 Local: Miraflores  
 Obras: Construção de edificação no bairro da praça São Sebastião.  
 Local: Sacerdoti  
 Obras: Construção de praça de lazer de campo.  
 Local: Sacerdoti

**Dia 02/12 - Quarta-feira**  
 Obras: Reforma de varandas, telhado, banheiro, pilão e varanda na E. M. Paraíba.  
 Local: Vila Mirim  
 Obras: Construção de dois depósitos da OMSP.  
 Local: Mirim  
 Obras: Urbanização do Núcleo Rio Comprido, compreendendo drenagem pluvial e pavimentação.  
 Local: Retiro

**Dia 03/12 - Quinta-feira**  
 Obras: Construção de muro de divisa, grade e portões, rede de esgoto na E. M. Amazonas.  
 Local: Retiro  
 Obras: Construção de quadra poliesportiva e área de lazer com iluminação pública na rua São Pastor.  
 Local: Agulha/Ima

**Dia 04/12 - Sexta-feira**  
 Obras: Recuperação atômica da rua 231.  
 Local: Conforto  
 Obras: Recuperação atômica da rua 238.  
 Local: Conforto  
 Obras: Recuperação atômica da rua Castro Alves (trecho para a rua 238).  
 Local: Conforto  
 Obras: Reforma e restauração do bloco João Revêche.  
 Local: Vila Santa Cecilia  
 Obras: Construção de quadra poliesportiva e praça de lazer com iluminação pública no Conjunto Habitacional Village Club.  
 Local: São João

**Dia 05/12 - Domingo**  
 Obras: Pavimentação da rua 8.  
 Local: Santa Rita do Ouro  
 Obras: Construção de esquadro na rua Aguiar.  
 Local: Retiro

**PREFEITURA DE VOLTA REDONDA**  
**COM O POVO**  
**NONESTIDADE**  
**E**  
**COMPETENCIA**

**Volta Redonda**  
 cidade de sonhos e realizações

Atendimento ao Cidadão: Rua da Liberdade, 100 - Fone: (24) 270-1100

## Fontes

### 1. Instituições/ Fundos Documentais

#### Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/UFRJ)

- Coleção Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)  
Caixa 1; Caixa 3; Caixa 8; Caixa 9;
- Caixa “Arquivos e Periódicos”;

#### Arquivo da Secretaria do Tesouro Nacional (Arquivo Digital)

(Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/index.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp)>)

- Fundo: Finanças do Brasil – dados contábeis dos municípios – 1989-2010;
- Fundo: Perfil e evolução das finanças municipais – 1998-2007;

#### Acervo do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (SENGE/VR)

- Fotografias;
- Mapas;
- Edital de privatização da CSN;
- Processos do Senge contra a CSN;

#### Arquivo do Jornal *Aqui*

- Todo o acervo da Revista *Primeira Página* (1995-1998) e do jornal *Aqui* (1998-2004);

#### Biblioteca e Acervo Técnico do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda (IPPU/VR)

- Anuário Estatístico (1993/1994; 1997/1998; 1999/2000; 2004);
- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Volta Redonda (Diagnóstico para o Plano Diretor de Volta Redonda), 1998;
- Plano Diretor de Volta Redonda de 2008;
- Plano Estrutural de Desenvolvimento Integrado de Volta Redonda (PEDI/VR), 1976;

## **Câmara Municipal de Volta Redonda/ Divisão de Documentação e Arquivo**

- Leis e projetos de leis aprovados (1992-2010);

### **2. Acervos Pessoais**

- Andre Franklin Palmeira: Fotografias, jornais, revistas, boletins sindicais, propaganda eleitoral e sindical; propagandas impressas da Prefeitura Municipal de Volta Redonda;
- Maria das Dores Motta (Dodora): Fotografias, recortes de jornais, recorte de revistas, resoluções partidárias (PT), processos judiciais, manifestos do PT e algumas correntes, Dossiê do *Blocão* sobre o governo de Paulo César Baltazar;

### **3. Periódicos**

- *Aqui* (1998-2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012);
- *Diário do Vale* (1992; 1993; 1994; 1995; 1996; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012);
- *Foco Regional* (2002-2012);
- *Folha de São Paulo* (1994; 1995; 2002; 2004; 2010; 2012);
- *Gazeta Mercantil* (1993; 1994);
- *Jornal do Brasil* (1994);
- *Jornal do Vale* (1991; 1992; 1993);
- *Maioridade* (Órgão Informativo da AAP/VR) (1995; 2004; 2005);
- *O Dia* (1993; 1994; 1995; 1996);
- *O Estado de São Paulo* (1994; 1995; 1996; 2002; 2010);
- *O Globo* (1994; 1995; 1996; 2003; 2007);
- *Opção* (1992; 1993; 1994; 1995);

- Revista *Primeira Página* (1995-1998);
- *Veja* (1990-1991);

#### 4. Fontes Orais

- DOMINGUES, Marcio. Entrevista do ex-metalúrgico e ex-dirigente nacional da Central Única dos Trabalhadores em Volta Redonda, concedida a Andre Franklin Palmeira e Erasmo José da Silva. Volta Redonda, 27 de janeiro de 2010.
- FONSECA, Maria de Lurdes Lopes (Lurdinha). Participou da Comissão de Direitos Humanos da Igreja Católica em Volta Redonda que deu origem à Comissão de Posseiros Urbanos (CPU) e coordenou o Conselho das Associações de Moradores (CONAM). Participou também do conselho político da Prefeitura de Volta Redonda e foi assessora no IPPU/VR nos primeiros meses do governo de Paulo César Baltazar. No final da década de 1990, foi chefe de gabinete no mandato de Hélio Luz como deputado estadual pelo PT. Atualmente, é uma das coordenadoras do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e participa do Conselho Nacional de Cidades. Entrevista concedida a Andre Franklin Palmeira. Rio de Janeiro, 27 de março de 2012;
- SCHOCAIR, Nair da Silva. Entrevista da professora aposentada, dirigente do SEPE e ex-conselheira Municipal da Criança e do Adolescente, concedida a Andre Franklin Palmeira. Volta Redonda, 13 de setembro de 2011.
- REIS, Jussara. Entrevista da ex-militante da Convergência Socialista, concedida a Andre Franklin Palmeira. Volta Redonda, 12 de setembro de 2011.
- TESSARO, Zeomar. Entrevista do diretor do Sindicato da Construção Civil de Volta Redonda e Região e membro da CUT e do PT, concedida a Andre Franklin Palmeira e Erasmo José da Silva. Volta Redonda, 29 de janeiro de 2010.

#### 5. Sítios na Internet:

- <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2005-05-16/csn-se-reune-com-sindicato-para-negociar-reajuste-salarial-de-135-mil-funcionarios>>

- <<http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=32424>>
- <<http://cidaoneto.com.br/v1/origens.html>>
- <<http://www.clubecomercialvr.com.br/clube.html>>
- <<http://cidaoneto.com.br/v1/curriculo.html>>
- <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp82.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp82.htm)>
- <<http://www.revistapalavra.com.br/page/editoriasDetalhe.asp?idNoticia=28>>
- <<http://www.aapvr.org.br/2010/convenios.php?p=>>>
- <<http://www.portalvr.com/noticias/index.php?show=8806>>
- <<http://cacellain.com.br/blog/?p=22530>>
- <<http://cacellain.com.br/blog/?p=22863>>
- <<http://www.voltaco.com.br/site2012/page/historia-voltaco.asp>>
- <<http://planetabola09.blogspot.com/2009/02/especial-volta-redonda-33-anos.html>>
- <<http://planetabola09.blogspot.com/2009/02/especial-volta-redonda-33-anos.html>>
- <<http://www.portalvr.com/cidade/historico.php>>
- <<http://flamengonet.blogspot.com/2010/09/macae-ou-vr-as-opcoes-off-por.html>>
- <<http://www.tce.rj.gov.br/votos/JLCJ/081216/21892605.PDF>>
- <<http://www.voltaredonda.rj.gov.br/planejamento/ppa/dessocial.pdf>>
- <<http://www.portalvr.com/autarquias/suser/index.php>>
- <<http://www.portalvr.com/noticias/index.php?show=1290>>
- <<http://www.deley.com.br/sala/index.php?show=118>>
- <<http://www.deley.com.br/sala/index.php?show=185>>
- <<http://www.portalvr.com/ippu/mod/planodiretor/index.php>>
- <[www.mp.mg.gov.br/portal/public/interno/arquivo/id/4331](http://www.mp.mg.gov.br/portal/public/interno/arquivo/id/4331)>
- <[www.ipea.gov.br/pub/td/td0569.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0569.pdf)>
- <<http://historicoeconomico.blogspot.com.br/2011/05/benjamin-e-vale-do-rio-doce.html>>
- <<http://www.metalica.com.br/csn-lucra-mais-com-minerio-do-que-aco>>
- <<http://www.elloconsultores.com.br/noticias/clipping/item/964-csn-adquire-f%C3%A1brica-na-alemanha>>
- <<http://placar.eleicoes.uol.com.br/2008/1turno/rj/?cidade=59250>>

## Bibliografia

ABREU, Haroldo. *Para além dos direitos: Cidadania e hegemonia no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ALMEIDA, Mônica Picollo. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

\_\_\_\_\_, Monica. “A Reestruturação do setor público estatal rumo às privatizações”. In: *Anais do I Congresso Fluminense de História Econômica*. Universidade Federal Fluminense. 2011.

ALVES, Giovanni. *A condição de proletariedade: a precariedade do trabalho no capitalismo global*. Londrina: Editora Práxis, 2009.

ALVES, Maria Abadia da Silva. *Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil: o caso do setor automotivo* – Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

AMARAL, Carlos. *Reestruturação sócio-produtiva e ações de promoção do desenvolvimento local na microrregião do vale do Paraíba (RJ)*. Núcleo de assessoria planejamento e pesquisa (NAPP), 2001.

ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BAPTISTA, Letícia Barroso. *Agenda 21, uma experiência em Volta Redonda*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Gestão do Espaço Urbano – GEU, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BATISTA, Paulo Nogueira. “O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos”. In: BATISTA, Paulo Nogueira et al. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BENJAMIN, Cid. *Helio Luz: um xerife de esquerda*. Rio Janeiro: Contraponto, Delume-Dumará, 1998.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

BOITO JR, Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini”. *Contra a Corrente: revista marxista de teoria, política e história contemporânea*. Ano 2, nº3, 2010.

CARCANHOLO, Reinaldo e TEIXEIRA, Olívio. “Sobre a leitura ricardiana de Marx”. *Revista Ensaio – FEE*, ano 13, nº2. Porto Alegre, 1992.

\_\_\_\_\_, Reinaldo. *Roteiro para o ensino da economia marxista*. Disponível em: <[www.carcanholo.cjb.net](http://www.carcanholo.cjb.net)>. Acessado em 15/01/2011.

CARDOSO, Adalberto. *A Década neoliberal e a crise dos sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARUSO, Danilo S. *Reestruturação produtiva e o movimento operário em Volta Redonda*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

COSTA, Alkindar. *Volta Redonda ontem e hoje*. Cd-rom. Edição comemorativa dos 50 anos de Volta Redonda. Volta Redonda: Prefeitura Municipal, 2004.

DIAS, Sabrina de Oliveria Moura. *Dentro da Usina mas fora da “família”: trabalhadores e terceirização na CSN*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

DREIFUSS, René. *O Jogo da direita*. Petrópolis: Vozes, 1989.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FERREIRA, Denílson Queiroz. *Privatização da CSN: Resistência e Adaptação do Sindicato dos Metalúrgicos sob a Perspectiva de Dependência de Recursos*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História*. Rio de Janeiro: UFRJ/EPSJV-Fiocruz, 2010.

\_\_\_\_\_, Virgínia. *O capital-imperialismo: algumas considerações*. Comunicação do 3º Encontro Internacional de Serpa: “Civilização ou barbárie: os desafios do mundo contemporâneo”, p. 1. Disponível em: <www.diario.info>. Acessado em 15/01/2011.

GANDRA, Marco Aurélio. “*Cidade Vermelha*” do Aço: greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Coedição Revan e FAPESP, 2007.

GARCIA, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem* – Tese de Doutorado - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

GRACIOLLI, Edílson. *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 88*. Uberlândia, Edufu, 1997.

\_\_\_\_\_, Edílson José. *Privatização da CSN: da luta de classes à parceria*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_, David. *O Enigma do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

HOBBSBAWM, Eric J.. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LANNES, Joaquim Sucena. *A influência do discurso jornalístico no processo de privatização da CSN – Estudo de caso do Jornal Diário do Vale do município de Volta Redonda (RJ)* – Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. “A outra face da crise do Bem Estar Social: neoliberalismo e os novos movimentos da sociedade do trabalho”. *Caderno de Pesquisa*, Campinas, UNICAMP, nº 13, 1990.

LENINE, Vladimir I. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Obras Escolhidas. Lisboa: Editora ‘Avante!’, 1977.

LIMA NETTO, Roberto Procópio. *Volta por cima*. Rio de Janeiro, Record, 1993.

LIMA, Raphael J.C. “Política e movimentos sociais no Sul Fluminense: a construção do MEP de Volta Redonda.” In: *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 2007.

\_\_\_\_\_, Raphael J.C. *A Reinvenção de cidade industrial: Volta Redonda e o pós privatização da Companhia Siderúrgica Nacional* – Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. 2 Volumes. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.

MARX, Karl. “O método de economia política”. In: FERNANDES, Florestan (org.). *Marx-Engels: História*. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_, Karl. *O Capital*. 7ª edição, resumida por Julian Borchardt. São Paulo: LTC, 1982.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MENDES, Marcos. MIRANDA, Rogério e COSIO, Fernando. *Transferências Intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma Estudo consultoria do senado*. Consultoria Legislativa do Senado Federal. 2008.

MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_, Sônia R. & FONTES, Virginia M. *História do Brasil Recente 1964-1992*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

MÉZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *A ferro e fogo – construção e crise da “família siderúrgica”: o caso de Volta Redonda (1941 –1988)*. Tese (Doutorado em Sociologia).

Departamento de Sociologia apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), São Paulo, 1989.

PAULANI, Leda Maria. *Modernidade e Discurso Econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

PEREIRA, Sérgio. *Sindicalismo e Privatização: O Caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. UFRJ.

REIS, Daniel Aarão. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas”. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 506 (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 3)

RIBEIRO, Viviani de Moraes Freitas. *A (des) construção do espaço carioca na ‘era César Maia’ (1993-2008): reflexões sobre o modelo de planejamento urbano estratégico e o conjunto de objetos arquitetônicos denominados ‘Pentágono do Milênio’* – Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2009.

SOUTO, Baiena Feijolo. “Volta Redonda hoje: novos movimentos migratórios”. In: *Anais do V encontro nacional sobre migrações*. Campinas, 2007.

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da industrialização no Brasil*. São Paulo: Alpha-Ômega, 1976.

TEIXEIRA, Rodrigo. “*Para onde foi a CUT: do classismo ao sindicalismo social-liberal*”. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

VEIGA, Sandra Mayrink & FONSECA, Isaque. “*Volta Redonda: Entre o aço e as armas*”. Petrópolis: Vozes, 1989.